REVISTA DA

ANPEGE

ISSN 1679-768X

ANPEGE

Associação Nacional de
Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia

Equipe Editorial

EDITOR

Prof. Dr. Manoel Martins de Santana Filho
UERJ, Brasil

CONSELHO EXECUTIVO

Manoel Fernandes de Souza Neto
USP, Brasil

Sueli Angelo Furlan
USP, Brasil

Maria Adailza Martins de Albuquerque
UFPB, Brasil

Contato Principal

Prof. Dr. Manoel Martins de Santana Filho
E-mail: revanpege@gmail.com

Secretário Executivo

Rael Silva de Santana
Universidade Federal Fluminense
E-mail: revanpege@gmail.com

Contato de Suporte

Givaldo Ramos da Silva Filho
Telefone: 3410-2651
E-mail: givaldofilho@ufgd.edu.br

CONSELHO EDITORIAL

Alessandro Gallo,
UNIVE, Itália
Ana Fani Alessandri Carlos
USP, Brasil
Antonio Augusto Rossotto Loris
SGUE, Scotland, Reino Unido
Antônio Vázquez-Barquero
UAM, Espanha
Ariovaldo Umbelino de Oliveira
USP, Brasil
Beatriz Ribeiro Soares
UFU, Brasil
Charlei Aparecido da Silva
UFGD, Brasil
Claudete Vitte
UNICAMP, Brasil
Cristián Henríquez Ruiz
PUC, Chile
Diana Lan
UNICEN, Argentina
Dirce Maria Antunes Suertegaray
UFRGS, Brasil
Eduardo Salinas Chavez
GEO-UH, Cuba
Eliseu Savério Spósito
UNESP, Brasil
Emerson Galvani
USP, Brasil
Eustógio Wanderley C. Dantas
UFC, Fortaleza(CE), Brasil
Everaldo Santos Melazzo
UNESP, Brasil
Federico Arenas Vazquez
PUC, Chile
Francisco Mendonça
UFPR, Brasil
Hervé Théry
USP, Brasil
João Lima Sant´Anna Netto
UNESP PP
José Alberto Rio Fernandez
UP, Portugal
José Borzacchiello da Silva
UFC, Brasil
José Gilberto de Souza
UNESP, Brasil
Luis Cruz Lima
UECE, Brasil
Lisandra Pereira Lamoso
UFGD, Brasil
Marcelo Lopes de Souza
UFRJ, Brasil
Márcio Antonio Cataia
UNICAMP, Brasil
Márcio Oliveira Piñon
UFF, Brasil
Marcos Marcos Saquet
UNIOESTE, Brasil
Maria Encarnação Beltrão Spósito
UNESP, Brasil
Maria Geralda Almeida
UFG, Brasil
Maria Laura Silveira
CIIPME, Argentina
Maria Tereza Duarte Paes *UNICAMP, Brasil*
Nelson Rego
UFGRS, Brasil
Paulo César da Costa Gomes
UFRJ, Brasil
Pedro Almeida Vasconcelos
UFBA, Brasil
Rogério Haesbaert
UFF, Brasil
Ruy Moreira
UFF, Brasil
Samuel do Carmo Livma
UFU, Brasil
Sandra Elisa Contri Pitton
UNESP, Brasil
Sylvio Fausto Gil Filho
UFPR, Brasil
Tadeu Pereira Alencar Arrais
UFG, Brasil

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

5 **EDITORIAL**
Prof. Dr. Manoel Martins de Santana Filho

6 **INTERSEÇÕES ENTRE PAISAGEM, LOUCURA E ESPAÇO MANICOMIAL: A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO NO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO DE JURUJUBA (NITERÓI/RJ)**
INTERSICIONES ENTRE PAISAJE, LOCURA Y ESPACIO MANICOMIAL: LA APROPIACIÓN DEL ESPACIO EN EL HOSPITAL PSIQUIÁTRICO DE JURUJUBA (NITERÓI/RIO DE JANEIRO)
INTERACTIONS BETWEEN LANDSCAPE, MADNESS AND MANICOMIAL SPACE: THE APPROPRIATION OF SPACE AT THE PSYCHIATRIC HOSPITAL OF JURUJUBA (NITERÓI/RIO DE JANEIRO)
Lucas Honorato

36 **ESPAÇO, ESTIGMA E SUJEITO: REFLEXÕES NA PRODUÇÃO DE UMA GEOGRAFIA SOCIAL CRÍTICA**
SPACE, STIGMA E SUBJECT: REFLECTIONS ON THE PRODUCTION OF A CRITICAL SOCIAL GEOGRAPHY
ESPACIO, ESTIGMA E SUJETO: REFLEXIONES EN LA PRODUCCIÓN DE UNA GEOGRAFÍA SOCIAL CRÍTICA
Mateus de Moraes Servilha

67 **COMPARTIMENTAÇÃO GEOMORFOLÓGICA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MULATO (PIAUÍ, BRASIL)**
GEOMORPHOLOGICAL COMPARTIMENTATION OF THE HYDROGRAPHIC BASIN OF MULATO RIVER (PIAUÍ STATE, BRAZIL)
COMPARTIMENTACIÓN GEOMORFOLÓGICA DE LA BACIA HIDROGRÁFICA DEL RÍO MULATO (PIAUÍ, BRASIL)
Karoline Veloso Ribeiro | Emanuel Lindemberg Silva Albuquerque

89 **A "IDEOLOGIA" NO BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA (1949-2018)**
THE "IDEOLOGY" IN THE BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA (1949-2018)
LA "IDEOLOGÍA" EN EL BOLETÍN PAULISTA DE GEOGRAFÍA (1949-2018)
Rogata Soares Del Gaudio

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

114 RAZÕES PARA AS ENCHENTES E INUNDAÇÕES NO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL CARLOS MARIGHELLA: UMA ANÁLISE MULTITEMÁTICA DA BACIA DO RIO DO VIGÁRIO (MARICÁ/RJ)

REASONS FOR FLOODS AND RIVER FLOODING IN CARLOS MARIGUELLA RESIDENTIAL CONDOMINIUM: A MULTITEMATIC ANALYSIS OF THE RIO DO VIGÁRIO BASIN (MARICÁ – RIO DE JANEIRO, BRAZIL)

RAZONES DE LAS INUNDACIONES Y DESBORDAMIENTO DE LOS RÍOS EN EL CONDOMÍNIO RESIDENCIAL CARLOS MARIGUELLA: UN ANÁLISIS MULTITEMÁTICO DE LA CUENCA DEL RIO DO VIGÁRIO (MARICÁ – RIO DE JANEIRO, BRASIL)

Vinicius da Silva Seabra | Otávio Miguez da Rocha-Leão

138 TRANSFORMAÇÕES GEOMORFOLÓGICAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO DOS BURROS (JUIZ DE FORA/MG)

GEOMORPHOLOGICAL TRANSFORMATIONS IN THE RIBEIRÃO DOS BURROS WATERSHED (JUIZ DE FORA/MG, BRAZIL)

LES TRANSFORMATIONS GEOMORPHOLOGIQUES DANS LE BASSIN HYDROGRAPHIQUE RIBEIRÃO DOS BURROS (JUIZ DE FORA/MG, BRÉSIL)

Carolina Campos Eduardo | Telma Mendes da Silva | Miguel Fernandes Felippe

Editorial

Eis que chegamos ao novo número da Revista da ANPEGE, e ofertamos a leitura desta edição à comunidade geográfica! Novamente, a produção de leituras e de interpretações múltiplas sobre a geografia, sobre o geográfico e seus sujeitos, agentes produtores, afloram dos trabalhos aqui publicados. E, assim, abrimos os números da revista para este ano de 2019. Tantos temas e dilemas contemporâneos tensionam a produção da geografia brasileira e mundial que as possibilidades investigativas circulam por campos diversos: são os olhares para a condição humana, a urgência de compreender e cuidar da dimensão da natureza e sua dinâmica, bem como as ações políticas constituindo o espaço, apenas para indicar alguns enfoques representados nos trabalhos que compartilham esta edição da revista.

É tempo também de destacar que a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE) está em sua celebração de prata! Faz 25 anos que a comunidade geográfica brasileira passou a ter a ANPEGE, entidade-movimento que congrega os programas de pós-graduação e que se tornou um espaço para uma ampla e profunda reflexão sobre o papel da pesquisa geográfica brasileira em sua relação com a construção do país. É também um espaço para que o novo, o desafiador e o conhecimento de fronteira sejam colocados em debate e para que se mantenha a tradição da postura crítica e do diálogo franco e qualificado sobre a geografia que se desenvolve no Brasil.

A Revista da ANPEGE vem se comprometendo também com o desenvolvimento solidário dos periódicos científicos da geografia, bem como com a sua própria renovação. Por isso, se abre para a organização de seções temáticas para compor os números futuros, amplia o quadro de avaliadores e visa a promover atividades que congreguem editores e editoras de periódicos de programas de pós-graduação, buscando compreender e discutir temas fundamentais, como a avaliação CAPES e a formação dos editores. Sigamos nesse compromisso fundamental, no âmbito da ANPEGE, em seus 25 anos: valorar o debate e a postura crítica e enfrentar desafios com compromisso e solidariedade, de modo a promover a divulgação científica da comunidade geográfica, viva e plural.

Boa leitura!

Prof. Dr. Manoel Martins de Santana Filho
Editor

DOI 105418/RA2019.1526.0001

INTERSEÇÕES ENTRE PAISAGEM, LOUCURA E ESPAÇO MANICOMIAL: A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO NO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO DE JURUJUBA (NITERÓI/RJ)

INTERSICIONES ENTRE PAISAJE, LOCURA Y ESPACIO MANICOMIAL: LA APROPIACIÓN DEL ESPACIO EN EL HOSPITAL PSIQUIÁTRICO DE JURUJUBA (NITERÓI/RIO DE JANEIRO)

INTERACTIONS BETWEEN LANDSCAPE, MADNESS AND MANICOMIAL SPACE: THE APPROPRIATION OF SPACE AT THE PSYCHIATRIC HOSPITAL OF JURUJUBA (NITERÓI/RIO DE JANEIRO)

Lucas Honorato[1]
Doutorando em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (PPGEO/UFF). E-mail: lucasthonorato@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo busca problematizar a apropriação dos espaços do Hospital Psiquiátrico de Jurujuba, em Niterói (RJ), por meio da perspectiva dos seus pacientes. Aponta-se para a possibilidade de uma reflexão que vislumbre as diferentes formas de reinvenção do espaço que se refletem na paisagem interna desse hospital. Para tal, apresentamos uma breve análise dos cartazes produzidos pelos pacientes e fixados nas paredes do saguão de entrada e corredores do hospital, tensionando a paisagem manicomial estéril e desumanizada – própria das instituições totais. Dada a complexidade da empreitada, propomos uma linguagem teórico-conceitual renovada, na tentativa de aproximação dos campos da geografia e da saúde mental, materializada em alguns conceitos que se articulam para tentar expressar e dar conta de uma análise geográfica da relação entre loucura, sociedade e espaços institucionais.

Palavras-chave: paisagem, loucura, espaço manicomial, apropriação do espaço, Hospital Psiquiátrico de Jurujuba.

Resumen

Este artículo busca problematizar la apropiación de espacios del Hospital Psiquiátrico de Jurujuba, en la ciudad de Niterói (Rio de Janeiro, Brasil), por parte de sus pacientes. Se apunta a la posibilidad de una reflexión que vislumbra las diferentes formas de reinvención del espacio que se reflejan en el paisaje interno de este hospital. Con este fin, presentamos un breve análisis de los carteles producidos por los pacientes y fijados en el hall de entrada y las paredes del pasillo, tensando el paisaje de asilo estéril y deshumanizado, típico de las instituciones totales. Dada la complejidad de la empresa, proponemos un lenguaje teórico-

[1] Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

conceptual renovado, en un intento de abordar los campos de geografía y salud mental, materializado en algunos conceptos que se articulan para tratar de expresar y explicar un análisis geográfico de la relación entre la locura, la sociedad y los espacios institucionales.

Palabras clave: paisaje, locura, espacio de asilo, apropiación del espacio, Hospital Psiquiátrico de Jurujuba.

Abstract

This article seeks to problematize the appropriation of spaces at the Psychiatric Hospital of Jurujuba, in Niterói city (Rio de Janeiro state, Brazil), by your patients. It is pointed to the possibility of a reflection that glimpses the different forms reinvention of the space that are reflected in the internal landscape of this hospital. For this purpose, we present a brief analysis of the posters produced by the patients and fixed to the entrance hall and corridor walls, tensioning the sterile and dehumanized asylum landscape – typical of the total institutions. Given the complexity of the undertaking, we propose a renewed theoretical-conceptual language, in an attempt to approach the fields of geography and mental health, materialized in some concepts that are articulated to try to express and account for a geographical analysis of the relationship between madness, society and institutional spaces.

Keywords: landscape, madness, asylum space, appropriation of space, Psychiatric Hospital of Jurujuba.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Introdução

A loucura e sua expressão talvez sejam, ainda na atualidade, um dos temas mais polêmicos da sociedade moderna. Foucault (1978) nos demonstrou que os significados da loucura, como também o conjunto de instrumentos para a sua significação, variaram ao longo da história das sociedades humanas, de acordo com os conteúdos e a cultura de cada uma delas. É neste sentido que esse autor afirma ser intrínseca a relação entre a loucura e o sistema de valoração das sociedades, relação esta que se dá a partir do momento em que o estabelecimento dos sistemas de valoração de dada sociedade implica na necessidade de certa normalização dos processos sociais em geral. A normalização busca instaurar uma padronização dos nexos e léxicos, que definiriam toda uma sintaxe para o entendimento do Mundo – modos de Ser, ver, sentir e de entender. A loucura aparece, neste contexto, tanto como *diversidade*, como Outro, diferente de mim, e que, assim, não pode ser capturado pelo sistema de normalização, quanto como *diferença,* como "desvio à norma", aquilo que deve ou não ser considerado (invisibilidade) ou extinto (controle e anulação).

Este duplo viés da loucura (como *diversidade* e *diferença*) pode ser flagrado se nos ativermos ao início do século XIX, quando, embebido do teor humanista da Revolução Francesa, Philippe Pinel (então responsável pelo Hospital Geral de Bicêtre, em Paris) constrói as bases do *paradigma psiquiátrico* (COSTA-ROSA, 2013) e o *asilo de alienados*, um momento crucial da consolidação da sociedade moderna.

Espaço pretensamente de "desalienação",[2] o asilo de alienados incorporava todo um conjunto institucional de intervenções em um ambiente rigorosamente delimitado e restrito. Vigorava a perspectiva da retirada do *alienado mental* do convívio social (inclusive, pela suposta necessidade de sua proteção) para o pretenso cuidado em ambiente presumidamente inviolado e "em condições ideais",[3] onde as ferramentas e saberes psiquiátricos poderiam ser desenvolvidos, aplicados e avaliados em vistas ao tratamento e à restituição das faculdades mentais do alienado. Neste contexto, a loucura aparecia como desequilíbrio em relação às normas (de convivência, de autocuidado, culturais) – fato que pressuporia a incapacidade ou a limitação do exercício das capacidades racionais e relacionais que mediam as relações sociais, atravessadas por direitos e deveres. Destarte, o alienado mental era tratado como aquele "incapaz de escolha e/ou clareza", o que justifica todo o sistema de *sequestro social*,[4] posto que, readequado, ele poderia retornar à sociedade.

Tal qual abordado em estudos anteriores (HONORATO, 2007), o que foi apresentado em

[2] Para Pinel (1801 [2007]), a "alienação mental" não necessariamente significava uma ausência da razão, mas uma contradição na razão.

[3] Etimologicamente, o termo "asilo" deriva do substantivo grego ásyllon, que designa "aquilo que é inviolável", ou seja, aquilo que está presente, porém não pode ser arruinado, destruído, devastado, em sua própria realidade.

[4] Cf. Foucault, 1987.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Pinel como "asilo de alienados" – e independente das designações que este veio a receber ao longo da história: hospital geral, manicômio etc. –, neste artigo, será tratado como *espaço manicomial*,[5] sendo este a expressão espacial do conjunto de tecnologias e relações de poder que se constituem e operam por via de todo um conjunto de *dispositivos territoriais manicomiais*, concernentes ao conjunto do *sistema psiquiátrico* (formal, na figura de suas instituições, normas e práticas institucionais, e informal, na figura das práticas cotidianas e da relação sociedade-loucura), pautado no *paradigma psiquiátrico*, e com base na perspectiva biomédica da internação-tutela-cura.[6] Consideramos que esse espaço manicomial se revela na *paisagem manicomial*, com suas imagens, sons, odores, paladares e texturas próprias e correspondentes.

Toma-se o conceito de *dispositivo* como em Deleuze (1999), dada a amplitude que este autor agrega ao considerá-lo um conceito operatório multilinear, alicerçado por três eixos:

1. da produção do saber, ou seja, da constituição de uma "rede de discursos";
2. do poder, que aponta as formas pelas quais, no e pelo dispositivo, é possível determinar as relações e a disposição estratégica de seus elementos;
3. que diz respeito à produção de sujeitos.

Dessa forma, em suas múltiplas dimensões, o conceito de dispositivo consegue abarcar o sentido que buscamos dar à noção de *dispositivo territorial manicomial*, como uma expressão espacial das estratégias de domínio do saber e do poder na produção de sujeitos, com vistas à contenção e à anulação da loucura.

Cabe destacar que não haveria qualquer relação de antecedência ou de hierarquia entre espaço manicomial e dispositivos territoriais manicomiais, entendendo-se que é por meio da configuração destes últimos que os "territórios se fazem espaço", e que é por meio e no processo de "se fazer" espaço manicomial (ou seja, no processo de (re)produção do espaço manicomial) que este espaço "se faz em territórios". Isto significa que espaço manicomial e dispositivo territorial manicomial "se fazem" de forma sobredeterminada, como produto, condição e meio do processo de (re)produção das relações manicomiais.

[5] "Manicomial", neste artigo, opera radicalmente como adjetivo, ou seja, como o caráter manicomial, a "qualidade" hegemônica em operação na produção social desse espaço. Mesmo que este tipo de conceituação tenda a reduzir alguns importantes aspectos da realidade (desvios, fugas, subversões etc.), ainda assim nos vale como recurso que nos permite pôr em análise o conjunto diverso de forças sociais e disputas pelo, com e naquele espaço. Por tanto, é imprescindível afirmar o fato de que, apesar de o espaço estar operando, naquele momento, em uma lógica mais manicomial, este não é inato e nem monolítico, pois se trata mais de uma expressão das relações sociais que ali operam. No caso, de assujeitamento, de disciplina, de controle e de dominação dos corpos hegemonizados, que, ainda assim, resistem e, à sua forma, negam e disputam aquele espaço.

[6] É importante ressaltar que esse conjunto de conceitos apresentados foi alinhavado em estudo anterior e de maior fôlego, e que se trata de uma tentativa de aproximação de termos conceituais dos campos da geografia e da saúde mental. Cf. Honorato, 2017.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Nesse sentido, toma-se o espaço socialmente produzido como a estória da relação de como os sujeitos, ao produzirem sua existência, se fazem espaço, se relacionam como território, se significam como lugar, mas, fundamentalmente, se expressam como paisagem.[7] Então, é nesta inter-relação da *produção do espaço* com o território e a paisagem[8] que buscaremos empreender uma análise acerca da apropriação dos espaços do Hospital Psiquiátrico de Jurujuba, localizado na cidade de Niterói, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sob a ótica dos pacientes, com vista às possibilidades de fazer avançar a luta antimanicomial.

Tomando a luta antimanicomial como horizonte, a transformação do espaço manicomial e o desmonte do dispositivo territorial manicomial se tornam um desafio que, para Basaglia (s/d), no bojo das lutas sociais que transcorriam na Itália ao longo das décadas de 1960/70, envolveria uma reforma estrutural no sistema psiquiátrico que demandaria operar uma luta em duas esferas: na esfera científica e na esfera política. Só desta forma seria possível compreender o doente e agir em seu benefício, numa luta contra a *institucionalização* do ambiente externo (luta política para a transformação, no âmbito da sociedade, da sua relação com a loucura) e contra a

> [...] "institucionalização" e "cronificação" da doença nos aparatos manicomiais; mas, principalmente, na busca por "encontrar um novo tipo de relação entre doente, médico, equipe e sociedade, onde a instituição psiquiátrica, a psiquiatria e os enfermos sejam questões reciprocamente compartilhadas" (BASAGLIA, s/d, p. 69).

[7] Reconhecemos que esta afirmativa não esgota e, muito menos, resolve a complexidade dos debates acerca das categorias da geografia no âmbito teórico-conceitual, porém, aqui buscamos um axioma mais simplificado, na tentativa de dar conta do objetivo maior, que é o de tornar possível um melhor diálogo entre os conceitos e categorias do campo da geografia e da saúde mental. Contudo, ressaltamos que os termos apresentados, embora de forma bastante geral, do ponto de vista do uso dos conceitos, podem e devem ser distinguidos de acordo com as diferentes dimensões (ontológica, institucional e de poder, cultural, estética) que buscamos elucidar em um mesmo fenômeno geográfico. Cf. Haesbaert, 2014.

[8] Neste artigo, por opção metodológica, acabamos enfocando nos conceitos de território e paisagem, e não no de lugar – mais especificamente, ligado aos jogos de representação e sentido produzidos na relação do(s) sujeito(s) "e" e "com" o(s) seu(s) espaço(s). Este, amplamente debatido e trabalhado na perspectiva da geografia cultural e humanística para o desvendamento dos vínculos entre espaço, cultura e existência, no âmbito das vivências e experiências individuais e coletivas, poderia ser um caminho interessante para dar conta da problemática aqui apresentada. Optou-se, porém, pelo trato via território, posto que nossa reflexão maior sobre a dimensão do vivido segue a abordagem do conceito de apropriação do espaço, visando a enfocar as experiências individuais e coletivas mais a partir do contexto de relações de poder no âmbito de uma instituição, e como isto pode ser lido pela paisagem. Portanto, não desconsideramos as relações e sentidos de lugar que se esboçam no cotidiano do Hospital Psiquiátrico de Jurujuba, e que influenciam diretamente nas dinâmicas de território e, consequentemente, na paisagem. Apenas por questão de ordem e de coerência metodológica com o que propomos, lidaremos com tais questões sob a ótica da apropriação do espaço.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Ou seja, do ponto de vista da *desinstitucionalização*,[9] o próprio funcionamento de um dispositivo territorial manicomial produz doença, desumanização e assujeitamento – em suma, acaba por constituir um ambiente antiterapêutico, dado o exercício do *poder institucionalizante* (BASAGLIA, s/d) e manicomial. O adoecimento produzido pela trajetória do *louco* nos dispositivos territoriais manicomiais, concernente à *violência institucional*, comporta a objetificação do sujeito, transformando-o em *coisa*, e uma série de outras consequências: destituição de direitos, destruição do doente, sujeição indiscutível ao poder da instituição, des-historização, entre outras.

Cabe ressaltar que, segundo a perspectiva foucaultiana, o *poder* não é um objeto ou "coisa em si", nem está localizado em uma instituição, não sendo, portanto, algo que se cede, mas, sim, uma relação. Relação esta que "ainda que desigual, não tem um "centro" unitário de onde emana o poder (como o Estado em algumas posições marxistas mais ortodoxas)" (HAESBAERT, 2004, p. 83). Por assim sê-lo, o poder é imanente – nunca exterior às relações que o concernem –, e, dessa forma, abarca as resistências, fugas e ressignificações que lhe são inerentes. O poder gera sempre o corolário: o *contrapoder*. Poder e contrapoder que permeiam o espaço, expressos nos territórios em constante disputa, referentes aos jogos de apropriação e de dominação que envolvem a produção daquele espaço.

Neste artigo, ao nos debruçarmos sobre as formas de expressão dos pacientes em ambiente hospitalar, buscamos tensionar e fazer ver as diferentes formas de consciência – da relação de si com o hospital –, de significação, de produção de afetos e de vínculos esboçados por aqueles em relação a este espaço institucional.

De acordo com o arcabouço jurídico-administrativo do que se toma por modelo assistencial em saúde mental a partir da Lei 10.216/2001 – a "Lei da Reforma Psiquiátrica Brasileira" –, o Hospital Psiquiátrico de Jurujuba, de gestão municipal, é um dos equipamentos que deveriam apoiar a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) de Niterói. Contudo, considerando-se o fluxo intenso, o contingente populacional que demanda e a centralidade do equipamento, no que diz respeito a atendimentos ambulatoriais e de emergência e urgência, este hospital se constitui, contraditoriamente, como um protagonista nesta rede. Sendo estruturado com albergues e enfermarias masculina e feminina, serviços ambulatoriais de emergência e urgência, esse serviço deveria contar com até 120 pacientes, mas, mesmo considerando-se a alta rotatividade, sua lotação é constantemente ultrapassada. É importante destacar que este mesmo equipamento acaba por

[9] Trata-se, inicialmente, de um conceito elaborado pela experiência da Psiquiatria Democrática Italiana, coordenada por Basaglia, e que se tornou, em 1973, pela Organização das Nações Unidas (ONU), a referência mundial como modelo de intervenção em saúde mental. Gradualmente, o conceito de desinstitucionalização migrou para o âmbito político, como bandeira de luta, e absorveu uma série de outras experiências e reflexões ao longo da história do pensamento em saúde mental. O mesmo movimento pode ser notado no campo jurídico-institucional, no que tange ao modelo de Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB) e à luta antimanicomial, no Brasil.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

absorver alguns dos pacientes oriundos do processo de fechamento, por ordem judicial, de demais hospitais psiquiátricos do município de Niterói – realidade, no mínimo, crítica.

Nesse ambiente, cuja arquitetura remonta à "era de ouro do alienismo" (CASTEL, 1978), com corredores e paredes estéreis, salas funcionais e seus *loucos* perambulando, seus odores hospitalares – e, às vezes, alguns gritos, de alegria ou inconformidade –, a paisagem manicomial é tornada complexa quando provocamos/desacostumamos nossos "modos de ver".

Segundo Crosgrove (2002), é preciso analisar a paisagem criticamente, mergulhar nela. É preciso assumir que a paisagem vai além daquilo retratado, do que é materialmente visto, e que incorpora dimensões outras que precisam ser esmiuçadas. Um fato importante é reconhecer que uma coisa é *ver*, outra é a *mirada* e outra a *percepção*. Para esse autor, o ato de ver implica no exercício instrumental de interface de nossos olhos com o mundo que nos cerca. Muito diferente já é a questão da mirada, que envolve se ater a um objeto de forma minuciosa e carregada de intencionalidade. Porém, nos interessam aqui "los sentidos de la vista", que invocam diretamente o fato de que, embora a visão seja inerente à natureza humana, a percepção é uma construção social que envolve toda uma pedagogia de "como olhar". É mais importante ainda ressaltar a importância dos *regimes de visibilidade* (GOMES, 2013) que, à semelhança dos *regimes de verdade* (FOUCAULT, 1999), denotam que a qualidade locacional do sujeito implica diretamente no que pode ser visto – e, por conseguinte, no que não pode ser visto (situação, no sentido de uma *posicionalidade*).

Propomos a desacomodação dos regimes de visibilidade instituídos pelas forças hegemônicas de produção do espaço que operam como que, no melhor dos casos, obscurecendo as iniciativas de apropriação do espaço – que as contrapõem à/na paisagem manicomial, em sua estética hegemônica e naturalizada. Nessa linha, buscamos trazer à evidência os pequenos "rastros", compostos de cartazes que marcam sutilmente as paredes dos corredores do hospital, para trazer à tona a complexidade que envolve a produção de existência em um espaço institucional como o Hospital Psiquiátrico de Jurujuba.

São fragmentos dispersos, muitas vezes, não vistos, ao longo dos corredores, quase como provocações, que incitam nossas sensibilidades e afetos e produzem desacomodações na narrativa espaço-manicomial: a paisagem também é texto! Tal situação nos imputa a necessidade de nos debruçarmos ante a paisagem manicomial com uma atitude próxima daquilo que Walter Benjamin (1987, p. 223) qualificou, na terceira de suas *Teses sobre o conceito da história*, de "cronista-narrador": que narra os acontecimentos sem distinguir "os grandes e os pequenos", entendendo que "nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história".

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Perguntas constantes que atravessam este breve artigo: a condição de adoecimento mental sofrida e cronificada pelo poder institucionalizante implica, necessariamente, na alienação do sujeito em relação ao espaço de (re)produção da sua vida? Afinal, é possível a produção de um sentido de *pertencimento*? Pode haver, de fato, a produção de potência de vida no âmago de um hospital psiquiátrico?

A loucura e o espaço manicomial

Partindo do marco da "virada pineliana" de trato com a loucura, e para um melhor aprofundamento na reflexão desta como *diversidade* e *diferença*, o termo "alienado" deve ser mais bem explorado.

O presente termo tem origem do latim *alienatus*, particípio do passado do verbo *alienare* (ceder, vender, afastar, tornar estrangeiro, alterar, transtornar, perturbar, perder os sentidos), que, por sua vez, deriva do adjetivo *alienus* (estrangeiro, extraterrestre). Todos os três termos são derivados do radical *alius* (outro, outra, diferente, diverso, outrem, restante, outros).

A partir desse conjunto de derivações, podemos refletir sobre as semelhanças e a diferença crucial que marcam as relações entre os termos *alienado* e *alienígena*. O alienado é aquele "tornado estrangeiro", o que invoca o conjunto dos processos de produção da diferença como desigualdade, como distinção de valor a partir da *norma*. De forma correlata, intui-se poder haver ainda alguma possibilidade de "reconversão" deste sujeito tornado estrangeiro, e, consequentemente, o seu reenquadramento na norma. Já o termo alienígena deriva do mesmo radical (*alius*) adicionado ao sufixo "-gena", termo que designa a condição de natureza do substantivo. Ou seja, alienígena é aquele que é naturalmente e irrefutavelmente estrangeiro – e, consequentemente, inconversível.[10]

Mais ainda, o radical *alius* está diretamente associado aos termos *alter*, *uterque* e *neuter*. O adjetivo alter ("outro"), base do termo alteridade, diz respeito àquilo que detém a "qualidade de ser outro". Versa sobre aquele que, na qualidade de ser "outro", não se confunde comigo. Já o pronome uterque nos traz a noção de "cada", "ambos", daquilo que diz respeito a dois, em que um e outro não necessariamente se confundem ou se completam, mas, de fato, se relacionam. Por fim, o adjetivo neuter completa o conjunto de significados que podemos associar à noção primeira (*alius*), base do termo adotado para designar a relação da sociedade nascente com a loucura, na modernidade:

[10] Não podemos deixar de apontar a contradição que envolve a relação sociedade-loucura e sociedade-alienígena. É, no mínimo, interessante notar que a figura alienígena provoca uma comoção mais profunda e ativa e certa dimensão de deslumbramento no interesse coletivo que a loucura não produz. Em termos sociológicos, na sociedade moderna, a loucura provoca o oposto: indiferença e repulsa. Nos dizeres de Argullol (2002, p. 15), [a cultura ocidental] "é a cultura inclinada a preferir os espectros aos homens ou, se permitido, os seres duvidosos, quando não manifestadamente mortos, às criaturas pobres mais realmente vivas. Uma cultura com vontade espectral como a descrita o é em todas as direções, mas de maneira genuína especialmente em duas: a que conduz ao sonho de não ser humana e a que conduz ao pesadelo de não ser divina".

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

trata-se da designação daquilo que é "neutro", "intransitivo", ou seja, daquilo que não pode ser transferido, transmitido, passado a outrem. O termo "neutro", aqui, completa a sentença daquilo que não pode ser "nem de um, nem de outro", muito embora faça referência a ambos: daquilo que não pode ser legado, intransferível.

A partir desse conjunto de significados, podemos considerar que a loucura, com a modernidade, do ponto de vista do paradigma psiquiátrico, diz respeito diretamente ao "outro" (qualidade da diversidade), que, por algum motivo que deve ser investigado e remediado cientificamente, tornou-se "estrangeiro" (qualidade da diferença). "Outro" que, para mim, não se confunde comigo, que nunca deve ser próximo de mim – distância que, inclusive, deve ser "preservada" no processo terapêutico. Loucura que se funda na alteridade, na relação "Eu" e "Outro", mas que, porém, não é "transferível" entre as partes. É imanente às partes, mas "não é de um nem de outro". Loucura que, fantasmagoricamente, se transforma em ente, existência per si, e sujeito. E que, nesse sentido, demanda a intervenção em ambiente estéril, controlado e manipulado, com todo o esforço, de forma pretensamente inviolável, em um território material, simbólica e radicalmente delimitado, para que esta, "sujeita de si", não vincule, transmita, transite. Assim, o asilo de alienados, o hospício, o manicômio ou o hospital psiquiátrico emergem como um espaço manicomial privilegiado de contenção e controle da diferença e de anulação da diversidade.

Em contraposição, se partirmos de uma leitura lefebvreriana de espaço para encaminhar uma análise do espaço manicomial, é fundamental expor que este extrapola a arquitetura (física e institucional) do hospital. Segundo Haesbaert (2004), para Lefebvre, o espaço decifrável e que se lê deve ser tratado em suas diferentes qualidades constitutivas:

a. como *espaço concebido*: espaço absoluto, do planejamento, dos urbanistas e engenheiros; dimensão externa e objetiva do espaço, dominada no processo de (re)produção das relações de produção – *representações do espaço*;
b. como *espaço vivido*: espaço do imaginário, da multiplicidade, dos artistas, da coexistência e da diferença – *espaços de representação*; e
c. como *espaço percebido*: espaço relativo, que não comporta somente objetos espaciais duráveis (formas espaciais), mas também espaços de representação (imagens, narrativas, míticas) – *práticas espaciais*.

Lefebvre (1986 apud HAESBAERT, 2007, p. 21) nos leva a perceber que não se trata do espaço "num sentido genérico e abstrato, muito menos de um espaço natural-concreto. Trata-se, isto sim, de um espaço-processo, um espaço socialmente construído".

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Ferreira (2007), ao analisar o mesmo autor, discorre que as relações sociais existem como produtos e produtores "a partir" e "com" a construção de certas espacialidades que correspondem ao espaço socialmente construído, ao mesmo tempo, concreto e abstrato. E é nestas espacialidades efetivamente vividas e socialmente produzidas que as dimensões do espaço (o percebido, o concebido e o vivido) se organizam e se imbricam, tornando ainda mais densa a trama socioespacial correspondente. Trama que se refere tanto à estrutura de dominação definida pelas forças hegemônicas (historicamente, de caráter manicomial), quanto às disputas cotidianas de apropriação exercidas pelos sujeitos hegemonizados – resistências, negações, reinvenções, heterotopias, fissuras, desvios, contraposições.

Conforme Haesbaert,

> Lefebvre distingue apropriação de dominação ("possessão", "propriedade"), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do "vivido", do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca. Segundo o autor: "O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica "apropriação" e não "propriedade". Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos "agentes" que o manipulam tomando-o unifuncional, menos ele se presta a apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo" (LEFEBVRE, 1986, p. 411-412) (HAESBAERT, 2007, p. 21).

Como decorrência disso, observa-se que o conjunto das espacialidades produzidas no cotidiano acaba por se expressar como territórios múltiplos, diversos e complexos, que se contrapõem, em diferentes medidas, ao território "unifuncional" da lógica hegemônica manicomial, que não admite multiplicidade, sobreposição de jurisdições e/ou de territorialidades (HAESBAERT, 2007).

Entretanto, do ponto de vista dos jogos de apropriação e dominação, é crucial compreender que equacionam diferentes, mas correlatas, forças: as forças da *ordem próxima* e as da *ordem distante*. De forma que a ordem distante (mais afim à *dominação*), contendo a ordem próxima (mais afim à *apropriação*), a persuade e nela completa o seu poder de coação. Ao mesmo tempo, a ordem próxima, contida na ordem distante, a encarna, a constrange, a projeta sobre um terreno subordinado ao plano da vida concreta. É nesta dialética que, ao mesmo tempo em que o espaço carrega consigo o conjunto de signos, símbolos e códigos próprios das práticas e do cotidiano, do *modus* particular, do "efetivamente vivido" na escala dos sujeitos, transmite também as mensagens hegemônicas do poder e da dominação.[11]

[11] "Há um clima de guerra permanente entre ambos os grupos antagônicos [oprimidos e opressores], e, mesmo em cada grupo, há facções e disputas, relações de poder, forças em luta que compõem o cenário institucional" (BENELLI, 2004, p. 239).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Mesmo assim, a capacidade dos sujeitos de se apropriarem efetivamente dos espaços, de escaparem da dominação e de se instituírem como potentes agentes produtores do espaço tem relação direta com certo nível de "abertura" dessas *instituições totais.*[12] No caso brasileiro, tal "abertura" se deu no bojo do processo de reestruturação do modelo assistencial em saúde mental no país, que começou a se desenhar no contexto de distensão política e redemocratização, a partir das décadas de 1970/80.

Em uma grande (e atual) arena de disputa, a reorientação do modelo assistencial acabou por amalgamar diferentes experiências, ações, propostas e projetos em saúde e saúde mental, organizadas em diferentes frentes (institucionais, acadêmicas e políticas). Assim, como resultado, após todo um conjunto de transformações, o projeto de lei encaminhado pelo então deputado Paulo Delgado (Partido dos Trabalhadores/MG) ao Congresso Nacional, em 1989, que propunha a regulamentação dos direitos da pessoa com transtornos mentais e a extinção progressiva dos manicômios no país, acabou por transfigurar-se na Lei Federal 10.216 (a "Lei da Reforma Psiquiátrica Brasileira"), aprovada em 2001.

O encaminhamento do projeto de lei pelo referido deputado marcou o início das lutas do movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira nos campos legislativo e jurídico-normativo, luta que transcorreu ao longo de 12 anos (até a aprovação da Lei da Reforma Psiquiátrica) e que continua até os dias atuais. Porém, nem a Lei da Reforma Psiquiátrica Brasileira, tampouco nenhuma outra legislação subsequente, viria a prever a extinção progressiva dos manicômios, mas, sim, o "descentramento" destes na reestruturação do modelo assistencial. O foco se torna o privilegiamento de criação, manutenção e fortalecimento de equipamentos extra-hospitalares, tendo as internações (e, por conseguinte, os hospitais psiquiátricos) como indicativas em caso de, e apenas se, aqueles recursos forem insuficientes (BRASIL, 2001, Art. 4º). O que nos parece contraditório, do ponto de vista do que propunha a luta antimanicomial inicialmente, via movimento de Reforma Psiquiátrica Brasileira, e acaba por refletir as disputas de poder no campo legislativo e os impasses entre os diferentes grupos sociais e as frações de interesses que atuaram/atuam ao longo desses 12 anos de negociações.

Mas, apesar de prever a manutenção do recurso hospitalar, essa lei aponta uma diferenciação importante entre este (previsto e permitido em caráter complementar) e as "instituições com características asilares", taxativamente proibidas (BRASIL, 2001, Art. 4º, § 3º). Seriam, então, "instituições com características asilares" aquelas instituições cujos regimes de internação não sejam estruturados de forma a garantir "a assistência integral à pessoa portadora de transtornos mentais,

[12] Para Goffman (1987), as instituições totais se caracterizam por serem estabelecimentos fechados de internação, onde um grupo relativamente numeroso de internos vive, em tempo integral, sob a influência de ações restritivas e controladoras esmiuçadas por agentes opressores.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer, e outros" (BRASIL, 2001, Art. 4º, § 2º); e que não lhes assegurem os direitos sociais básicos previstos pela lei:

> I - ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades; II - ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade; III - ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração; IV - ter garantia de sigilo nas informações prestadas; V - ter direito à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária; VI - ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis; VII - receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento; VIII - ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis; IX - ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental (BRASIL, 2001, Art. 2º, Parágrafo Único).

Perante a lei, o hospital aparece como possibilidade, mas desde que "renovado" e não mais como espaço manicomial. Ao mesmo tempo, o foco na criação, na manutenção e no fortalecimento dos equipamentos extra-hospitalares faz emergir, no campo da saúde mental, a dimensão do território como promessa de operar transformações radicais tanto no paradigma de cuidado, em vistas à desinstitucionalização, à valorização e à afirmação da diversidade, e de humanização das relações de cuidado em saúde mental, quanto na reorientação das estruturas e práticas institucionais (ATALLAH, 2013). Busca-se se desenhar a partir de e com o território a construção, em escala municipal, de uma Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), corporificada na integração dos serviços extra-hospitalares e intersetoriais (Unidade Básica de Saúde, Centros de Referência de Assistência Social etc.), e operando com base territorial e comunitária.

Atualmente, após 17 anos de reforma aprovada, são muitas as dificuldades colocadas para a construção, a manutenção e o fortalecimento das RAPS: o delineamento efetivo da porta de entrada; o subfinanciamento; a fragilidade das relações de trabalho; a falta de medicamentos; as dificuldades de formação de profissionais qualificados e que atuem de forma inter e transdisciplinar; a ausência de espaço e de recursos para a infraestrutura dos serviços; o aumento exponencial das demandas no setor e a quantidade e qualidade de serviços inferiores à demanda. Ocorre que muitos dos hospitais psiquiátricos, na prática, se mantêm como protagonistas frente às demandas em saúde mental. Por outro lado, nesse hiato, podemos observar o avanço de algumas experiências de requalificação desses espaços (mudança de perfil profissional, infraestrutura, formas de gestão, linhas terapêuticas, requalificação das práticas de cuidado etc.) propulsionadas pelo acirramento da arena de disputas entre as diferentes forças e agentes sociais das diferentes esferas (gestão, administração, profissionais, pacientes, familiares e pesquisadores) em seu interior. Destarte, a nosso ver, um dos grandes desafios da Reforma Psiquiátrica Brasileira, na atualidade, consiste em definir o que se fazer com os hospitais psiquiátricos perante as dificuldades de constituição, manutenção e fortalecimento das RAPS para fazer avançar a luta antimanicomial. Seria o hospital

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

um espaço estratégico a ser disputado? Pode o hospital, após séculos de violência institucional, transformar-se em um espaço antimanicomial?

A paisagem manicomial, entre a *apropriação* e a *dominação*

Um fato relevante que marca a luta antimanicomial é o protagonismo dos usuários e dos familiares nas disputas das pautas e das intervenções em relação ao cuidado no campo da saúde mental. Protagonismo que contagia muitos profissionais e alguns gestores, e que acaba por extravasar nos espaços manicomiais como um todo, produzindo fissuras[13] na rigidez dos dispositivos territoriais manicomiais e em sua estética "naturalizada" ao longo dos séculos. Outros saberes, outras temporalidades, outros *regimes de verdade*,[14] e, com isto, outras *estéticas da existência*[15] buscam se exprimir. Estas fissuras se manifestam produzindo sentidos diferenciados à paisagem (tanto como "orientação", direcionamento do olhar; quanto como experiência), que se contrapõem àquela paisagem manicomial esterilizada-esterilizante, tensionando nossos modos de ver, e, com isso, desnaturalizando o cômodo aparente.

Para Crosgrove,

> Igualmente, o enxergar, a visão e o próprio ato de ver [...] trazem consigo muito mais do que uma simples resposta dos sentidos, é dizer sobre algo a mais do que uma pegada passiva e neutra das imagens formadas pela luz na retina dos olhos. A visão humana é individualmente deliberada e está culturalmente condicionada. [...] Aprendemos a ver graças à mediação comunicativa de palavras e imagens e estas formas de ver se convertem em "naturais" para nós. Mas o deslocamento geográfico ou a transformação cultural podem perturbar o ato de ver, abrindo assim um espaço para uma reflexão mais crítica sobre o que é visto (CROSGROVE, 2002, p. 66-67).[16]

À primeira vista, o cenário do Hospital Psiquiátrico de Jurujuba expõe uma situação que parece "clássica": uniformes cinzas ou brancos ou azuis, brasões, carimbos, marcas institucionais que tatuam os corpos institucionalizados. Corredores longos, enormes, por onde o mínimo som

[13] No sentido que Jhon Holloway atribui ao termo. Cf. Holloway, 2013.

[14] Para Foucault (1999), o poder pode até produzir efeitos repressivos, mas, principalmente, produz efeitos de saber e institui verdades. É que as ordens discursivas, os "discursos de verdade", já são em si constituídas/constituintes de poder, por meio da linguagem, do comportamento e dos valores, e, desta forma, aprisionam os sujeitos. Ao exercer-se, o poder forma, organiza e coloca em circulação um regime de verdade, de forma que a produção da Verdade (como discurso universal legitimado) é genética às relações de poder.

[15] A estética da existência se relaciona com as discussões acerca da ética do sujeito nas ideias de Michel Foucault, que envolve a criação de um "estilo próprio", concernindo à maneira pela qual cada indivíduo constitui em a si mesmo como sujeito da própria conduta. Exprime uma ética do cuidado de si fundada nas práticas de liberdade do sujeito, em que não existam códigos exteriores e regras de conduta universais, mas que estejam implicadas diretamente na invenção de si e da sua própria vida como obra de arte. Cf. Foucault, 1985.

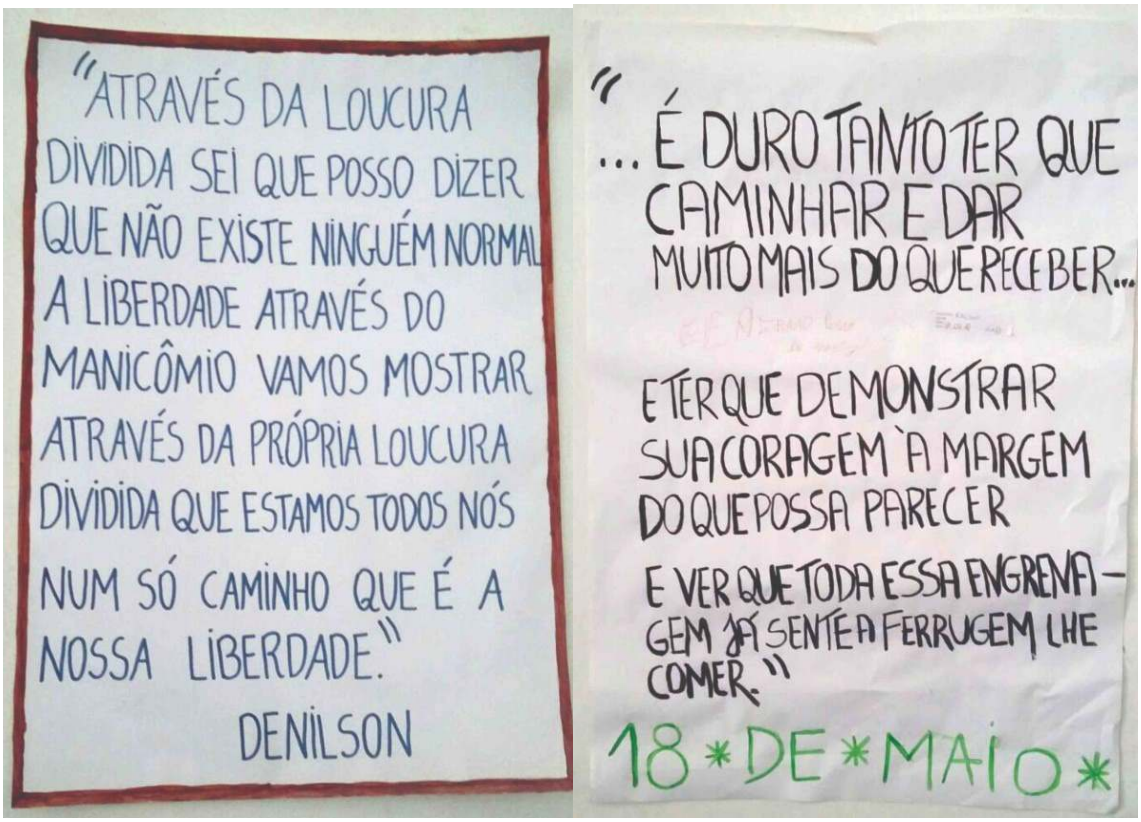
[16] Tradução livre.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

reverbera como um trovão. E há trovões... Barulhos, pés arrastados, gritos, gargalhadas, por vezes, discussões. Uma mistura de cheiros tão particular que se pode dizer tratar-se de quase uma memória olfativa específica: o cheiro da loucura. Olhares desatentos, olhares compulsivos, comportamentos atípicos, comentários distópicos. Uma típica *paisagem manicomial*, conformada e apresentada ao imaginário como Verdade, finalizada em si. Haveria outras imagens pictóricas, outros cheiros, outros barulhos, outras texturas naquele lugar? Era preciso reposicionar o olhar.

A partir de uma rampa em espiral se acessa o segundo andar do hospital. No sopé, um saguão de entrada com um piano e uma pequena mesa (que, por hora, funcionava como banco ou encosto). Subindo, se vê uma série de cartazes espalhados pela parede "meio-branca-meio-cinza". Cartazes de todas as cores, tamanhos e temas. Como uma tentativa de "encarnação" da loucura nas paredes do hospital, este mural vivo aponta algumas coisas notáveis. A primeira delas são dois cartazes de tempos diferentes (nota-se pelo estado do papel), lado a lado (Imagens 1 e 2), e aparentemente despretensiosos, mas que nos abrem um excelente ponto para reflexão.

Imagens 1 e 2 – Cartazes "Denilson" e "Luta antimanicomial".



Fonte: *Fotografia do autor, 2017.*

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

De um lado, observamos um cartaz anônimo que celebra o dia 18 de maio (Dia Nacional da Luta Antimanicomial), com o trecho de uma canção de Zé Ramalho, "Admirável gado novo". O cartaz explicitamente denuncia a estrutura social corrompida e que produz doença na/da sociedade, sendo apresentado um trecho dessa música como forma de crítica direta a esta estrutura, que (re)produz loucura, e a estrutura manicomial. Aposta-se na possibilidade de novos horizontes às estruturas sociais e na decadência inevitável dos dispositivos territoriais manicomiais, como pode ser intuído pelo verso "E ver que toda essa engrenagem já sente a ferrugem lhe comer".

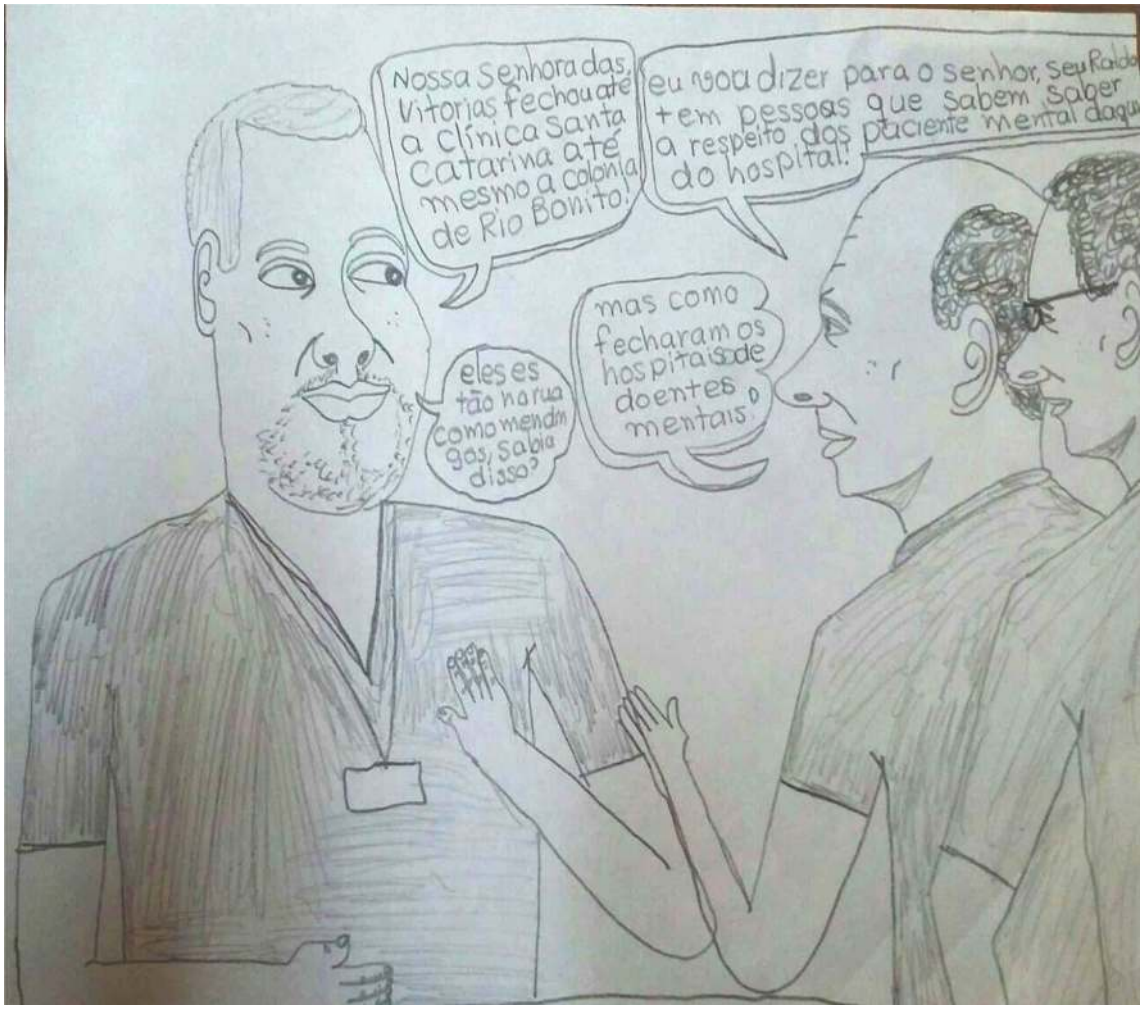
Ao mesmo tempo, exatamente ao lado, expõe-se outro cartaz que denota algumas semelhanças, mas com diferenças fundamentais. O cartaz de Denilson, ex-interno que, nos dias de hoje, trabalha e possui uma lanchonete dentro do hospital, apresenta dois posicionamentos bastante particulares: primeiro, a perspectiva de uma "loucura dividida", como aquilo que é compartilhado por todos. O axioma se estrutura nos seguintes termos: a loucura é dividida por todos, tanto em seus efeitos (consequências e desdobramentos que afetam desde os familiares à sociedade, de forma mais ampla), quanto em sua produção social como *diversidade* e *diferença* – ou seja, compartilhada, dada a sua gênese na *alteridade*. Sendo assim, o autor do cartaz afirma, em sua primeira sentença: "através da loucura dividida [compartilhada por todos] sei que posso dizer que não existe ninguém normal."; e, mais à frente, afirma que "estamos todos nós num só caminho que é a nossa liberdade." Segundo posicionamento: se, por um lado, este segundo cartaz também apresenta certa crítica às estruturas, diferentemente do primeiro cartaz, se aposta agora na possibilidade de ruptura com estas estruturas "por dentro" dos dispositivos territoriais manicomiais: "A liberdade através do manicômio vamos mostrar, através da própria loucura [que é] dividida." Agora, se aposta explicitamente no hospital como um espaço afirmação da voz da loucura, *lócus da diversidade*, por meio do qual se pode alçar à liberdade.

Para alguns usuários dos serviços de saúde mental, às vezes, o hospital psiquiátrico produz certo sentimento de *refúgio* (inclusive, em alguns casos, o senso de *habitar*).[17] Outro cartaz estampado no corredor, produzido por Jerônimo, em tratamento de longa data no hospital, corrobora a visão deste como *abrigo* (Imagem 3), ao retratar uma conversa ficcional entre funcionários e gestor:

[17] Cf. Heidegger, 2002.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Imagem 3 – Cartaz "Fechamento", de Jerônimo. Fonte: Fotografia do autor, 2017.

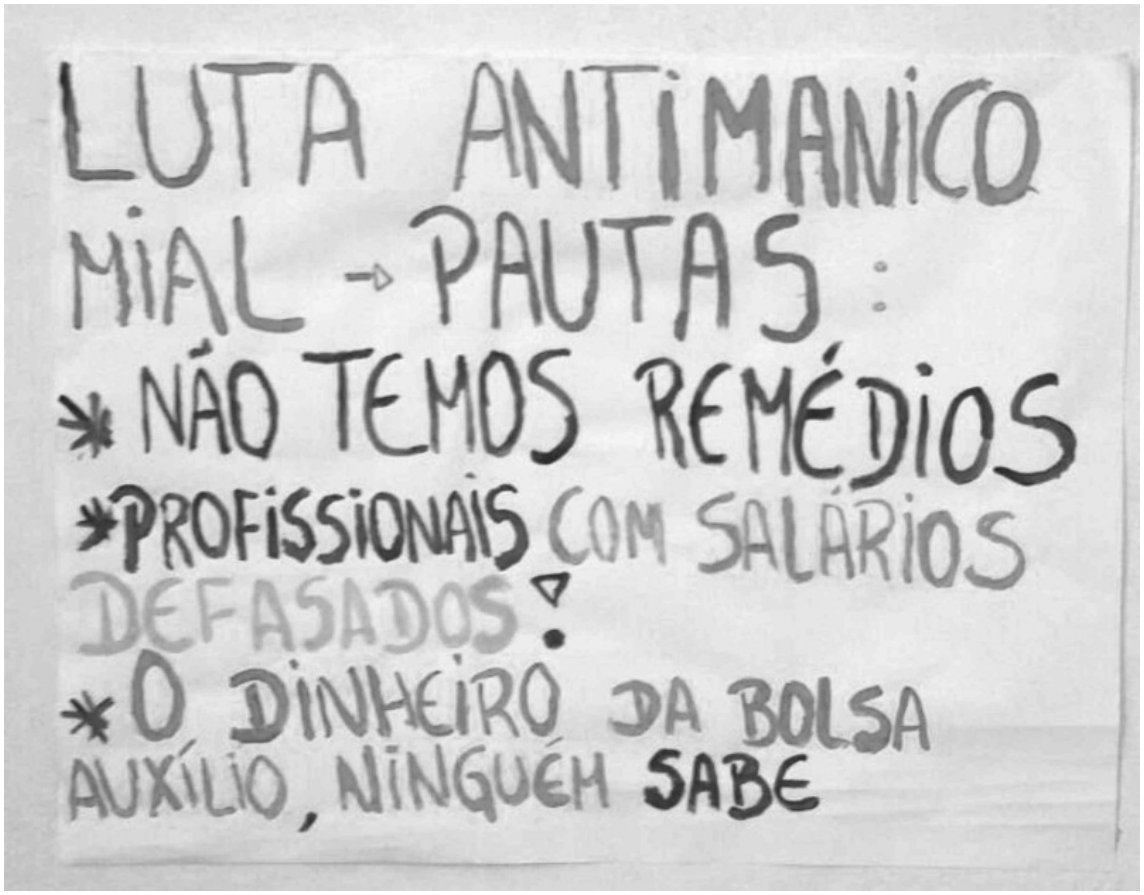


Mas, qual é o medo? O medo é o medo da rua. Não da rua em si, mas da situação de rua, da mendicância, da exposição à violência decorrente da condição de fragilização social. Em alguns outros relatos, o medo é de que, sem o hospital, seus destinos sejam os hospitais de custódia (os "presídios de malucos") e demais unidades prisionais. Coabita uma posição ambígua: ao mesmo tempo em que, se como *espaço manicomial*, o hospital opera como *dispositivo territorial manicomial* – e, portanto, de assujeitamento –, por outro, funciona como *abrigo*, *refúgio*, *espaço de segurança* aos mesmos sujeitos sujeitados – podendo vir a ser até visto como espaço de vocalização, de afirmação da diferença e de potencial para a liberdade, tal qual apontado por Denílson.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

As paredes também marcam e registram a intensidade do debate político presente e pautado pelos usuários e seus familiares. No auditório do hospital, ocorrem as reuniões regulares da Associação de Usuários e Familiares (AUFA) da população em condição de sofrimento mental de Niterói. Tais reuniões mobilizam um contingente considerável de usuários, familiares, profissionais e gestores, e acaba por ser o espaço privilegiado das pautas e disputas da Rede de Atenção Psicossocial de Niterói como um todo, extrapolando em muito as questões internas e domésticas ao hospital (Imagens 4 e 5).

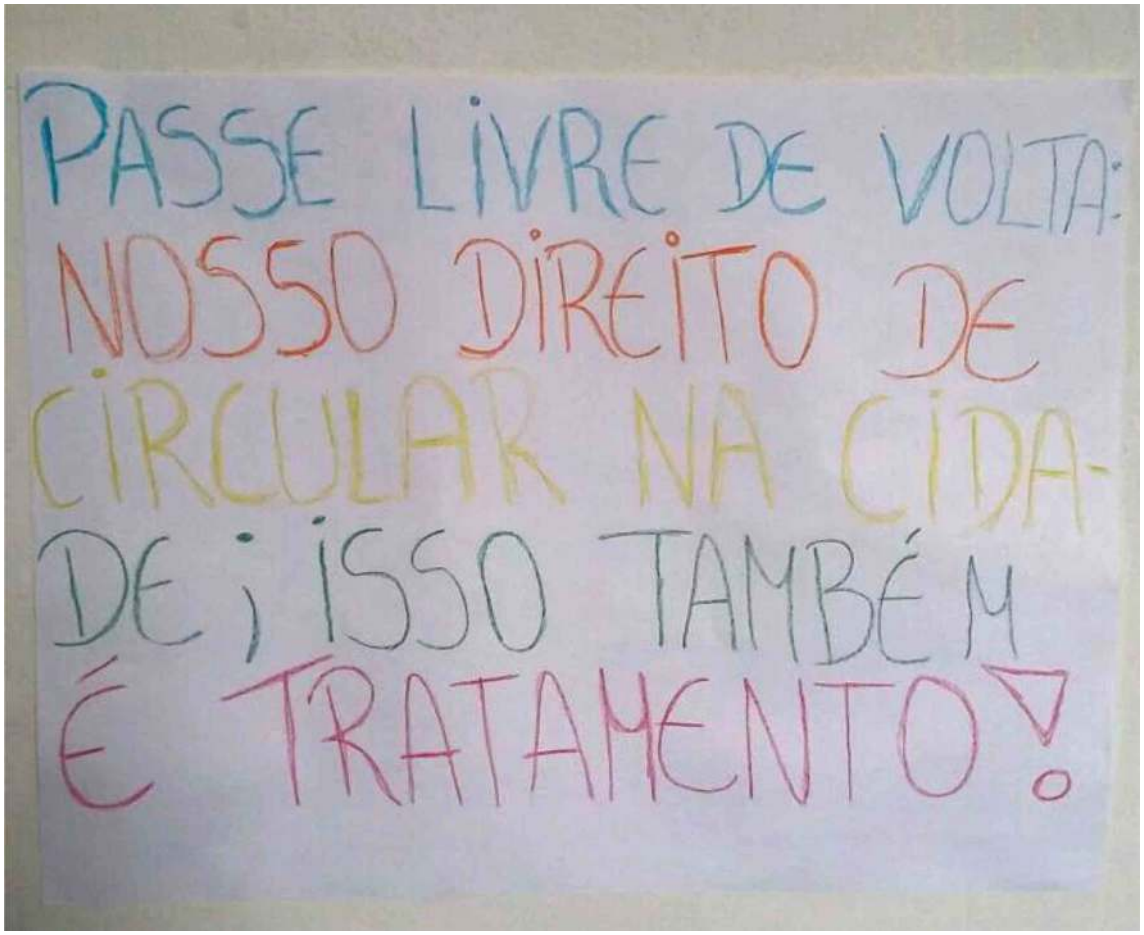
Imagem 4 – Cartaz "Pauta das reuniões".



Fonte: *Fotografia do autor, 2017.*

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Imagem 5 – Cartaz "Passe livre".



Fonte: *Fotografia do autor, 2017.*

É interessante, nesse cenário, ressaltar a importância do passe livre para os usuários da RAPS, de forma geral, mas também para o hospital, em particular. Sendo o Hospital Psiquiátrico de Jurujuba considerado um espaço de abrigo e referência para essa população, e, ao mesmo tempo, previsto como complementar às RAPS, o passe livre, mais do que instrumento fundamental para acesso aos serviços e equipamentos extra-hospitalares distribuídos pela cidade necessários a uma terapêutica descentrada no hospital, também representa ao *louco* sua liberdade de ir-e-vir e a possibilidade de afirmação de sua própria existência perante a sociedade de forma mais ampla, pela livre circulação e pelo uso da cidade. Está em pauta também o *direito à cidade*.[18] Esta questão fica ainda mais clara quando observamos o samba-enredo do bloco carnavalesco "Loucos pela Vida", organizado pelo Centro de Convivência e Cultura da RAPS, no ano de 2017:

[18] Cf. Lefebvre, 2001.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

PASSE LIVRE JÁ QUE O CALOR TÁ DE MATAR

Compositores: Ângela Carvalho, Cesar Augusto, Igson Thadeu, Luzivane Monteiro, Márcia Simone, Natalia Rodrigues, Paulo Fernando, Wanderson dos Santos.

O povo do CAPS quer andar
A pé não dá

O calor tá de matar (2x)
Eu quero ir pra Sapucaí
Sem passe livre não dá pra ir (2x)

Quando cheguei aqui em Jurujuba
Já delirando
Ai, meu Deus, pura loucura (2x)

Loucos pela vida a protestar
Meu passe livre já! (2x)

Como vou sambar
Se eu não posso voltar (2x)

Fiquei maluco
Fiquei sem meu cartão
Senhor prefeito
Me arrume a solução (2x)

Vem nos ajudar
Meu tratamento não pode parar (2x)

Se estou em São Gonçalo
O samba é de lá pra cá
Se estou em Niterói
O samba é daqui pra lá (2x)

Samba lelê tá doente
Tá com a cabeça quebrada (2x)

Nesse contexto, as diversas expressões da loucura contestam a paisagem manicomial por meio de formas plurais de apropriação dos espaços institucionais (seja na rede, no caso da música, de um desfile de carnaval, ou no hospital, com a fixação de cartazes). Nos detalhes banais – não porque "menores", mas, sim, porque "de base" –,[19] esboçam-se outras estéticas, carregadas de todo um conjunto de significados e valores associados. Na apropriação, no uso do espaço, a produção de espaços outros – *contra-espaços*, no sentido lefebvreriano.[20]

No processo de disputa que envolve a produção do espaço, gradualmente, é como se o paciente elaborasse certo senso de *pertencimento* e apertasse os laços entre *espaço* e *existência*, chegando ao ponto de produzir um movimento, sempre complexo, de *des-re-territorialização* no

[19] Comentário inspirado no artigo "Banalidades de base", de Raoul Vaneigem (1998), originalmente publicado nos números 7-8 da revista Internationale Situationiste, abril de 1962 e janeiro de 1963. Cf. Vaneigem, 1998.

[20] Cf. Lefebvre, 1986.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

hospital, para refundar o espaço manicomial sobre outros pressupostos. Pressupostos pretensamente definidos pelos pacientes em atos de disputa, no desvio, nas *linhas de fuga*,[21] pela afirmação de sua liberdade e do direito de apropriação e uso do espaço de forma outra – espaços tão historicamente constituídos pela opressão manicomial.

Desterritorialização e *reterritorialização* são conceitos de caráter fortemente geográfico, mas que surgem no campo da filosofia a partir de Deleuze e Guattari (1976), sendo referenciados na geografia com os trabalhos elaborados por Haesbaert (2004). Para este autor, a reterritorialização se refere ao processo de reconstrução do território, enquanto a desterritorialização, de forma geral, corresponde ao seu processo de desestruturação. Ou, nos termos deleuzianos, é um "vetor de saída dos territórios". Seguindo nesta perspectiva, não poderia haver território sem um "vetor de saída do território", e não haveria saída do território (ou seja, desterritorialização) sem, ao mesmo tempo, haver um esforço para se reterritorializar. Portanto, um território pode ser desterritorializado, engajar-se em linhas de fuga, transfigurar-se e até destruir-se, ao mesmo tempo em que se refunda sob outras bases.

A desterritorialização é, então, o processo pelo qual se abandona o território,[22] não sendo este um fenômeno necessariamente derivado do movimento de deslocamento físico dos sujeitos, posto que, segundo Haesbaert,

> Assim como a territorialização pode ser construída no movimento, a desterritorialização também pode ocorrer através da "imobilização", pelo simples fato de que os "limites" do nosso território podem não ter sido definidos por nós e, mais grave ainda, podem estar sob o controle ou o comando de outros (HAESBAERT, 2004, p. 20).

[21] Para Deleuze, "fugir" é um ato libertário, criador e criativo, que nos conduz a um novo modo de vida. É também a tomada de uma postura de negação à submissão de potências fixas e estabelecidas, para descobrir novos mundos. Ao "fazer o sistema vazar como se fura um cano" (DELEUZE, PARNET, 1998, p. 49), a fuga permite romper paradigmas, olhar o mundo por outros vieses. Fugir é romper com o que está estabelecido, e, portanto, um ato de coragem e ousadia. "Uma fuga é uma espécie de delírio. Delirar é exatamente sair dos eixos (como "pirar" etc). Há algo de demoníaco, ou de demônico, em uma linha de fuga. Os demônios distinguem-se dos deuses, porque os deuses têm atributos, propriedades e funções fixas, territórios e códigos: eles têm a ver com os eixos, com os limites e com cadastros. É próprio do demônio saltar os intervalos, e de um intervalo a outro" (DELEUZE, PARNET, 1998, p. 53).

[22] Destaca-se que, de acordo com a abordagem trabalhada, nunca nos des-re-territorializamos sozinhos, mas sempre de forma coletiva.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Conforme Saquet (2000), como "vetores", desterritorialização e reterritorialização coexistem no tempo e podem coexistir em um mesmo espaço, sendo inseparáveis e movidos por sua relação intrínseca em ambos os processos, muito embora, para nós, não necessariamente se tratem de "vetores contraditórios", como afirma este autor. Em nossa interpretação, essas linhas de força não são contraditórias, como a visão dialética as entenderia. Não se prestam ao movimento de afirmação e negação, de "tese-antítese-síntese", mas coexistem e podem emergir, inclusive de forma ambígua, em contingências distintas que se esboçam no cotidiano das relações socioespaciais.

Para Corrêa,

> A "desterritorialização" tem o sentido de perda de território apropriado e vivido em decorrência de diferentes processos originados de contradições capazes de desfazerem territórios; ao passo que reterritorialização refere-se à criação de novos territórios, seja por meio de reconstrução parcial, "in situ", de velhos territórios, seja através da recriação parcial, em outro lugar, de um novo território, que contém características do antigo (CORRÊA, 1994, p. 4).

De forma geral, o processo de reterritorialização responde ao movimento de apropriação do espaço. E, muito embora desterritorialização e reterritorialização sejam processos indissociáveis, geralmente operam em escalas distintas. Nos termos de Haesbaert,

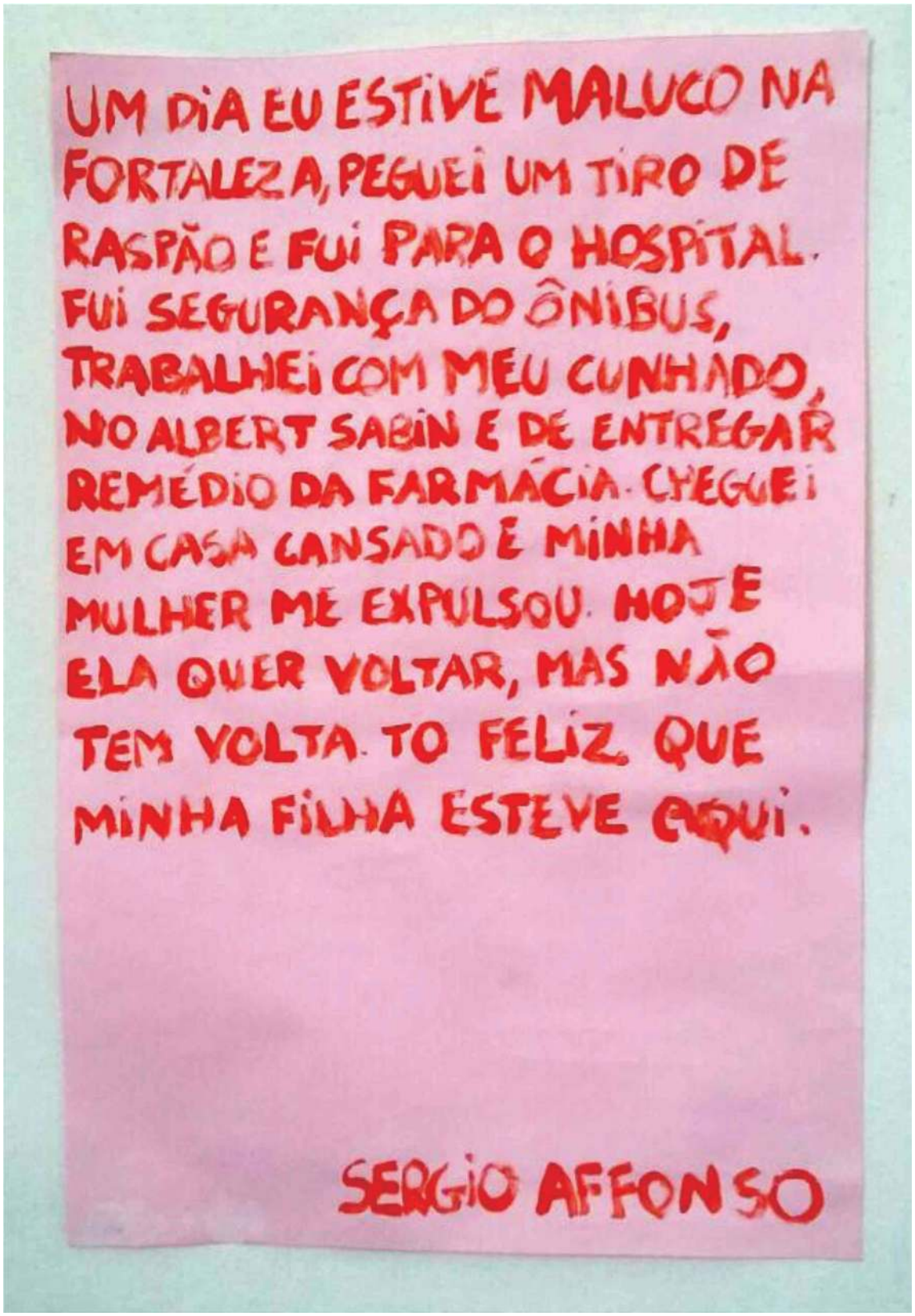
> A reterritorialização é formada em escalas à margem da escala da territorialização hegemônica, comportando geralmente delimitações mais bem definidas. Um ator ou grupo quando desterritorializa outro, usando para tanto certas estratégias, imprime concomitantemente uma reterritorialização para si mesmo, enquanto que o outro perfaz, também, uma reterritorialização em outra escala de atuação, redefinindo parcelas de suas práticas sociais (HAESBAERT, 2004, p. 12).

Dada essa dimensão indissociável entre os conceitos, no processo, sempre em movimento, de territorialização das relações socioespaciais, é que podemos falar em des-re-territorialização.

Talvez os "rastros" em que a questão do surgimento de um sentimento de pertencimento, que se revela no movimento de des-re-territorialização, apareça de forma mais explícita estejam naqueles cartazes fixados em que os pacientes expõem sobre suas intimidades e histórias pessoais. Intimidades, assim, não mais privadas, mas que, ao serem expostas nas paredes, são compartilhadas com o coletivo, denotando certo sentido de comunidade (Imagens 6 e 7).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

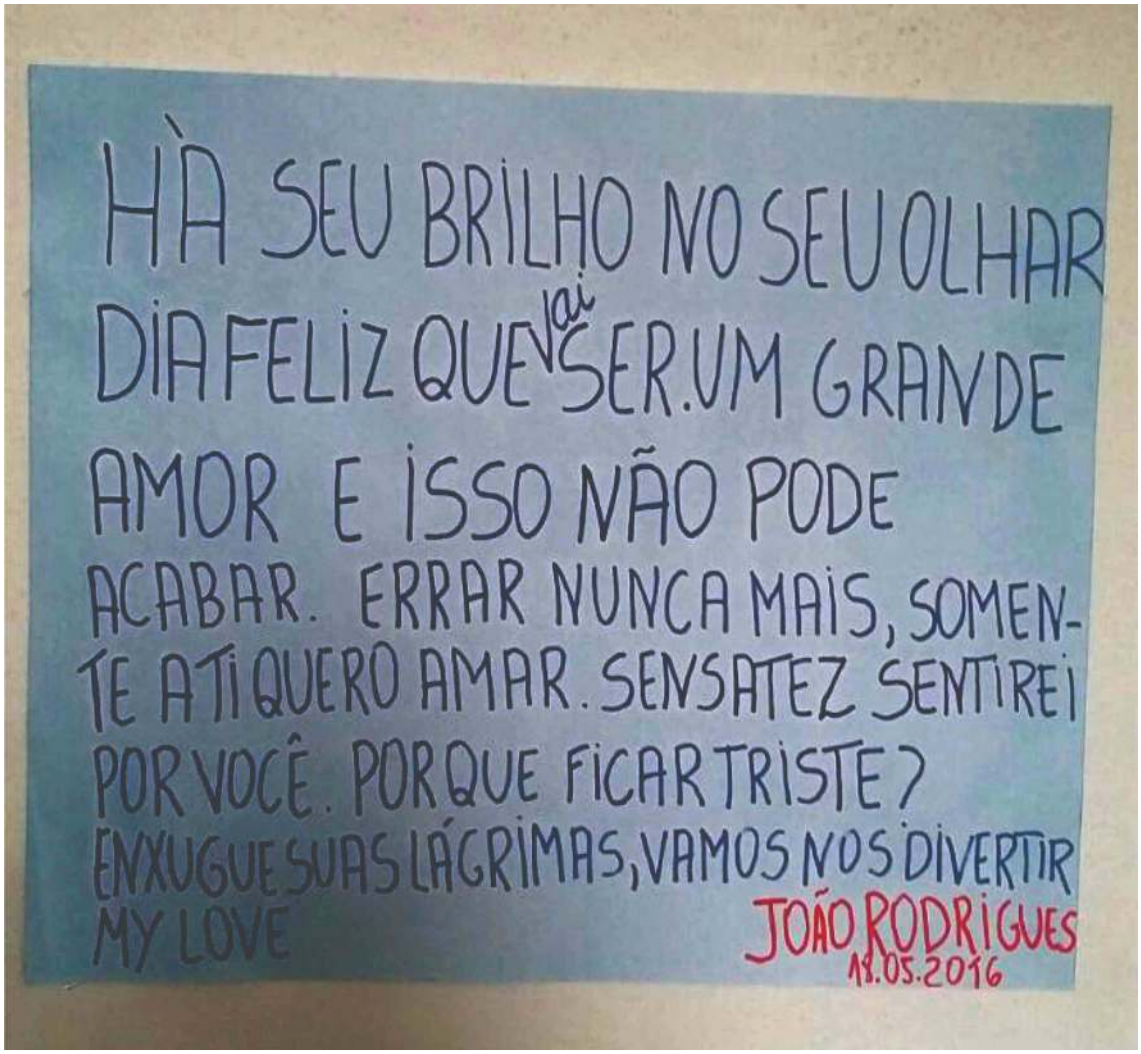
Imagem 6 – Cartaz "Affonso".



Fonte: *Fotografia do autor, 2017.*

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Imagem 7 – Cartaz "João Rodrigues".



Fonte: *Fotografia do autor, 2017.*

A situação dos vínculos criados pelos pacientes do hospital e a complexidade que envolve a problemática do espaço manicomial podem ser ainda mais bem desenvolvidas se nos debruçarmos sobre o evento chamado "Musicatório", ocorrido em 2017. Este evento sucedeu por meio da auto-organização de pacientes, familiares e trabalhadores do hospital, com o apoio dos gestores, como forma de protesto e de "despedida" do (atualmente antigo) auditório – sede das reuniões da AUFA e das atividades coletivas, entre outras funções. Ocorreu que, para a construção do novo túnel da cidade (o túnel Charitas-Cafubá), interligando a Região Oceânica à Região das Praias da Baía, via bairro de Jurujuba, parte da área do hospital teve de ser derrubada. O plano de construção dessa via previa a destruição de uma área bastante significativa, tanto em valor histórico e simbólico, quanto em dimensão espacial, do terreno. Esta notícia produziu uma série de dificuldades no cotidiano

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

hospitalar, se agravando ainda mais quando começaram as implosões para a perfuração do túnel. A situação de tensão não se restringiu apenas à escala das relações entre os profissionais e gestores da instituição e a prefeitura, mas aos próprios pacientes, que se desestabilizaram pela possibilidade de perda do hospital, de um lado, e pela violência da intervenção em si (grandes explosões, fluxos de pessoas "estranhas" no interior do espaço institucional etc.), de outro.

O fato mais marcante talvez tenha sido o impacto das implosões, que propiciou uma série de situações de instabilidade em vários pacientes, que afirmavam desde a chegada do "fim do mundo" até perseguição pessoal. Diante disto, coletivamente, se organizou o I Sarau da Implosão, que consistiu em um sarau, uma grande festa, que culminava com uma contagem regressiva para as implosões, de forma a ressignificá-las: transformar a tragédia em festa.

Pouco tempo depois, a necessidade de derrubada do auditório produziu mais comoção. Mesmo sendo garantida a construção de outro, ainda assim, a comunidade do hospital, como um todo, recriminava a iniciativa e afirmava a força e a importância daquele espaço. Foi marcado, então, um grande "protesto-despedida", que tomou uma tarde inteira com muita música, intervenções artísticas e homenagens de toda a comunidade ao auditório. O ápice do "Musicatório" se deu com uma intervenção, produzida em articulação com os pacientes, que envolvia entoar em tom de marcha, e mesclando samba e *rap*, o seguinte cântico:

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

MUSICATÓRIO SAMBA ROCK

(Autoria: Grupo Cantoria/Musicoterapia Ambulatório)

Transformação
O auditório vai passar por uma reformulação
Pra onde foi o auditório, irmão?

Pra cadeia?
Pra cadeia, não!
Chega de cadeia, irmão.

De Cafubá para Charitas
Como vai se transitar?
E o passe? E o remédio?
Quem é que vai pagar?
O túnel vai passar aqui mesmo no auditório?
Ou será que isso é transitório?

Conservatório
Auditório
Ambulatório
Consultório
Crematório

(Olê, olê, olá) Precisamos resolver
Precisamos conversar
(Olê, olê, olá) O auditório
Não se deveria derrubar

Não destrói o auditório, não
Aonde vamos cantar a nossa canção?
Aqui tem coisa boa
Enfermeiros, cuidadores, alimentação, musicoterapia
Que não é brincadeira, não

A parada tá sinistra
A história é complicada...
Vou falar nada...

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

A seguir, destacamos alguns comentários. Logo nos primeiros versos, já podemos notar a repetição da dimensão do medo e do hospital como abrigo. O medo do hospital de custódia e das demais unidades prisionais é latente mediante a destruição parcial do hospital. Num ciclo que começa no "conservatório", para seguir ao "auditório", chegando ao "ambulatório", seguindo pelo "consultório" e até o "crematório", o medo da destruição do hospital recai sobre a dimensão do caminho trágico: ou da morte ou da "cadeia". Nota-se também uma crítica direta tanto da função do túnel, para eles (como cidadãos), quanto da escolha de prioridades nas políticas públicas municipais: "De Cafubá para Charitas/Como vai se transitar?/E o passe? E o remédio?/Quem é que vai pagar?".

Por fim, cabe ainda salientar a perspectiva da valorização do hospital nos versos: "Aqui tem coisa boa/Enfermeiros, cuidadores, alimentação, musicoterapia/Que não é brincadeira, não". Observam-se mais dois destaques pontuais: o primeiro diz respeito ao fato de o cântico elencar a musicoterapia (e, consequentemente, a arte, de forma geral) no mesmo nível de valorização dos enfermeiros e cuidadores, que respondem ao âmbito mais basilar dos cuidados em saúde. O segundo é acerca da alimentação. Para muitos pacientes, a questão do hospital como abrigo extrapola a esfera apenas da proteção contra a violência, mas também abarca o significado de ser este o espaço onde há garantias mínimas de sobrevivência. Muitos, em situação de fragilidade social tão grande, necessitam do hospital para a garantia das refeições básicas do dia, para a garantia de um lugar para dormir. Seria o hospital psiquiátrico um espaço adequado para o atendimento de tais demandas?

Considerações finais

Ao longo deste artigo, vimos que os jogos de apropriação e dominação que envolvem o cotidiano e as estruturas de um espaço institucional como o Hospital Psiquiátrico de Jurujuba, em Niterói/RJ, são bastante complexos, multiescalares e nem sempre lineares e coerentes. ´

Seria o Hospital Psiquiátrico de Jurujuba, indiscutivelmente, um *espaço manicomial* conformado e operante como *dispositivo territorial manicomial*? Também. Mas, não só, posto que, como *espaço socialmente produzido*, se configura não só a partir das grandes estruturas, mas também das relações de luta e contraluta, das conquistas e reinvenções que envolvem as relações socioespaciais no âmbito desse equipamento de saúde mental.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Como em *Prometeu acorrentado*, de Ésquilo, na *ordem próxima,* os esforços de apropriação disparam potências grandíssimas, lutando contra outras potências igualmente grandíssimas, das forças de dominação. E, neste jogo entre apropriação e dominação, Prometeus é a própria *tragédia*, que diz aos homens que podem ser livres, mas que nunca poderão ser livres, pois a única liberdade corresponde ao *destino*,[23] ao mesmo tempo inevitável e imprevisível.

E Argullol assim reflete:

Com que habilidade o soldado da Maratona escolheu o lugar para representar a tragicomédia do homem! Os confins da terra, a *fronteira*. Confins que são, ao mesmo tempo, um posto avançado entre o céu e o inferno. Ali, no penhasco caucásico, foi acorrentado Prometeu pelo guerreiro Hefesto, sob a atenta vigilância da *Força e Violência*, os fiéis esbirros de Zeus. Mas o maior castigo de Prometeu não são as correntes, nem o sol cruel que fará sua carne padecer durante dias eternos, nem sequer a águia que lhe devorará o fígado noite após noite. Seu maior castigo é a paisagem que o rodeia, o olhar que contempla perpetuamente uma estepe desnuda cujo infinito e desolação o ameaçam a penetrar no vazio. Não são a ida de Zeus nem sua iminente demolição no Tártaro que dão a Prometeu a magnitude de sua rebeldia e de sua culpa. Somente a consciência do vazio lhe dá a medida exata de seu ato (ARGULLOL, 2002, p. 25).

E é por isso que, quando também espaço manicomial, o hospital psiquiátrico é *fronteira*, onde, perante a paisagem manicomial, o *louco* perambula sem sair do lugar, como que "suspenso no vazio". Na verdade, pela voz que fala Prometeu, já não há qualquer esperança, e o que mais chama a atenção, neste cenário *trágico* e imensamente magnético que assemelha a paisagem manicomial e o Tártaro, é que ali se descortina o universo inteiro. No *vazio*, a expressão fenomênica do Todo, sem princípio criador, sem mediações quaisquer entre divino e humano, arquétipos ou imagens imutáveis, quiçá "observadores curiosos abastecidos em refúgios insuperáveis", nem quaisquer ideias de pureza inviolável, ali "tudo e todos estão imersos num caudal vertiginoso de criações e catástrofes" (ARGULLOL, 2002, p. 26). Ante a sordidez do *vazio* que a tudo compreende e a tudo comporta e incorpora, e apesar da condição de seu cativeiro, o que sustenta o princípio de rebeldia daqueles sujeitos sujeitados?

> Nessa ausência de exceções, nessa valentia de negá-la se forma o pequeno resquício de liberdade a que pode permitir-se o homem: não é livre, mas nenhuma força consegue impedi-lo de sonhar em sê-lo, embora o sonho o faça sucumbir (ARGULLOL, 2002, p. 26).

[23] Utilizamos a noção de destino no pensamento foucaultiano, que trata da tragicidade dos sujeitos frente às condições que nos determinam, e da reinvenção do fado que nos toca. Nesta perspectiva, "o destino se mostra [...] como uma fatalidade para a qual temos que forjar ferramentas de superação, embora sem garantia de que será possível" (SANTOS, 2010, p. 99).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Dessa forma, a tragédia (no sentido grego) indica aos loucos não haver retorno e nem nostalgia no espaço manicomial, apenas o movimento à frente. Os dias seguem, contra todos os riscos, sofrimentos e amarguras, apontando que, de alguma forma, é capaz de permitir-se uma imagem mais elevada de si mesmo. Na dor da consciência do inevitável, o anúncio da ação:

> O mundo não pode deter-se para retornar a uma perfeição inexistente. Nele não há arrependimento nem redenção: unicamente desafio. [...] Tudo está em perpétua mutação, da mesma forma que todo poder está submetido à iminência do sacrilégio. A possibilidade do sacrilégio é que faz o homem sonhar com um momento de liberdade (ARGULLOL, 2002, p. 27).

Remetemo-nos, então, às perguntas: seria o hospital um espaço estratégico a ser disputado? Pode o hospital, após séculos de violência institucional, transformar-se em um espaço antimanicomial? O hospital psiquiátrico é um paradoxo...

Referências bibliográficas

1. ARGULLOL, Rafael. **O fim do mundo como obra de arte:** um relato da cultura ocidental. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2002.
2. BASAGLIA, Franco. **A instituição da violência.** Trad. Coletivo Centelha Viva, s/d. Mimeo.
3. BENELLI, Sílvio José. **A Instituição total como agência de produção de subjetividade na sociedade disciplinar.** In: *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 21, n. 3, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2004000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 de fevereiro de 2017.
4. BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre a literatura e a história da cultura. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
5. BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.216**, de 06 de abril de 2001. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm Acesso em: setembro 2019.
6. CASTEL, Robert. **A ordem psiquiátrica** – a idade de ouro do alienismo. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
7. CORRÊA, Roberto Lobato. **Território e corporação:** um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A. de S.; SILVEIRA, Maria Laura. *Território, globalização e fragmentação.* São Paulo: Hucitec, 1994.
8. COSTA-ROSA, Abílio da. **Atenção psicossocial além da Reforma Psiquiátrica:** contribuições a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na saúde coletiva. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

9. CROSGROVE, Denis. **Observando la naturaleza:** el paisaje y el sentido europeo de la vista. In: *Boletín de la A.G.E.*, n. 34, 2002. Disponível em: http://www.age-geografia.es/ojs/index.php/bage/article/view/428. Acesso em: janeiro de 2018.

10. DELEUZE, Gilles. **Que és un dispositivo?** In: BALIBAR, Etienne (org.). *Michel Foucault, filósofo.* Barcelona: Gedisa, 1999.

11. _____.; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo.** Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

12. _____.; PARNET, Claire. **Diálogos.** São Paulo: Editora Escuta, 1998.

13. ÉSQUILO. **Prometeu acorrentado**. Trad. Daisi Malhadas e Maria Helena de Moura Neves. Araraquara: UNESP / ILCSE, 1977.

14. FERREIRA, Álvaro. **A produção do espaço:** entre dominação e apropriação. Um olhar sobre os movimentos sociais. In: Geocrítica Scripta. Nova Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales. Universidade de Barcelona, vol. XI, n. 245 (15), 2007.

15. FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade** III: o cuidado de si. 8ª ed. São Paulo: Edições Graal, 1985.

16. _____. **História da loucura na Idade Clássica.** Trad. de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1978.

17. _____. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

18. _____. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. 8ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1999.

19. GOFFMAN, Ervin. **Manicômios, prisões e conventos.** 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

20. GOMES, Paulo César da Costa. **O lugar do olhar:** elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

21. HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

22. _____. **Território e multiterritorialidade:** um debate. In: *GEOgraphia,* Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, ano IX, n. 17, p. 19-46, Niterói/RJ, 2007.

23. _____. **Viver no limite:** território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

24. HEIDEGGER, Martin. **Construir, habitar, pensar.** In: *Ensaios e Conferências*. Trad. Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2ª ed., 2002.

25. HOLLOWAY, Jhon. **Fissurar o capitalismo.** São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

26. HONORATO, Lucas Tavares. **Dos "territórios em loucura" aos "territórios da loucura":** desafios teórico-metodológicos, práticos e políticos para a abordagem territorial na saúde mental. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2017.

27. LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace.** Paris: Anthropos, 1986.

28. _____. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

29. PINEL, Philippe (1801). **Tratado médico-filosófico sobre a alienação mental ou a mania.** Tradução: Joice Armani Galli. Editora da UFRGS, Porto Alegre/RS: 2007.

30. SANTOS, Maria Fernanda Cardoso. **A ontologia do presente e as artes da existência em Foucault.** In: *Revista Saberes*, Natal/RN, v. 3, número especial, 2010. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/download/879/811. Último acesso em 13/01/2018.

31. SAQUET, Marcos Aurélio. **O tempo, o espaço e o território.** In: SOUZA, Álvaro José de et al. *Paisagem, território e região: em busca da identidade*. Cascavel/PR: EDUNIOSTE, 2000.

32. VANEIGEM, Raoul. **Banalidades de base.** 3ª ed., Lisboa: Editora Frenesi, 1998.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

DOI 105418/RA2019.1526.0002

ESPAÇO, ESTIGMA E SUJEITO: REFLEXÕES NA PRODUÇÃO DE UMA GEOGRAFIA SOCIAL CRÍTICA

SPACE, STIGMA E SUBJECT: REFLECTIONS ON THE PRODUCTION OF A CRITICAL SOCIAL GEOGRAPHY

ESPACIO, ESTIGMA E SUJETO: REFLEXIONES EN LA PRODUCCIÓN DE UNA GEOGRAFÍA SOCIAL CRÍTICA

Mateus de Moraes Servilha
Professor de Ensino de Geografia (FAE/UFMG), Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: servilhamateus@gmail.com

Resumo

Este artigo consiste na produção de reflexões acerca das relações entre estigmas sociais e a produção e vivência espaciais. Iniciamos o trabalho a partir de um diálogo com o conceito de estigma para, em seguida, propor articulações entre o estigma e os processos de valoração socioespacial. Posteriormente, enfrentamos o conceito de sujeito, articulado a debates sobre a identificação, refletindo sobre as possibilidades de aberturas temporais, espaciais e ontológicas como potências para o desenvolvimento humano e condições para a emancipação. Buscamos debater estigmas como valorações sociais centrais nos processos de integração socioespacial, assim como as formas em que diferentes reações a estes podem ser entendidas como produtos-produtoras de diferenciadas práticas socioespaciais. O objetivo deste trabalho é compreender a relevância do estigma como questão para a produção de um conhecimento geográfico social crítico na contemporaneidade.

Palavras-chave: espaço, estigma, sujeito, identificação, "ontologia subtrativa".

Abstract

This article consists in the production of reflections about relationships between social stigmas and the spatial production and experience. We start the paper engaging on a dialogue about the concept of stigma, and then, formulate articulations between that and the socio-spatial valuation processes. Subsequently, we face the concept of subject, articulated to debates about identification, reflecting on the possibilities of temporal, spatial and ontological openings as alternatives for human development and conditions for emancipation. We seek to debate stigmas as central social values in socio-spatial integration processes, as well as the ways each different reaction to them can be understood as products or producers of differentiated socio-spatial practices. The objective of this paper is to understand the relevance of stigma as a question for the production of a critical social geographic knowledge in contemporary times.

Keywords: space, stigma, subject, identification, "subtractive ontology".

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Resumen

Este artículo consiste en la producción de reflexiones acerca de las relaciones entre estigmas sociales y la producción y vivencia espaciales. Iniciamos el trabajo a partir de un diálogo con el concepto de estigma para luego proponer articulaciones entre el estigma y los procesos de valoración socioespacial. Posteriormente, enfrentamos el concepto de sujeto, articulado a debates sobre la identificación, reflexionando sobre las posibilidades de aberturas temporales, espaciales y ontológicas como potencias para el desarrollo humano y condiciones para la emancipación. Buscamos debatir estigmas como valoraciones sociales centrales en los procesos de integración socioespacial, así como las formas en que diferentes reacciones a los mismos pueden ser entendidas como productos-productoras de diferenciadas prácticas socioespaciales. El objetivo de este trabajo es comprender la relevancia del estigma como cuestión para la producción de un conocimiento geográfico social crítico en la contemporaneidad.

Palabras clave: espacio, estigma, sujeto, identificación, "ontología sustractiva".

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Introdução – O estigma como questão

> Assim que você nasce, eles te fazem se sentir pequeno,
> não lhe dando tempo, ao invés de tudo. [...]
> Há vaga no alto, eles continuam te dizendo, mas,
> primeiro, você precisa aprender a sorrir enquanto mata.
> (Herói da classe trabalhadora. John Lennon.)

Quando debatemos o estigma como questão, em geral, entendemo-lo como um processo de relevância menor frente a outras temáticas enfrentadas pelo pensamento social. Quando falamos do pensamento geográfico, isso se torna ainda mais evidente. Poucos têm sido os trabalhos, no campo da geografia, que objetivam reflexões alicerçadas nas conexões entre o estigma social e a produção e vivência socioespaciais.

Quando abordamos o chamado estigma socioespacial, tema a que nos dedicaremos neste artigo, não nos damos conta de que estamos lidando com valorações sociais que, apesar de se apresentarem, frente a um olhar desatento, como fato do domínio do indivíduo e/ou de pouca relevância interpretativa para o entendimento de processos sociais, são elementos centrais de nossa formação sócio-histórica e, consequentemente, um tema nuclear para o seu enfrentamento.

Classificações do espaço geográfico são produzidas e possíveis a partir de elementos discursivos, imagéticos e políticos estratégicos. Diagnósticos estatais, reportagens midiáticas, discursos político-jurídicos, pesquisas científicas, representações artísticas, diferentes mecanismos sociais articulam ideias, fatos, estatísticas e imagens em torno da produção de diferenciações socioespaciais. Como classificações de espaços e sujeitos se re-produzem? A quem interessa a naturalização de diferenças?

Unidades socioespaciais, quanto maiores territorialmente, mais compostas de diferenças e mais dependentes da produção de estigmas socioespaciais para controle do espaço e determinações de lugares sociais e "lugares de lugares" na divisão social do trabalho. Refletiremos, neste artigo, acerca da impossibilidade de pensarmos novos projetos de mundo, em torno de uma "outra globalização", sem pensarmos as interfaces entre espaço, estigma e sujeito.

Muitas são as possibilidades de diálogo com a temática da estigmatização. Interessa-nos, neste artigo, o estigma como processo de valoração social articulado ao processo de estereotipização, assim como as formas com que esta articulação está vinculada aos processos de subjetivação social e, concomitantemente, de valoração e controle de espaços e sujeitos.

De acordo com Goffman, trabalhar com o estigma nos remete à origem do conceito presente na Antiguidade Clássica.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

> Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor – uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada; especialmente em lugares públicos. Mais tarde, na Era Cristã, dois níveis de metáfora foram acrescentados ao termo: o primeiro deles referia-se a sinais corporais de graça divina que tomava a forma de flores em erupção sobre a pele; o segundo, uma alusão médica a essa alusão religiosa, referia-se a sinais corporais de distúrbio físico (GOFFMAN, 2008, p. 11).

Segundo esse autor, o conceito de estigma pode estar associado, historicamente, a três categorias gerais: 1) corporais ("deficiência física", por exemplo); 2) culpas de caráter individual (tais como distúrbios mentais, prisão, vício, homossexualismo e desemprego); e 3) coletivos (como raça, nação e religião). Interessam-nos, neste artigo, em especial, os estigmas coletivos, vinculados a grupos sociais, e ao que o citado autor classifica como "efeito de descrédito": "O termo estigma [...] será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. [...] Um estigma é [...], na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo" (GOFFMAN, 2008, p. 13).

A relação entre atributo e estereótipo produz descrédito, invisibilizando outras características do indivíduo ou do grupo estigmatizado: "Um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social quotidiana possui um traço que pode se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus" (GOFFMAN, 2008, p. 14). Na verdade, outros atributos são correlacionados ao "alvo" do estigma, mas de forma a perpetuar traços vistos como negativos. Segundo GOFFMAN (2008, p. 14), "tendemos a inferir uma série de imperfeições a partir da imperfeição original". Estigmas podem ser incorporados pelos sujeitos vitimizados, levando-os ao que Goffman nomina como "autodepreciação".

> O indivíduo estigmatizado tende a ter as mesmas crenças sobre identidade que nós temos; isso é um fato central. Seus sentimentos mais profundos sobre o que ele é podem confundir a sua sensação de ser uma "pessoa normal", um ser humano como qualquer outro, uma criatura, portanto, que merece um destino agradável e uma oportunidade legítima. [...] Além disso, ainda pode perceber geralmente de maneira bastante correta que, não importa o que os outros admitam, eles na verdade não o aceitam e não estão dispostos a manter com ele um contato em "bases iguais". Ademais, os padrões que ele incorporou da sociedade maior tornam-no intimamente susceptível ao que os outros vêem como seu defeito, levando-o inevitavelmente, mesmo que em alguns poucos momentos, a concordar que, na verdade, ele ficou abaixo do que realmente deveria ser (GOFFMAN, 2008, p. 16-17).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

A partir de Goffman, percebemos diferentes possíveis reações a estigmas sociais por parte de estigmatizados, tais como: 1) a correção do estigma (por meio de cirurgias plásticas, alisamento de cabelo, mudança de hábito e renegação de seu grupo social, entre outras); 2) a correção da condição estigmatizada de forma indireta, provando possuir capacidades antes vistas como inaptas às suas condições ("aleijado" que aprende ou reaprende a nadar, montar a cavalo ou jogar tênis, membro de um grupo estigmatizado que ocupa um cargo profissional ou político antes visto como exclusivo de outros grupos, por exemplo); e 3) a reação que mais nos interessa neste trabalho: a de se empregar uma interpretação não convencional do caráter de sua identidade (como usar outros critérios para classificar, por exemplo, o "normal" e o "anormal").

Estigma e produção do espaço geográfico

No mundo contemporâneo, muito se tem debatido acerca dos processos de homogeneização possivelmente produzidos pela "globalização neoliberal", nos termos de Massey (2012). Apesar de uma tendência concreta ao que denominaremos, neste artigo, de padronização de condutas e comportamentos para fins de maximização de trocas mercadológicas em escalas plurais, concordamos com parte do pensamento social atual quando este compreende que tal processo de padronização está imerso no chamado "mito da homogeneização pela globalização". Trata-se de um mito por duas razões entendidas como centrais: 1) sujeitos, individuais e coletivos, não são, necessariamente, passivos frente ao processo de expansão geográfica e política do atual modelo hegemônico de organização social; 2) a globalização neoliberal, apesar de necessitar de determinadas padronizações, necessita, ao mesmo tempo, e acima de tudo, que espaços e sujeitos sociais cumpram papéis diferenciados na divisão social do trabalho alicerçados sobre esta. Em outras palavras, a globalização que vivemos mais diferencia do que homogeneiza lugares[1] e pessoas.

Como nos aponta Bourdieu (2007), o processo de unificação do mercado, apesar de discursivamente homogeneizador, em vez de abolir particularismos, produziu estigmas negativos. Áreas distantes[2] de centros econômicos e políticos sofrem, ao longo dos processos de integração socioespacial, um processo de valoração social, quase sempre negativa, muitas vezes, com o objetivo de adequação de realidades ditas regionais à divisão territorial do trabalho, planejada por grupos hegemônicos via Estado.

[1] No presente artigo, usaremos, em muitos momentos, o conceito de "lugar", entendendo-o como espaço geográfico interpretado a partir de significações e experiências presentes na concretude de um espaço vivido. Não dialogamos, nesse caso, com uma perspectiva fenomenológica sobre o conceito, mas em articulações dialéticas entre percepção, representação e experiência (LEFEBVRE, 2013), assim como entre estrutura e ação, nos referenciando em teorias sobre o sujeito, tanto quanto em perspectivas sobre o "lugar" presentes, em especial neste trabalho, nas obras de Milton Santos e Doreen Massey.

[2] Não reduzimos, neste artigo, distâncias geográficas a distâncias físicas absolutas. Os conceitos de perto e longe não se resumem a uma distância física, assumem um significado político: perto pode ser, em muitos casos, o que se encontra bem consolidado pelo poder e longe o "vir a ser". Sobre este tema, sugerimos a leitura de Raffestin (2011).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

A constituição do mundo moderno, alicerçada na produção e na difusão do Estado nacional como modo de organização político-territorial, assim como no capitalismo como modo de produção, foi um avanço significativo na chamada integração mundial, produzindo, por um lado, a ideia paradigmática de uma sociedade global, e, de outro, a articulação entre áreas, por meio da formação do tão conhecido mercado internacional. A integração espacial apresenta desafios analíticos e políticos de grande proporção, entre eles o da relação com a outridade. Sujeitos antes geográfica e culturalmente distantes e/ou distanciados por fronteiras político-culturais passam a se constituir como partes (mesmo que hierarquicamente posicionadas) de uma mesma organização socioespacial. O, até então, "outro" se torna "parte de nós. Este processo altera significativamente o que a psicanálise costuma denominar "deslocamento da diferença". Tratamos, aqui, da exteriorização do medo que temos da despossessão pelo outro[3] apontada para algum "lugar", em alguma cultura, em algum sujeito, muitas vezes, em determinados grupos ou classe social.

Quanto mais espacialmente expandidas e expansíveis geograficamente as estruturas de organização social produzidas pelo ser humano, maior e mais explícita a necessidade de compreensão de suas "partes", de suas diferenças, tanto quanto mais significativo se torna o dilema acerca do lidar com a diferença na construção de unidades. Estigmatizações produzidas e projetadas sobre sujeitos referentes a outras culturas e/ou nações, como, em especial, a representação do negativo e do perigo, possuem efeito de unidade e reprodução social. Como tais estigmas são alterados nos processos de incorporação e de integração territoriais? Consideramos tal temática de fundamental relevância para a produção de pensamentos e práticas emancipatórias no mundo contemporâneo.

A produção de estigmas regionais, no Brasil, por exemplo, foi – e permanece sendo, de formas novas – uma das peças centrais de um sistema construído a partir de alianças políticas históricas entre classes dominantes locais, regionais, nacionais e mundiais, com o propósito central de expropriação de potencialidades geográficas (humanas e naturais)[4] (OLIVEIRA, 1981). A regionalização,[5] apesar de se apresentar como proposta estatal de descentralização política, cumpre, a nosso ver, o papel de centralização e, antes de tudo, de classificação e delimitação de papéis na divisão territorial do trabalho ao longo do desenvolvimento, ainda em processo, da integração do Estado nacional (SERVILHA, 2015).

[3] Para a análise da temática do medo na construção do processo de individualização de sujeitos, sugerimos a leitura de Safatle (2016).

[4] Para um melhor entendimento das articulações interescalares entre classes dominantes no processo de integração capitalista nacional no Brasil, recomendamos a leitura de Oliveira (1981).

[5] As origens etimológicas do termo "região" nos levam à palavra regere, que significava, simultaneamente, "área" e "controle", a partir da necessidade do Império Romano, na chamada Antiguidade Clássica, de recortar o território conquistado para fins de seu domínio.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Segundo Côrrea,

> No capitalismo, as regiões de planejamento são unidades territoriais através das quais um discurso da recuperação e desenvolvimento é aplicado. Trata-se, na verdade, do emprego, em um dado território, de uma ideologia que tenta restabelecer o equilíbrio rompido com o processo de desenvolvimento. Este discurso esquece, ou a ele não interessa ver, que no capitalismo as desigualdades regionais constituem, mais do que em outros modos de produção, um elemento fundamental de organização social. Em muitos casos, a ação decorrente do planejamento regional proporcionou um relativo progresso e uma maior integração da região ao modo de produção capitalista, quer dizer, a região sob intervenção planejadora passa a ficar sob maior controle do capital e de seus proprietários (CÔRREA,1986, p. 48-49).

Tratamos, neste ponto, de processos de apropriação simultaneamente simbólica e física de espaços por meio da indissociação entre classificações de áreas e seu domínio político-econômico. Espaços, em diferentes escalas, ao serem integrados, são objeto de classificações, estigmatizações, esteriotipizações, em meio aos processos de sua produção e controle geográficos.

Continentes são divisões do mundo e, em sua origem, produtos de um processo colonial de classificação para o domínio. Em torno da ideia de "índios", povos foram homogeneizados, tanto os seus espaços de origem (a "América"), quanto o seu papel "natural" na divisão social do trabalho (servos). Diversos outros povos foram homogeneizados, ao longo da expansão colonial, como "negros", associados a um espaço igualmente visto pelo olhar imperial como homogêneo (a "África"), também cumprindo papel específico na divisão do trabalho (escravos). Aos "brancos", homogeneizados como "europeus", em alteridade aos outros povos, coube a "autotitulação" do papel de mando e, futuramente, de trabalho assalariado (QUIJANO, 2005).[6]

Continentes entendidos e simplificados como países. Países simplificados como um Estado de uma só unificada nação.[7] Estado-nação dividido em regiões delimitadas e classificadas como homogeneidades. Continentes, países, regiões, cidades, bairros, comunidades, entendidas como unidades, carregando em si nossa histórica incapacidade de interpretar e se relacionar com o mundo em suas diversidades, divisões e contradições.

[6] "Cada forma de controle do trabalho esteve articulada com uma raça particular. Consequentemente, o controle de uma forma específica de trabalho podia ser ao mesmo tempo um controle de um grupo específico de gente dominada" (QUIJANO, 2005, p. 232).

[7] Os Estados-nacionais se constituíram alicerçados nas ideias presentes no Tratado de Westfália (1648), que afirmava a soberania de nações, posteriormente, legitimando a formação dos Estados-nação. As ideias centrais desse tratado apontavam para a legitimação das relações Estado-território-nação, compreendendo nação como uma comunidade com sentimentos de pertencimento comum e certa homogeneidade, mas o que percebemos, posteriormente, foi a constituição de um Estado marcada pela sobreposição de determinadas nações em relação a outras. Poderes, línguas e costumes foram institucionalizados/oficializados segundo interesses de nações específicas, em detrimento de outras, a partir de então, organizadas politicamente como partes integrantes de um mesmo território. Sobre esse tema, sugerimos a leitura de Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006) e Harvey (2009).

Apontaremos, neste artigo, classificações valorativas negativas centrais a partir das quais o espaço nacional, contraditoriamente dito unitário em processo de homogeneização, se produz. Áreas rurais classificadas como tais a partir de estigmas "urbanos etnocêntricos" que as qualificam como atrasadas, como atrasos,[8] resíduos a serem superados pelo desenvolvimento capitalista;[9] áreas do espaço nacional que recebe(ra)m a valoração de "sertão", estigmatizadas socialmente como "ausência de civilização", áreas a serem dominadas, transformadas e agregadas pelo progresso;[10] áreas do território nacional, sua grande maioria em extensão, chamadas comumente de interioranas, que sofrem, simultaneamente, todas as valorações produzidas pelo processo de ocupação territorial brasileiro, que possui como uma de suas marcas centrais a "litoralização" do poder político em detrimento do interior do país (que se estruturou, em grande parte, por intermédio de elites e oligarquias regionais), criando espaços antagônicos aparentemente desarticulados, mas partes de um mesmo sistema econômico, político e cultural;[11] áreas urbanas, em geral delimitadas como bairros, classificadas, em sentido estigmatizador, como "periferia", "subúrbio", "favela", tendo como representação os estigmas da violência, do perigo, do atraso; áreas do espaço nacional classificadas como subdesenvolvidas, incorporadas de forma dependente na economia (inter-trans)nacional, previamente entendidas como espaços economicamente atrofiados e/ou estéreis.

Na busca por "visibilidades" e "dizibilidades", nos termos de Albuquerque Júnior (2011), todos os estigmas socioespaciais acima citados possuem cinco elementos em comum: 1) a articulação entre poder simbólico e material; 2) elementos estéticos que configuram um olhar sobre o que seriam signos de feiura culturalmente representacionais de espaços e sujeitos (a serem) subordinados; 3) um encontro entre informações e imagens que articulam classificações da realidade ditas como alteridade de espaços, sujeitos e processos que se apresentam como positividade, solução,

[8] Se faz relevante a diferenciação dos termos "atrasado" e "atraso". Entendemos, neste artigo, o termo "atrasado" como uma representação referente à ideia de arcaico, "do passado". E, associado a este, mas complementar, o termo "atraso" se refere à representação de um impedimento ou um empecilho ao progresso, ao desenvolvimento e/ou à modernização.

[9] Sobre a complexidade dessa temática na formulação do pensamento crítico contemporâneo, e sobre a sua possível revisão, sugerimos as cartas trocadas entre Karl Marx e Vera Zasulich, nas quais a interpretação de Marx acerca das potências das comunas rurais russas para o desenvolvimento do comunismo moderno é significativamente relevante (MARX, 2013).

[10] Quando utilizamos tal conceito ("sertão"), nos referimos a uma área delimitada no espaço? Onde está o sertão? Se, para Guimarães Rosa, o "sertão é dentro da gente", para os projetos políticos "civilizatórios" produzidos pelos centros de poder, onde se encontra o sertão? "Na verdade, o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Trata-se de um símbolo imposto – em certos contextos históricos – a determinadas condições locacionais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de sua valoração. Enfim, o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica. Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes neste processo. O objetivo empírico desta qualificação varia espacialmente, assim como variam as áreas sobre as quais incide tal denominação. Em todos os casos, trata-se da construção de uma imagem, à qual se associam valores culturais geralmente – mas não necessariamente – negativos, os quais introduzem objetivos práticos de ocupação ou reocupação dos espaços enfocados. Nesse sentido, a adjetivação sertaneja expressa uma forma preliminar de apropriação simbólica de um dado lugar" (MORAES, 2009, p. 89).

[11] Sobre essa temática, sugerimos a leitura de Santos e Silveira (2008b) e Andrade (2007).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

redenção, salvação; 4) uma classificação temporal do mundo, na qual o que se apresenta como "novo" se transveste de única, exclusiva e potente alternativa ao classificado previamente como "velho", ou produto de "realidades velhas", como resíduo; e 5) marcam diferenças hierarquicamente produzidas sobre lugares e marcam diferenças hierarquicamente produzidas sobre lugares e sujeitos, contraditórias quando discursos de unidade são acionados como representação e/ou projeto ditos comuns.

O projeto de uma "nação moderna", para conquistar unidade, legitimidade e "dizibilidade", necessita de espaços e práticas sociais que, à luz de novas teorias, representem o indesejável. Para que o "novo" floresça, é preciso estabelecer o "velho". Para que um novo futuro se vislumbre, é preciso (re)delimitar/(re)inventar o passado, ou melhor, classificar "determinados presentes" como estáticas representações do passado. Para que determinados espaços, grupos e perspectivas sociais se tornem a representação do positivo, é necessária, em contraposição, a produção de referenciais negativos[12] basilares e a apresentação dos primeiros como seus contrapontos positivos dentro de uma concepção temporal linear.

Não há, a nosso ver, ferramenta mais eficaz no processo de incorporação de determinadas áreas do que sua estigmatização como miserável e subdesenvolvida, gerando um processo de subjetivação por meio do estereótipo.

> Minha leitura do discurso colonial sugere que o ponto de intervenção deveria ser deslocado do imediato reconhecimento das imagens como positivas ou negativas para uma compreensão dos processos de subjetivação tornados possíveis (e plausíveis) através do discurso do estereótipo. Julgar a imagem estereotipada com base em uma normatividade política prévia é descartá-la, não deslocá-la, o que só é possível ao se lidar com sua eficácia, com o repertório de posições de poder e resistência, dominação e dependência, que constrói o sujeito da identificação colonial (tanto colonizador como colonizado) (BHABHA, 2007, p. 106).

Interessa-nos compreender, tal como Bhabha, o "modo de representação da alteridade", assim como seu papel discursivo na formação de sujeitos. A emergência de valorações socioespaciais a partir de estigmas permite, estrategicamente, a consolidação de um discursado "espaço referência"; consequentemente, a emergência de um "povo sujeito" (BHABHA, 2007) marcado/absolutizado pela pobreza/dependência permitiu a outros a "autorreferenciação" como "ricos" e "desenvolvidos" (como sujeitos referência para o desenvolvimento). Sujeitos se tornam, a partir disso, objeto: objeto de intervenções, de ajudas, de caridades, de assistências. O desenvolvimento tido como salvação possibilita a uma gama de agentes o papel de protagonistas de uma "missão civilizatória". As negações da capacidade do "outro" conferem a seus propositores autoridade e consequente legitimidade de ação sobre o "outro".

[12] Tratamos, com a palavra "negativo", de valorações sociais, e não da negatividade dialética, cuja importância reconhecemos e pretendemos analisar em futuras reflexões acerca da temática deste artigo.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Araújo (2007, p. 14) ressalta, como temática relevante para este trabalho, os processos de subjetivação que possibilitaram a constituição, na modernidade, de "indivíduos-sujeitos", ressaltando, entretanto, que "no contexto social hegemônico contemporâneo, a subjetivação extremada conotada por valores do mercado, sem dúvida propiciada por necessidades de transformação das relações de produção vigentes, tem levado [entre outras coisas] à constituição de "indivíduos-indivíduos".

Gostaríamos de analisar as questões referentes às constituições de "indivíduos-sujeito" e/ou "indivíduos-indivíduos" a partir de um dos debates propostos por Araújo (2007): a diferenciação entre questão identitária e taxonomia social. A diferenciação proposta por esse autor para as duas questões nos parece salutar.[13] Segundo ele,

> No pensamento moderno, em uma semântica desencarnada, conceitual, taxonomia, enquanto estruturação de sistemas de signos, diz respeito ao agrupamento daquilo que é igual – ou melhor, daquilo que é reconhecido como comum na multiplicidade e em meio à mudança – e à correlata separação destes frente a seus diferentes. A positividade da igualdade suposta é dada pelo fundamento lógico da não contradição (ARAÚJO, 2007, p. 19).

Poderíamos, neste ponto, dizer que a classificação de um todo homogêneo, a partir da subjetivação de "povos-sujeito" – "povo da América", "povo do Brasil", "povo do Nordeste" –, seria possível por meio de uma, nos termos desse autor, "positividade da igualdade suposta". Uma racionalidade taxonômica produziria objetos; outra, entretanto, poderia interpretar o homem como sujeito.

> No domínio social a questão taxonômica [...] se bifurca: por um lado, é, do mesmo modo, uma questão stricto sensu classificatória, quando tem por referência o Homem tomado através de características objetais; em outro, requalifica a problemática quando tem por referência o Homem como ser finito, reflexivo, sígnico, axiológico, discursivo, capaz de se constituir como sujeito de ação. Esse viés, na visão aqui elaborada, redefinindo de modo próprio a problemática taxonômica, constitui propriamente a problemática identitária de caráter relacional (ARAÚJO, 2007, p. 21).

O processo de estigmatização socioespacial estaria associado a uma racionalidade taxonômica ("classificação do outro"), enquanto, no entender deste trabalho, a produção de ressignificações, aqui analisadas a partir de uma resposta a tais estigmas, como veremos à frente, poderia ser incluída na contemporaneamente denominada "problemática identitária". Segundo Albuquerque Júnior,

> O discurso da estereotipia é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e autossuficiente que se arroga o direito de dizer o que é o outro em poucas palavras. O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2010, p. 30).

[13] Esse autor apresenta uma relevante análise acerca dos processos epistemológicos que permitiram, historicamente, a diferenciação entre as duas ideias. Para uma leitura que aprofunde uma discussão conceitual acerca do processo de "individuação do Homem" e de suas diferentes interpretações, sugerimos a leitura de Araújo (2007).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

De acordo com Lefebvre (2006, p. 27), as representações "*no se distinguen en verdaderas y falsas, sino en estables y moviles, en reactivas e superables, em alegorias – figuras redundantes y repetitivas, tópicos – y en estereótipos incorporados de manera sólida en espacios e instituiciones*". Tratamos, aqui, nas palavras de Bourdieu (2007), de uma "luta por classificação" articulada ao "poder de poder dizer", ou, nas palavras de Bhabha (2007), de um "sistema de representação", de um "regime de verdade" que, ao instituir um espaço objeto de uma intervenção do Estado, produz, por intermédio de mecanismos como a estereotipização, a objetivação de indivíduos. Se, por um lado, como observa Bhabha (2007), estereotipizações se mostram mecanismos de segurança na classificação da realidade, por outro, aprisionam sujeitos a uma leitura psicossocial por meio da generalização de determinadas características.

> O estereótipo não é uma simplificação porque é uma falsa representação da realidade. É uma simplificação porque é uma forma presa, fixa, de representação que, ao negar o jogo da diferença (que a negação através do Outro permite), constitui um problema para a representação do sujeito em significações de relações psíquicas e sociais (BHABHA, 2007, p. 117).

Um dos pontos-chave dessa questão está no que Bourdieu (2007) nomeou de "di-visão". O princípio de "di-visão", para este autor, está relacionado aos instrumentos usados por "agentes"[14] e grupos para, simultaneamente, dividir (recortar o espaço) e produzir categorias de interpretação da realidade por meio de "regimes de classificação" ("visão"). Categorias mentais participam, segundo esta teoria, das concomitantes interpretação e produção do mundo social.

Os processos de "di-visão" da realidade dividem sujeitos ao subjetivá-los segundo a generalização de determinadas características. A busca pela superação dos efeitos de estigmas, já analisada a partir de Goffman, pode produzir uma negação/recusa de si próprio, ou, nas palavras de Bhabha (2007, p. 125), produzir o ato de "tornar-se um oposto". Todo um passado pode passar a ser recusado. Um processo de subjetivação a partir da estereotipização pode gerar – e gerou em muitos – a exteriorização de potencialidades.

Fronteiras espaciais podem produzir fronteiras simbólicas aprisionantes: o "ser limitado" (BHABHA, 2007). O "aprisionamento" não estaria, nesse sentido, limitado às fronteiras espaciais, tendo em vista as possibilidades (ao menos em potencial) de mobilidade de sua população para espaços exteriores. Estaria potencializado pela difícil libertação da estigmatização, mesmo em processos em que sujeitos se deslocam geograficamente e se distanciam fisicamente de seus lugares originários. Muitos migrantes transcendem suas fronteiras espaciais carregando consigo as marcas

[14] Esse termo possui direta relação com o conceito de sujeito no pensamento de Bourdieu. Segundo Catani et al. (2017, p. 26), "a adoção do termo "agente" por Bourdieu está relacionada ao seu esforço de construção de uma teoria da ação prática, ou seja, de um conhecimento sobre o modo como agentes concretos, inseridos em uma posição determinada do espaço social e portadores de um conjunto específico de disposições incorporadas, agem nas situações sociais".

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

da fronteira simbólica impostas pelo estigma e pelo estereótipo, e, em parte significativa destes casos, encontrando a potencialização do estigma em seus novos lugares (sociais e espaciais), na "complementar" classificação como "imigrante", "exógeno", "retirante", "refugiado".

Como nos alerta Gottmann (1973 apud Raffestin, 2011, p. 134), "os povos civilizados parecem ter aspirado à universalidade desde muito cedo, porém sempre dividiram cuidadosamente o espaço a fim de se distinguir de seus vizinhos". Não falamos, neste momento, de processos especificamente brasileiros, sequer de lógicas exclusivamente modernas, mas, antes de qualquer coisa, de nossa complexa capacidade de apontar discursivamente para horizontes ditos universalizáveis produzindo, no mesmo instante, "di-visões".

Espaços, (contra)estigmas e sujeitos

> Quando os povos da África chegaram aqui,
> não tinham liberdade de religião.
> Adotaram Senhor do Bonfim,
> Tanto resistência, quanto rendição.
> (De Bob Dylan a Bob Marley – um samba-provocação. Gilberto Gil.)

Racionalidades podem produzir contrarracionalidades. Estigmas podem produzir contraestigmas. Este raciocínio é vital para caminharmos na direção da compreensão das relações entre espaço, estigma e sujeito. Refletiremos, neste momento, sobre disputas em torno do conceito de subjetividade e identidade, ou, em outras palavras, sobre a disputa entre diferentes interesses e grupos sociais referentes à produção simbólica de identidades socioculturais e socioespaciais coletivas; sobre disputas por significação de "si" e do "outro", imersas em relações verticalizadas de poder; e do "poder de poder dizer" (BOURDIEU, 2007).[15]

Segundo Bourdieu,

> O estigma produz a revolta contra o estigma. [...] É, com efeito, o estigma que dá à revolta regionalista ou nacionalista, não só as suas determinantes simbólicas, mas também os seus fundamentos econômicos e sociais, princípios de unificação do grupo e pontos de apoio objetivos da ação de mobilização (BOURDIEU, 2007, p. 125).

Enfrentar questões em torno da temática do estigma, assim como de contraestigmas, aponta para um necessário diálogo com a ideia de sujeito. Segundo Abbagnano, o conceito de sujeito refere-se a

[15] O "poder de poder dizer" está intrinsicamente relacionado ao que Bourdieu denominou como "capital" (tais como o "social", o "cultural" e o "simbólico"), articulado ao senso comum, à legitimação de discursos e ações por agentes imersos em campos sociais. Para um aprofundamento sobre este tema, sugerimos a leitura de Bourdieu (2007) e Catani et al. (2017).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

> [...] dois significados fundamentais: 1º aquilo de que se fala ou a que se atribuem qualidades ou determinações ou a que são inerentes qualidades ou determinações; 2º o eu, o espírito ou a consciência, como princípio determinante do mundo do conhecimento ou da ação, ou ao menos como capacidade de iniciativa em tal mundo. Ambos esses significados se mantêm no uso corrente do termo: o primeiro na terminologia gramatical e no conceito de S. [sujeito] como tema ou assunto do curso; o segundo no conceito de S. [sujeito] como capacidade autônoma de relações ou de iniciativas, capacidade que é contraposta ao simples ser "objeto" ou parte passiva de tais relações (ABBAGNANO, 2000, p. 929-930).

Enquanto o primeiro significado aponta para o debate ontológico e para as possibilidades de processos de subjetivação, já tematizados, interessa-nos, neste momento, em especial, o segundo significado, a partir do qual o conceito de sujeito se refere aos pares sujeito/objeto correlacionados aos pares autonomia/dependência e/ou iniciativa/passividade. Processos socioespaciais marcados pela (re)produção de dependências sociais, produtos de "di-visões", de recortes da realidade, do olhar, do pensar, do desejar, não podem ser amplamente entendidos sem a busca pela interpretação acerca das formas por meio das quais sujeitos (individuais e coletivos) re-agem, em contextos espaço-temporais específicos, se relacionando a estigmas diversos, por vezes, re-construindo narrativas, representações e práticas sociais.

O imaginário (re)produzido em torno da (re)significação do espaço produz diferentes racionalidades e práticas, algumas delas marginalizadas nas disputas políticas mediante coerção física e simbólica. Apontaremos, neste momento, tendo como ponto de partida as reflexões de Goffman (2007), cinco relevantes possíveis reações sociais a estigmas socioespaciais: 1) a busca de determinados grupos sociais por fortalecimento político, econômico e social e autobeneficiamento por meio da utilização e da reprodução do estigma; 2) a incorporação do estigma às identidades pessoais e coletivas, gerando, inevitavelmente, um sentimento de inferioridade, passividade e/ou dependência social; 3) a adaptação dos estigmas negativos que o desqualificam à "normalidade", de forma a rearticular suas identificações pessoais a outros valores, projetos de vida e comportamentos (muitas vezes, associados a áreas ditas "referências", vistas como positivas); 4) a utilização seletiva do estigma, ora negando-o, ora acionando-o em disputas políticas; 5) a ressignificação coletiva do estigma por meio da proposição de novas perspectivas e critérios sociais de classificação e adjetivação (SERVILHA, 2015).

Segundo Bourdieu,

> Quando os dominados nas relações de forças simbólicas entram na luta em estado isolado, como é o caso nas interações da vida quotidiana, não têm outra escolha a não ser a da aceitação (resignada ou provocante, submissa ou revoltada) da definição dominante da sua identidade ou da busca da assimilação a qual supõe um trabalho que faça desaparecer todos os sinais destinados a lembrar o estigma (no estilo de vida, no vestuário, na pronúncia etc.) e que

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

> tenha em vista propor, por meio de estratégias de dissimulação ou de embuste, a imagem de si o menos afastada possível da identidade legítima. Diferente destas estratégias que encerram o reconhecimento da identidade e portanto dos critérios de apreciação apropriados a constituí-la como legítima, a luta coletiva pela subversão das relações de forças simbólicas – que tem em vista a não supressão das características estigmatizadas, mas a destruição da tábua dos valores que as constitui como estigmas –, que procura impor senão novos princípios de di-visão, pelo menos uma inversão dos sinais atribuídos às classes produzidas segundo os antigos princípios, é um esforço pela autonomia, entendida como poder de definir os princípios de definição do mundo social em conformidade com seus próprios interesses (BOURDIEU, 2007, p. 124-125).

Interessa-nos refletir, neste artigo, acerca do imaginário geográfico interpretado, construído e mobilizado ideologicamente por classes dominantes, e, em especial, acerca dos jogos e conflitos produzidos pelas disputas entre diferentes grupos sociais nas quais a objetivação central esteja na (re)valoração de lugares sociais e espaciais. De acordo com Bourdieu (2007), diferentes grupos sociais possuem diferentes propriedades num campo de disputas por uma legitimação simbólica. Devem ser consideradas como propriedades, segundo esse autor, "as diferentes espécies de poder ou de capital [material ou cultural] que ocorram nos diferentes campos" (BOURDIEU, 2007, p. 134). Tais propriedades podem ser classificadas em: 1) condição (propriedades intrínsecas ao grupo) e 2) posição (propriedades relacionais do grupo em relação a outro(s)).

Não imaginemos que o poder de grupos políticos e econômicos dominantes seja inalterável quando analisada a sua potência em diferentes escalas geográficas, por exemplo. Classes dominantes ditas locais não possuem a mesma posição caso venham a participar da disputa por legitimação de projetos políticos em escala, por exemplo, nacional. Estariam elas disputando com outros "agentes" e ocupando uma posição, nesse caso, muito provavelmente, periférica.

Há um elemento relevante, pouco desenvolvido neste artigo, que envolve uma performatividade na luta política articulada ao tema dos estigmas socioespaciais. Se, em determinado contexto, alguns grupos reproduzem o discurso do estigma para fins de conquistas políticas e econômicas próprias, em outros momentos, vinculados a outras instâncias sociais e/ou escalas geográficas, podem se apresentar publicamente contra os estigmas negativos (que ajudaram a (re)produzir) atribuídos ao "seu lugar geográfico", na busca por "vantagens simbólicas" que os legitimem política, social e/ou economicamente. O contrário também pode ocorrer. Grupos sociais constituídos em torno do combate ao discurso estigmatizador, podem, em determinados momentos, utilizar-se deste para fins de conquistas sociais.

Há, segundo Goffman (2008, p. 20), práticas sociais de utilização de estigmas tais quais uma espécie de "escudo", uma "forma de proteção contra a responsabilidade social", assim como casos em que o estigma é percebido como uma benção, associado à ideia de que o sofrimento

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

pode produzir relevantes ensinamentos. Interessa-nos processos sociais em que grupos coletivos são instituídos a partir de um estigma produzido. Assim,

> Grande parte daqueles que se incluem em determinada categoria de estigma podem-se referir à totalidade dos membros pelo termo "grupo" ou um equivalente, como "nós" ou "nossa gente". Da mesma forma, os que estão de fora da categoria podem designar os que estão dentro dela em termos grupais. Em tais casos, entretanto, é muito comum que o conjunto total de membros não constitua parte de um único grupo em sentido estrito, já que não tem capacidade para a ação coletiva nem um padrão estável e totalizador de interação mútua. O que se sabe é que os membros de uma categoria de estigma particular tendem a reunir-se em pequenos grupos sociais cujos membros derivam todos da mesma categoria, estando esses próprios grupos sujeitos a uma organização que os engloba em maior ou menor medida (GOFFMAN, 2008, p. 32).

Parte de grupos subjetivados por um estigma direcionado ao espaço onde nasceu e/ou vive se posiciona em torno da perspectiva de superação coletiva deste estigma por meio da produção de novos discursos, de uma nova interpretação para a realidade socioespacial. A busca por redizer seu lugar é analisada por este trabalho associada ao que Woodward (2009) nomina de "interpelação" do sujeito. Este seria, a nosso ver, o momento em que sujeito e estigma se encontram. Segundo essa autora, há uma correlação direta entre identidade, subjetividade e discurso.

> Os termos "identidade" e "subjetividade" são, às vezes, utilizados de forma intercambiável. Existe, na verdade, uma considerável sobreposição entre os dois. "Subjetividade" sugere a compreensão que temos sobre o nosso eu. O termo envolve os pensamentos e as emoções conscientes e inconscientes que constituem nossas concepções sobre "quem nós somos". A subjetividade envolve nossos sentimentos e pensamentos mais pessoais. Entretanto, nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade. Quaisquer que sejam os conjuntos de significados construídos pelos discursos, eles só podem ser eficazes se eles nos recrutam como sujeitos. Os sujeitos são, assim, sujeitados ao discurso e devem, eles próprios, assumi-lo como indivíduos que, dessa forma, se posicionam a si próprios. As posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades (WOODWARD, 2009, p. 55).

Somos, segundo a autora citada, interpelados, em diferentes situações e a partir de diferentes discursos, a nos posicionarmos como sujeito, a ocuparmos uma "posição-de-sujeito". Por meio da interpelação, de acordo com Woodward, utilizando-se da obra de Althusser, indivíduos são transformados em sujeitos.

> Esse processo de interpelação nomeia e, ao mesmo tempo, posiciona o sujeito que é, assim, reconhecido e produzido por meio de práticas e processos simbólicos. Ocupar uma posição-de-sujeito determinada [...] não é uma questão simplesmente de escolha pessoal consciente; somos, na verdade, recrutados para aquela posição ao reconhecê-la por meio de um sistema de representação. O investimento que nela fazemos é, igualmente, um elemento central (WOODWARD, 2009, p. 60-61).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

A origem da psicanálise já apontou para a complexidade dos processos de subjetivação frente a simplificações baseadas em teorias racionalistas de mundo.

> Em vez de ver sujeitos como agentes maximizadores de utilidade ou como mera expressão calculadora de deliberações racionais, Freud prefere compreender a forma como indivíduos produzem crenças, desejos e interesses a partir de certos circuitos de afetos quando justificam, para si mesmos, a necessidade de aquiescer à norma, adotando tipos de comportamentos e recusando repetidamente outros (SAFATLE, 2016, p. 38).

Podemos afirmar, neste artigo, que todo estigma geográfico está imerso em contextos sociais, políticos e culturais e participam, entre outras coisas, da interpelação de inúmeros indivíduos a ocuparem uma posição-de-sujeito, um papel social articulado consciente e inconscientemente a afetos produzidos, entre outras coisas, por estigmas recebidos. "Sou do atraso?"; "Sou atraso?"; "Vivo no subdesenvolvimento?"; "Sou subdesenvolvido?"; "Sou perigoso?"; "Se não, que lugares social e espacial ocupo no mundo?" "O que é meu lugar geográfico e o que sou?"; "Sou definível por estereótipos?". Por meio de um estigma coletivo recebido, indivíduos são interpelados a se posicionarem como sujeitos, se constituindo e se organizando em torno de movimentos históricos da realidade que nominaremos de "contraestigma".

Em resposta a abordagens estigmatizadoras, diferentes grupos sociais, ao se articularem contra um estigma, produzem novas interpretações referentes a seu lugar social no mundo associadas ao "lugar de seu lugar" geográfico no mundo. Diferenciando-se de outras possíveis formas de reação ao estigma, tais como a aceitação ou a "autocorreção", sujeitos se articulam em torno do desejo de interpretações não convencionais acerca do processo de construção de sua realidade. Informações e imagens vão sendo substituídas e/ou acrescentadas por intermédio de coletivos e organizações sociais, ações políticas, histórias de vida, reflexões filosóficas, manifestações artísticas, narrativas e visibilizações de saberes, articuladas entre si politicamente no objetivo de reconstrução de valorações sociais, produzindo transformações nas valorações sociais articuladas (muitas vezes, conscientemente) a disputas pelo domínio e/ou à democratização dos bens materiais da sociedade.

> A identidade, tal como a diferença, é uma revelação social. Isso significa que sua definição – discursiva e linguística – está sujeita a vetores de força, a relações de poder. [...] Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas. Não se trata, entretanto, apenas do fato de que a definição da identidade e da diferença seja objeto de disputa entre grupos sociais assimetricamente situados relativamente ao poder. Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais (SILVA, 2009, p. 81).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Atualmente, por meio de uma pluralidade de tecnologias da comunicação, assim como de, por exemplo, propostas de ressignificação e de reapropriação de espaços públicos, novas interpretações acerca de recortes espaciais, socialmente referenciadas em experiências históricas, têm se mostrado possíveis. Representações da realidade articuladas no imaginário coletivo em diferentes escalas complementam-se à representação de espaços em torno de suas "qualidades" definidas a partir de seu uso social material, do entendimento e da difusão de olhares que apresentam belezas, protagonismos e potências em indivíduos, lugares e paisagens antes invisibilizados, marginalizados, subordinados e/ou desqualificados.

Como nos aponta Haesbaert,

> Assim como a identidade individual, a identidade social é também uma identidade carregada, ao mesmo tempo, de subjetividade e objetividade. Na discussão da identidade territorial, isto irá aparecer de forma muito nítida, pois, por mais que se reconstrua simbolicamente um espaço, sua dimensão mais concreta constitui, de alguma forma, um componente estruturador da identidade (HAESBAERT, 1999, p. 174).

De movimentos de revalorização da vida no campo (ressignificando-a em diálogo com paradigmas socioculturais e tecnológicos do mundo contemporâneo) a movimentos como o "100% Favela", passando por movimentos locais, regionais ou nacionais (reativos ao Estado nacional e/ou à globalização neoliberal e seus processos de estigmatização e incorporação geográfica), temos a busca pela construção de novas narrativas identitárias de sujeitos por visibilização social a partir de diferenciadas categorias de interpretação da realidade, cujas pautas e agendas demonstram o entendimento da inevitável necessidade de interpretação do "lugar de meu lugar" geográfico na luta pela reinvenção de meu lugar social no mundo.

Tal interpretação possui maior potência contraestigma, se tornando, assim, mais contra-hegemônica quanto maior forem suas articulações em meio às lutas entre bens simbólicos e materiais sociais. Assim, a nosso ver, a potência emancipatória de tais lutas está condicionada a uma "abertura" do espaço, este entendido a partir do paradigma da totalidade, e não a uma reafirmação reconfigurada de fronteirizações espaço-ontológicas, bastante comum em "fechamentos identitários". A emergência da autovalorização em torno de "espaços geográficos natais" (não necessariamente equivalentes a ufanismos e/ou a nacionalismos alicerçados em ideias monolíticas de unidade) tem se apresentado como pauta territorial nuclear de lutas por emancipação.

Diversos movimentos de valorização de conhecimentos ditos populares e/ou tradicionais (termos que não são de minha preferência) têm fortalecido seu processo de articulação por meio de lutas socioespaciais, em processos de trocas interescalares (entre diferentes movimentos socioespaciais, entre movimentos locais, movimentos regionais, movimentos nacionais e movimentos

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

internacionais). Esse fortalecimento foi produzido pela e foi produtor da compreensão do papel mobilizador e transformador da articulação entre espaço e cultura, a partir da compreensão de que a movimentação de categorias de interpretação do mundo exige e, ao mesmo tempo, produz – para além do "re-dizer a terra natal" – a construção de uma nova realidade local, nacional e global. Falamos de diálogos entre sujeitos centrados na construção de mecanismos de superação de explorações e estigmatizações.

Uma questão também nuclear a este trabalho aponta para o espaço geográfico como a possibilidade do lócus da vivência do encontro (reuniões, confraternizações, manifestações e ações culturais, entre outras), espaços criados para tal ou reinventados pela prática cotidiana, possibilitando encontros e trocas, "lugares-momentos" de articulação entre sujeitos (entre os quais aqueles que reinventam sua inserção no espaço como uma das formas de movimentar classificações, domínios e apropriações do mundo). Lugares que permitem intersubjetividades e "intercorporeidades", por meio do encontro "direto" entre simpatizantes, apoiadores e/ou integrantes de lutas socioespaciais, certas vezes, complementares, certas vezes, transversais.

Santos (2008) aponta para a extrema relevância social do lugar para a construção de relações cuja importância está na produção de dinâmicas socioculturais próprias que, muitas vezes, trazem racionalidades divergentes ao pensamento hegemônico. Segundo esse autor, existem racionalidades e contrarracionalidades no lugar

> [...] que se levantam como realidades frente à racionalidade hegemônica, e apontam caminhos novos e insuspeitados ao pensamento e à ação. [...] A ordem universal frequentemente apresentada como irresistível é, todavia, defrontada e afrontada, na prática, por uma ordem local, que é sede de um sentido e aponta um destino (SANTOS, 2008a, p. 26).

Quando e como sujeitos objetos de classificações estigmatizadoras se tornam sujeitos protagonistas da classificação e da adjetivação do mundo? A incorporação de novos elementos representacionais sobre espaços no imaginário de indivíduos e grupos sociais está, na atualidade, profundamente articulada ao avanço e à popularização, debatidos por Santos (2009), de tecnologias da comunicação originalmente produzidas para padronização e ampliação de mercados, mas ressignificadas em seus usos por determinados sujeitos para fins de des-re-dizer o mundo segundo o seu "lugar". A partir da construção de consciências espaciais produtos/produtoras da emergência de lugares para além de seu estigma, faz-se emergir, concomitantemente, uma escala geográfica de identificação social.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Segundo Bossé,

> Os geógrafos se interessam particularmente pela identidade dos lugares e pelos papéis que eles desempenham na formação de consciências individuais e coletivas. Observam como as pessoas, sujeitos e agentes geográficos recebem e percebem, constroem e reivindicam identidades cristalizadas em suas representações dos lugares e das relações espaciais (BOSSÉ, 2004, p. 158).

A identidade se define em relação a algo que lhe é exterior, ela é uma diferença (ORTIZ, 2003). O conceito de identidade deve ser aqui compreendido imerso nos concomitantes processos de diferenciação e identificação. Para Silva (2009, p. 75), "assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis".[16]

Segundo Dubar, a identidade é formada pelo par diferenciação/generalização:

> A primeira [diferenciação] é aquela que visa a definir a diferença, o que constitui a singularidade de alguma coisa ou de alguém relativamente a alguém ou a alguma coisa diferente: a identidade é a diferença. A segunda [generalização] é a que procura definir o ponto comum a uma classe de elementos todos diferentes de um mesmo outro: a identidade é o pertencimento comum (DUBAR, 2009, p. 13).

O processo social de construção identitária pode ser analisado segundo uma lógica essencialista (crença em realidades essenciais, imutáveis e originais) ou segundo uma lógica nominalista (espaço-temporalmente contextualizado, identidades construídas socialmente) (DUBAR, 2009). Corroboramos com Ortiz (2003), para quem toda identidade é uma construção simbólica, compreensão que elimina a possibilidade de dúvidas sobre sua veracidade ou falsidade.[17]

De acordo com Bossé,

> A identidade é a construção social e histórica do "próprio" e do "outro", entidades que, longe de serem congeladas em uma permanência "essencial", estão em constante, e reciprocamente engajadas e negociadas, relações de poder, de troca ou de confrontação, mais ou menos disputadas, que variam no tempo e no espaço (BOSSÉ, 2004, p. 159).

[16] De acordo com Silva (2009), a afirmação: "sou...", é parte de uma extensa cadeia de negações ("não sou..."). Segundo este autor, é necessário "considerar a diferença não simplesmente como resultado de um processo, mas como o processo mesmo pelo qual tanto a identidade quanto a diferença (compreendida, aqui, como resultado) são produzidas. Na origem estaria a diferença – compreendida, agora, como ato ou processo de diferenciação" (SILVA, 2009, p. 76).

[17] Silva aponta reflexões sobre esse tema: "Dizer que [identidades e diferenças] são o resultado de atos de criação significa dizer que não são "elementos" da natureza, que não são essências, que não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas. A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que a fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais" (SILVA, 2009, p. 76).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

É-nos bastante relevante a compreensão da formação de uma identidade socioespacial em construção constante, que coloque em xeque reproduções sociais, nos possibilitando a desnaturalização de determinadas representações de mundo que desejamos superadas. A superação da ideia acerca de identidades herdadas e reproduzidas exige reflexões, reconstruções, ressignificações e ações identitárias constantes, por tempo indeterminado. De acordo com Lima (2011, p. 13), "o sujeito é construído numa ininterrupta contextualização, francamente histórica, da mesma forma que não falamos, geograficamente, de um território abstrato, mas sim de um produto socialmente forjado, por isso mesmo, datado e situado".

A compreensão de processos identitários somente é possível, a nosso entender, a partir da busca por sua interseção com realidades e representações permeadas por conflitos de diversas naturezas. O chamado "processo de miscigenação cultural" está entre estes, tanto quanto sua relação com representações e imaginários associados a identidades socioespaciais, em especial à nacional. Dialeticamente, temos a diversidade cultural e a opressão à diferença como elementos centrais constitutivos da miscigenação, nos processos de integração territorial.

Um ponto que nos parece uma fundamental questão em tal processo dialético são as "misturas" de elementos culturais distintos sem que, em muitos casos, entretanto, se mantenha a consciência da diferença, o que pode dificultar consideravelmente a possibilidade de construção de uma pluralidade de identidades sob uma ótica cultural diversa. Não existiria diversidade cultural sem a consciência da diferença.

De acordo com Fleuri,

> Nós, brasileiros, consideramos como que "natural" que nossas famílias e nós mesmos sejamos resultados de uma grande miscigenação de etnias e culturas cujas origens e diferenças já não lembramos com clareza. [...] Predomina uma visão "sincrética", que mistura elementos diferentes sem manter a consciência das diferenças, o que pode dificultar recuperá-las em sínteses e projetos mais complexos e duradouros (FLEURI, 1998, p. 46-47).

O discurso sobre a miscigenação[18] alienado da complexidade de sua concretude histórica nos impede de dialogar acerca dos efeitos psicológicos de seus conflitos em sujeitos e das crônicas supressões de diversidades por determinados grupos sociais com vistas à consolidação de projetos hegemônicos, assim como de enfrentar estigmas e domínios resultantes deste processo.

[18] Miscigenação e espacialidade são temáticas de relevante correlação. As ideias de democracia racial e de região, por exemplo, possuem profundas interfaces no Brasil, tendo forte influência em Gilberto Freyre, em especial a partir de sua atuação no movimento regionalista nordestino e sua compreensão acerca do "moreno" como a futura síntese do Brasil. Sobre as concepções de Gilberto Freyre sobre essa temática, recomendamos a leitura de COHN (2010).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Diálogos com uma "ontologia subtrativa do sujeito" na produção de uma geografia social crítica

Estar só
e não ter
mangas
nem cartas
no baralho
(Desamparo. Manoel Fernandes.)

Interpretações monolíticas e/ou descontextualizadas de identidades nos alienam da produção de subjetividades, experiências, sociabilidades e espacialidades absolutamente novas – no nosso entender, a maior potência emancipatória concreta de encontros ditos culturais. Segundo Silva (2009, p. 73), "parece difícil que uma perspectiva que se limita a proclamar a existência da diversidade possa servir de base para uma pedagogia que coloque no seu centro a crítica política da identidade e da diferença".

Nessa perspectiva, não nos basta a compreensão da existência da diversidade: faz-se necessário, acima de tudo, o entendimento detalhado do posicionamento de identidades e diferenças na política. De acordo com Silva (2009, p. 74), não devemos nos limitar a celebrar a identidade e a diferença, mas a problematizá-las: "Quais as implicações políticas de conceitos como diferença, identidade, diversidade, alteridade? O que está em jogo na identidade?"

Como nos alerta Albuquerque Júnior,

> [...] não se combate a discriminação simplesmente tentando inverter de direção o discurso discriminatório. Não é procurando mostrar quem mente e quem diz a verdade, pois se passa a formular um discurso que parte da premissa que o discriminado tem uma verdade a ser revelada. [...] Tentar superar este discurso, estes estereótipos imagéticos e discursivos [...] passa pela procura das relações de poder e de saber que produziram estas imagens e estes enunciados clichês [...]. Pois tanto o discriminado como o discriminador são produtos de efeitos de verdade, emersos de uma luta, e mostram os rastros dela (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 31).

Hall (2009) nos apresenta um questionamento sobre essa questão já no título de seu artigo: "Quem precisa da identidade?". Segundo Silva,

> As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Têm a ver não tanto com as questões "quem somos nós" ou "de onde nós viemos", mas muito mais com as questões "quem nós podemos nos tornar", "como nós temos sido representados" e "como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios". Elas têm tanto a ver com a invenção da tradição quanto com a própria tradição, a qual elas nos obrigam a ler não como

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

> uma incessante reiteração, mas como "o mesmo que se transforma" [...]: não o assim chamado "retorno às raízes", mas uma negociação com nossas "rotas" (SILVA, 2009, p. 75).

Enfrentamos, neste ponto, os cernes da questão identitária sobre "quem somos" e "o que não somos", mas, acima de tudo, "o que queremos e podemos ser" e "como podemos construir novas interpretações, representações e ações sobre nós mesmos e sobre o mundo". Não somos somente o que nos tornamos ou o que entendemos que somos, mas o que não somos e seremos, tendo em vista as relações entre nossas potências não "identificáveis". Safatle (2016) propõe, a partir de diálogos com Hegel e Freud, críticas às categorias "identidade pessoal" e "personalidade", quando estas se alicerçam mais nos predicados que temos do que em nosso "devir" em processo permanente.

> Demandas políticas de reconhecimento são atualmente compreendidas, em seu nível mais determinante, como demandas de constituição e reconhecimento de identidades ou, no limite, de potencialidades capazes de permitir o desenvolvimento de predicações da pessoa individualizada. A predicabilidade da pessoa, que aparece então como expressão máxima da autonomia e da autenticidade dos indivíduos, é definida como uma espécie de solo pré-político para toda política possível. [...] pensar sujeitos a partir de sua predicabilidade é pensá-los a partir de relações de possessão, um pouco como indivíduos essencialmente definidos como "quem tem uma propriedade em sua própria pessoa" (SAFATLE, 2016, p. 23).

A quebra de uma interpretação essencialista de identidade perpassa, para esse autor, uma abertura ontológica ao desamparo, no sentido a ele dado por Freud:

> Estar desamparado é deixar-se abrir a um afeto que me despossui dos predicados que me identificam. Por isso, afeto que me confronta com uma impotência que é, na verdade, forma de expressão do desabamento de potências que produzem sempre os mesmos atos, sempre os mesmos agentes (SAFATLE, 2016, p. 21).

Ao contrário de inseguranças civis e sociais, que produzem sujeições, o desamparo, associado a inseguranças ontológicas, produz, nesta perspectiva, liberação. O desamparo seria expressão da vulnerabilidade do sujeito no interior da relação com o Outro, assim como da ausência de resposta articulada diante de exigências postas pela necessidade e de excitações pulsionais internas; numa leitura freudiana de sujeito, o afeto que nos abre para os vínculos sociais.

Partindo desse entendimento, uma resposta a um estigma coletivo ou uma posição de sujeito frente a esse tipo de interpelação social não potencializará emancipações se reforçar (o que, muitas vezes, ocorre) o "fechamento" de sujeitos à possessão de seus predicados, à tentação de exclusivas inversões de estigmas e/ou de re-afirmação de identidades por meio de sua reificação. O potencial emancipatório de sujeitos construídos em torno de reconstruções de valorações sociais estaria justamente na possibilidade de uma "ontologia subtrativa do sujeito" (SAFATLE, 2016), de uma abertura ao devir.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

A resposta ao estigma poderia expressar, a nosso ver, que categorias "herdadas" de interpretação da realidade, inclusive de nós mesmos, não nos são mais suficientes: "Um corpo político produzido pelo desamparo é um corpo em contínua despossessão e des-identificação de suas determinações" (SAFATLE, 2016, p. 21). Uma "modalidade antipredicativa de reconhecimento" possibilitaria o rompimento com reproduções sociais e apontaria para novas possíveis formas de "subjetivação". Segundo Safatle (2016, p. 29), o sujeito "não é, como muitos gostariam de acreditar, uma entidade substancial e dotada de unidade, identidade e autonomia. Um sujeito não é o que tem a forma de um Eu, de um indivíduo ou uma pessoa. Ele é espaço de uma experiência de descentramento (Lacan) e não-identidade (Adorno)".

Santos nos aponta para a necessidade da compreensão (indissociada) de espaços, tempos e sujeitos:

> Os eventos dissolvem as coisas [...], eles dissolvem as identidades [...], propondo-nos outras, mostrando que não são fixas [...]. Diante da nova história e da nova geografia, é o nosso saber que também se dissolve, cabendo-nos reconstituí-lo através da percepção do movimento conjunto das coisas e dos eventos. Não há evento sem ator. Não há evento sem sujeito [...]. Nesse sentido, toda teoria da ação é, também, uma teoria do evento e vice-versa (SANTOS, 2008, p. 146-147).

Nesse sentido, o entendimento de nossas diferenças seria, para nós, um enfrentamento de eventos do nosso processo histórico constitutivo, buscando, concomitantemente, a abertura e a dissolução das coisas e das identidades. Segundo Haesbaert,

> [...] identificar, no âmbito humano-social, é sempre identificar-se, um processo reflexivo, portanto, e identificar-se é sempre um processo de identificar-se com, ou seja, é sempre um processo relacional, dialógico, inserido numa relação social. Além disso, como não encaramos a identidade como algo dado, definido de forma clara, mas como um movimento, trata-se sempre de uma identidade em curso, e por estar sempre em processo/relação ela nunca é uma, mas múltipla (HAESBAERT, 1999, p. 174).

Em diálogo com pensadores como Bergson e Deleuze, Massey (2009, p. 11) reflete sobre a necessidade política de uma concepção aberta de tempo: "Somente se concebermos o futuro como genuinamente aberto podemos seriamente aceitar ou engajar-se em uma noção de política". Entendemos, a partir de Safatle (2016), a relevância da política entendendo-a por meio de um processo de reconhecimento marcado pela "indiferença", que não significaria, de modo algum, a negação das diferenças como partes constitutivas da cultura, mas a reafirmação de que a política só é possível (e se faz sempre necessária) quando entendida, e vivida, como instância da vida social que transcende qualquer particularidade.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Talvez o problema não consista apenas em dissociar cultura e identidade, mas de ir adiante e insistir na necessidade de uma teoria do reconhecimento capaz de simplesmente dissociar política e cultura, com suas questões normalmente ligadas à produção de identidades sociais. O debate sobre as relações entre redistribuição e reconhecimento normalmente reduz a reflexão sobre a natureza das relações sociais a dois campos: a cultura e a economia. No entanto, há que se acrescentar a política como campo autônomo, porque talvez nunca sejamos capazes de separar cultura e produção de identidades [...], mas devemos avaliar a possibilidade de afirmar que a política nasce através da atualização de algo que poderíamos chamar de "potência de despersonalização" que soe à cena da vida em comum, levando os sujeitos a não falarem mais como se fossem portadores de identidades e interesses particulares. [...] Trata-se aqui de defender a hipótese de que a política des-identifica os sujeitos de suas diferenças culturais, ela os des-localiza de suas nacionalidades e identidades geográficas, da mesma forma que ela os des-individualiza de seus atributos psicológicos. Por isso, dentro dessa perspectiva, a política é, acima de tudo, uma força de des-diferenciação capaz de abrir aos sujeitos um campo produtivo de indeterminação. [...] sujeitos só se transformam em sujeitos políticos quando suas demandas individuais se des-individualizam, podendo assim aparecer como condição maior para a ampliação genérica de direitos (SAFATLE, 2016, p. 243-244).[19]

> A impredicação como abertura ontológica, associada a uma concepção de tempo aberto, de abertura ao devir, nos interpela, aqui, ao diálogo com a fértil proposta de Massey acerca do "espaço aberto". Em grande potência para as questões do presente artigo, as diferenças temporais, associadas pela referida autora aos processos de transformação, possuem origem, numa leitura não essencialista do tempo, na multiplicidade, em diferenças sincrônicas, coetâneas, em interações proporcionadas por afetos possíveis gerados pela multiplicidade existente no espaço.

A não ser que defendamos uma posição totalmente essencialista, o tempo não pode, de qualquer maneira, existir por si mesmo, sem apoio. Isto é, a menos que se recorra a uma noção de um desdobramento imanente de uma entidade indiferenciada, somente a interação pode produzir mudança (criatividade) e, portanto, tempo. Contudo, a possibilidade da interação depende da existência prévia da multiplicidade (deve existir mais de uma entidade a fim de que a interação seja possível) (MASSEY, 2012, p. 13).

[19] Ao entender a política como campo de indeterminação produtiva, Safatle não propõe a desvalorização de lutas por reconhecimento e direitos travadas por grupos vulneráveis, mas uma reinterpretação destas em tal campo: "Não se trata de ignorar que políticas específicas de discriminação positiva tenham função estratégica fundamental, nem de ignorar que leis de defesa de grupos sociais historicamente mais vulneráveis (mulheres, negros, imigrantes, homossexuais, travestis etc.) necessitem estrategicamente afirmar diferenças culturais para fortalecer a sensibilidade social em relação à sua vulnerabilidade específica. Estamos falando, nesses casos, da plasticidade que a ação política dispõe para impor condições reais capazes de garantir a afirmação do igualitarismo, e uma dessas condições reais é a construção da consciência da vulnerabilidade de grupos historicamente despossuídos. Tal consciência da vulnerabilidade é um estágio necessário para reposicionar a sociedade em uma situação na qual a indiferença às diferenças culturais não seja impossibilitada pelo peso da violência que se perpetua contra grupos específicos. Nesses casos, podemos falar de um uso "estrategicamente provisório" da noção de identidade que não é a uma perspectiva como a defendida [nesse livro] (SAFATLE, 2016, p. 244-245).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Segundo Massey (2004, p. 8), "sem espaço não há multiplicidade; sem multiplicidade não há espaço. [...] Multiplicidade e espaço são coconstitutivos". Ainda para esta autora, "a verdadeira possibilidade de qualquer reconhecimento sério da multiplicidade e da diferença depende ele próprio de um reconhecimento da espacialidade. [...] para que haja multiplicidade (e, por extensão, para que haja diferença) deve existir espaço" (MASSEY, 2004, p. 10). Um "espaço aberto", sempre em devir, como pré-requisito essencial para o "tempo aberto", se mostra uma condição para a possibilidade da política, entendida como alicerçada na indeterminação, se desejarmos horizontes de emancipação e democratização radicais.

Uma indissociação entre "tempo aberto" e "espaço aberto" nos aponta, aqui, para a fundamental problematização da espacialidade na formação de sujeitos em diálogo com a ideia de uma "ontologia subtrativa", na qual nosso devir seja mais significativo que nossos predicados, para o nosso processo de subjetivação, e seja alicerçado em propostas abertas de temporalidade e espacialidade.

O lugar, potente para a construção de contrarracionalidades (SANTOS, 2008a), como vimos, pode ser entendido, produzido e vivido como espaço em constante abertura geográfica para seu movimento, para seu devir.

> Um lugar não é uma coisa fechada, com uma identidade essencial, é uma articulação específica de relações globais, e é esta articulação de relações mais amplas que apresenta a sua particularidade. A especificidade dos lugares é sempre um produto de coisas mais amplas. E essa especificidade é algo que está em disputa (MASSEY, 2012, s/p).

Uma leitura antiessencialista do tempo, do espaço e da identidade aponta para a superação da ideia de um sujeito abstrato. Nesta "ininterrupta contextualização", a abertura ao devir é significativamente mais potente do que identidades "aprisionadas" a possessão de predicados. Como nos aponta Hall (2009), a identidade não pode ser analisada como algo estanque, definitivo, mas como uma continuidade, denominada por este autor como "identificação", porque verbo, ação, processo.

> Na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal. É em cima dessa fundação que ocorre o natural fechamento que forma a base da solidariedade e da fidelidade do grupo em questão. Em contraste com o "naturalismo" dessa definição, a abordagem discursiva vê a identificação como uma construção, como um processo nunca completado – como algo sempre em "processo". Ela não é, nunca, completamente determinada – no sentido de que se pode, sempre, "ganhá-la" ou "perdê-la"; no sentido de que ela pode ser, sempre, sustentada ou abandonada (HALL, 2009, p. 106).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

A identificação socioespacial, numa perspectiva "ontológica subtrativa", exige movimentos, des-articulações e des-investimentos constantes. Caso contrário, o investimento de novos sujeitos a esta se limitará a uma mecânica reprodução de práticas e, inclusive, de estigmas. Há sempre o perigo da construção de um imaginário pautado na ideia de originalidade e exclusividade espaciais de determinados processos sociais cujas abrangências superam suas fronteiras. Temos, nesta "supervalorização" de uma fronteira, o seu "fechamento", ao mesmo tempo, temporal, espacial e ontológico.

A potência contra-hegemônica presente em diferentes classes e grupos sociais (incluímos, entre estes, os socioespaciais) deve estar alicerçada em propostas de transformação da realidade que apontem para um devir que ultrapasse a si próprios na produção de novas interpelações de posição de sujeito.

> A experiência da opressão enquanto tal não garante um privilégio cognitivo [ao oprimido]. É apenas por meio de um "'universalismo estratégico" – incompatível com a proliferação dos absolutismos identitários – que o sofrimento e a amargura dos oprimidos e dos excluídos, dos subalternos e dos párias podem se transformar em busca de uma justiça generalizável reivindicada por toda a humanidade (LOWY, 2013, p. 15).

A (re)invenção de potenciais de ação e produção, frente à racionalidade da aceitação e da reprodução, é o que permite a superação de uma identidade socioespacial herdada em direção a uma identificação socioespacial problematizada e construída por sujeitos em processo contínuo de abertura ao "outro", assim como ao devir como potência existencial e condição para a emancipação.

Considerações finais

Tenho fome de me tornar em tudo que não sou.[...]
Quero SER de novo a luz do sol:
Limpar o lixo emocional – remover os empanamentos dos sentidos. [...]
Uso permanente
d'INFIDELIDADE em relação a uma identidade contínua de mim mesmo
(Na esfera da produção de si mesmo. Waly Salomão.)

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Finalizamos as reflexões deste artigo ressaltando a relevância do estigma como questão para a produção de um conhecimento geográfico social crítico na contemporaneidade. Os estigmas, tanto quanto as diferentes reações a estes, são produtos-produtores de diferenciadas práticas socioespaciais, e estão entre e em correlação com os processos sociais mais significativos que nos permitem apontar para a dita homogeneização pela globalização como um mito moderno.

Estigmas são centrais no processo de incorporação de áreas na integração socioespacial, tanto quanto contraestigmas, e estão no cerne de debates, pautas e ações coletivas acerca das novas possibilidades organizativas de mundo. Pensar descentralizações/horizontalizações no poder aponta para experiências políticas, de fato, democráticas e exige investimentos interpretativos e experienciais em torno, concomitantemente, de valorações sociais e da produção do espaço geográfico. É necessária – diríamos urgente – a quebra de valorações monolíticas, trazendo uma "multiplicidade indeterminada" para a arena política do reconhecimento social e para a produção material de outra realidade socioespacial.

A geografia possui amplos horizontes e desafios no desenvolvimento de um pensamento crítico acerca da chamada interpelação social por posição de sujeito, tendo em vista, a nosso ver, as significativas relações entre tais interpelações e posições à valoração e à produção do espaço geográfico, e também pelo fato de a espacialidade compor, a nosso ver, como esfera da concretude da coabitação, as potências de abertura política ao devir e à outridade. Partes relevantes de interpelações à subjetivação são, também, socioespaciais ("como sou representado a partir de como é representado de onde sou?"). Entendimentos de mecanismos de domínio e de "r-existência" (PORTO-GONÇALVES, 2006), do lugar de sujeitos e do "lugar de seus lugares" são primordiais para uma geografia social crítica.

Entendemos ser necessária a investigação de como os sujeitos reagem, na concretude do mundo, a estigmas socioespaciais, o que nos aponta para demandas e possibilidades de pesquisas e diálogos horizontalizados junto a grupos, organizações e movimentos de classe, culturais e sociais. Identidades socioespaciais, em torno de comunidades, cidades, regiões, estados, países (incluindo movimentações socioespaciais supranacionais, tais como as árabes, as latino-americanas e as africanas) podem produzir "aberturas", tanto quanto "fechamentos ontológicos", havendo, em ambas as possibilidades, o seu caráter ambivalente e contraditório. Se temos, dialeticamente, a diversidade cultural e a opressão à diferença como elementos de processos de integração territorial, o espaço geográfico entendido, concebido e vivido como "aberto" – lócus da interação, da coetaneidade –, em diálogo com as possibilidades de uma "ontologia subtrativa do sujeito", pode ampliar a produção de contrarracionalidades em torno de integrações socioespaciais, alicerçando-as menos na busca

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

por unidades monolíticas e fechadas, e mais na abertura à experiência da multiplicidade como potência universal desparticularizadora emancipatória.

Santos (2009) apontou para a necessidade de discursos e ações contra-hegemônicos "surpresivos", que ressoassem novas "formas-conteúdos" na crítica e na transformação da realidade. Nas palavras de Safatle (2016), precisamos nos afetar de novas formas, explorando nossas ambivalências internas, buscando efeitos ainda inauditos do poder. O enfrentamento a estigmas possui, como uma de suas potências, a articulação identitária para a desconstrução de identidades sujeitadas. Tal potência está profundamente associada, no entender deste artigo, à proposição de novas perspectivas e critérios sociais de classificação e adjetivação do mundo abertas ao devir e à permanente despossessão de nossos predicados, entendendo-os como processo. Temos de nos perguntar: ao desnaturalizarmos e questionarmos lugares sociais, inclusive em nossos lugares geográficos, estamos potencializando estabilizações sociais, ainda que ressignificadas, ou ressignificações de mundo que nos abram para a potência de inseguranças ontológicas?

Repensar valorações sociais de sujeitos e lugares não apontaria para pontos finais de "teleologias emancipatórias", mas para novos meios, processos e formas de nos individualizarmos, de nos representarmos, de sermos afetados e afetarmos o "outro", de produzirmos novas "di-visões" do mundo. Ao nos questionarmos sobre os processos que delimitam nossas fronteiras espaciais, podemos, indissociavelmente, colocar em xeque a naturalização de nossos papéis sociais, de nosso lugar no mundo, de nossa posição de sujeito. Somente desnaturalizando fronteiras socioespaciais, podemos reinventar o espaço, o mundo, nossa região, nosso lugar, nosso lugar no mundo.

Referências bibliográficas

1. ABBGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2000, 1210 p.
2. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. São Paulo: Cortez, 2011, 376 p.
3. ANDRADE, Manoel Correia de. Formação territorial e econômica do Brasil. Recife: Massangana, 2007, 308 p.
4. ARAÚJO, Frederico G. Bandeira de. "Identidade" e "território" enquanto simulacros discursivos. In: ARAÚJO, F. G. B. de; HAESBAERT, Rogério (orgs.). *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos.* Rio de Janeiro: Access, 2007, p. 12-36.
5. BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, 394 p.
6. BOSSÉ, Mathias Le. As questões de identidade em geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). *Paisagens, textos e identidade.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 157-179.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

7. BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. São Paulo: Ática, 2007, 311 p.
8. CATANI, Afrânio M. et al (org.). Vocabulário Bourdieu. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, 398 p.
9. CÔRREA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. São Paulo: Ática, 1986, 96p.
10. COHN, Sérgio (org.). Gilberto Freyre (Coleção Encontros). Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2010, 213 p.
11. DUBAR, Claude. A crise das identidades: a interpretação de uma mutação. São Paulo: EDUSP, 2009, 292 p.
12. FLEURI, Reinaldo Matias. Educação intercultural: desafios emergentes na perspectiva dos movimentos sociais. In: FLEURI, Reinaldo M. (org.). *Intercultura e movimentos sociais.* Florianópolis: Mover, NUP, 1998, p. 45-54.
13. GOFFMAN, Erving. Estigma: nota sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2008, 158 p.
14. HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In. CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (orgs.). *Manifestações da cultura no espaço.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 169-190.
15. _____.; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A nova des-ordem mundial. São Paulo: Editora UNESP, 2006, 160 p.
16. HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* Petrópolis: Vozes, 2009, p. 103-136.
17. HARVEY, David. Espaços de esperança. São Paulo: Loyola, 2009, 382 p.
18. LIMA, Ivaldo. Território autonômico como sistema. In: *Revista Geográfica de América Central.* Número Especial Egal, 2011, p. 1-15.
19. LEFEBVRE, Henri. ***La presencia y la ausencia***. *Contribuición a la teoria de las representaciones*. México, Fondo de Cultura Econômica, 2006, 305 p.
20. _____. La producción del espacio. Madrid: Capitán Swing, 2013, 451 p.
21. LÖWY, Michael. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2013, 277 p.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

22. MARX, Karl. Lutas de classe na Rússia. São Paulo: Boitempo, 2013, 164 p.

23. MASSEY, Doreen. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. In: *GEOgraphia*, ano 6, n. 12, 2004, p. 7-23.

24. _____. Superando a visão romântica sobre o lugar. Entrevista com a geógrafa Doreen Barbara Massey, 2012. Disponível em http://www.ihu.unisinos.br

25. MORAES, Antônio Carlos Robert. O sertão: um "outro" geográfico. In: MORAES, A. C. R. *Geografia histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 87-101 .

26. OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, 137 p.

27. ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo, Brasiliense, 2003, 148 p.

28. PORTO-GONÇAVES, Carlos Walter. De saberes e territórios: diversidade e emancipação da experiência latino-americana. In: *GEOgraphia*, ano 8, n. 16, 2006, p. 41-55.

29. QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDRE, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.* Buenos Aires, CLACSO, 2005, p. 227-278.

30. RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 2011, 242 p.

31. SAFATLE, Vladimir. O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim dos indivíduos. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, 355 p.

32. SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2008a, 384 p.

33. _____.; SILVEIRA, María Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2008b, 473 p.

34. _____. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2009, 174 p.

35. SERVILHA, Mateus de Moraes. Quem precisa de região? O espaço (dividido) em disputa. Rio de Janeiro: Consequência, 2015, 416 p.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

36. SILVA, Tomaz T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 73-102.

37. WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T. da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 7-72.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

DOI 105418/RA2019.1526.0003

COMPARTIMENTAÇÃO GEOMORFOLÓGICA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MULATO (PIAUÍ, BRASIL)

GEOMORPHOLOGICAL COMPARTIMENTATION OF THE HYDROGRAPHIC BASIN OF MULATO RIVER (PIAUÍ STATE, BRAZIL)

COMPARTIMENTACIÓN GEOMORFOLÓGICA DE LA BACIA HIDROGRÁFICA DEL RÍO MULATO (PIAUÍ, BRASIL)

Karoline Veloso Ribeiro
Professora mestra em Geografia do Colégio Técnico de Bom Jesus/Universidade Federal do Piauí (CTBJ/UFPI). E-mail: karolynnyribeiro_18@hotmail.com

Emanuel Lindemberg Silva Albuquerque
Professor adjunto I do curso de Geografia e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí (PPGGEO/UFPI). E-mail: lindemberg@ufpi.edu.br

Resumo

Os estudos geomorfológicos se revestem de grande importância para as pesquisas ambientais, pois fornecem informações relevantes quanto à gênese e à evolução do ambiente. Dessa forma, este estudo objetiva realizar uma compartimentação geomorfológica da bacia hidrográfica do rio Mulato, situada na porção centro-norte do estado do Piauí, no Brasil. Como base metodológica, utilizou-se a proposta de Ross (1992), por apoiar-se na fisionomia das formas, que tem por base a gênese e a idade destas. A compartimentação teve como critérios fatores causais de natureza estrutural, litológica, pedológica, climática e morfodinâmica, além da análise da drenagem, para tornar a interpretação exequível e com alto grau de confiabilidade. A compartimentação geomorfológica mapeada foi estruturada em quatro níveis taxonômicos, considerando os domínios morfoestruturais, os domínios morfoesculturais, as unidades de relevo e as formas de relevo locais. A análise geomorfológica surge como uma ferramenta importante na compreensão geoespacial, inclusive, na perspectiva de fornecer subsídios ao gerenciamento do ambiente.

Palavras-chave: cartografia geomorfológica, bacia sedimentar, planejamento ambiental, rio Mulato, Piauí.

Abstract

Geomorphological studies are of great importance to environmental research, since they provide relevant information regarding genesis and evolution of the environment. Thus, this study objective to perform a geomorphological compartmentalization of the Mulato river basin, located in the central-northern portion of the state of Piauí, in Brazil. As a methodological basis, the Ross (1992) proposal was used, because it relies on the physiognomy of forms, which is based on genesis and age of these. The compartmentalization was based

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

on causal factors of a structural, lithological, pedological, climatic and morphodynamic nature, as well as drainage analysis, in order to make interpretation feasible and with a high degree of reliability. The mapped geomorphological compartmentalization was structured in four taxonomic levels, considering the morphostructural domains, morphoscultural domains, geographical relief units and local geographical relief forms. Geomorphological analysis emerges as an important tool in geospatial understanding, including the perspective of providing subsidies to environmental management.

Keywords: geomorphological cartography, sedimentary basin, environmental planning, Mulato river, Piauí state/Brazil.

Resumen

Los estudios geomorfológicos revisten gran importancia a las investigaciones ambientales, pues proporcionan información relevante sobre la génesis y la evolución del medio ambiente. De esta forma, este estudio objetiva realizar una compartimentación geomorfológica de la cuenca hidrográfica del río Mulato, situada en la porción centro-norte del estado de Piauí, en Brasil. Como base metodológica, se utilizó la propuesta de Ross (1992), por apoyarse en la fisonomía de las formas, que tiene como base la génesis y la edad de estas. La compartimentación tuvo como criterios factores causales de naturaleza estructural, litológica, pedológica, climática y morfodinámica, además del análisis del drenaje, para hacer la interpretación factible y con alto grado de confiabilidad. La compartimentación geomorfológica mapeada fue estructurada en cuatro niveles taxonómicos, considerando los dominios morfoestructurales, los dominios morfoescultural, las unidades de relieve y las formas de relieve locales. El análisis geomorfológico surge como una herramienta importante en la comprensión geoespacial, incluso, en la perspectiva de proporcionar subsidios a la gestión del ambiente.

Palabras clave: cartografía geomorfológica, cuenca sedimentaria, planificación ambiental, río Mulato, Piauí/Brasil.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Introdução

O estudo geomorfológico se reveste de grande importância aos estudos ambientais, pois procura retratar a distribuição espacial dos conjuntos de formas que compõem cada compartimento estrutural-topográfico, frente à sua gênese e características evolutivas. Dessa forma, a análise geomorfológica consiste na identificação das formas de relevo, por meio do estudo de sua origem, estrutura, natureza das rochas, clima e dos fatores endógenos e exógenos responsáveis pelo modelado ou pela formação de determinados elementos da superfície terrestre (PENTEADO-ORELHANA, 1985).

Nesse sentido, conhecer os processos de origem e evolução do modelado terrestre é de grande valia para o reconhecimento do espaço geográfico (HUGGET, 2007), podendo contribuir no planejamento e na conservação dos recursos naturais. Com base nestes aspectos, é possível estabelecer formas adequadas de uso, uma vez que a geomorfologia fornece uma visão integrada do meio físico, pois considera as variáveis dentro da unidade estrutural que permeiam a paisagem.

A cartografia geomorfológica é um dos mais importantes veículos de comunicação e análise dos resultados que são obtidos nos estudos das formas e da compartimentação do relevo (LUPINACCI, MENDES, SANCHEZ, 2003). Nesse sentido, a presente pesquisa visa a realizar uma compartimentação geomorfológica da bacia hidrográfica do rio Mulato (BHRM), situada na porção centro-norte do estado do Piauí, no Brasil.

A escolha da bacia hidrográfica do rio Mulato como recorte espacial e unidade de análise partiu da ideia de contribuir com os estudos relacionados ao gerenciamento do ambiente no estado do Piauí, uma vez que sua identificação e compreensão tendem a proporcionar uma melhor definição das diretrizes a serem implantadas em um espaço físico-territorial.

Dessa forma, esta pesquisa é motivada pela importância que o tema apresenta no sentido de fornecer informações objetivas e precisas como instrumento que tende a delinear um quadro sinóptico da compartimentação geomorfológica da área em análise, tendo em vista as limitações impostas pelo seu quadro natural. Além disso, a carência de estudos, no estado do Piauí, que se reportem às sub-bacias do rio Parnaíba, eixo principal da drenagem piauiense, também justifica esta pesquisa.

Menciona-se que a bacia hidrográfica representa uma unidade de análise fundamental na geografia por se configurar em um sistema (CHRISTOFOLETTI, 1980). Sua utilização como recorte espacial para os estudos ambientais tem sido a proposta de muitos autores, tendo em vista que as alterações decorrentes das interferências humanas sobre o ambiente se refletem na bacia hidrográfica como um todo, tendo em vista as suas características de integração.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Como base metodológica para o mapeamento da compartimentação geomorfológica da bacia hidrográfica do rio Mulato, utilizou-se a proposta de Ross (1992), associada às discussões apresentadas por Lima (1987) no estudo sobre o relevo piauiense, considerando-se quatro níveis taxonômicos, a saber: domínios morfoestruturais, domínios morfoesculturais, unidades de relevo e formas de relevo locais.

Fez-se o uso de procedimentos que correspondem à revisão de literatura e técnicas de geoprocessamento, aliado à pesquisa de campo. Corrobora-se que o estudo em bacia hidrográfica visa a sistematizar os conhecimentos sobre a natureza e sua estrutura, os elementos que a compõem e a maneira pela qual se influenciam, bem como o papel de cada um na dinâmica geral da unidade ambiental (SOUZA, 2013).

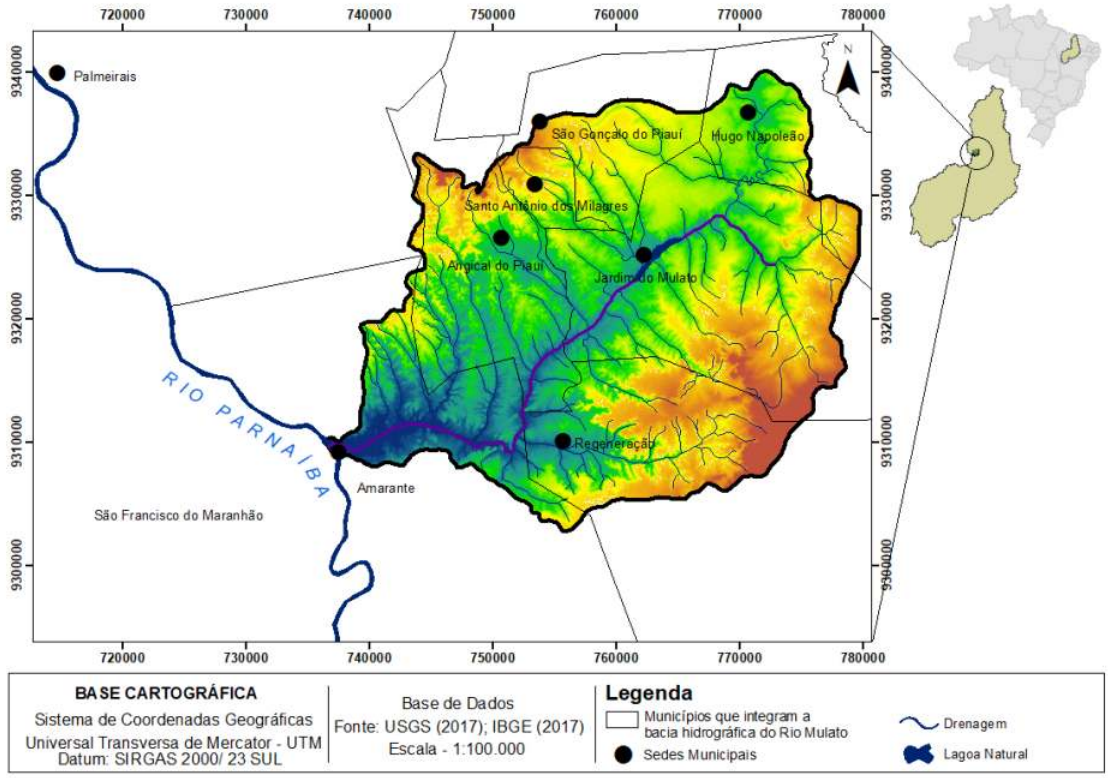
Destaca-se que a integralização e a espacialização dos dados e informações georreferenciadas se tornam um procedimento fundamental no estudo do espaço geográfico, constatando-se que a análise geoespacial se apresenta como um procedimento adequado nos estudos de bacias hidrográficas (ALBUQUERQUE, MEDEIROS, SOUZA, 2015).

Localização e caracterização da área em estudo

A bacia hidrográfica do rio Mulato, situada na porção centro-norte do estado do Piauí, engloba, no todo ou em parte, os municípios piauienses de Amarante, Angical do Piauí, Hugo Napoleão, Jardim do Mulato, Palmeirais, Regeneração, Santo Antônio dos Milagres e São Gonçalo do Piauí, compreendendo uma área de 1.049,13 km² e um perímetro de 213,5 km (Figura 1). Esta bacia está inserida na microrregião do Médio Parnaíba Piauiense e conta com uma população estimada de 70.001 habitantes (IBGE, 2010).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 1: Localização da bacia hidrográfica do rio Mulato, estado do Piauí.

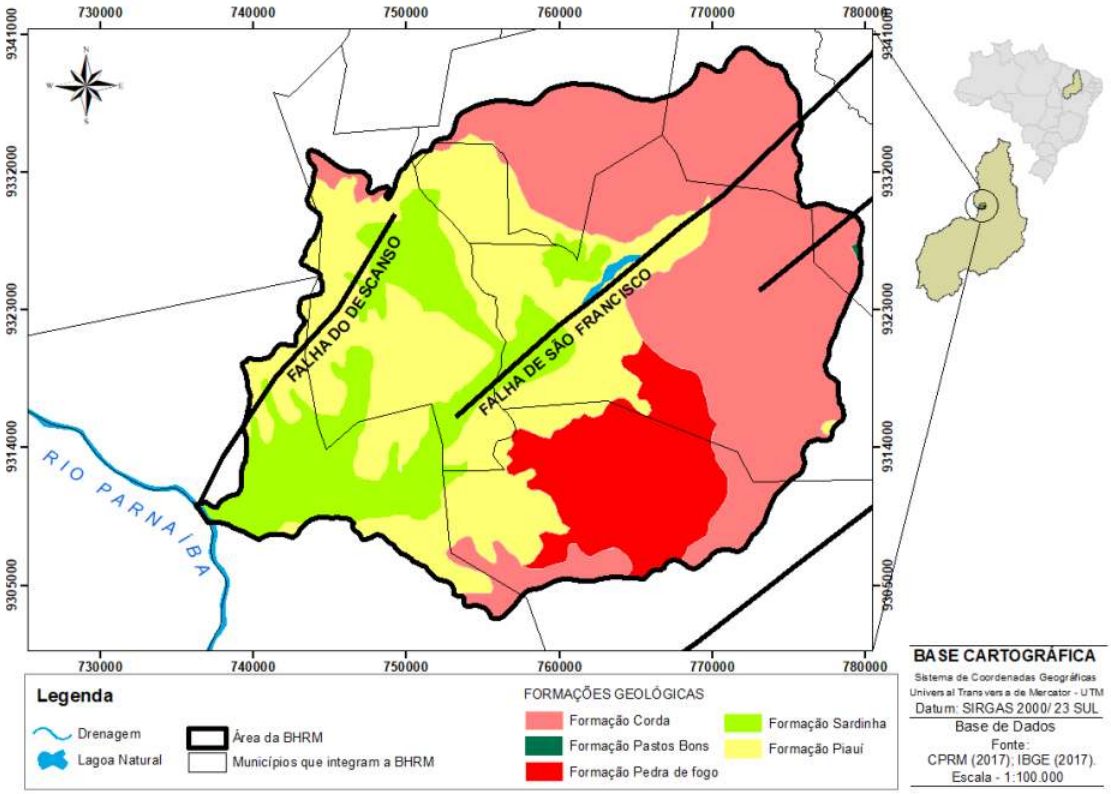


Fonte: *Elaborado pelos autores (2018).*

Ao se considerar as características presentes na BHRM, observa-se que esta se encontra alicerçada sobre um ambiente com predomínio de formações geológicas que datam do Paleomesozoico (Figura 2), tais como as formações Corda (38,21% da área da bacia), Pastos Bons (0,04%), Pedra de Fogo (11,87%), Piauí (33,71%) e formação Sardinha (16,17%), integrantes da bacia sedimentar do Parnaíba.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 2: Mapa geológico da bacia hidrográfica do rio Mulato, estado do Piauí.



Fonte: *CPRM (2017). Elaborado pelos autores (2018).*

Na área em estudo, as formações geológicas vão desde o carbonífero (360 milhões de anos atrás) ao início do cretáceo (aproximadamente, 150 milhões de anos atrás), quando ocorreram os processos de reativação plataformal. Os eventos geotectônicos que deram origem ao oceano Atlântico provocaram o retrabalhamento das rochas preexistentes e a formação de falhamentos nos terrenos da bacia sedimentar do Parnaíba, sendo estes decorrentes do desenvolvimento da zona de falha do lineamento Transbrasiliano (SCHOBBENHAUS, NEVES, 2003).

Nesse contexto, durante os períodos geológicos de formação e evolução desta unidade estrutural, ela foi atingida por movimentos tectônicos resultantes de forças internas do globo terrestre. Portanto, na área em análise, os registros de alguns desses movimentos podem ser identificados nos dobramentos e falhamentos em alguns setores específicos, como nos exemplos das falhas do Descanso e de São Francisco, formando fraturas localizadas (CPRM, 2006).

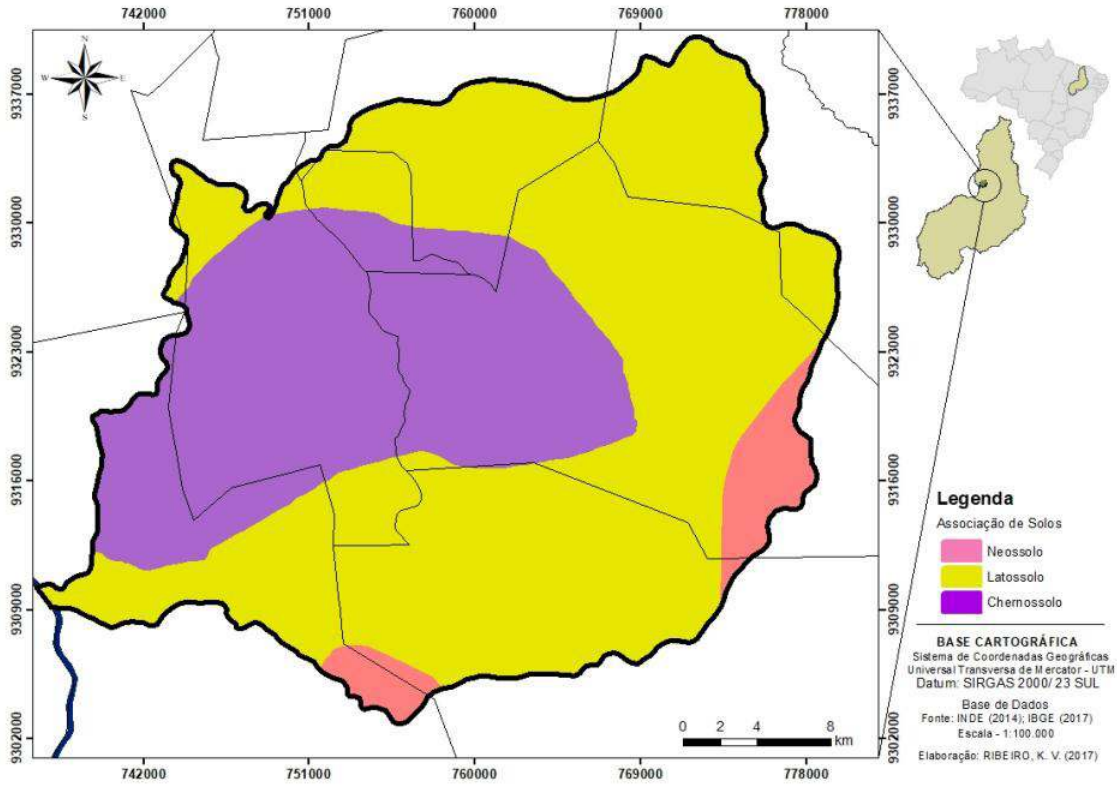
Ao se considerarem as características litológicas, deve-se mencionar que: a formação Piauí apresenta arenitos de granulação afanítica, com estratificação delgada e, por vezes, fanerítica, sendo conglomerático e com estratificação cruzada; a formação Pedra de Fogo é composta de arenitos,

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

siltitos e folhelhos, intercalando-se em proporções variadas, e, em certas áreas, é possível encontrar conglomerados e bancos de seixos (quartzo); a formação Pastos Bons apresenta uma sequência de folhelhos e arenitos, com variação de textura; a formação Corda é constituída de arenitos, siltitos e folhelhos, e a formação Sardinha é composta das extrusões magmáticas presentes no desenvolvimento das falhas normais de São Francisco e do Descanso, formando soleiras e diques de diabásio e basalto (BRASIL, 1973; CPRM, 2006).

Ao se considerarem os critérios causais de natureza pedológica, estes aparecem como sendo de fundamental importância para a compreensão das condições dos solos frente aos variados processos e/ou fenômenos erosivos. Neste viés, o conhecimento acerca das características físicas, químicas e ambientais de cada tipo de solo é de suma importância para a análise de uma determinada área (PEREIRA NETO, 2013). Considerando-se o exposto, na BHRM, sobressaem os neossolos litólicos, latossolos amarelo e chernossolos (Figura 3).

Figura 3: Mapa de solos da bacia hidrográfica do rio Mulato, estado do Piauí.



Fonte: *CPRM (2017). Elaborado pelos autores (2018).*

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

De acordo com a Embrapa (2013), os neossolos compreendem solos rasos, e sua fertilidade está condicionada à soma de bases e à presença de alumínio, sendo nestes mais limitada; apresentam, portanto, baixa fertilidade natural (distrófico). Os latossolos amarelos são solos desenvolvidos, bastante uniformes em textura, cor e estrutura; são profundos, bem drenados, mas de baixa fertilidade natural; sua textura areno-argilosa lhe imprime um maior grau de fragilidade quanto à ocorrência de ravinamentos. Os chernossolos são os mais férteis, uma vez que estes são resultantes da intemperização dos diques de diabásios da formação Sardinha. Em geral, estes são pouco desenvolvidos, no entanto, apresentam alto potencial agrícola em virtude de suas características químicas, tendo em vista seu elevado potencial nutricional.

Com relação ao clima regional, este está submetido à influência do clima semiárido (quente e seco – Bwsh), segundo a classificação de Köppen, cuja principal característica é a irregularidade espaço-temporal das chuvas e elevadas temperaturas durante todo o ano (KÖPPEN-GEIGER, 1930). Tem-se que as chuvas mais significativas iniciam em dezembro, podendo se estender até maio ou junho, a depender das condições atmosféricas e oceânicas. De acordo com Ab'Saber (1999, p. 10), nesta região, "podem ocorrer anos muito secos e eventuais períodos de grandes chuvas, com inundações catastróficas".

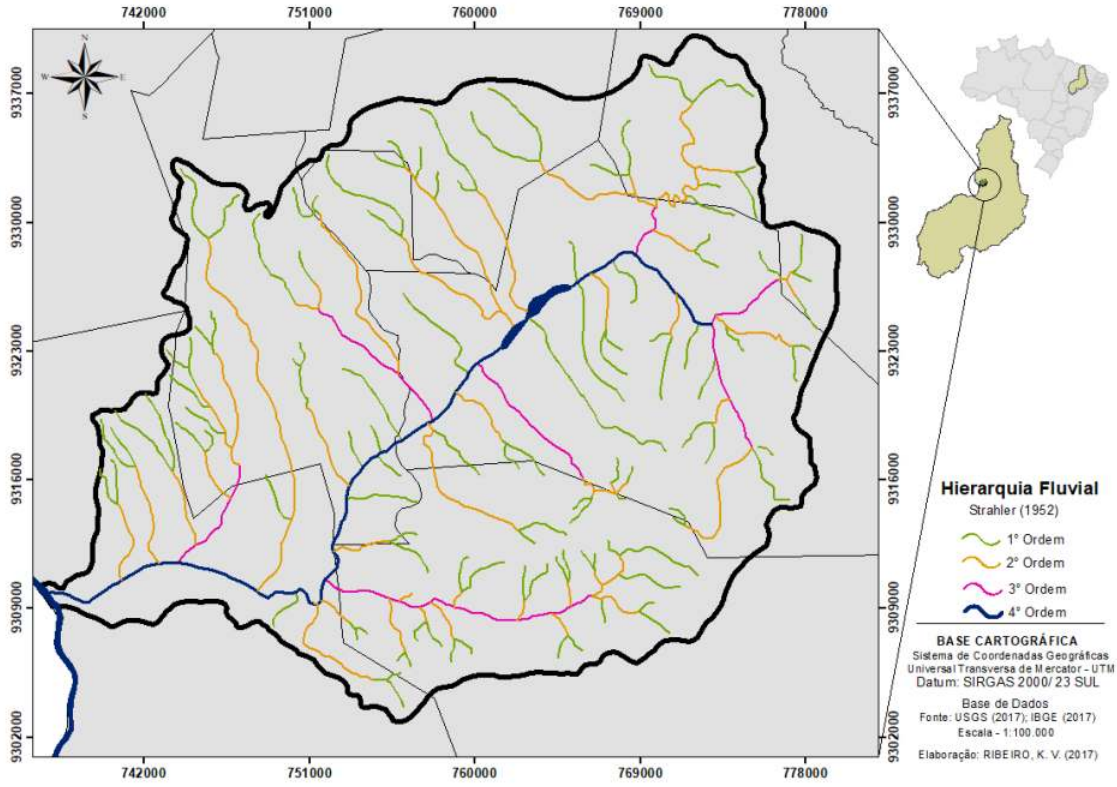
Sobre a rede de drenagem da bacia hidrográfica do rio Mulato, esta se encontra diretamente atrelada às formas estruturais do relevo, que funcionam como divisores topográficos desta bacia, juntamente à própria estrutura litológica e aos lineamentos de falhas. Portanto, ao se analisar, de forma mais detalhada, constata-se que o rio Mulato apresenta um baixo grau de sinuosidade e possui uma simetria levemente expressiva. No entanto, verificou-se uma pequena influência geológica local, de feições de controle estrutural sobre o arcabouço do canal, onde é possível perceber anomalias e padrões de drenagem distintos em alguns segmentos fluviais.

Em termos gerais, a BHRM apresenta um padrão de drenagem subparalelo, uma vez que esta rede de drenagem se localiza em áreas onde há presença de controles estruturais que motivam a ocorrência de espaçamento regular entre os fluxos hídricos superficiais, sendo comum em áreas de falhas paralelas ou em regiões com lineamentos topográficos.

No que se refere à ordem dos canais, ao considerar a hierarquia fluvial de Strahler (1952), tem-se o rio Mulato como um canal de quarta ordem, do ponto de vista hierárquico, como pode ser visualizado na Figura 4.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 4: Hierarquia fluvial na bacia hidrográfica do rio Mulato, estado do Piauí.



Fonte: *Elaborado pelos autores (2018).*

Compartimentação geomorfológica: aspectos teóricos da abordagem

O relevo se apresenta como o grande palco de atuação das sociedades humanas, pois é nele que se estabelecem as bases físicas para o desenvolvimento das atividades produtivas e manifestações culturais (SANTOS, 2011). Embora, numa rápida observação, o relevo pareça ser um componente estático do meio, ele está em constante processo de evolução, com velocidades variadas, interagindo, a todo instante, com os demais componentes que moldam a paisagem (TRENTIN, SANTOS, ROBAINA, 2012).

Nesse sentido, as formas de relevo não são componentes independentes na paisagem, e, consequentemente, a sua evolução também não é. Assim, quando se pretende entender a evolução da forma de relevo de uma determinada área, sua compreensão passa, necessariamente, pelo entendimento da inter-relação com os demais componentes do ambiente (ROSS, 1992), tais como as características geológicas, climáticas, hidrológicas, pedológicas e biológicas, bem como a atuação antrópica, pois o homem também é um componente do meio e um agente modificador do espaço.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

A gênese, a dinâmica e o modelado das diferentes formas sobre a superfície terrestre ainda são alvos de intensos debates e teorias. Entender a evolução das paisagens e, consequentemente, as funcionalidades ambientais requer uma discussão mais aprofundada para se discutir e compreender a geomorfologia como um objeto próprio de observação e estudo (PEREIRA NETO, 2013).

Assim, Ross (1992) classifica o relevo em seis unidades taxonômicas: 1) primeiro táxon (unidades morfoestruturais): ocorrem em escala regional e organizam os fatos geomorfológicos segundo o arcabouço geológico marcado pela natureza das rochas e pela tectônica que atua sobre elas; 2) segundo táxon (unidades morfoesculturais): correspondem ao modelado gerado por meio da ação dos fatores climáticos pretéritos e atuais (fatores exógenos), conferindo-lhes características genéticas comuns; 3) terceiro táxon (unidades morfológicas): correspondem aos padrões de tipos de relevo; 4) quarto táxon (formas individualizadas): representam as formas de relevo individualizadas dentro de cada padrão de forma semelhante ou tipos de relevos; 5) quinto táxon (tipos de vertentes): correspondem aos setores das vertentes inseridas no âmbito de cada uma das formas de relevo; e 6) sexto táxon (formas lineares ou areolares recentes): correspondem às formas menores produzidas pelos processos atuais ou produzidos pelas atividades humanas.

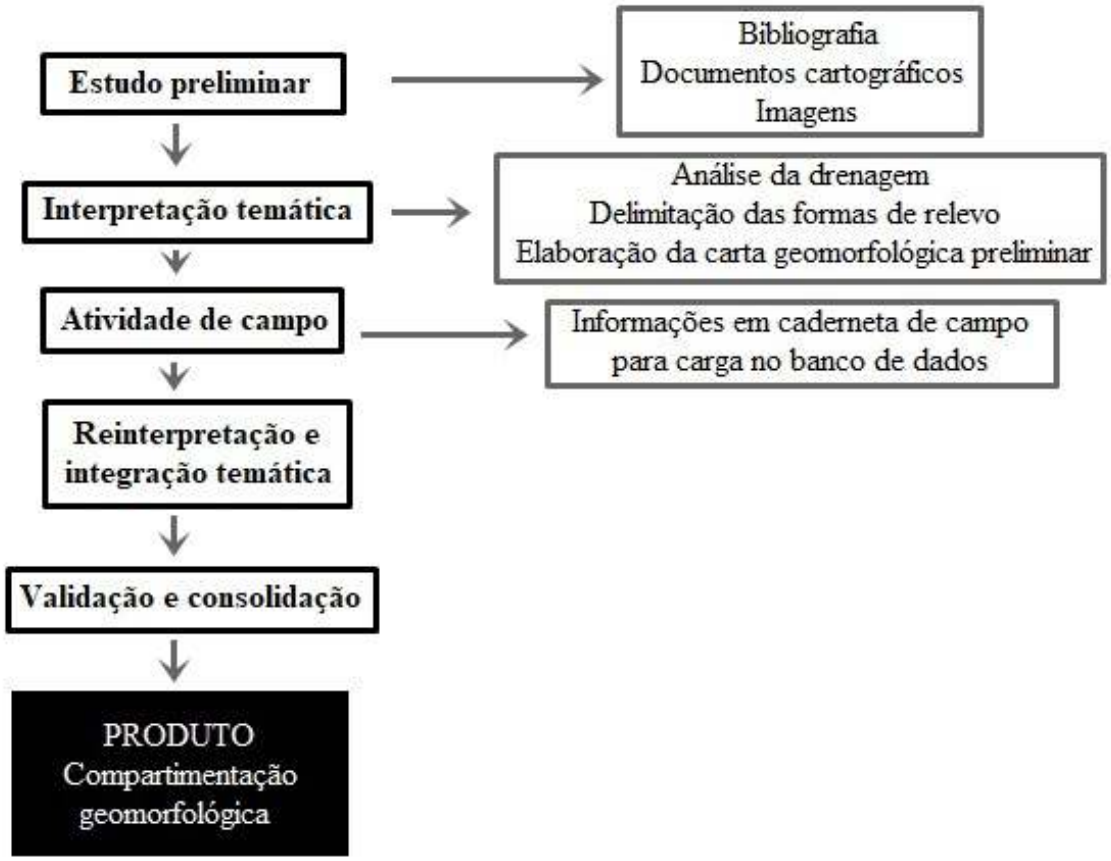
Destarte, para a compartimentação geomorfológica da BHRM, foram considerados fatores causais de natureza estrutural, litológica, pedológica, climática e morfodinâmica, além da análise da drenagem, sendo estes responsáveis pela evolução das formas e pela composição da paisagem no decorrer do tempo geológico, adotando-se a proposta metodológica de Ross (1992), associada às discussões apresentadas por Lima (1987) no estudo sobre o relevo piauiense.

Procedimentos metodológicos e operacionais

Para atender ao objetivo desta pesquisa, levou-se em conta uma variedade de técnicas que congregam as atividades de gabinete e de campo, conforme é retratado na Figura 5.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 5: Procedimentos adotados para a compartimentação geomorfológica da bacia hidrográfica do rio Mulato, estado do Piauí.



Fonte: *Elaborado pelos autores (2018).*

Na etapa de estudo preliminar, foram consultados e analisados referenciais teóricos e documentos técnicos disponíveis em condições de fornecer uma gama variada de informações que contribuíssem para uma melhor obtenção dos resultados. Esta fase compreendeu: levantamento da bibliografia geral e específica; seleção e consulta de mapas, quanto às características físico-naturais, para conhecimento geral da área; aquisição de imagens orbitais e dados georreferenciados.

A abordagem sistêmica ofereceu um conjunto sistemático de informações em perspectiva integrada para a compreensão temática, no intuito de nortear o desenvolvimento das investigações ora em análise, cujas observações devem ser suficientemente abrangentes e capazes de subsidiar o mapeamento da compartimentação geomorfológica da BHRM em escala cartográfica compatível ao objetivo proposto.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Os trabalhos de campo foram realizados em três momentos (setembro/2017, abril/2018 e novembro/2018), constituindo-se base primordial nesse processo e possibilitando, assim, a aferição e o reconhecimento da realidade terrestre, bem como a validação das informações geradas em gabinete (com o auxílio de um aparelho de recepção GPS). Tais procedimentos técnico-operacionais, além de fornecerem informações precisas para a análise, tendem a complementar as informações obtidas em gabinete, no intuito de validar o produto gerado.

Na sequência, a reinterpretação assume grande importância dentro dos procedimentos adotados, pois é a fase em que se incorporam as alterações e atualizações de campo e se processa toda a revisão do mapeamento geomorfológico e da integração com as variáveis contíguas a esta. Por sua vez, a etapa de validação e consolidação consiste na verificação da consistência dos dados, sendo delineado, consequentemente, o mapeamento final.

Para a criação da base de dados, primeiramente, realizou-se a delimitação da área da bacia hidrográfica em estudo, por meio de cotas altimétricas, utilizando-se como base as curvas de nível com equidistância de 30 metros, no sentido de vetorizar/digitalizar as principais informações da área e de seus limites topográficos. Os dados foram obtidos junto ao Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS), a partir das imagens do Modelo Digital de Elevação (MDE), derivadas da *Shuttle Radar Topography Mission* (SRTM).

Deve-se mencionar que estes dados possibilitaram a realização do levantamento morfométrico/morfológico do relevo e da rede de drenagem da área em estudo, a partir da utilização de procedimentos técnicos com o auxílio dos Sistemas de Informações Geográficas (SIGs). Corrobora-se que a interpretação temática compreendeu a análise da drenagem, no intuito de tornar a interpretação exequível e com alto grau de confiabilidade no produto gerado, que corresponde à compartimentação geomorfológica da bacia hidrográfica do rio Mulato.

O levantamento das informações referentes à caracterização dos componentes ambientais (arquivos vetoriais e/ou digitalizados) foi obtido em diversos órgãos: o mapeamento geológico do estado do Piauí foi obtido na Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM, 2006); o mapeamento geomorfológico, na Folha SB-23 Teresina, na Folha SB-24 Jaguaribe e no Projeto RADAMBRASIL (INDE, 2018); e a base vetorial municipal foi adquirida no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

A cartografação se deu com o uso de imagens de satélite (sensor *Operational Land Imager* – OLI do Landsat 8), cenas 4, 5 e 6, composição RGB, ponto/órbita 219/64 (08/08/16), tendo sido executada na escala média de 1:100.000. De acordo com o princípio básico de organização taxonômica, presente em Ross (1992), este mapeamento alcançou a quarta ordem de grandeza, a

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

saber: 1º) domínios morfoestruturais, considerando-se os fatos geomorfológicos que permeiam a escala regional; 2º) domínios morfoesculturais, representados pelo modelado derivado das ações dos fatores climáticos pretéritos e atuais; 3º) unidades de relevo, correspondentes às unidades morfológicas que modelam a paisagem, e; 4º) formas de relevo locais, concebendo-se as formas de relevo individualizadas.

Ao se considerar que a análise geomorfológica surge como uma ferramenta importante na compreensão geoespacial, na perspectiva de fornecer subsídios ao gerenciamento do ambiente, elaborou-se o mapa de declividade, pois este apresenta uma grande influência na caracterização e na delimitação das unidades geomorfológicas, associado ainda aos processos ocupacionais que ocorrem na bacia em epígrafe. Cabe destacar que a análise e a própria escala cartográfica de informação foram construídas a partir da proposta metodológica de Ross (1992), de modo que se aproximassem da realidade local, buscando a identificação dos níveis taxonômicos na área em estudo. Para tal, adotaram-se as terminologias definida por Lima (1987).

Os produtos cartográficos foram gerados no programa ArcGis 10.5 (licença estudantil), adotando o sistema de projeção Universal Transversa de Mercator (UTM), tendo como referencial geodésico o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS 2000), sendo este o Datum oficial adotado, atualmente, no Brasil.

Resultados e discussão

No que diz respeito às formas e modelados predominantes na paisagem da BHRM, estes são decorrentes do desenvolvimento de falhas normais, como nos exemplos do São Francisco e do Descanso, que apresentam uma direção geral NE-SW junto aos municípios de São Francisco do Maranhão (MA) e Amarante (PI) (BRASIL, 1973). Cabe destacar que, além dos falhamentos regionais, ocorre grande número de fraturamentos por toda a bacia sedimentar do Parnaíba, que se reflete no comportamento das formas de relevo também em nível local (LIMA, 1987).

Ao seguir os preceitos de Ross (1992), menciona-se que a morfoestrutura que compõe a bacia sedimentar do Parnaíba é a unidade de maior expressão (1º táxon). Sua gênese e cronologia são mais antigas que as unidades morfoesculturais esculpidas em seu interior, portanto, esta unidade é formada por rochas sedimentares essencialmente paleomesozoicas.

A literatura geológica observa que a posição intracratônica dessa bacia favoreceu a deposição sedimentar que oscilou com as transgressões e regressões marinhas, associadas aos movimentos de subsidência e soerguimento. Esta sedimentação se processou a partir do Siluriano, em ciclos de duração e intensidades variados, sobre uma superfície que se rebaixou quando da subsidência de grandes regiões, formando, entre outras, a sinéclise que compreende esta bacia sedimentar (LIMA, 1987).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Corrobora-se que o caráter litogenético e a ausência de grandes perturbações em suas camadas indicam que essa bacia não foi testemunho de processos orogenéticos. O seu soerguimento vertical se deu em conjunto, atestando, assim, um caráter epirogenético, quando as perturbações diastróficas lhe causaram grandes raios de curvaturas, resultando em suaves dobramentos e falhas, orientados na direção NE e NW, predominantemente (LIMA, 1987; 2013).

As unidades morfoesculturais (2º táxon) se referem às formas de relevo regionais que, associadas ao clima, permitem a individualização e a classificação destas. Os critérios prioritários para esta classificação são de ordem estrutural, topográfica e de evolução. Assim, esse nível taxonômico é representado pelos compartimentos regionais de relevo presentes no estado do Piauí, estando a bacia hidrográfica do rio Mulato inserida no compartimento regional dos Baixos Planaltos do Médio-Baixo Parnaíba.

Este compartimento inicia-se com o arco norte dos sedimentos paleozoicos das formações Serra Grande e Pimenteiras, no contato com a formação Barreiras, ao norte do Estado. A leste, limita-se com o Planalto Oriental da Bacia Sedimentar – a cuesta da Ibiapaba – e, ao sul, com os Chapadões do Alto-Médio Parnaíba. Topograficamente, este compartimento apresenta reflexos, ainda que fracos, do mergulho geral das camadas sub-horizontais como continuidade aos terrenos da cuesta da Ibiapaba (LIMA, 1987).

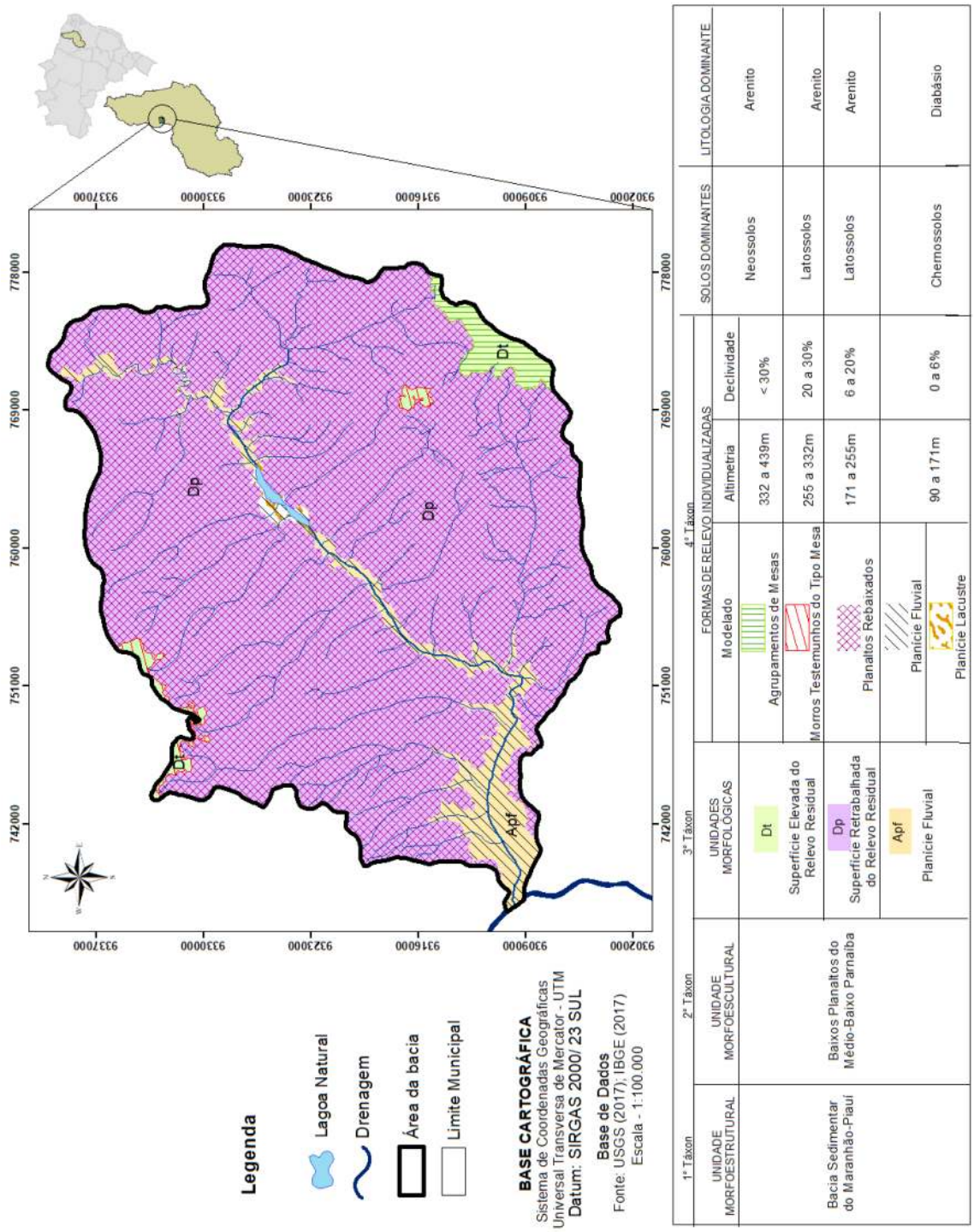
As unidades morfológicas (3° táxon) retratam um determinado aspecto fisionômico que decorre das influências dos processos erosivos mais recentes, ou seja, posteriores àqueles que se encarregaram de esculpir planaltos de níveis intermediários, entre outros. Dessa forma, foi possível mapear três unidades: 1) a superfície elevada do relevo residual; 2) a superfície retrabalhada do relevo residual; e 3) a planície fluvial. Vale salientar que estas variações nas feições se justificam, fundamentalmente, por fatores de ordem estrutural e climática.

O 4º táxon se refere a cada uma das formas de relevo contidas nas unidades morfológicas. Assim sendo, a identificação dos modelados encontrados nas unidades dos padrões de formas semelhantes foi: 1) agrupamentos de mesas e morros testemunhos; 2) planaltos rebaixados; e 3) planície flúvio-lacustre. Percebe-se que cada uma destas formas tem aspectos fisionômicos e genéticos próprios, embora pertençam ao mesmo táxon. Apesar de esse compartimento ser classificado como categoria erosiva, observa-se que este desgaste é, em parte, ainda, orientado pela estrutura geológica.

Portanto, ao se considerar a fisionomia das formas (aspecto fisionômico), que tem por base a gênese e idade, foi possível mapear e classificar o relevo da bacia hidrográfica do rio Mulato em quatro ordens de grandeza, obedecendo aos níveis taxonômicos de Ross (1992), como retratado na Figura 6.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 6: Compartimentação geomorfológica da bacia hidrográfica do rio Mulato, estado do Piauí.



Fonte: *Elaborado pelos autores (2018).*

Ao se considerar as escalas de representação das formas de relevo, apresentam-se, a seguir, os setores representativos dos táxons da concepção metodológica de Ross (1992), a partir das unidades dos padrões de formas semelhantes:

Agrupamentos de mesas e morros testemunhos (Figura 7): são caracterizados como relevos uniformes com topos aplainados, separados por vales, constituindo-se relevos ondulados a fortemente ondulados. Esta unidade ocupa 0,72% da área total da BHRM, com altitudes que variam de 255 a 439 metros.

Figura 7: Agrupamentos de mesas na bacia hidrográfica do rio Mulato, estado do Piauí.



Fonte: *Autores (2018).*

Planaltos rebaixados (Figura 8): caracterizados por relevos dissecados, em interflúvios tabulares, isolando pequenos planaltos considerados mesas com simetria de vertentes, pela sua forma tabular que ora se adensa, formando agrupamento de mesas, ora se esparsa, formando vales colúvio-aluviais. As altitudes evoluem de oeste para leste, constituindo características de relevo suave plano a ondulado. Esta unidade ocupa 76,17% da área da BHRM, com altitudes que variam de 171 a 255 metros.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 8: Planaltos rebaixados na bacia hidrográfica do rio Mulato, estado do Piauí.



Fonte: *Autores (2018).*



Fonte: *Autores (2018).*

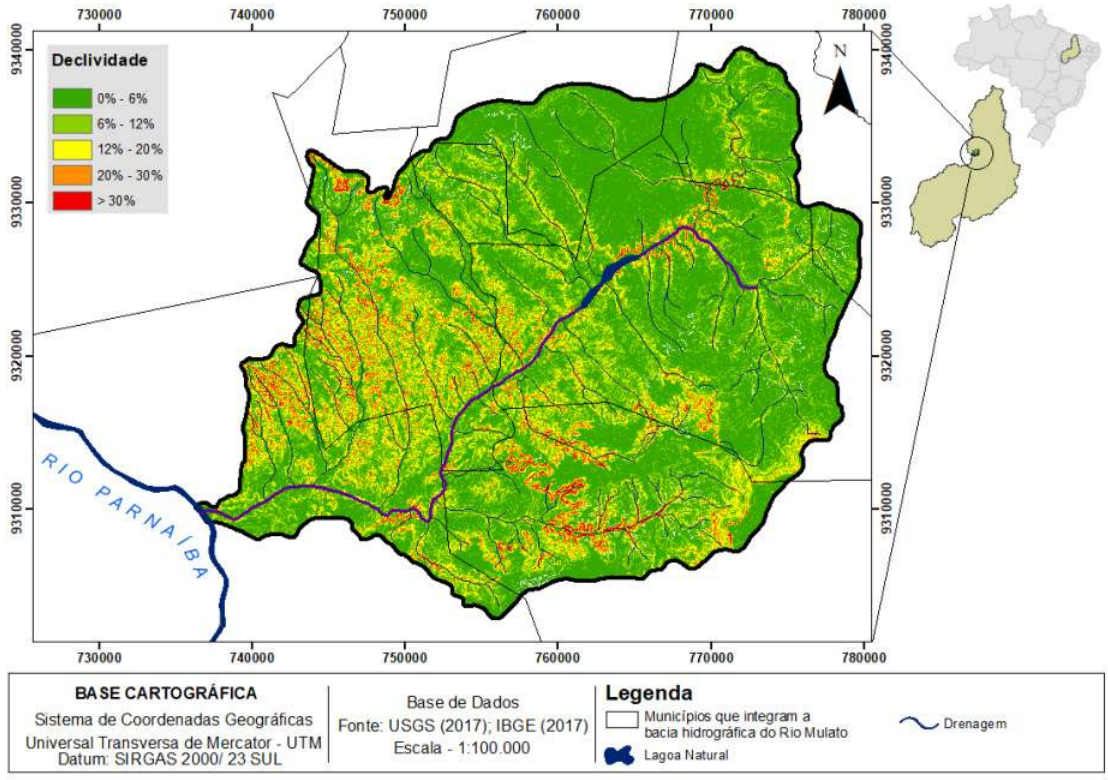
Do ponto de vista natural, a análise da rede hidrográfica exerce um papel fundamental na compartimentação geomorfológica, pois possibilita gerar informações passíveis de utilização. Destacam-se as análises hidrológicas e geomorfológicas, cuja apreciação permite o reconhecimento da espacialidade do sistema quanto às características da área e da rede de drenagem (CHRISTOFOLETTI, 1969).

Ao considerar que a declividade apresenta grande influência na determinação das áreas mais e/ou menos frágeis, elaborou-se o mapa de declividade. Dessa forma, na BHRM (Figura 10), predomina o relevo plano a suave ondulado (com declive de 0% a 6%), compondo a classe de maior área nesta bacia (799,10 km² ou 76,17%). As declividades que se apresentam no intervalo de 6% a

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

30% estão distribuídas em toda a área da bacia, principalmente próximas aos cursos d'água, sendo o declive de 20 a 30% restrito a alguns pontos. Juntas, essas declividades abrangem 23,69% km² da área total da bacia em estudo. Por fim, a classe maior que 30% apresenta a menor área dentro da bacia (1,46 km²), correspondendo a 0,14%. Os dados de área por declividade são sistematizados e apresentados na Tabela 1, no intuito de uma melhor visualização.

Figura 10: Mapa clinográfico da bacia hidrográfica do rio Mulato, estado do Piauí.



Fonte: *Elaboração dos autores (2018).*

Tabela 1: Classes de declividade na bacia hidrográfica do rio Mulato, estado do Piauí.

Classes de declividade (%)	Área (km²)	Porcentagem (%)
0 - 6	799,10	76,17
6 - 12	188,06	17,92
12 - 20	54,47	5,19
20 - 30	6,04	0,58
> 30	1,46	0,14
Total	**1.049,13**	**100%**

Fonte: Adaptado de Ross (1994). Organizado pelos autores (2018).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

De acordo com Ross (1994), os valores de declividade indicam as características do relevo que geram energia potencial para a ocorrência de processos geomorfológicos, como erosão laminar e deslizamentos. Nesse sentido, quanto à descrição morfológica da classe de 0 a 6%, observou-se terreno com superfície de topografia horizontal, onde os desníveis são quase inexistentes, ao longo das planícies fluviais. Quanto aos processos erosivos, quase não há perda de solos. A classe de 6 a 20% corresponde a terrenos pouco movimentados, constituídos por planaltos rebaixados, com declive suave, apresentando início de solifluxão e, em alguns setores, escoamento difuso e laminar. A classe correspondente a declive de 20 a 30% refere-se a terrenos pouco movimentados, no entanto, mais acentuados que a classe anterior, constituindo-se encostas de morros (elevações de 200 a 300 metros), predominando escoamento laminar, ravinamentos e, em alguns setores, movimentos de massa. A classe acima de 30% apresenta terrenos movimentados, com predomínio de formas acidentadas, usualmente constituídas de planaltos tabulares, variando de 300 a 400 metros, sendo comum a ocorrência de movimento de blocos.

Diante do exposto, é notória a compreensão de que a análise geomorfológica surge como uma ferramenta importante na compreensão geoespacial, inclusive, na perspectiva de fornecer subsídios ao gerenciamento do ambiente, sendo que o mapeamento dos compartimentos do relevo tende a subsidiar as ações ocupacionais, pautadas no conservacionismo e/ou no preservacionismo.

Considerações finais

A compartimentação geomorfológica teve como base os critérios estruturais, topográficos e climáticos, sistematizados da seguinte forma:

1) A base geológica da bacia hidrográfica do rio Mulato corresponde às formações Corda, Pastos Bons, Pedra de Fogo, Piauí e Sardinha.

2) Esta base geológica ou litoestrutural (gênese e idade) se reflete nas formas de relevo regionais que, associadas ao clima, permitem a individualização e a classificação dos compartimentos geomorfológicos ou formas de relevo locais.

3) Como processos resultantes dos aspectos geológicos e das condições climáticas pretéritas e atuais, foram definidas quatro feições geomorfológicas, a saber: agrupamento de mesas, morros testemunhos do tipo mesa, planaltos rebaixados e planície flúvio-lacustre.

4) A estrutura geológica, os paleoclimas, a organização da rede de drenagem e a litologia foram os responsáveis diretos pela estruturação dos compartimentos regionais de relevo dessa bacia, possibilitando, assim, o desenvolvimento dessas formas.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

A compartimentação geomorfológica da bacia hidrográfica do rio Mulato foi estruturada em quatro níveis taxonômicos, considerando os domínios morfoestruturais (1º táxon), os domínios morfoesculturais (2º táxon), as unidades de relevo (3º táxon) e as formas de relevo locais (4º táxon).

Portanto, o mapeamento geomorfológico representa um dos produtos de suma relevância na análise do meio físico, podendo, ainda, subsidiar ações que visem ao planejamento ambiental, sobretudo se forem consideradas, nesta análise, as restrições do ambiente quanto às potencialidades e limitações de uso, de forma a contribuir com posteriores estratégias de planejamento ambiental ou territorial.

Referências bibliográficas

1. AB'SABER, A. N. **Sertões e sertanejos**: uma geografia humana sofrida. In: *Estudos Avançados*, vol.13, n. 36, São Paulo, p. 3-21, 1999.
2. ALBUQUERQUE, E. L. S.; MEDEIROS, C. N.; SOUZA, M. J. N. **Geoinformação na abordagem de problemas socioambientais:** aplicação do IDG no município de Horizonte, estado do Ceará. In: *Revista Equador* (UFPI), v. 4, n. 2, p. 128-144, 2015.
3. BRASIL. Ministério das Minas e Energia. **Projeto Radambrasil**. Levantamento de recursos naturais, v. 2, Folha SB-23 Teresina e Folha 24 Jaguaribe, Rio de Janeiro, 1973.
4. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual técnico de geomorfologia**. 2ª ed., Rio de Janeiro: IBGE, 2009.
5. _____. **Cidades**. 2010. Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em: 19 jan. 2018.
6. CPRM. Serviço Geológico do Brasil. **Mapa geológico do estado do Piauí**: 2ª versão. Piauí: CPRM, 2006.
7. CHRISTOFOLETTI, A. **Análise morfométrica de bacias hidrográficas.** In: *Revista de Geomorfologia*, Campinas, v.18, n. 9, p. 35-64, 1969.
8. _____. **Geomorfologia**. São Paulo: Ed. Edgard Blücher, 1980.
9. EMBRAPA. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. 3ª ed., Brasília/DF: Embrapa, 2013.
10. HUGGETT, R. J. **Fundamentals of Geomorphology**. 2ª ed., 2 Park Square, Milton Park, Abingdon, Oxon, OX14 4RN: Routledge, 2007.
11. LIMA, I. M. M. F. **Relevo piauiense:** uma proposta de classificação. In: *Carta Cepro*, Teresina, v. 2, n. 2, p. 55-84, ago./dez. 1987.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

12. _____. **Morfodinâmica e meio ambiente na porção centro-norte do Piauí, Brasil**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013, 309 f.

13. LUPINACCI, C. M.; MENDES, I. A.; SANCHEZ, M. S. **A cartografia do relevo:** uma análise comparativa de técnicas de gestão ambiental. In: *Revista Brasileira de Geomorfologia*, ano 4, n. 1, p. 1-9, UGB, 2003.

14. PENTEADO-ORELHANA, M. M. **Metodologia integrada no estudo do meio ambiente.** In: *Geografia*, Rio Claro, v. 10, n. 20, p. 125-148, 1985.

15. PEREIRA NETO, M. C. **Fragilidade ambiental da bacia hidrográfica do rio Seridó (RN/PB – Brasil)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013.

16. ROSS, J. L. S. **Geomorfologia**: ambiente e planejamento. São Paulo: Contexto, 1990.

17. _____. **O registro cartográfico dos fatos geomorfológicos e a questão da taxonomia do relevo.** In: *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, n. 6, USP, 1992.

18. _____. **Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados.** In: *Revista do Departamento de Geografia da USP*, n. 8, p. 63-74, São Paulo, USP, 1994.

19. _____. **Geomorfologia aplicada aos EIAs-RIMAs.** In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. *Geomorfologia e meio ambiente*. Rio de Janeiro: BERTRAND Brasil, p. 291-336, 2003.

20. SANTOS, J. O. **Fragilidade e riscos socioambientais em Fortaleza/CE**: contribuições ao ordenamento territorial. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

21. SCHOBBENHAUS, C.; NEVES, B. B. B. **A geologia do Brasil no contexto da Plataforma Sul-Americana.** In: BIZZI, L. A.; SCHOBBENHAUS, C.; VIDOTTI, R. M (orgs.). *Geologia, tectônica e recursos minerais do Brasil.* Brasília: CPRM, p. 5-30, 2003.

22. SOUZA, J. C. O. **Identificação de geossistemas e sua aplicação no estudo ambiental da bacia hidrográfica do rio São Miguel – Alagoas**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

23. SOUZA, M. J. N. **Bases naturais e esboço do zoneamento geoambiental do estado do Ceará.** In: CRUZ, L. C.; SOUZA, M. J. N.; MORAIS, J. O. (orgs.). *Compartimentação territorial e gestão regional do Ceará*. Fortaleza: Ed. FUNECE, p. 13-98, 2000.

24. STRAHLER, A. N. **Hypsometric (area-altitude)** – analysis of erosion al topography. In: *Geological Society of America Bulletin*, v. 63, n. 10, p.1117-1142, 1952.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

25. TRENTIN, R.; SANTOS, L. J. C.; ROBAINA, L. E. S. **Compartimentação geomorfológica da bacia hidrográfica do rio Itu – oeste do Rio Grande do Sul – Brasil.** In: *Sociedade & Natureza*, Uberlândia/MG, n. 1, p. 127-142, 2012.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

DOI 105418/RA2019.1526.0004

A "IDEOLOGIA" NO *BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA* (1949-2018)

THE "IDEOLOGY" IN THE **BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA** *(1949-2018)*

LA "IDEOLOGÍA" EN EL **BOLETÍN PAULISTA DE GEOGRAFÍA** *(1949-2018)*

Rogata Soares Del Gaudio
Professora associada III do curso e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais (IGC/UFMG). Membro do NEILS (PUC/SP). E-mail: rogatasoares@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o tratamento dado à "ideologia", na revista científica *Boletim Paulista de Geografia*, no período compreendido entre 1949 e 2018. Trata-se de uma análise documental de caráter transversal, tendo por foco artigos que apresentavam, nos títulos, nas palavras-chave ou nos resumos, menção a essa concepção. A partir da seleção dos artigos, tendo como premissa a presença do termo ideologia, estes foram analisados na sua integralidade, objetivando responder às seguintes questões: quais foram as referências citadas pelos autores dos artigos analisados para embasar a discussão deste conceito? Essa concepção se encontra articulada à discussão proposta nos referidos artigos ou a palavra ideologia simplesmente "aparece" no texto? Houve a preocupação, por parte dos autores dos artigos analisados, de explicitar a concepção de ideologia?

Palavras-chave: ideologia, Boletim Paulista de Geografia, análise documental.

Abstract

The objective of this article is to analyze the treatment given to "ideology" in the scientific magazine *Boletim Paulista de Geografia* (São Paulo, Brazil), from 1949 to 2018. This is a documentary analysis of a transversal character, focusing on articles that presented the word ideology in their titles, keywords or abstracts. Based on the selection of articles with of the term ideology, they were analyzed in their entirety, aiming to answer the following questions: what were the references cited by the authors of the articles analyzed to support the discussion of this concept? Is this conception articulated to the discussion proposed in the articles or does the word simply "appear" in the text? Was there concern from the authors of the analyzed articles in explaining the conception of ideology?

Keywords: ideology, Boletim Paulista de Geografia, documentary analysis.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Resumen

El objetivo de este artículo es analizar el tratamiento dado a la "ideología" en la revista científica *Boletim Paulista de Geografia* (São Paulo, Brasil), de 1949 a 2018. Se trata de un análisis documental de carácter transversal, con foco en artículos que presentaban la palabra ideología en sus títulos, palabras clave o resúmenes. Con base en la selección de artículos con el término ideología, ellos fueron analizados en su totalidad, buscando responder a las siguientes cuestiones: ¿cuáles fueron las referencias citadas por los autores de los artículos analizados para subsidiar la discusión de ese concepto? ¿Esta concepción es articulada a la discusión propuesta en los artículos o la palabra simplemente "aparece" en el texto? ¿Hubo preocupación de los autores de los artículos analizados en explicar la concepción de ideología?

Palabras clave: ideologia, Boletim Paulista de Geografia, análisis de documentos.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Introdução

O tema que escolhemos abordar se reporta à pesquisa, à leitura e à análise transversal (que se caracteriza por avaliar dados coletados ao longo de um período de tempo) de abordagens sobre ideologia em artigos publicados no *Boletim Paulista de Geografia*, que circulou de 1949 a 2018, a despeito de algumas interrupções nesta periodicidade. A escolha do *Boletim Paulista de Geografia* (BPG), revista científica publicada pela seção São Paulo da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB-SP), se justifica, além de sua longevidade, por sua disponibilidade, pois todos os números foram digitalizados e se encontram disponíveis na internet, o que facilitou o acesso aos documentos.

Este artigo terá a seguinte ordem: breve discussão a respeito de ideologia, análise do BPG e de algumas características gerais acerca da ideologia nos artigos selecionados no período avaliado e considerações finais.

Os procedimentos para a escolha dos artigos a serem analisados mais detidamente exigiram o acesso a todas as edições do BPG disponíveis no *website* da AGB-SP. Em cada número, verificamos os títulos, as palavras- chave e os resumos, de modo a selecionar aqueles que manifestamente contivessem as palavras *ideologia*, *ideologias, ideologias geográficas*, *ideológicos*.

No período considerado, foram publicados 285 artigos,[1] dos quais dezessete fizeram alusão direta aos termos ideologia, ideologias geográficas e ideológicos. Estes dezessete artigos foram, então, acessados e analisados, de modo a responderem às seguintes questões: quais foram as referências citadas pelos autores dos artigos examinados para embasar a discussão do conceito de ideologia? Esta concepção se encontra articulada à discussão proposta nos artigos ou a palavra simplesmente "aparece" no texto? Houve a preocupação, por parte dos autores dos artigos, em explicitar a concepção de ideologia?

Abordaremos, portanto, o modo como a ideologia é/foi considerada nesse conjunto de artigos selecionados.

[1] Não consideramos resenhas, entrevistas e/ou depoimentos, em nossa análise. Entretanto, algumas notas que continham os termos selecionados também foram analisadas, bem como alguns editoriais, em especial, aqueles escritos após cada interrupção da publicação.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

A origem da palavra[2] ideologia e os sentidos que a marcaram no tempo

A palavra ideologia surgiu no início do século XIX, no contexto do Iluminismo francês, especialmente no Institut de France, com a pretensão de ser a "ciência das ciências" – aquela que, de certo modo, coroaria os saberes oriundos das demais ciências (LÖWY, 1985).

Ao longo de sua existência, essa palavra foi marcada por uma dupla acepção, pois ora era concebida em sua negatividade, ora em sua positividade. Como exemplo de negatividade, podemos nos remeter a Napoleão Bonaparte, que chamava os membros do Institut de France de "metafísicos nebulosos" (MCLELLAN, 1987), e a Karl Marx, que, em *A ideologia alemã* (1847), entendia que ideologia corresponderia a uma compreensão invertida da realidade, impedindo os trabalhadores de a ela acederem. No sentido de positividade, além dos ideólogos do referido instituto, precisamos nos lembrar de que Lênin considerava a ideologia como parte da realidade social, vinculada aos interesses das diferentes classes sociais. Assim, Lênin considerava "negativa" a ideologia burguesa e "positiva" a ideologia proletária (MCLELLAN, 1987).

Esse movimento dual marcará o desenvolvimento do conceito, tanto dentro do campo do marxismo, que procurou compreender a ideologia e seu funcionamento nas sociedades de classes, quanto no campo não marxista, do qual derivaram, inclusive, vários estudos decretando o seu "fim" (por exemplo, com Daniel Bell, em 1960), ou a sua consideração como o "ópio dos intelectuais" (por exemplo, com Raymond Aron, em 1957). Como resposta a esses "decretos de fim da ideologia" surgidos na segunda metade do século XX, Mészaros pondera que

[2] Para Bakhtin/Volochínov, "pode-se dizer que a filosofia burguesa contemporânea está se desenvolvendo sob o signo da palavra [...] [E] ao lado dos fenômenos naturais, do material tecnológico e dos artigos de consumo, existe um universo particular, *o universo de signos*. [...] Um signo não existe apenas como parte de uma realidade. Ele também reflete e refrata uma outra (sic). Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é, se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio do signo. [...] No domínio dos signos [...] existem diferenças profundas, pois este domínio é, ao mesmo tempo, o da representação, do símbolo religioso, da fórmula científica, da forma jurídica etc. [...] Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra dessa realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. [...] Este aspecto semiótico e esse papel contínuo da comunicação social como fator condicionante não aparece em nenhum lugar de maneira mais clara e completa do que na linguagem. *A palavra é o fenômeno ideológico por excelência.* A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo" (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 26-36, grifos do autor, inclusões nossas). Assim, o uso do termo "palavra" remete a tal consideração desse autor, que norteia nossa própria concepção de mundo e de pesquisa.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

> Gerações de estudantes, principalmente no período pós-guerra, foram levadas por um número considerável de cientistas sociais, patrocinados por fundações, a acreditar que a ideologia fora inteiramente abolida e que fora substituída, para sempre, pelos sistemas íntegros e sóbrios da ciência social estritamente factual. Escapou à atenção não somente dos teóricos e politicamente ingênuos, mas inúmeras vezes mesmo daqueles que deveriam ter sabido mais a esse respeito, o fato de que tais alardes em si eram manifestações disfarçadas de um tipo peculiar de "falsa consciência" ideológica [...] de modo a conseguir reivindicar para si, por *definição*, total imunidade a toda ideologia (MÉSZAROS, 1993, p. 22, grifos do autor).

Nas últimas décadas do século XX, novamente, voltou à baila a "decretação" do "fim da(s) ideologia(s)", desta vez, relacionada também ao "fim da história", ao "fim do Estado", ao "fim dos territórios".

> Na virada para os anos 1980, os pós-modernos, vivendo eles numa sociedade "pós-industrial" e "pós-classista", decretaram que a nossa época seria também "pós-ideológica" (cf. Lyotard, 1979). O que se postulava é que como não havia, na realidade, ideologia (o fenômeno social), não precisava haver o conceito teórico (o referente mental) que o designasse (CODATO, 2016, p. 312).

Se assim o é, por que, vez ou outra, essa palavra retorna para assombrar nossas crenças, nossas ciências, nosso estar no mundo? Concordamos com Mészaros (1993, p. 10), para quem "o que requer explicação é a onipresença e o imenso impacto prático da ideologia em uma multiplicidade de sociedades muito diferentes entre si". E é desse modo que situamos as preocupações que nos guiaram na proposição deste artigo, uma vez que a palavra ideologia voltou à baila, no Brasil atual, justamente para condenar a "ideologia de outrem".[3]

Fato é que ideologia pode ser considerada como o "conceito mais indefinível no campo das ciências sociais, porque põe em causa as bases e a validade de nossas ideias mais fundamentais" (MCLELLAN, 1987, p. 13). Além disso, assevera esse autor, "ideologia é o pensamento de *outrem*, raramente o nosso" (MCLELLAN, 1987, p. 13, grifo do autor). E essa característica de ser "o pensamento do outro" servirá sobremaneira àqueles que se consideram além e a salvo desse conceito – inclusive, no campo científico.

Há, no campo marxista, várias concepções para ideologia. Qual seria a mais exata? A resposta dependerá da escolha do próprio pesquisador, na medida em que não temos como "prescrever" qual teórico sobre as ideologias conseguiu uma definição mais válida ou completa. O que importa, para quem se debruça sobre esse conceito, é verificar qual perspectiva se adequa mais precisamente à sua pergunta e ao seu campo de análise, considerando, inclusive, que não seja possível dela fugir. Para Eagleton, o termo

[3] Podemos citar como exemplo as referências à denominada "ideologia de gênero", que tem afetado a educação das crianças brasileiras nas escolas públicas, feitas pelo Movimento Escola Sem Partido, entre outros, como se a afirmação de que "meninas vestem rosa e meninos vestem azul" não fosse, ela própria, eivada de ideologia (de gênero, mais precisamente).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

> [...] ideologia tem toda uma série de significados convenientes, nem todos eles compatíveis entre si. [...] A palavra "ideologia" é, por assim dizer, um *texto*, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais; é traçado por divergentes histórias, e mais importante do que forçar essas linhagens a reunir-se em alguma Grande Teoria Global é determinar o que há de valioso em cada uma delas e o que pode ser descartado (EAGLETON, 1997, p. 15, grifos do autor).

Ou seja, mais importante do que estabelecer uma definição ampla, válida e final para ideologia, consideramos mais profícuo, para o pesquisador que se interessa por este conceito, conhecer suas variadas acepções e escolher aquela que avaliar como a mais adequada ao seu método,[4] às suas questões e aos seus objetivos.

Eagleton (1997) elenca, inclusive, 16 significados possíveis para esse termo, entre os quais: "ideias falsas que ajudam a legitimar o poder político dominante"; "comunicação sistematicamente distorcida"; "ilusão socialmente necessária"; "conjuntura de discurso e poder"; "veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo" etc. Esse autor também salienta que "nem todas essas formulações são compatíveis entre si [...]; algumas dessas formulações são pejorativas [...] e algumas envolvem questões epistemológicas" (EAGLETON, 1997, p. 16).

Como exemplo do alcance da ideologia na construção de nosso "estar no mundo, em que cada um de nós compreende em grau diverso" (THERBORN, 1991, p. 2), podemos citar a importância que tem, na sociedade brasileira hodierna, a dimensão da propriedade privada. Cabe esclarecer, desde já, que nosso exemplo será bastante simplificado, do ponto de vista histórico, em razão de apenas ilustrar o conceito de propriedade da terra como ideologia dominante.

Historicamente, a propriedade e o uso privado da terra, bem como o próprio mercado de terras, têm sua origem associada às revoluções burguesas e industrial, especialmente na Inglaterra, a partir dos cercamentos ocorridos no século XVIII. Houve ali toda uma luta, no plano da materialidade e da estrutura jurídico-política, no sentido de transformar o uso comunal das terras em pastos, e, mais ainda, de torná-las algo "vendável". Sob uma perspectiva geral e, ao mesmo tempo, bastante simplificada, esta pode ser uma das explicações para a existência histórica da terra como mercadoria no capitalismo.

No Brasil, também de forma simplificada, podemos situar a Lei de Terras de 1850 como "ato introdutório" da terra como mercadoria, no contexto da extinção paulatina do trabalho escravo. A partir daí, uma terra que podia, até então, ser doada ou simplesmente ocupada passou a ter que ser obrigatoriamente "comprada", com a garantia da posse e do domínio sendo dada por um título de propriedade devidamente registrado em cartório – como, por sinal, ocorre até a atualidade. Esses processos históricos de posse, uso e propriedade da terra foram "esquecidos", mas a dimensão da

[4] O método, nessa perspectiva, diz respeito a todo o conjunto que orienta uma investigação, desde a formulação da questão até a seleção dos objetivos, do referencial teórico e do quadro empírico a ser analisado.

terra como propriedade se traduz em vários ditados ainda bastante populares, como "quem casa, quer casa" e "só é dono quem tem a escritura". Esta dimensão apareceu, inclusive, no *slogan* dos governos petistas, como no programa habitacional "Minha casa, minha vida".

Portanto, em vez de evidenciar ou romper com a lógica da propriedade privada, bastante naturalizada e legitimada ao longo do tempo, esses diferentes enunciados reforçaram exatamente tal dimensão, não colocando em questão algo que, historicamente, se constituiu a partir da exclusão obrigatória de milhões de pessoas. Esta é, justamente, a ideologia da classe dominante, na medida em que serviu à burguesia em sua ascensão, e, atualmente, é parte do senso comum e da visão de mundo da maioria dos brasileiros. É uma ideologia perfeitamente assentada e quase inquestionável – quase um dogma.

Por fim, há que se considerar ainda que nem tudo é necessariamente ideológico,[5] a exemplo do modo como escovamos os dentes, embora a escolha dos produtos, os modos de uso, os valores e crenças em torno desta prática cotidiana e sua relação com o gasto de água possam ser considerados ideológicos, porque inscritos na materialidade, nas relações sociais e nos valores de uma dada sociedade, temporal e espacialmente delimitada.

Na nossa perspectiva, as ideologias nos constituem na mesma medida em que contribuímos para a sua permanência e/ou mudança (THERBORN, 1991). Ou seja, as ideologias não são, por nós, possuídas como algo que, ao tomarmos consciência de sua existência, possamos descartar. Ao contrário, compreendemos que as ideologias, por se constituírem tanto em "visões de mundo", quanto em práticas (que se materializam por meio das linguagens, das relações sociais, dos aparelhos de Estado etc.), fazem parte do social, do econômico e do espacial, sendo determinadas por estas práticas, e, ao mesmo tempo, justificando, naturalizando e legitimando as coisas tais como se apresentam.

Aliás, essas são características das ideologias, pois elas, traduzidas, muitas vezes, em ditos populares, justificam o estado das coisas ("isso sempre foi assim"); naturalizam relações sociais, políticas e econômicas ("mulher no volante, perigo constante") e legitimam relações sociais, políticas, de poder e econômicas desiguais ("baiano é preguiçoso", "menino veste azul e menina veste rosa"), tudo ao mesmo tempo e agora. São exemplos cotidianos, simples, que podem ser caracterizados como preconceitos – o que, de fato, são. Mas são também históricos. Porém, esquecemos seu processo de construção; daí, sua "naturalização", na medida em que justificam nossos temores ou nossa pretensa "superioridade", quaisquer que sejam, em relação aos outros, e legitimam concepções acerca de pessoas e lugares. De nossa parte, entendemos que

[5] Eagleton (1997, p. 22) aponta, como exemplo desse processo, que "a afirmação de que "os homens são superiores às mulheres" não é necessariamente ideológica (no sentido de apoiar um poder dominante); proferida em um tom convenientemente sardônico, poderia ser uma forma de subverter a ideologia sexista".

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

> A estrutura e o funcionamento da ideologia dependem de duas teses, positiva e negativa: a primeira considera que a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência (cultura, modo de vida, crenças). A relação imaginária dos homens [e mulheres] com suas condições é que é representada na ideologia [perspectiva diretamente derivada de A ideologia alemã, de Marx e Engels, 1847]. Na segunda tese, a ideologia tem uma existência material. "Uma ideologia existe sempre em um aparelho e sua prática" [Althusser, 1996]. Essa existência é material (DEL GAUDIO, PEREIRA, 2014, p. 25, inserções nossas).

No campo marxista, podemos citar alguns teóricos que se debruçaram sobre esse conceito, tendo como referência os escritos de Marx e Engels (*A ideologia alemã*, 1847; *O capital*, 1867; e *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, 1852, etc.), a saber: Vladimir I. Lênin, Antônio Gramsci, Georg Lukacs, Louis Althusser, István Mészaros, Michel Löwy, John B. Thompson e Slavoj Žižek, entre outros. De acordo com Codato,

> No século XX, a palavra conservou, na língua comum, aquela acepção dicionarizada e neutra de "conjunto de convicções filosóficas, sociais, políticas etc. de um indivíduo ou grupo de indivíduos" (Dicionário Houaiss), mas também o termo ainda segue designando qualquer pensamento doutrinário, sectário, parcial, absoluto, dogmático – e, portanto, defeituoso – sobre o mundo. Paralelamente, o conceito desprendeu-se daquela faculdade quase natural que o impelia a nomear um conhecimento errado do mundo social, seja como filosofia especulativa (Marx e Engels), seja como consciência social falsificada (Engels), e assumiu, para os marxistas, um sentido mais descritivo (Lênin) e mais explicativo (Gramsci). Mas, em todo caso, menos pejorativo. Para Lênin, ideologia tornou-se a forma de consciência política das classes sociais ("consciência de classe"); para Gramsci, a consciência teórica ou subjetiva dos processos sociais (CODATO, 2016, p. 315).

Ainda segundo esse autor, em Lênin, podemos observar o destaque a termos como "ideologia proletária, burguesa e pequeno-burguesa", ao passo que, com Gramsci, as ideologias passaram a ser concebidas "como forças organizadoras e não como concepções intelectuais que podem ser verdadeiras ou falsas por si mesmas" (CODATO, 2016, p. 316). A partir de sua análise de *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (Marx, 1852), Codato afirma que

> *A ideologia é uma estrutura e uma prática*. A ideologia não é um estado subjetivo da consciência (imaginação), nem um produto derivado de outras instâncias (um mero "efeito", como na expressão consagrada por Poulantzas (1971), mas uma estrutura do mundo social (uma "realidade"). E a expressão "estrutura ideológica" designa o terreno onde certas práticas sociais simbólicas se dão. O fundamental é que essas práticas têm aí a mesma materialidade que as ações e os conflitos nos demais domínios do mundo social. E é através da ideologia ou das "formas ideológicas", para falar como Marx, ou da "tradição", para falar como Marx e Engels, que os agentes sociais conhecem e se reconhecem (onde os homens "tomam consciência desses conflitos" etc.), isto é, situam-se em relação ao espaço social, e situam os outros agentes no espaço social (CODATO, 2016, p. 322, grifos nossos).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Assim, segundo esse autor, a questão da "falsidade ideológica" torna-se relativa, pois

> A medida para julgar as tradições ideológicas passa então a ser funcional, e não psicológica (já que se trata de um fenômeno social, não individual) e menos ainda intelectual (concepções certas ou erradas em si mesmas). Ou a ideologia é eficaz – como instância de produção, reprodução e transformação da vida social – ou não é. Nunca pode ser, portanto, uma ideia fora do lugar (CODATO, 2016, p. 323).

Daí voltarmos ao exemplo da dimensão ideológica (simbólica e material) da propriedade privada, à qual nos referimos no início deste artigo. Para além disto, destacamos que existem ideologias que não são necessariamente de classe, a exemplo do racismo e do sexismo: elas "atravessam" todas as classes sociais, embora, sem dúvida alguma, contribuam ainda mais para a exploração dos homens/mulheres sobre outros homens/mulheres, mediadas também pela cor e pelo gênero.

Outro aspecto acerca das ideologias que deve ser destacado é que elas não são "unitárias, completas, coerentes ou progressistas, conservadoras, reacionárias". Ao contrário. De acordo com Therborn,

> É necessário abordar o caráter dialético das ideologias, apontado pelos sentidos opostos da palavra "sujeito" ("os sujeitos da história"/"os sujeitos (submetidos) ao poder do príncipe"). As ideologias não somente submetem as pessoas a uma ordem dada. Também as capacitam para uma ação social consciente, inclusive para as ações orientadas a uma mudança gradual ou revolucionária. [...] [Assim] Parece mais acertado e frutífero considerar as ideologias não como possessões, como ideias possuídas, mas como processos sociais. Isto é, considerá-las como complexos processos de "interpelação" ou alusão que a nós são dirigidos. Nesses processos contínuos, as ideologias se superpõem, competem, chocam ou se fundem ou se reforçam umas às outras (THERBORN, 1991, p. VII, tradução e inserção nossas).

Por isso, defendemos o fato de as ideologias existirem tanto como ideias/concepções, quanto como práticas, uma vez que

> Elas são produzidas e garantidas por aparelhos ou instituições diferentes (partidos, sindicatos, movimentos, organizações e mesmo o próprio Estado), e são, em geral, elaboradas e difundidas por uma intelligentsia. Frequentemente há uma hierarquia instável entre as ideologias e entre os produtores de ideologias (os intelectuais), uma vez que a disputa nesse mundo não se dá somente em torno de conteúdos e proposições livrescas, mas em torno de posições de poder efetivo. As relações políticas nesse domínio, tanto entre ideias como entre ideólogos, poderiam ser descritas como relações de colaboração, convergência, concorrência, conflito etc. (CODATO, 2016, p. 326).

E justamente porque estão associadas aos aparelhos/instituições e são difundidas pela *intelligentsia,* optamos por abordar seu tratamento em uma revista científica, produzida por e para intelectuais, no campo do conhecimento geográfico. Entendemos que as ideologias (re)produzidas

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

nessa publicação, intencional e conscientemente ou não, se entrelaçam à formação de docentes e bacharéis, e, por eles, se difundem também para a sociedade, temporal e geograficamente situada, recebendo dela, simultaneamente, fortes influências.

A ideologia em artigos selecionados no BPG

O *Boletim Paulista de Geografia* é uma publicação da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), seção São Paulo (AGB-SP), iniciada em 1949, e, de acordo com Antunes (2008, p. 140), "é a única publicação da AGB, daquelas que nasceram nos anos das décadas de 1940 a 1960, que continua a ser publicada". Entre as intencionalidades explícitas presentes na "Apresentação" de seu primeiro volume, de autoria de Aroldo de Azevedo, ressalta-se que o BPG

> *[...] será o espelho da nova geração de geógrafos, que, à sombra da A.G.B., vêm trabalhando conscientemente, embora de maneira silenciosa, em terras paulistas; em segundo lugar, porque já traz consigo uma tradição de cultura geográfica, que não deve – nem pode desonrar (AZEVEDO, 1949, Apresentação).*

Azevedo (1949) anuncia ainda que as intencionalidades dessa publicação estão relacionadas ao "progresso da geografia brasileira", em especial, nos campos da geografia física e biológica e na geografia humana e regional, e, "a par disso, visará diretamente ao ensino geográfico, através de debates sobre temas metodológicos, de trechos escolhidos de autores selecionados ou de comentários bibliográficos".

Como afirmamos na introdução deste artigo, a longevidade da publicação e sua disponibilidade *on-line* foram razões que nos levaram a optar por analisar a forma como a ideologia é/foi abordada nos artigos dessa revista. Além disso, há que se considerar o período e a forma como esse conceito foi elucidado, não descurando do período em que os artigos foram publicados. A seguir, apresentamos a Tabela 1, com informações dos artigos e autores analisados.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Tabela 1 – Ano, número, autor e título dos artigos analisados no BPG.

Ano da publicação	Número do BPG	Autor	Título do artigo
1976	52	Armando C. da Silva	Geografia e ideologia – comentário sobre o livro "Introdução à geografia", de Nelson Werneck Sodré, assim como breve nota sobre o autor e sua obra.
1977	54	Ariovaldo U. de Oliveira	O "econômico" na obra "Geografia econômica" de Pierre George.
		Melhem Adas	Geografia e tecnoburocracia.
		Milton Santos	Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método.
		Henrique Rattner	Desenvolvimento de comunidade no processo de urbanização: notas para uma crítica das teorias sociológicas no planejamento.
1978	55	Ariovaldo U. de Oliveira	A lógica da especulação imobiliária.
1981	58	Beatriz Pontes	A organização dos espaços mundiais após a Segunda Guerra Mundial (1945-1979).
1982	59	Horieste Gomes	A geografia e suas implicações no subdesenvolvimento do Terceiro Mundo.
		Milton Santos	"Para que a geografia mude sem ficar a mesma coisa".
1985	62	José W. Vesentini	O espaço do mesmo.
1989	67	Francisco C. Scarlato	Bixiga: uma ideologia geográfica.
		Adyr A. B. Rodrigues	Tempo livre como objeto de consumo e lazer dirigido como oportunidade de manipulação.
1992	69	Maria Augusta M. Vargas	A natureza sertaneja das políticas de desenvolvimento: Sertão Sergipano do São Francisco.
	70	Salete de Lima	Análise crítica das representações cartográficas nos livros didáticos de 1º e 2º graus.
1993	71	Luiz L. Diniz Filho	O "Monumento dos Bandeirantes": um estudo crítico sobre as relações entre espaço, política e cultura.
1994	72	Maurício Waldman	Espaço e modo de produção asiático.
2001	78	Maria José M. Calixto	As articulações político-ideológicas do poder público no processo de (re)definição da diferenciação socioespacial.

Fonte: Del Gaudio, 2018.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Podemos constatar, a partir da tabela acima, que a maioria dos artigos que abordaram o tema ideologia foi publicada entre os anos de 1976 e 2001. As edições anteriores e posteriores, pelo menos nos títulos, resumos e palavras-chave, não trouxeram esse conceito como tematização. Tal constatação nos faz pensar: por que, nesse período, alguns geógrafos se interessaram por esse conceito? E a resposta talvez esteja no fato de que essa preocupação se relacionava ao próprio movimento da ciência geográfica, que, naquele momento, buscava mudança e renovação. Assim, da organização inicial dos dados, foi possível depreender a relação entre os artigos e o movimento denominado "Renovação da Geografia", que estava associado, em sua maioria, a uma aproximação com o materialismo dialético e com a geografia cultural, que se propunha "crítica" (dois artigos), entre 1976 e a década de 1990.

A discussão dessa temática, no BPG, apareceu, inicialmente, na resenha que Armando Correa da Silva apresentou do livro de Nelson Werneck Sodré, publicado, pela primeira vez, em 1976. Na sequência, os artigos selecionados abordaram questões relacionando a dimensão ideológica às problemáticas do método na/da geografia; à geografia política; à urbanização/produção do espaço, ou, ainda, a uma proposta de reflexão em torno de uma "geografia cultural crítica".

Outro aspecto comum a todos os artigos é que somente dois autores (Salete de Lima e Armando C. da Silva) citaram efetivamente a obra de Sodré.[6] Além disso, observamos que alguns autores (Beatriz Pontes, Adyr Rodrigues, Maria Augusta M. Vargas, José William Vesentini) usaram a palavra ideologia, nos artigos analisados, mas não citaram nenhuma referência a respeito deste conceito. Do mesmo modo, somente dois autores, entre os selecionados, fizeram referência explícita ao artigo de James Anderson:[7] Ariovaldo U. de Oliveira e Milton Santos.

Em diversos artigos, as referências à ideologia foram bastante variadas, remetendo a autores como R. Blackburn, G. Lukacs, G. Vinnai, C. Hall, A. L. G. Faria, A. Gramsci, K. Kautski, J. de S. Martins, F. Fernandes, T. Maldonado, F. Jakubowsky, C. Castoriadis, M. Chauí, G. Duby, V.de C. Bessa, A. C. R. Moraes e A. de C. Gomes. Entretanto, poucos autores (somente M. Santos, M. J. M. S. Calixto, A. U. de Oliveira e M. Waldman) dos artigos analisados do BPG fizeram referência direta à obra de Marx. Verificamos também que os artigos que abordaram esse conceito, ainda

[6] SODRÉ, N. W. Introdução e geografia – geografia e ideologia. Petrópolis: Vozes, 1976. Nesta obra, o autor denuncia algumas concepções geográficas então em voga, explicitando o seu caráter ideológico e colonialista.

[7] O artigo de James Anderson, intitulado "Ideology in geography: an introduction", Antípode, vol. 5, n. 3, foi publicado em 1973. Neste artigo, Anderson aponta a construção da ideia de "fim da ideologia", no período da "guerra fria", apesar das crescentes contradições do capitalismo em relação à intervenção americana no Vietnã e mesmo frente à emergência da problemática ambiental. Anderson fez duras críticas ao conservadorismo dos geógrafos, mesmo e apesar das mudanças que se operavam no mundo, naquele período. Criticou, ainda, o fato de os geógrafos "ignorarem" a discussão da ideologia. Ele entendia que esta, "em seu significado marxista, se converte em um 'conceito esclarecedor e um instrumento analítico'". Para Anderson (1982, p. 496, tradução nossa), "em sua forma mais simples, "ideologia" se refere a sistemas de ideias que dão informação distorcida, de modo a servir aos interesses particulares de um grupo ou classe social determinados".

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

que transversalmente, se voltaram à temática que compõe o campo de investigação/estudos do que se denomina, atualmente, como história do pensamento geográfico.

A partir do estabelecimento das características gerais dos artigos, conforme descrito acima, fizemos, a seguir, um trabalho de agrupamento dos modos pelos quais os autores conceituaram e/ou utilizaram o conceito em seus artigos. Tal exercício buscou verificar a quais acepções de ideologia o autor fazia referência e quais possibilidades tal conceito lhes abria para melhor esclarecer suas inquietações.

Para auxiliar na compreensão do enfoque dado à ideologia, nos artigos selecionados no BPG, primeiro, apresentaremos uma breve síntese do assunto abordado, para, na sequência, exemplificarmos, com alguns excertos, as concepções assumidas pelos autores.

Um grupo expressivo de autores e artigos (10 de 17 artigos analisados) abordou a ideologia a partir de sua concepção como *falsa consciência* ou como *manipulação* e/ou *ocultamento*. De modo mais articulado, em alguns artigos, e, em outros, com menos assertividade, esses dez autores, além de associarem ideologia a essas duas concepções, denunciaram/consideraram as relações de desigualdade e exploração em escalas diversas. Alguns autores, inclusive, buscaram questionar o papel da geografia para a manutenção do *status quo*, e, conforme apontamos no início deste artigo, num contexto mais amplo de problematização do próprio fazer desta ciência.

M. Adas (1977) abordou o modo como, a partir do final da Segunda Guerra, as desigualdades entre os diversos países desenvolvidos e subdesenvolvidos se tornaram mais evidentes. Neste artigo, Adas postulou que o desenvolvimento tecnológico propiciou o crescimento da tecnoburocracia, que, ao passar a tomar decisões de caráter mais técnico, não necessariamente considerava a realidade dos diferentes países. Além disso, esse autor relacionou a crescente disparidade ao desigual desenvolvimento tecnológico e aportou sua própria concepção de "desenvolvimento como ideologia", a partir da qual esboçou uma crítica à geografia, pois, "à medida que reconhecemos que o passado da geografia não foi muito brilhante, ou que sua história não foi das mais felizes, podemos reconhecer, tanto no seu passado como no seu presente, *seu caráter utilitário e, por que não dizer, ideológico*" (ADAS, 1977, p. 64, grifos nossos).

Oliveira, no artigo publicado no BPG, em 1977, fez uma análise crítica da obra *Geografia econômica*, de Pierre George. Ele iniciou com uma epígrafe literal de *Contribuição para a crítica da economia política*, de Marx, a respeito da relação entre vida e consciência, e discorreu, em seguida, a respeito da definição de geografia econômica proposta por Pierre George, problematizando-a. Discutiu ainda o método na obra deste autor e evidenciou que a proposta de George não era materialista, mas sim histórica (relacionada à Escola Histórica de Economia). Oliveira (1977, p. 47)

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

associou, desse modo, o desenvolvimento da ciência geográfica a certo posicionamento político, que assumiu "a unidade, mas não uma unidade contraditória, e sim uma unidade homogênea. Isso só é possível através do *discurso ideológico*, *lógico*, que se concretizou nos "manuais" das universidades brasileiras".

A problematização a respeito da ideologia, por esse geógrafo, tornou-se ainda mais evidente em seu artigo publicado no ano seguinte, em 1978, quando abordou a temática da especulação imobiliária em São Paulo. Nele, Oliveira (1978, p. 75) se referiu ao processo de produção e autoconstrução de moradias em loteamentos periféricos nessa cidade, brincando/ironizando, no subtítulo do artigo, com a lógica do caos urbano: "O "caos urbano" está na realidade ou na ideia daqueles que procuram ver o ilógico no lógico?". Com isso, verticalizou a compreensão de que "a questão do "caos urbano" [...] deve ser encarada como produto da *ideologia burguesa produzida por cientistas igualmente burgueses*, conscientes ou inconscientes, não importa, pois *não é a consciência dos homens que determina o seu ser*, mas sim *o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência*" (OLIVEIRA, 1978, p. 86, grifos nossos).

Pontes (1981), por sua vez, discorreu sobre a organização do espaço mundial entre o final da Segunda Guerra e o ano de 1979, estabelecendo um panorama geral das relações entre Europa, EUA, Ásia, África e América Latina. Essa autora buscou situar a criação da Comunidade Econômica Europeia, naquele contexto, e ponderou a respeito das relações sino-soviéticas. Por fim, discutiu questões sobre os EUA e a América Latina. Sua análise a conduziu a concluir, por exemplo, que "tudo indica que o "socialismo africano", na expressiva maioria dos países africanos, carece de qualquer conotação revolucionária ou mesmo socialdemocrata, tornando-se, na realidade, *uma ideologia reacionária que mascara a exploração estrangeira, a desigualdade crescente e a corrupção administrativa*" (PONTES, 1981, p. 89, grifos nossos).

Em artigo publicado em 1982, Milton Santos examinou o surgimento da geografia sob a perspectiva utilitarista, além de discorrer a respeito do "divórcio entre o homem e o espaço", tecendo críticas tanto à geografia quantitativista quanto à geografia cultural de Sauer e Gourou. Ele também analisou as teses de Tuan, Relph e Buttimer, citando, em nota de rodapé, a afirmação de James Anderson (1973) relacionada à pobreza teórica dos geógrafos e ao fato de a filosofia da geografia ser "pouco mais que uma metodologia". Por fim, defendeu que uma "fenomenologia bem entendida" contribuiria para a renovação do enfoque marxista no campo. A preocupação desse autor situou-se ainda em apontar os riscos de um "discurso apologético e ideológico dos geógrafos" a partir de uma adoção acrítica da perspectiva marxista. Nos termos de Santos,

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

> Diante desse projeto, *o enfoque marxista aparece pleno de seduções [...] Essa perspectiva deverá exigir um esforço exemplar*, uma vez que *boa parte da literatura marxista concernente ao espaço adota um cunho mais crítico do que explícito, conduzindo, não raro, a um discurso apologético e ideológico*. [...] Termos como o da luta de classes e o da acumulação de capital são, também, *muito frequentes. Muitos se contentam em mencionar esses dois temas fundamentais pelo fato de que falam por si mesmos* (SANTOS, 1982, p. 13, grifos nossos).[8]

Gomes (1982) discutiu a questão do neocolonialismo apoiando-se no livro de Sodré (1976) para denunciar o determinismo geográfico; problematizou certa "assepsia" nos estudos/conceitos geográficos e mencionou, com base em Lacoste (1977), a dimensão da geografia em sua relação com as guerras, incluindo as estratégias territoriais das multinacionais. Nesse artigo, a ideologia foi assumida explicitamente como "ocultamento": "exemplificando, temos a chamada "teoria da paisagem típica ou ideal", centrada no estudo comparativo entre paisagens, cujo papel exercido foi o de *ocultar a verdadeira natureza da exploração econômica* de que a região foi vítima" (GOMES, 1982, p. 45, grifos nossos).

O artigo de Scarlato (1989), desde o título, apontou para os vínculos e problemas relacionados à interface entre geografia e ideologia. Esse artigo constituiu parte da tese de doutoramento do referido autor a respeito da produção do bairro do Bexiga, na cidade de São Paulo, como espaço. Desde o início, ele buscou definir o que entendia por ideologia, citando diversos autores, e, tomando Antonio Gramsci como referência – em especial, sua noção de ideologias arbitrárias e orgânicas –, chegou à proposição das ideologias geográficas, a partir do exemplo material utilizado como objeto de estudo (o bairro do Bexiga). Scarlato também evidenciou como as obras públicas, na cidade de São Paulo, desfiguraram o Bexiga, ao mesmo tempo em que este bairro era produzido, simbolicamente, como sinônimo de italianidade. Exemplo desta abordagem foi expresso no excerto a seguir:

> Ao abordarmos o espaço do Bexiga através dessa dimensão [estética] estaremos assumindo a subjetividade que este tratamento nos remete. Permite-nos trabalhar com *a ideologia no processo de produção desse espaço*, entendendo-o não somente *como uma determinação histórica concreta*, mas também *como uma representação voluntária*, como diria Gramsci – uma "*ideologia arbitrária*" (SCARLATO, 1989, p. 27, grifos nossos, inserção do autor).

Já Rodrigues (1989) analisou o turismo social para apresentar a captura do tempo livre dos trabalhadores e a diferenciação entre os tempos biológico, social e livre. Como estudo de caso, utilizou o turismo de um dia na Baixada Santista. No contexto da sociedade de consumo analisada, de acordo com esse artigo,

[8] A partir da leitura desse artigo de Milton Santos, ficou-nos a dúvida sobre se as ideologias também não "falariam por si mesmas", bastando dizer este termo para se tentar construir um sentido comum... Afinal, para que o esforço de precisar um conceito a respeito do qual todos sabem do que se trata?

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

> [...] ampliam-se as associações para o lazer dirigido e as instituições encarregadas de viabilizar o turismo social, a maioria com objetivos inconfundíveis, com a ideologia subjacente de aproveitar-se do lazer e do turismo [...] *como oportunidade de apropriação e manipulação da mente dos trabalhadores* (RODRIGUES, 1989, p. 17, grifos nossos).

Lima (1992), por sua vez, apresentou a questão da cartografia nos livros didáticos, e, na primeira parte do seu artigo, citou explicitamente a obra de Sodré (1976). Entretanto, na análise dos dados, toda a sua discussão anterior foi esquecida, limitando-se a uma descrição relacionada à semiologia gráfica de Bertin (1980). Para essa autora, "o livro didático não passa de uma mercadoria produzida aos milhares, não levando em conta as diversidades regionais voltadas a interesses lucrativos de grupos empresariais e *transmitindo a ideologia do poder dominante*" (LIMA, 1992, p. 54, grifos nossos), o que, de certo modo, corrobora a crítica estabelecida por Santos, uma década antes (em 1982, conforme já comentamos anteriormente). Ou seja, mesmo citando Sodré (1976), suas considerações acerca de ideologia situada como "falsidade" foram de pouco expressivas a nulas, no contexto amplo do artigo, e resvalaram, várias vezes, em afirmações articuladas com o senso comum.

Waldman (1994) procurou relacionar espaço, ideologia e meio ambiente, com destaque para a importância da religião no modo de produção asiático, no qual, segundo ele, este elemento funciona como elo de ligação entre os outros três conceitos. O propósito de Waldman (1994, p. 29), ademais, não era aprofundar a discussão em torno da ideologia, mas "identificar as filiações entre Espaço, Ideologia e Meio Ambiente em formações sociais não capitalistas, via de regra enquadradas no modelo do Modo de Produção Asiático, em tese localizado em civilizações pré-colombianas, africanas e asiáticas". Assim, "a marca cósmica evidenciada nas múltiplas atividades aglutinadas na cidade *articulava-se funcionalmente a um mecanismo social ideologicamente voltado para a perpetuação de uma "ordem celestial"* inseparável dos ciclos de matéria e energia histórica e socialmente apreendidos" (WALDMAN, 1994, p. 43, grifos nossos).

Todos esses artigos e excertos nos permitiram situar a compreensão de ideologia, segundo os autores analisados e o momento em que escreveram seus artigos, como leitura e/ou interpretação/compreensão de *A ideologia alemã*, de Marx e Engels, para quem

> A produção de ideias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. [...] A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é seu processo de vida real. E se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida, do mesmo modo por que a inversão dos objetos da retina decorre de seu processo de vida diretamente físico. [...] Parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. [...] A moral, a religião, a metafísica e qualquer

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

> outra ideologia, assim como as formas de consciência que a elas correspondem, perdem toda a aparência de autonomia. [...] Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX, ENGELS, 1986, p. 36-37).

Pudemos ainda observar, no conjunto de artigos analisados, certo eco das reflexões estabelecidas por James Anderson em relação ao conservadorismo da geografia e, sobretudo, à concepção de ideologia como "sistema de ideias que dão informação distorcida de modo a servir aos interesses particulares de um grupo ou classe social determinados" (ANDERSON, 1982, p. 496, tradução nossa). Conforme apontamos, nesse conjunto variado de temas e questões, os autores recorreram, de um modo ou de outro, à compreensão da ideologia calcada na dimensão da "falsidade/ocultamento", que foi bastante expressiva no campo marxista, durante décadas, sobretudo a partir da influência stalinista. Foram variadas as referências utilizadas pelos autores selecionados na amostra. Alguns deles, na construção de suas análises, citaram explicitamente as obras de K. Marx, K. Marx e F. Engels, A. Gramsci, G. Lukacs e V. I. Lênin, entre outras.

Outros artigos trouxeram a palavra ideologia sem, necessariamente, precisarem a concepção adjacente, quase como se ideologia não precisasse ser definida, porque todos sabem "do que se trata". A dúvida é se, com este procedimento, não estaríamos contribuindo para certo esvaziamento teórico não apenas do conceito em tela, mas da própria discussão geográfica, que parece se construir como um "eco de palavras distantes". E, com tal questionamento, não estamos a propor que cada autor que utilize a palavra ideologia construa uma exegese a respeito, mas, sim, que situe este conceito e seu contexto, de modo a possibilitar ao leitor o entendimento da concepção que norteou sua argumentação.

Outras interpretações do conceito de ideologia que apareceram, nos artigos analisados, estão destacadas a seguir. Milton Santos (1977) discorreu a respeito da formação territorial como teoria e método, efetuando uma análise sobre o conceito da formação econômico-social, que ele relacionou às especificidades locais, derivando em distintas formações sociais. Foi nesse contexto que *a ideologia como parte da superestrutura*[9] foi apresentada:

> Quando se fala em modo de produção, não se trata simplesmente de relações sociais que tomam uma forma material, *mas também de seus aspectos imateriais, como o dado político ou ideológico*. Todos eles têm uma influência determinante nas localizações e tornam-se assim um fator de produção, uma força produtiva, com os mesmos direitos que qualquer outro fator (SANTOS, 1997, p. 90-91).

Vargas (1992) discorreu sobre o processo de produção do Sertão Sergipano do São Francisco, tendo por foco as mudanças ambientais e sua relação com a atuação do Estado neste processo, a partir da *dinâmica contraditória entre os interesses particulares e os gerais*, mediados pelo Estado. Esse

[9] É interessante destacar que, na bibliografia citada por Santos, observamos referência à obra de Louis Althusser, que irá desenvolver mais detalhadamente essa perspectiva.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

artigo também pode ser situado, de modo geral, no campo da história do pensamento geográfico, na medida em que, para chegar a seu objeto e objetivo, essa autora ponderou a respeito do ambiente nas correntes quantitativa, pragmática e crítica. Ela estabeleceu os nexos entre as ações do Estado e as transformações no Sertão Sergipano, afirmando que

> A relação dos homens entre si e com a natureza passa a ser intermediada por objetos externos a ele, uma vez que a relação com os objetos passa a ser feita com outros objetos *[...]. O Estado entra nessa contradição [de classes] entre o interesse particular e o interesse geral para manter a ordem social* (VARGAS, 1992, p. 30, grifos nossos).

Com base nessas considerações, Vargas afirmou que o ocorrido na área de estudo foi um processo de mudanças, mas não de transformações. E que, a partir da expansão capitalista após o golpe de 1964,

> À forte resistência dos latifundiários e *à sedimentação da ideologia de que o problema fundiário encontrava-se no minifúndio improdutivo*, ocorre uma ampliação dos incentivos creditícios acompanhada de uma acelerada expansão da extensão rural [...] (VARGAS, 1992, p. 37).

O artigo de Bray (1977) buscou considerar criticamente a dimensão da teoria funcionalista na geografia, podendo, assim, ser incluído no campo amplo do pensamento geográfico. Esse autor avaliou os três postulados centrais dessa teoria e, após esta reflexão, os expôs como "ideias" que tomaram certo corpo na geografia, de certo modo, *relacionadas a uma crescente alienação*. Assim, à ideologia o autor contrapõe a alienação, utilizando este conceito para reforçar sua crítica a respeito da unidade funcional:

> Através de seus postulados, a análise funcional mostra a ordem harmoniosa entre os elementos geográficos, onde esses elementos vivem relacionados entre si num meio harmônico da natureza e do homem e dos homens entre si, *alienando-se das contradições existentes no sistema e da luta de classes* (BRAY, 1977, p. 36, grifos nossos).

Outra perspectiva a respeito da ideologia foi encontrada no artigo de Calixto (2001), que iniciou seu texto apontando para as muitas acepções deste conceito. Essa autora estabeleceu um diálogo direto com o livro *Cultura e democracia – o discurso competente e outras falas*, de Chauí (1997), enfatizando, ao longo do seu artigo (que trazia como estudo de caso a cidade de Dourados/MS), a importância do ideológico, sobretudo, quando relacionado à posição ambígua do poder público. Ela também buscou justificar a sua própria opção em compreender a ideologia como "lacunar", com forte influência de Marilena Chauí (1997), G. Duby (1976), Lefebvre (1976; 1986) e K. Marx (1975), entre outros. Tomando Chauí (1997) como referência, essa autora afirmou que

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

> *O discurso ideológico busca sua coerência na ausência* [...] A ideologia, *enquanto produção da sociedade histórica, portanto, marcada pela divisão, pelo conflito de interesses, pela contradição e pela diferença*, mascara sua própria origem e sua condição de existência (CALIXTO, 2001, p. 85-86, grifos nossos).

Em contraposição a essa exposição consistente e situada da ideologia, podemos observar a ambiguidade no tratamento deste termo no artigo escrito por Diniz Filho e publicado no BPG, em 1992. Neste artigo, o autor buscou compreender os sentidos e os simbolismos relacionados ao Monumento dos Bandeirantes, localizado na cidade de São Paulo. O tratamento dado à ideologia por esse autor tomou por base a concepção de "ideologias geográficas" na perspectiva de Moraes (1988).[10] De acordo com Moraes (2002, p. 38), a ideologia pode ser compreendida "como discurso com explícita e nítida orientação política", enquanto as ideologias geográficas "alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto a autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seus espaços e da sua relação com ele" (MORAES, 2002, p. 44). Logo, de acordo com Moraes (1988, p. 45), é preciso "captar seus contextos de formulação, suas difusões e condições de assimilação, os agentes desse movimento e os interesses veiculados [...]. Enfim, rastrear a eficácia política destas ideologias".

Entretanto, Diniz Filho (1992, p. 79) afirma que "*enquanto difusor de ideologias*,[11] o Monumento [dos Bandeirantes] parece ser excessivamente hermético para desempenhar um papel relevante, servindo apenas como representante de certas ideias que já se acham incrustradas no imaginário popular". Se assim é, para que estudá-lo, então? E a quais ideologias esse autor se refere como "certas" e "incrustradas"?

Esse artigo comporta contradições concernentes à ideologia, que o seu autor parece ter considerado como "algo de outrem, mas não dele":

> Imagens tais como a do "herói bandeirante" podem ser reconhecidas *pela população* como motivo para a existência do Monumento, *mas a ideia de um caráter nacional ou regional derivado da história das expedições bandeirantes*[12] *permanece estranha à população, que se mostra incapaz* de decodificar as intenções daqueles que lutaram pela construção da estátua (DINIZ FILHO, 1992, p. 79, grifos nossos).

[10] A obra citada é Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil. 4ª ed. São Paulo: Hucitec. 2002 [1988, 1ª ed.]. Diniz Filho utiliza a primeira edição.

[11] Embora contextualize e situe bem as disputas políticas no plano das elites, tanto na concepção, quanto na construção do monumento, esse autor não define ideologia ao longo do seu artigo. A respeito do conceito em tela, somente são mencionados Moraes (1998) e a obra de GOMES, A. M. de C.; OLIVEIRA, Lúcia L.; VELLOSO, Mônica P. Estado Novo: ideologia e poder. Rio de Janeiro, Zahar, p. 82.

[12] Essas, de acordo com Diniz Filho (1992, p. 68), eram caras ao principal incentivador da construção do monumento, Cassiano Ricardo, ele próprio um "pensador autoritário e colaborador do Estado Novo na qualidade de chefe do DEIP de São Paulo, órgão regional do Departamento de Imprensa e Propaganda/DIP".

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Não existe, no artigo focalizado, nenhum dado ou indício que corrobore a afirmação relativa ao estranhamento da população frente aos interesses e disputas no âmbito das elites em torno do monumento. Como se chegou a esta constatação? Com qual população? Com quantas entrevistas? Com quantas enquetes? Com alguma observação participante? Além disso, população é uma palavra extremamente abstrata, que não designa identidade ou qualidade, mas quantidade e generalidade, e as "ideologias geográficas" somente são consideradas para a construção de argumentos que explicitam as disputas em torno da construção do monumento. Mas qual o salto para se "rastrear a eficácia política destas ideologias" (MORAES, 1988, p. 45)?

Considerações finais

As discussões a respeito das ideologias, na geografia, parecem estar dispersas no tempo e no espaço. Há, na publicação consultada (BPG), uma concentração de artigos a respeito da ideologia, no período relacionado à chamada renovação crítica da geografia, que, entretanto, parece desaparecer de suas edições a partir de 2001/2002. Com isso, não se sabe se houve concordância com as teses de "fim" da história, dos territórios, dos Estados e da ideologia, retomadas fortemente com a derrocada soviética, ou o que levou a certo desaparecimento deste conceito, nos artigos publicados no BPG. Certo é que, após 1992, praticamente não encontramos artigos em que a ideologia é considerada no conjunto das análises. Ao final deste artigo, fica uma questão para futuras pesquisas: em que medida a queda soviética significou também a derrocada das "geografias críticas" na geografia?

É importante ressaltar que compreendemos o fato de que esta investigação foi realizada em apenas um periódico, em que pese sua longevidade, e que, por isso, não podemos generalizar os dados encontrados. O que encontramos foi uma indicação para futuras pesquisas, pois aqueles que se aventurarem nesta seara, além de lutarem contra a "sedução do Barão de Munchausen" nas ideologias, poderão se dedicar a compreender mais profundamente, numa perspectiva temporal e geograficamente ampliada, as múltiplas formas, ausências e fragilidades no tratamento/abordagem da ideologia na construção da ciência geográfica.

Nos artigos analisados, verificamos, em alguns deles, a abordagem desse conceito, mas em total desconexão com a análise do empírico ou do objeto, ficando apenas na repetição de uma espécie de "mantra", como, por exemplo, o de que "livros didáticos carregam ideologias". Porém, se compreendemos que as ideologias nos constituem, sendo socialmente instituídas e reforçadas também por nós, qual a relevância efetiva dessa afirmação? As ideologias não poderiam também ter outras potencialidades, como a de qualificar os sujeitos e, assim, contribuir distintamente para a (re)produção de espaços e vidas?

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Em outros artigos, observamos não apenas fragilidades teóricas no tratamento das ideologias, mas contradições internas, reforçando a perspectiva exposta por McLellan (1987) segundo a qual "só o outro é ideológico".

Entre os autores e artigos analisados, somente aqueles que evidenciaram um esforço teórico em compreender efetivamente esse conceito conseguiram relacioná-lo seja ao objeto/tema, seja ao posicionamento teórico adotado (OLIVEIRA, 1977, 1978; SANTOS, 1982; SCARLATO, 1989; CALIXTO, 2001), conferindo densidade teórica aos estudos empreendidos e aos problemas abordados. Esta compreensão, entretanto, não pode ser tida como "monolítica" no conjunto dos artigos. Ao contrário: notamos uma diversidade de autores e fontes no tratamento da ideologia, e esta diversidade persistiu mesmo entre aqueles que se preocuparam em definir e clarificar sua compreensão acerca do tema. Tal diversidade, ainda que limitada a um pequeno número de autores, em uma única publicação científica no campo da geografia e numa dada temporalidade, pode instigar mais reflexões e análises em direção a uma melhor apreensão do tratamento dado à ideologia no desenvolvimento do fazer geográfico. Para aqueles que o aceitarem, o desafio está posto.

Referências bibliográficas

1. ADAS, Melhem. **Geografia e tecnoburocracia.** In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 53, 1977, p. 61-67. Disponível em: http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1097/956 Acesso em 18 de mar de 2018.
2. ANDERSON, James. **Ideología y geografía:** una introducción. In: MENDOZA, J. G.; JIMÉNES, J. M.; CANTERO, N. O. (orgs.). *El pensamiento geográfico*. Espanha, Alianza Universidad, 1982, p. 496-504.
3. ANTUNES, Charles da F. **A Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) – origens, ideias e transformações:** notas de uma história. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, 2008.
4. ARON, Raymond. **O ópio dos intelectuais.** São Paulo: Três Estrelas, 2016.
5. AZEVEDO, Aroldo de. **Apresentação.** In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 1, 1949, p. 1-2. Disponível em: http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1418/1277 Acesso em 30 mar. 2018.
6. BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV). **Marxismo e filosofia da linguagem.** 12ª ed., São Paulo: Hucitec, 2006.
7. BELL, Daniel. **O fim da ideologia.** Brasília: Ed. da UnB, 1980.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

8. BRAY, Silvio C. **Os postulados da análise funcionalista na geografia e seus aspectos ideológicos.** In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 54, 1977, p. 29-40. Disponível em: http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1089/953 Acesso em 15 mar 2018.

9. CALIXTO, Maria J. M. S. **As articulações político-ideológicas do poder público no processo de (re)definição da diferenciação socioespacial.** In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 78, 2001, p. 77-96. Disponível em: http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/830/714 Acesso em 25 mar 2018.

10. CODATO, Adriano. **O conceito de ideologia no marxismo clássico:** uma revisão e um modelo de aplicação. In: *Política e Sociedade*, Florianópolis, v. 15, n. 32, p. 311-331. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15n32p311/32083 Acesso em 30 mar. 2018.

11. DEL GAUDIO, Rogata S.; PEREIRA, Doralice B. (orgs). **Geografias e ideologias** – submeter e qualificar. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2014.

12. DINIZ FILHO, Luis L. **O "Monumento dos Bandeirantes":** um estudo crítico sobre as relações entre espaço, política e cultura. In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 71, 1992, p. 65-82. Disponível em: http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/914/807 Acesso em 18 mar 2018.

13. EAGLETON, Therry. **Ideologia** – uma introdução. São Paulo: Boitempo, 1997.

14. GOMES, Horieste. **A geografia e suas implicações no subdesenvolvimento do Terceiro Mundo.** In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 59, 1982, pp. 43-58. Disponível em: http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1029/919 Acesso em 12 mar. 2018.

15. LÊNIN, Vladimir. **O Estado e a revolução.** São Paulo: Global, 1987.

16. LIMA, Salete de. **Análise crítica das representações cartográficas nos livros didáticos de 1º e 2º graus.** In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 70, 1992, p. 53-64. Disponível em: http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/928/821 Acesso em 12 mar 2018.

17. LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social** – elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez editora, 1985.

18. LUKÁCS, György. **História e consciência de classe:** estudos de dialectica marxista. 2ª ed., Rio de Janeiro: Elfos, 1989, 378 p.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

19. _____. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem.** Temas de ciências humanas, n. 4, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

20. MCLELLAN, David. **A ideologia.** Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

21. MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

22. MARX, K. **Teorias da mais-valia:** história crítica do pensamento econômico (livro IV de O Capital). Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

23. _____. **O 18 de brumário de Luis Bonaparte.** In: *A revolução antes da revolução*. 2ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2008.

24. _____. **Prefácio para uma crítica da economia política**, de 1859 http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm Acesso em 31 jul. 2012.

25. _____.; ENGELS, F. **A ideologia alemã** [1845/1846]. Disponível em:

26. http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/tme_03.pdf Acesso em 17 fev. 2017.

27. MESZÁROS, István. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo, 2004.

28. _____. **Filosofia, ideologia e ciência social:** ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Ensaio, 1993.

29. MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias geográficas:** espaço, cultura e política no Brasil. 4ª ed., São Paulo: Hucitec, 2002 [1988, 1ª ed.].

30. OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **O "econômico" na obra "Geografia Econômica" de Pierre George:** elementos para uma discussão. In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 57, 1977, p. 41-52. Disponível em: http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1090/951 Acesso em 15 mar. 2018.

31. _____. **A lógica da especulação imobiliária.** In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 58, 1978, p. 75-92. Disponível em: http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1054/941 Acesso em 12 mar. 2018.

32. PONTES, Beatriz M. S. **A reorganização dos espaços mundiais após a Segunda Grande Guerra (1944-1979).** In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 58, 1981, p. 87-119. Disponível em: http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1038/926 Acesso em 25 mar 2018.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

33. RATTNER, Henrique. **Desenvolvimento de comunidade no processo de urbanização:** notas para uma crítica das teorias sociológicas do planejamento. In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 54, 1977, p. 53-79. Disponível em: http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1091/950 Acesso em 25 mar 2018.

34. RODRIGUES, Adyr A. B. **Tempo livre como objeto de consumo e lazer dirigido como oportunidade de manipulação.** In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 67, 1989, p. 17-25. Disponível em: http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/943/836 Acesso em 30 mar 2018.

35. SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço:** a formação econômica como teoria e como método. In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 54, 1977, p. 81-99. Disponível em http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1092/949 Acesso em 18 mar. 2018.

36. _____. **"Para que a Geografia mude sem ficar a mesma coisa".** In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 59, 1982, p. 5-22. Disponível em: http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1027/917 Acesso em 23 mar 2018.

37. SCARLATO, F. C. **Bexiga:** uma ideologia geográfica. In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 67, 1989, pp.27-36. Disponível em: http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/944/837 Acesso em 10 mar. 2018.

38. SILVA, Armando C. **Geografia e ideologia** – comentário sobre o livro *Introdução à geografia – geografia e ideologia* de Nelson Werneck Sodré, assim como breve nota sobre o autor e sua obra. In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 52, 1976, p. 93-100. Disponível em: http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1109/969 Acesso em 15 mar 2018.

39. SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à geografia** – geografia e ideologia. 4ª ed., Petrópolis: Vozes, 1984 [1976, 1ª. ed.].

40. THERBORN, Göran. **La ideología del poder y el poder de la ideología.** México: Siglo Veintuno, 1987.

41. VARGAS, Maria A. M. **A natureza sertaneja das políticas de desenvolvimento:** Sertão Sergipano do São Francisco. In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 69, 1992, p. 27-60. Disponível em: http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/932/825 Acesso em 18 mar. 2018.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

42. VESENTINI, José W. **O espaço do mesmo.** In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 62, 1985, p. 101-108. Disponível em: http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/990/881 Acesso em 30 mar 2018.

43. WALDMAN, M. **Espaço e modo de produção asiático.** In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 72, 1994, pp. 29-62. Disponível em: http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/900/794 Acesso em 10 mar 2018.

44. ŽIŽEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

45. _____. **Primeiro como tragédia, depois como farsa.** São Paulo: Boitempo, 2011.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

DOI 105418/RA2019.1526.0005

RAZÕES PARA AS ENCHENTES E INUNDAÇÕES NO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL CARLOS MARIGHELLA: UMA ANÁLISE MULTITEMÁTICA DA BACIA DO RIO DO VIGÁRIO (MARICÁ/RJ)

REASONS FOR FLOODS AND RIVER FLOODING IN CARLOS MARIGUELLA RESIDENTIAL CONDOMINIUM: A MULTITEMATIC ANALYSIS OF THE RIO DO VIGÁRIO BASIN (MARICÁ – RIO DE JANEIRO, BRAZIL)

RAZONES DE LAS INUNDACIONES Y DESBORDAMIENTO DE LOS RÍOS EN EL CONDOMÍNIO RESIDENCIAL CARLOS MARIGUELLA: UN ANÁLISIS MULTITEMÁTICO DE LA CUENCA DEL RIO DO VIGÁRIO (MARICÁ – RIO DE JANEIRO, BRASIL)

Vinicius da Silva Seabra
Professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-UERJ)
E-mail: vinigeobr@yahoo.com.br

Otávio Miguez da Rocha-Leão
Professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-UERJ)
E-mail: orochaleao@hotmail.com

Resumo

Enchentes e inundações são eventos recorrentes no Brasil, causando perdas humanas e materiais em diferentes regiões do país. Sendo assim, este artigo tem a proposta de realizar uma análise multitemática da bacia do Rio do Vigário, localizada integralmente no município de Maricá, no estado do Rio de Janeiro, onde está inserido o condomínio residencial Carlos Marighella, que sofreu uma forte enchente, em março de 2016. Esta análise foi feita a partir da interpretação de mapas temáticos e da construção de um mapa final de susceptibilidade a enchentes e inundações, por metodologia GEOBIA. Os resultados apontam que todas as variáveis analisadas descrevem a área de entorno do condomínio como uma das mais problemáticas para a instalação deste empreendimento. O mapa final de susceptibilidade apontou o entorno desse condomínio residencial como de alta susceptibilidade a enchentes e inundações.

Palavras-chave: GEOBIA, análise espacial, susceptibilidade a enchentes e inundações, condomínio residencial Carlos Marighella, bacia do Rio do Vigário, Maricá/RJ.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Abstract

Floods are recurrent events in Brazil, causing human and material losses in different regions of the country. Therefore, this article has the proposal to perform a multi-thematic analysis of the Rio do Vigário basin, located entirely in the municipality of Maricá, in Rio de Janeiro state (Brazil), where Carlos Marighella residential condominium is located, which suffered a heavy flood in march 2016. This analysis was made from the interpretation of thematic maps and the construction of a final map of susceptibility to floods, by GEOBIA methodology. The results show that all the analyzed variables describe the surrounding area of the residential condominium as one of the most problematic for the installation of this project. The final susceptibility map pointed to this residential condominium environment as being highly susceptible to floods.

Keywords: GEOBIA, spatial analysis, susceptibility to floods, Carlos Marighella residential condominium, Rio do Vigário basin, Maricá (RJ/Brazil).

Resumen

Inundaciones son eventos recurrentes en Brasil, causando pérdidas humanas y materiales en diferentes regiones del país. En este artículo se propone realizar un análisis multitemático de la cuenca del Rio do Vigário, ubicada íntegramente en el municipio de Maricá, en estado de Rio de Janeiro (Brasil), donde está inserto el condominio residencial Carlos Marighella, que sufrió una fuerte inundación en marzo de 2016. Este análisis se hizo a partir de la interpretación de mapas temáticos y de la construcción de un mapa final de susceptibilidad a las inundaciones, por metodología GEOBIA. Los resultados apuntan que todas las variables analizadas describen el área de entorno de lo condominio como una de las más problemáticas para la instalación de este emprendimiento. El mapa final de susceptibilidad apuntó el entorno de este condominio residencial como de alta susceptibilidad a las inundaciones.

Palabras clave: GEOBIA, análisis espacial, susceptibilidad a las inundaciones, condominio residencial Carlos Marighella, cuenca del Rio do Vigário, Maricá (RJ/Brasil).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Introdução

Nos últimos anos, as diferentes ocorrências de desastres proporcionaram uma maior preocupação com esta temática, no Brasil. Esses eventos decorrem do resultado do impacto de um fenômeno natural, que afeta, direta ou indiretamente, a vida de uma sociedade/comunidade, gerando danos materiais e perdas de vidas (TOMINAGA, 2012). Os efeitos desses eventos diferem de uma localidade para outra, pois cada uma possui as suas particularidades, apresentando diferentes condições sociais, políticas, econômicas e geográficas, e, consequentemente, apresentando diferentes condições de riscos. Conhecer estes riscos e as particularidades de cada localidade possibilita a adoção de políticas públicas voltadas para a prevenção dos desastres, mitigando os seus impactos.

Com base nesse contexto, os municípios brasileiros precisam estar amparados por um conjunto de informações para poderem adotar medidas de prevenção aos desastres e para melhor planejar e gerir o ambiente ocupado. A utilização das geotecnologias e do geoprocessamento, tanto para as análises espaciais, quanto para a obtenção de dados sobre os municípios, fornece importantes ferramentas e metodologias para se analisar e tomar decisões com vista ao melhor uso dos recursos públicos. Portanto, é importante destacar que estes recursos devem ser aplicados com o máximo critério e conhecimento, observando-se todos os cuidados necessários para que a informação final apresentada seja empregada da melhor forma possível nos processos de tomada de decisão (SEABRA et al., 2015).

Entre os diversos problemas de ordem socioambiental que transpassam os ambientes de discussões políticas, administrativas e científicas, encontram-se as enchentes e as inundações, caracterizadas como eventos naturais que ocorrem com periodicidade nos cursos d'água, frequentemente deflagradas por chuvas fortes e rápidas ou por chuvas de longa duração (AMARAL, RIBEIRO, 2012). A ocorrência desses fenômenos é frequente, nas cidades brasileiras. Um exemplo da gravidade das enchentes e inundações pôde ser visto entre fevereiro e março de 2016, em Maricá, no estado do Rio de Janeiro, quando este município passou por problemas após chuvas intensas. A ocorrência deste evento resultou em cerca de 360 pessoas desabrigadas e três mil pessoas afetadas pela chuva (G1 RIO, 2016). A área mais afetada, nesse município, foi o condomínio residencial Carlos Marighella, do programa habitacional "Minha Casa, Minha Vida", que sofreu com inundações dos rios próximos e com o alagamento das ruas, com a elevação do nível d'água a quase um metro de altura.

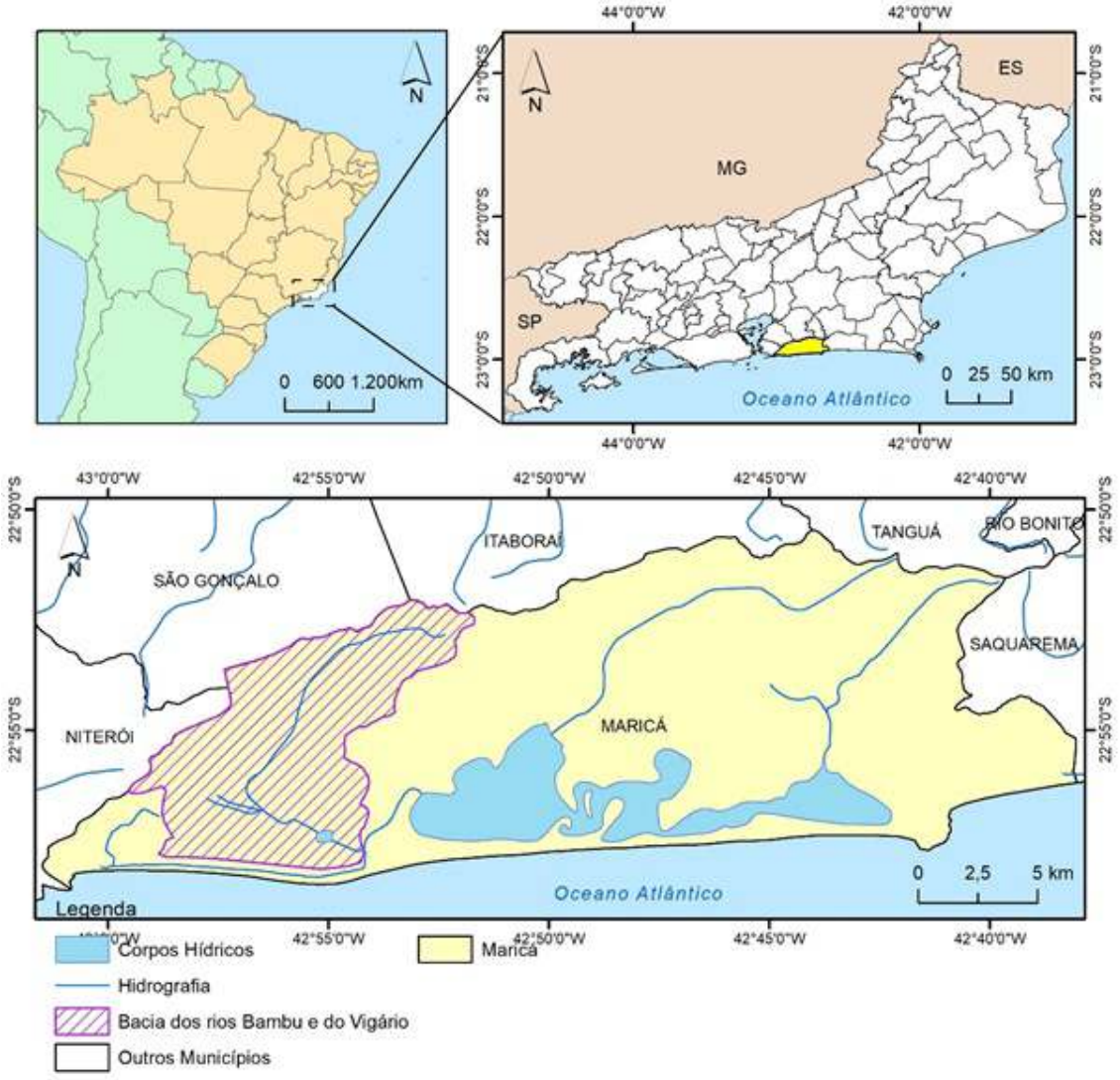
A proposta deste artigo é de realizar uma análise multitemática da bacia do Rio do Vigário, localizada integralmente no município de Maricá. Para tal investigação, pretendemos verificar as razões para as enchentes e inundações em diferentes áreas da bacia onde está inserido o condomínio residencial Carlos Marighella, a partir de diversas variáveis temáticas, sendo estas: a

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

declividade, a amplitude do relevo, os tipos de solos, o uso e a cobertura da terra e a proximidade de corpos hídricos. Além da análise individualizada de cada fator condicionante, será realizada uma investigação integrada a partir da análise multicriterial e modelagem do conhecimento, por metodologia de classificação baseada em objetos (GEOBIA).

O município de Maricá se localiza no setor leste da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro (Figura 1). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esse município possui uma população estimada de 146.549 habitantes, para o ano de 2015, e uma população de 127.461 habitantes, por contagem do censo de 2010. Entre os anos de 1991 e 2017, o município de Maricá vivenciou um crescimento populacional de aproximadamente 329%. Ainda segundo o IBGE (2010), esse município possui uma densidade populacional total de 351,55 habitantes/km².

Figura 1: Localização da área de estudos.



Fonte: *Autores, 2019.*

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Devemos ainda levar em consideração que o município de Maricá está inserido dentro do Litoral Leste do Estado do Rio de Janeiro (LLERJ), que está situado entre um dos polos mais importantes de extração de petróleo do Brasil, com grande parte de seus municípios recebendo, inclusive, uma expressiva quantia de recursos proveniente de *royalties*. Os campos de petróleo presentes nessa região estão contidos nas bacias de Campos e na bacia de Santos, e devemos ressaltar que o LLERJ abriga, em terra, boa parte da infraestrutura necessária para a exploração deste recurso (SEABRA, AUGUSTO, 2018).

Soma-se à sua localização estratégica o fato de que, nessa região, temos a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), que se configura numa unidade de refino de petroquímicos capaz de processar grandes volumes de petróleo provenientes da bacia de Campos. A construção desse complexo afeta, de maneira profunda, dos pontos de vista social, econômico e ambiental, toda a região do leste fluminense, catalisando problemas já existentes na área, como questões relacionadas à especulação imobiliária, e gerando novos problemas, tais como a construção de dutos para o despejo de rejeitos ou as tentativas de construção de terminais portuários em zonas de grande interesse geológico e ambiental.

Seabra (2006) relata mudanças significativas no uso e na cobertura da terra, entre os anos de 1985 e 2001, no município de Maricá. Entre estas mudanças, destaca-se a redução das áreas de brejo (áreas úmidas), das faixas de areia e da vegetação de restinga. Avançaram sobre essas áreas, principalmente, a ocupação urbana de intensidade rarefeita e a ocupação urbana de intensidade média. A redução da ocupação urbana de intensidade rarefeita se justifica por adensamentos urbanos verificados no estudo, ou seja, diversas áreas, anteriormente classificadas como ocupação urbana de intensidade rarefeita, se tornaram ocupação urbana de intensidade média (SEABRA, 2006).

Todos esses usos e coberturas da terra, marcados por significativas mudanças, nos últimos anos, estão ocorrendo em uma área caracterizada por uma interessante diversidade geomorfológica. Além de extensas planícies fluviais e de maciços costeiros, esta área é também marcada por um litoral extremamente dinâmico.

Segundo Muehe (1982), o litoral da área de estudos tem por característica a presença de planícies costeiras que apresentam tendência de aumento na direção leste, formando, no contato oceano-continente, extensos arcos de praia. Outro aspecto que marca a fisionomia da paisagem costeira da região estudada é o desenvolvimento dos cordões litorâneos (MUEHE, 1998), frequentemente ocorrendo em forma de duplos cordões, dispostos paralelamente entre si e separados por uma depressão estreita. Estes cordões imprimiram o aspecto retificado a todo o referido litoral, formando uma linha contínua, apenas interrompida pelos primórdios rochosos que separam as diversas baixadas costeiras.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Toda a complexidade de processos que ocorrem na bacia do Rio do Vigário, que abriga o condomínio residencial Carlos Marighella, torna importante a proposta deste trabalho, que está voltada para a utilização de recursos geotecnológicos na compreensão da organização e da evolução do espaço geográfico. Sendo assim, envolve desde as análises espaciais em sistemas de informação geográfica (SIG), passando pela utilização de modelos digitais de elevação (MDE) para a extração de variáveis morfométricas do terreno, indo até a utilização de produtos de sensoriamento remoto para a geração de mapeamentos temáticos.

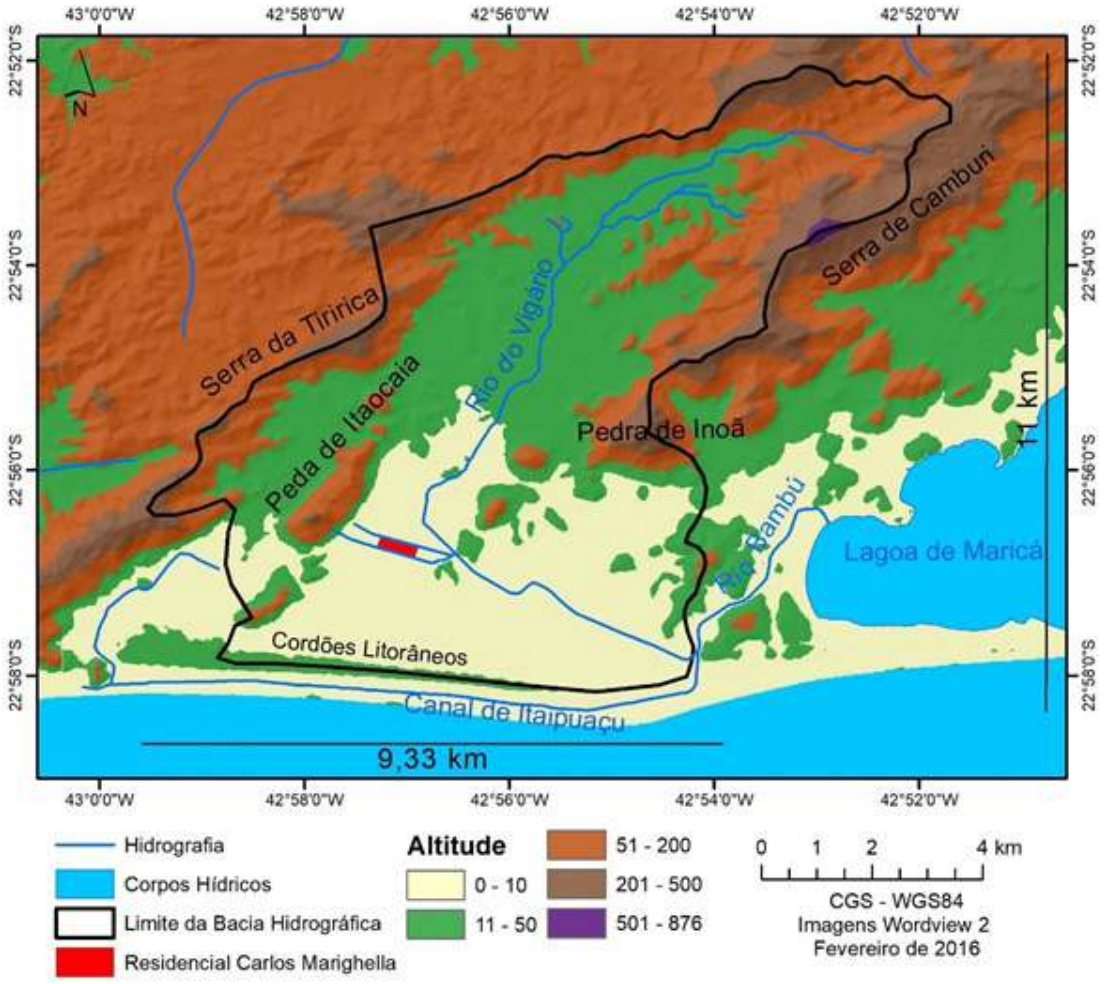
A bacia hidrográfica do Rio do Vigário

A bacia hidrográfica do Rio do Vigário está localizada inteiramente no distrito de Itaipuaçu, no município de Maricá, no estado do Rio de Janeiro. Esta bacia tem uma área de 74, 11 km², limitada, nas porções norte e oeste, pela serra da Tiririca e, a noroeste, por maciços litorâneos, onde estão a Pedra de Inoã e a serra de Camburi. Ao sul, essa bacia é limitada pelos cordões litorâneos descritos por Muehe (1998). Seu deságue ocorre no canal de Itaipuaçu, pouco antes de este desaguar na lagoa de Maricá, localizada na porção sudeste da bacia. Essa bacia possui sua maior extensão norte-sul de aproximadamente 11 km, enquanto sua maior extensão leste-oeste é de 9,33 km.

Essa região ainda abriga grandes fragmentos de mata atlântica preservados, sendo áreas de relevante interesse ambiental. Boa parte dessa cobertura de florestas é protegida pelo Parque Estadual da Serra da Tiririca, criado em 1991. No entanto, é na serra de Camburi que encontramos o ponto mais alto da bacia, com aproximadamente 592 metros de altitude (Figura 2).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Figura 2: Características da bacia do Rio do Vigário.



Fonte: *Autores, 2019.*

O condomínio residencial Carlos Marighella

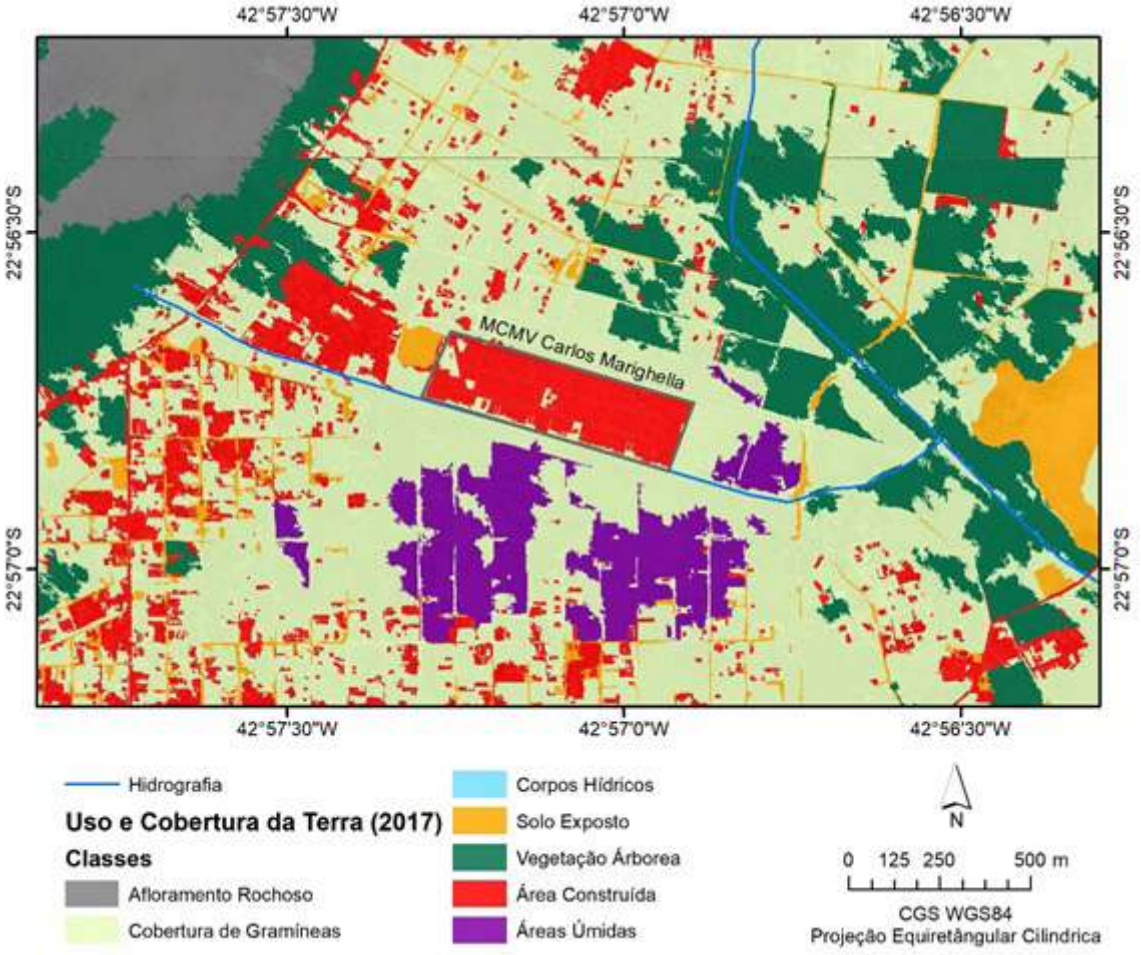
O condomínio residencial Carlos Marighella foi construído em meados de 2015, no distrito de Itaipuaçu, no município de Maricá, por meio do programa habitacional "Minha Casa, Minha Vida" (MCMV). Segundo o governo federal, no Portal Brasil (2015), esse projeto recebeu um investimento de R$ 195 milhões do governo federal e teve como objetivo a construção de 2.932 unidades habitacionais para beneficiar 12 mil pessoas com renda familiar de até R$ 1.600,00.

Segundo a Prefeitura de Maricá, essa construção foi distribuída num terreno de 126.000 m², divididos em oito blocos de apartamentos (Figura 3). Ainda segundo a prefeitura, o projeto inicial deveria contar com diversas obras de infraestrutura no seu entorno, que incluiriam o saneamento

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

básico e a pavimentação das vias, entre outras. Em diferentes visitas ao campo, pudemos perceber que estas obras não foram completamente concluídas.

Figura 3: Uso e cobertura da terra no entorno do condomínio residencial Carlos Marighella.



Fonte: *Autores, 2019.*

Uma questão importante a ser considerada é que o condomínio residencial Carlos Marighella, assim como vários outros empreendimentos do programa MCMV, buscou construir suas instalações em áreas com baixo valor da terra, na periferia do tecido urbano, para reduzir os custos de investimento. Isto resultou numa grave questão para esse condomínio, que acabou sendo instalado numa área com sérios problemas para a ocupação, sujeito a frequentes problemas relacionados às enchentes e inundações.

O terreno escolhido para a construção do MCMV, em Itaipuaçu, sofre constantemente com inundações devido a diversos fatores naturais e, até mesmo, antrópicos (Figura 4). Isto torna muito mais custosas as medidas de mitigação de problemas, que dificilmente serão totalmente

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

resolvidos sem a adoção de uma série de medidas a um custo muito elevado. Ou seja, se, por um lado, a escolha do terreno diminuiu os custos de instalação do empreendimento, por outro, criou um problema sério para um grande percentual de moradores, que, atualmente, demanda por ações que se configuram em grandes custos de intervenção.

Figura 4: Enchente em Maricá.



Fonte: *G1. Globo.com (02/03/2016).*

O uso de ferramentas de geoprocessamento no mapeamento de variáveis temáticas

A representação dos elementos e componentes da paisagem é um importante instrumento para a compreensão de aspectos relacionados à gênese e à dinâmica dos geossistemas, sendo interessantes ferramentas para investigações ambientais que tenham como objetivo os mais diferentes propósitos. No entanto, neste artigo, temos por objetivo ir muito além de apenas caracterizar e representar espacialmente esses fatores, mas também analisar a sua influência nos processos de enchentes e inundações na bacia do Rio do Vigário, em Maricá. Estas análises serão efetuadas

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

a partir da análise espacial desses fatores e da sobreposição de temas, por meio da cartografia temática e do Sistema de Informação Geográfica (SIG).

As variáveis utilizadas para explicar as razões para as enchentes e inundações que ocorrem na bacia do Rio do Vigário, onde está localizado o condomínio residencial Carlos Marighella, foram: a declividade, a amplitude do relevo, os tipos de solos, o uso e a cobertura da terra e a proximidade de corpos hídricos. Todas as características dos dados utilizados para representar estas variáveis podem ser observadas no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1: Variáveis, metodologia, fonte dos dados primários e escala dos dados utilizados para as análises multitemáticas na bacia do Rio do Vigário.

Variável	Metodologia de criação	Fonte do dado primário	Escala
Declividade	Extração por análise de superfície em SIG	MDE IBGE Projeto RJ-25	1:25.000
Amplitude do relevo	Reclassificação em SIG	MDE IBGE Projeto RJ-25	1:25.000
Tipo de solos	Vetorização	CPRM	1:400.000
Uso e cobertura da terra	Classificação visual	Imagens Worldview 2	Aprox. 1:10.000
Proximidade dos corpos hídricos	Análise de proximidade por área de influência (Buffer)	Hidrografia gerada por vetorização em Imagens Worldview 2	Aprox. 1:10.000

Para a geração das informações de declividade e amplitude do relevo (que, no caso da bacia em análise, pode ser tratada como a própria altitude, pois o seu nível de base de segunda ordem é muito próximo de zero metro), foi utilizado o modelo digital de elevação (MDE) disponibilizado pelo IBGE para todo o estado do Rio de Janeiro, em escala de 1:25.000. Esses dados foram, então, incorporados a um projeto SIG, por meio do qual foram extraídas a declividade e a amplitude do relevo.

Declividade é a relação entre a diferença de altura entre dois pontos e a distância horizontal entre estes pontos. Portanto, pode-se afirmar que a declividade é o grau de inclinação de um terreno em relação à linha do horizonte, podendo ser expressa também em percentagem, medida pela tangente do ângulo de inclinação multiplicada por 100. Este tema permite inferir sobre as formas da paisagem, a erosão, as potencialidades de uso agrícola, as restrições para a ocupação, os manejos e as práticas conservacionistas e ainda contribuir na delimitação de áreas de proteção permanente (VALERIANO, 2008).

A declividade é fundamental para se definir as áreas que terão ou não possibilidade de acumular água. Quanto maior a declividade, maior a possibilidade de escoamento das águas superficiais, enquanto uma menor declividade indica a possibilidade de acúmulo de água na superfície. A amplitude

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

do relevo também tem a mesma relação, no entanto, a amplitude, sozinha, não pode determinar a ocorrência ou não de enchentes e inundações, pois áreas elevadas, se situadas em superfícies planas, podem ter um potencial para inundações e enchentes tão alto quanto áreas de baixadas.

Para este trabalho, também incorporamos o mapa pedológico, a partir da vetorização dos dados do *Estudo de Solos do Estado do Rio de Janeiro*, vinculado ao Programa de Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil, Geologia do Estado do Rio de Janeiro (CPRM, 2001). O mapa original contém os critérios utilizados para a distinção e a classificação dos solos e as descrições das principais características das classes dominantes no estado, com referências aos ambientes em que ocorrem de forma mais expressiva. O mapeamento original fez uso de observações de campo, fotografias aéreas 1:60.000, imagens orbitais e uma base planialtimétrica na escala de 1:50.000. Produziu-se, assim, um mapa de solos em escala de 1:250.000, apresentado no *Estudo de Solos do Estado do Rio de Janeiro*, em escala de 1:500.000. A vetorização deste mapa foi ajustada ao MDE RJ-25 e às imagens do satélite Worldview 2, para evitar inconsistências no momento de integração de todas as variáveis.

A caracterização dos solos é importante para a definição da maior e da menor susceptibilidade a enchentes e inundações, já que é um aspecto que nos informa onde a água proveniente das chuvas terá maior ou menor possibilidade de infiltração. Solos mais argilosos e compactados terão menor capacidade de infiltração, enquanto solos mais arenosos permitem a infiltração da água com mais facilidade.

O mapa de uso e cobertura da terra foi elaborado a partir da classificação visual de objetos gerados pela segmentação de uma imagem Worldview 2. As imagens Worldview 2 possuem dois metros de resolução espacial nas bandas do visível e 11 *bits* de resolução radiométrica. A segmentação dessa cena foi realizada no *software* Definiens, fazendo-se uso apenas das faixas do canal do visível, que foram cedidas pelo Laboratório de Espaço de Sensoriamento Remoto, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Posteriormente, esses objetos foram classificados visualmente sobre a própria imagem.

O uso e a cobertura da terra revelam as áreas onde há a impermeabilização do solo, o que é um fator importante para a ocorrência de enchentes e inundações. Por outro lado, nas áreas onde há a presença de coberturas vegetais, a capacidade de infiltração aumenta e, consequentemente, o risco de ocorrências de enchentes e inundações diminui.

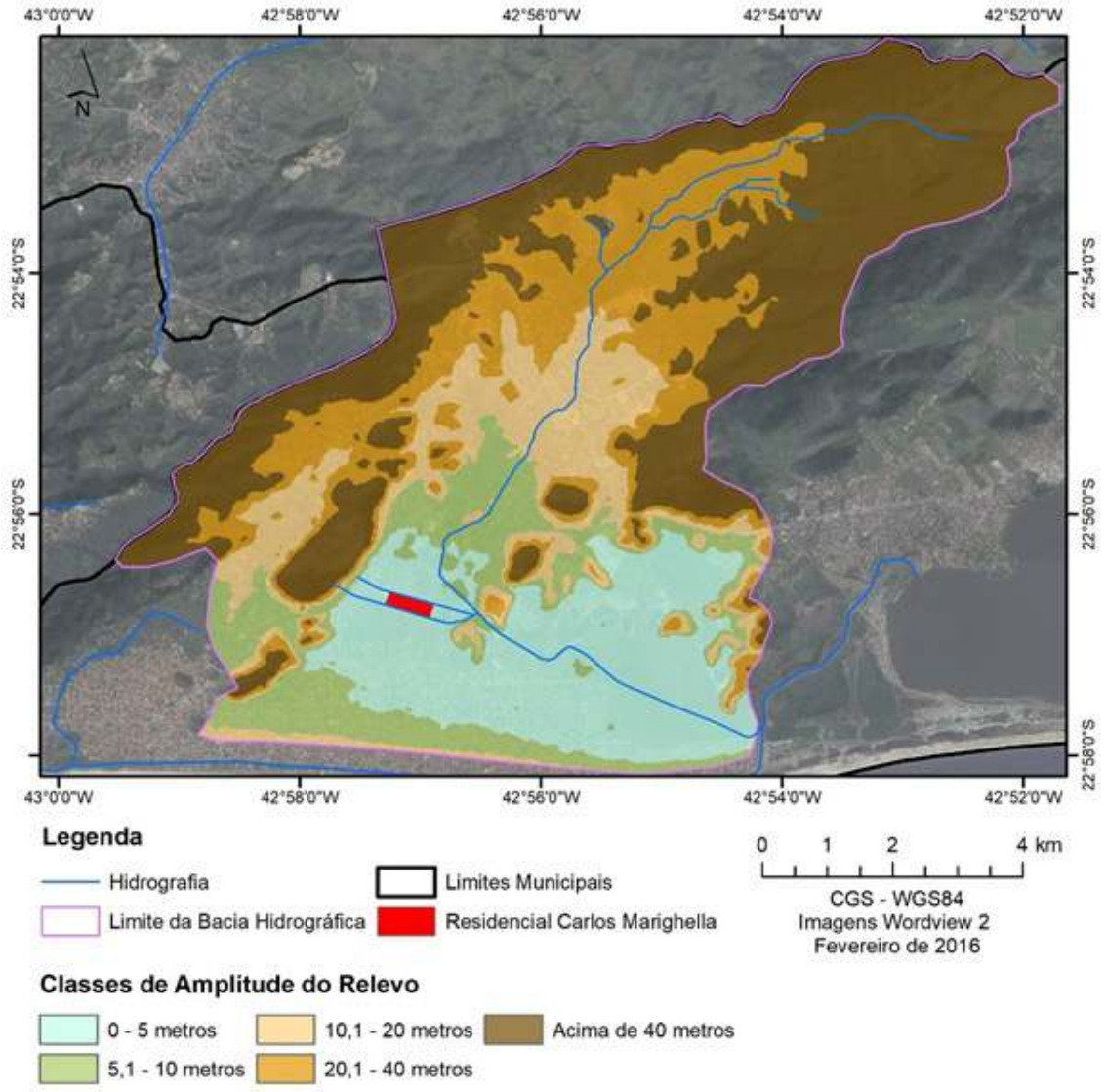
As mesmas imagens Worldview 2 foram utilizadas na geração da hidrografia na bacia do Rio do Vigário. Após a vetorização, em ambiente SIG, a hidrografia passou por análise de proximidade por área de influência, conhecida como Buffer. As áreas de influência foram geradas para 10, 30, 100 e 300 metros de distância dos corpos hídricos, considerando-se que, quanto mais próximo destes, maior a susceptibilidade a inundações por extravasamento dos próprios canais.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Análise das áreas susceptíveis à inundação a partir das variáveis temáticas

A bacia do rio do Vigário possui valores de altitude que variam de zero a 592 metros, distribuídos em compartimentos que vão desde planícies costeiras até escarpas de maciços costeiros. Por meio do processamento do MDE RJ-25, foi diagnosticado que 64% da área dessa bacia se encontram em zonas de altitudes inferiores a 50 metros. No entanto, o que mais chama a atenção são as áreas em que a altitude não ultrapassa os cinco metros, que correspondem a 19% da área total da bacia. Isto porque esta área está confinada entre as planícies fluviais presentes à montante do Rio do Vigário e os cordões arenosos presentes ao sul da bacia (Figuras 2 e 5).

Figura 5: Mapa das classes de altitude.



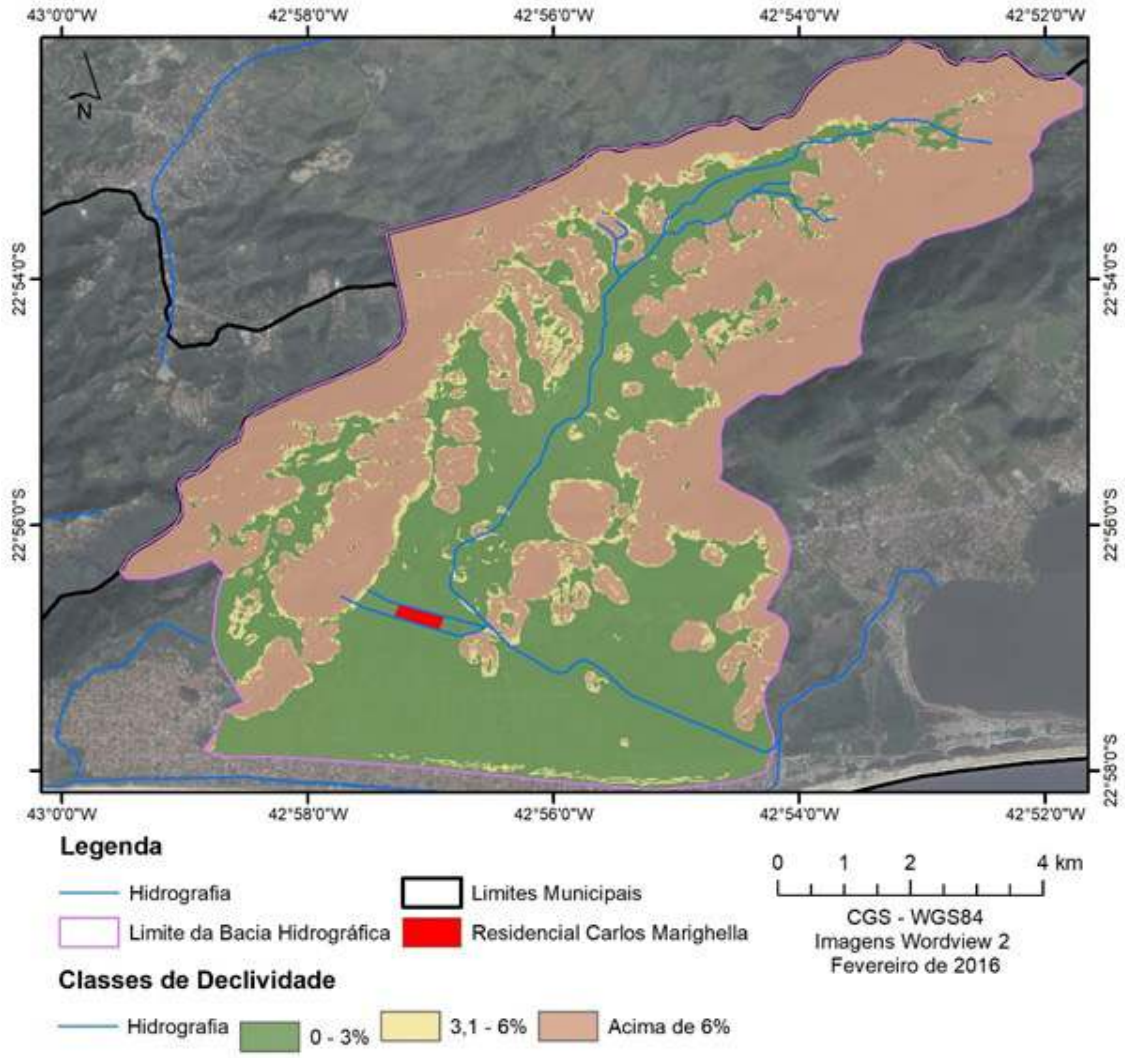
Fonte: *Autores, 2019.*

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Esse aspecto torna mais difícil o escoamento das águas provenientes da chuva, e, sem dúvida, se torna um agravante para as enchentes e inundações no condomínio residencial Carlos Marighella, que está inserido integralmente na área da bacia.

Observando a fragilidade do empreendimento sobre o aspecto da declividade, vemos que este se encontra numa área praticamente plana, com inclinações inferiores a 3%. Esta área plana ou suavemente ondulada se estende desde a nascente até a foz do Rio do Vigário, sendo interrompida somente pelos maciços costeiros e outras pequenas formações que dão contornos aos divisores da bacia (Figura 6).

Figura 6: Mapa das classes de declividade.



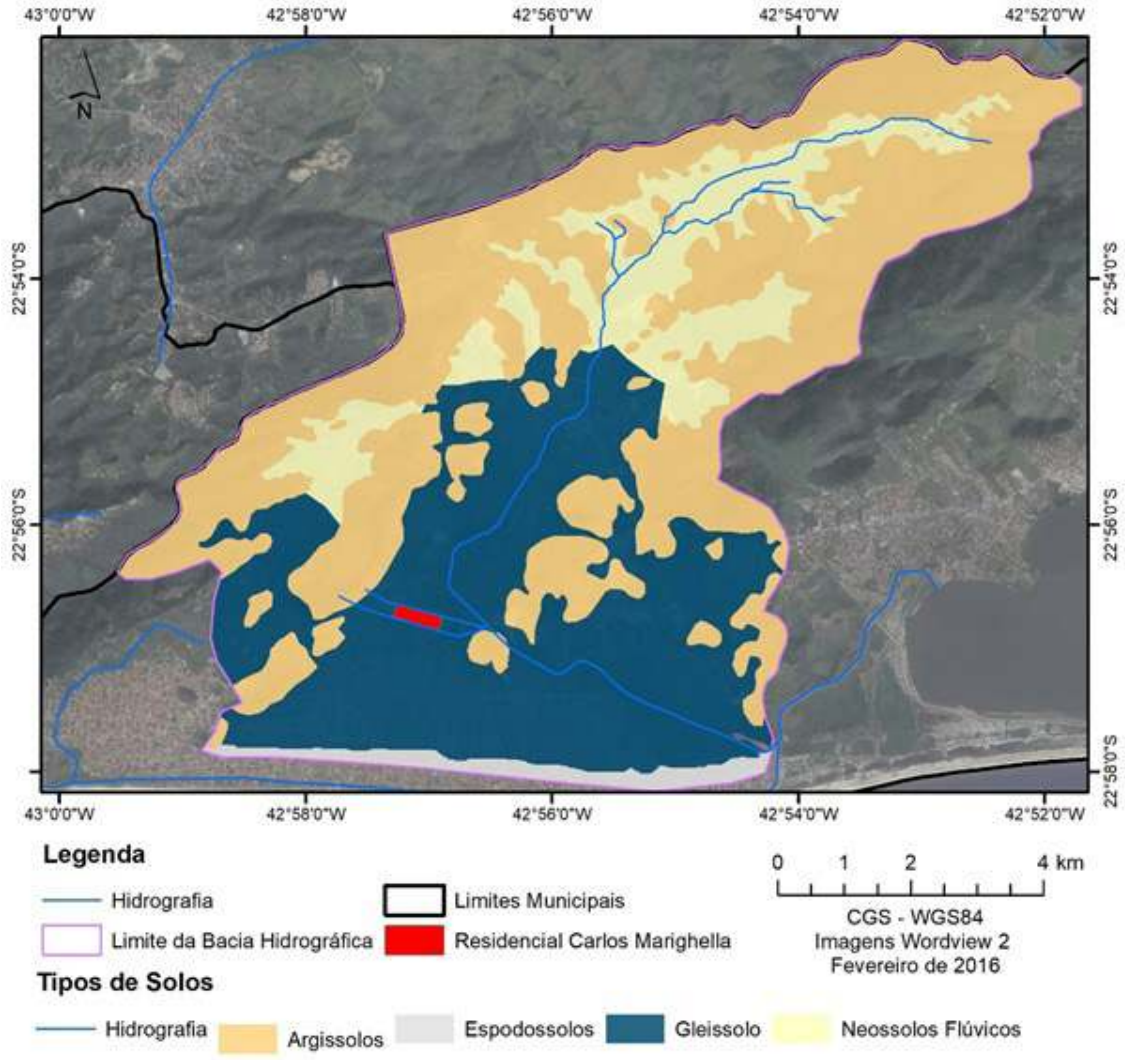
Fonte: *Autores, 2019.*

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Sem dúvida alguma, a inserção do condomínio residencial Carlos Marighella nessa vasta área plana ou de suaves ondulações também se configura como um relevante indicador para a ocorrência de enchentes e inundações em suas instalações.

Outra questão importante é a tipologia de solos em toda a área de entorno do condomínio residencial Carlos Marighella, caracterizada por gleissolos (Figura 7). Este tipo de solo se encontra permanente ou periodicamente saturado por água, salvo se artificialmente drenado. A água permanece estagnada internamente ou a saturação é por fluxo lateral no solo. Seu processo de formação é chamado de gleização, em decorrência do regime de umidade redutor, virtualmente livre de oxigênio dissolvido, em razão da saturação por água durante todo o ano ou, pelo menos, por um longo período, associado à demanda de oxigênio pela atividade biológica (EMBRAPA, 2013).

Figura 7: Mapa de tipos de solos.



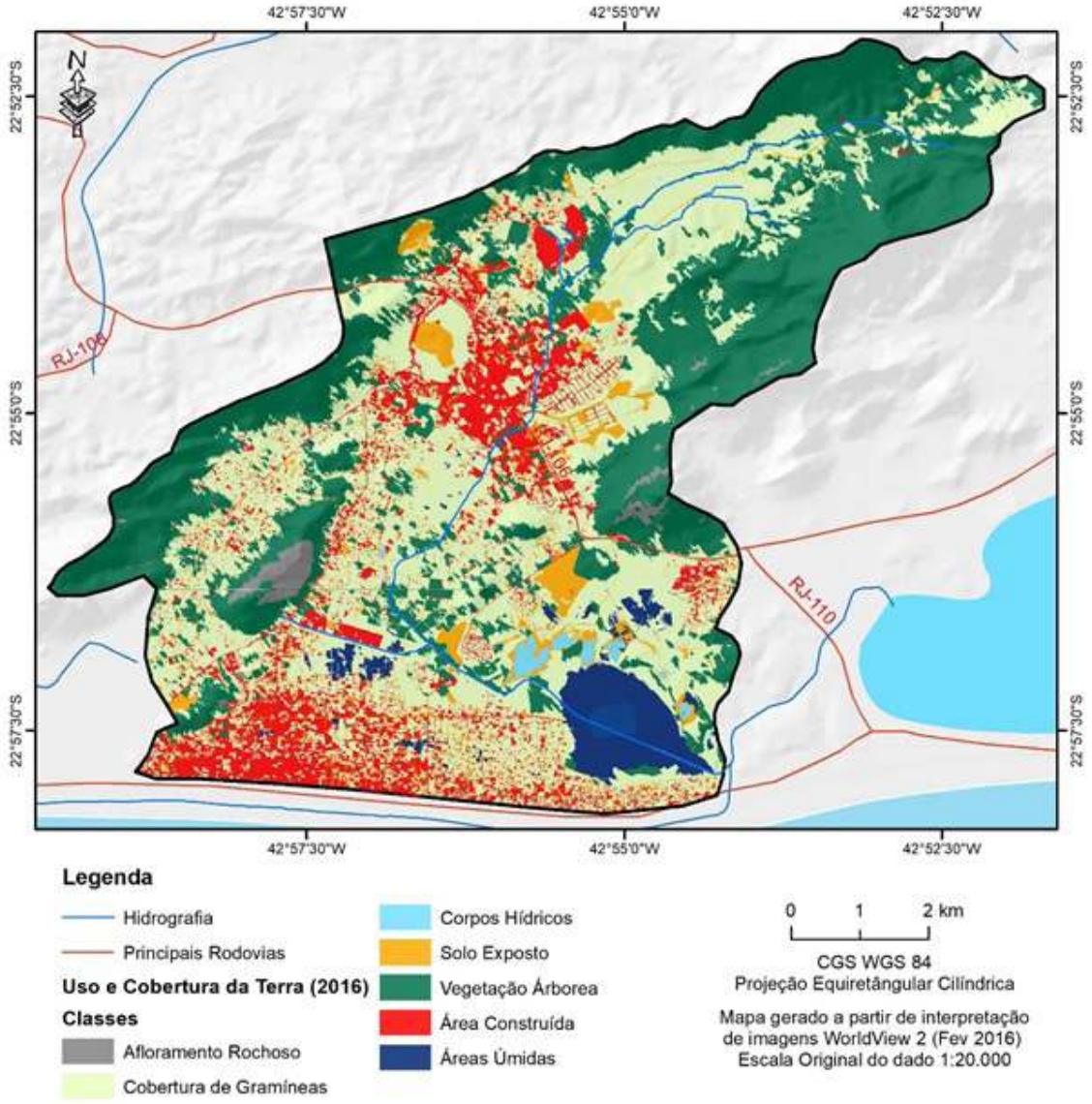
Fonte: *Autores, 2019.*

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

A tipologia de solos da região onde está instalado o condomínio residencial Carlos Marighella dificulta a infiltração e a drenagem das águas provenientes da chuva, além de se caracterizar pela proximidade do lençol d'água com a superfície do terreno, aumentando ainda mais os problemas relacionados com as enchentes e inundações.

Em se tratando do uso e da cobertura da terra, a área de entorno do condomínio residencial Carlos Marighella é caracterizada por um predomínio de cobertura de gramíneas, sendo majoritariamente de lotes de terrenos vazios em especulação ou em negociação. Nas áreas mais próximas à estrada de acesso ao centro e às praias de Itaipuaçu, temos uma maior presença de construções, sendo estas majoritariamente de residências e pequenos comércios (Figura 8).

Figura 8: Mapa de uso e cobertura do solo.



Fonte: *Autores, 2019.*

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Podemos, então, afirmar que essa área possui usos e coberturas que contribuem para o processo de impermeabilização do solo, o que dificulta a saída de água do sistema e, com isso, contribui ainda mais para a ocorrência de enchentes e inundações.

Estudos e levantamentos hidrogeológicos realizados por Seabra et al. (2009), no município de Maricá, apontam que, nas baixadas alagadiças areno-argilosas que compõem os charcos no distrito de Itaipuaçu, o nível d'água dos aquíferos é geralmente próximo à superfície, com profundidades de alguns centímetros até uns poucos metros. Já nos cordões arenosos, a profundidade do nível d'água, nas faixas centrais, é mais elevada, tornando-se bem mais rasa à medida que se aproxima do oceano e, principalmente, nas lagunas, onde chega a atingir um metro. O nível estático e a profundidade dos poços foram medidos a partir do monitoramento de 20 poços, entre os anos de 2000 e 2009, com o auxílio do medidor de nível da marca JACIRI®, com cabo de 200 m de comprimento e marcadores de leitura de metro em metro.

Por fim, o último aspecto analisado é a proximidade a rios ou canais de drenagem. Sobre este tema, podemos observar, a partir do mapa de proximidade de corpos hídricos, que toda a área do condomínio residencial Carlos Marighella está inserida a, pelo menos, 100 metros de dois cursos d'água, contribuintes do Rio do Vigário. Este aspecto agrava ainda mais todos os problemas relacionados às enchentes e inundações nesta região (Figura 9).

A tentativa de manter esses canais livres de lixo e de outros sedimentos parece ser a única ação mitigadora da prefeitura para a minimização dos efeitos das chuvas no entorno do condomínio, o que, certamente, não impedirá a ocorrência de novos eventos de cheia nesta área.

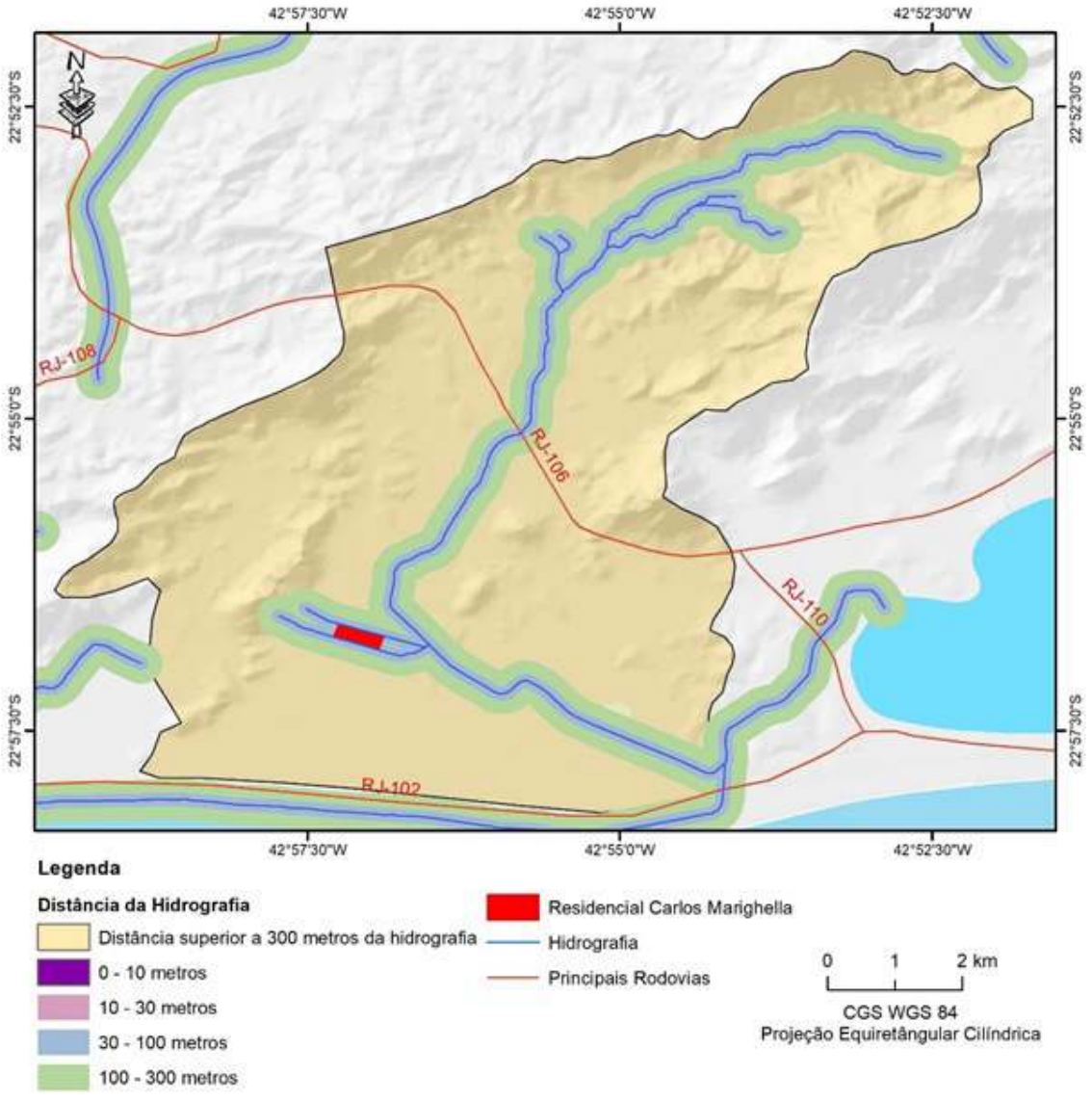
Análise das áreas susceptíveis à inundação por modelagem do conhecimento

A classificação da susceptibilidade à inundação na bacia do Rio do Vigário se deu a partir de uma classificação hierárquica e de modelagem do conhecimento, que são etapas metodológicas de classificações baseadas em objetos. Segundo Blaschke (2010), estas metodologias são empregadas largamente em diferentes áreas do conhecimento, tais como a ciência da computação e as áreas biomédicas. Nas geociências, a classificação baseada em objetos (OBIA) enfatiza ainda mais a importância do componente espacial, em que os objetos passam a ser considerados "geo-objetos". Sendo assim, a classificação passa a ser baseada nos geo-objetos (GEOBIA), se torna uma subdisciplina da geoinformação e passa a ser empregada pelas áreas do conhecimento que estudam a razão da distribuição de objetos na superfície terrestre (BLASCHKE, 2010).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

A classificação hierárquica e a modelagem do conhecimento foram operacionalizadas com utilização do s*oftware* Definiens, que é muito aplicado para a classificação GEOBIA de sensoriamento remoto. A classificação hierárquica ocorre a partir da segmentação da área segundo os dados temáticos inseridos no processo de classificação, sendo a segmentação a etapa que consiste na divisão da área de análise em polígonos que representam recortes espaciais com similaridades entre os temas considerados no processo, ou seja, grosso modo, significa dizer que a segmentação cria polígonos homogêneos do ponto de vista temático.

Figura 9: Mapa de proximidade de corpos hídricos.



Fonte: *Autores, 2019.*

Para a segmentação aplicada na análise das inundações na bacia do Rio do Vigário, foram utilizados os dados de altitude, declividade, tipo de solos, uso e cobertura da terra e proximidade com as linhas de drenagem. Como todos estes temas tiveram o mesmo peso no processo de segmentação (escala igual a 1, forma 0,1 e compacidade 0,5), podemos dizer que os geo-objetos gerados no processo eram internamente semelhantes para todos os seus aspectos temáticos (altitude, declividade, tipo de solos, uso e cobertura da terra e proximidade com as linhas de drenagem) e diferentes em pelo menos um deles, se comparado a um polígono vizinho.

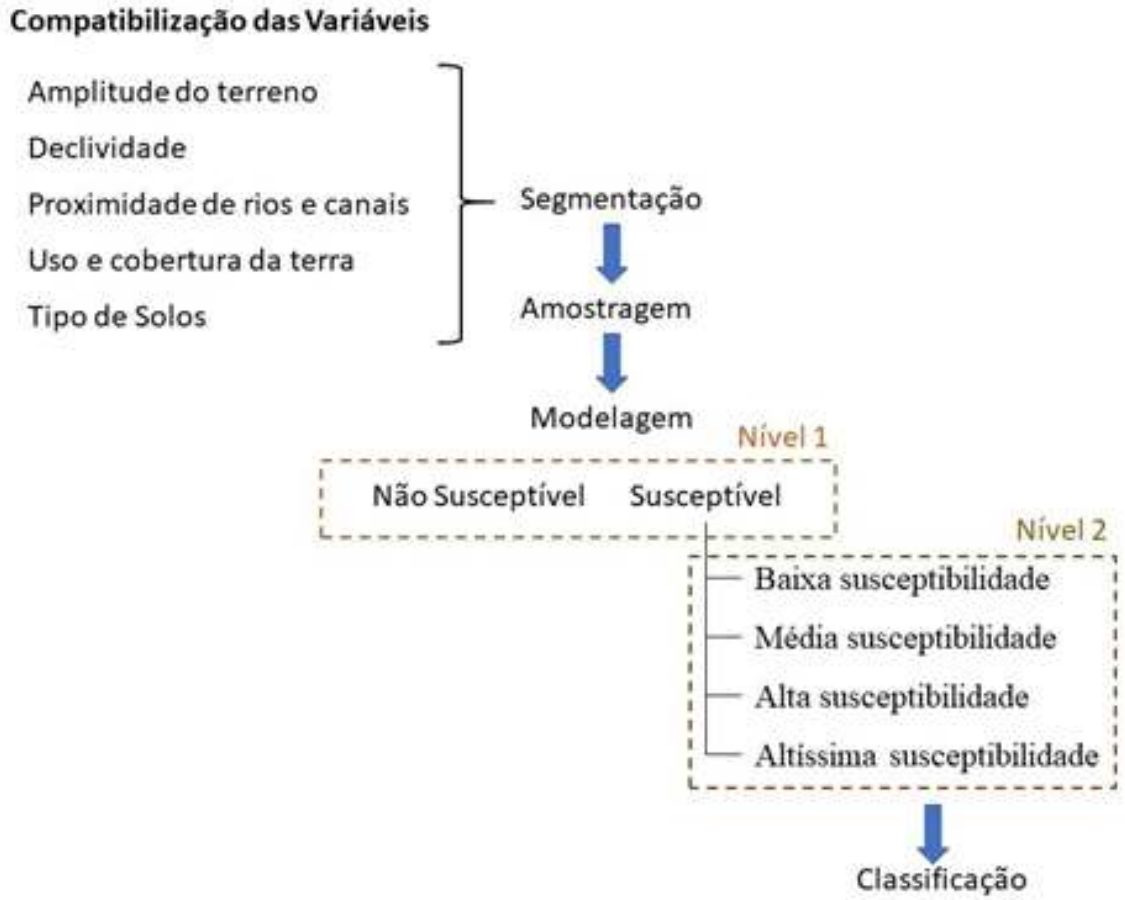
Para a classificação, a partir do conhecimento da área de estudos e trabalhos de campo, foram definidas cinco classes temáticas para o mapeamento da susceptibilidade a inundações e enchentes da bacia do Rio do Vigário, sendo elas:

- Áreas não susceptíveis: representam as áreas em que, em nenhuma circunstância, haverá a ocorrência de inundações ou enchentes.
- Áreas de baixa susceptibilidade: são as áreas que dificilmente experimentarão inundações ou enchentes, estando, de alguma forma, protegidas destes eventos.
- Áreas de média susceptibilidade: áreas que apresentam relevante susceptibilidade a inundações ou enchentes, principalmente, nos eventos de maior magnitude.
- Áreas de alta susceptibilidade : áreas com recorrentes registros de enchentes ou inundações, até mesmo nos eventos de menor magnitude. Em ocasiões de chuvas intensas, estas áreas apresentam sérios problemas para escoar a água acumulada.
- Áreas de altíssima susceptibilidade: áreas com recorrentes registros de enchentes e inundações, até mesmo nos eventos de menor magnitude. A proximidade do Rio do Vigário, já em seu baixo curso, a uma área muito plana, de baixa altitude e com solo muito argiloso, torna esta área muito crítica para qualquer tipo de ocupação.

Para o mapeamento final e a classificação de cada um desses níveis de susceptibilidade, foram escolhidos e analisados pelo menos cinco pontos amostrais para cada classe. A partir da leitura e da interpretação das variáveis temáticas presentes em cada um destes pontos amostrais, reconhecidas por meio de trabalhos de campo e conhecimento da área, foi criada a chave hierárquica de classificação, organizada em dois níveis (Figura 10).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 10: Modelo de classificação da susceptibilidade a inundações e enchentes.



Fonte: *Autores, 2019.*

No primeiro nível de classificação, foram separadas as áreas consideradas não susceptíveis a enchentes e inundações das áreas susceptíveis. Foram consideradas como não susceptíveis as áreas que possuíam declividades acima de 6% que estivessem acima de 40 metros de amplitude. Estas áreas correspondiam diretamente às escarpas dos maciços costeiros, como as das serras da Tiririca e de Camburi e de outras formações rochosas ali presentes, tal como a pedra de Itaocaia. Portanto, as áreas que não reuniam essas duas condições foram consideradas susceptíveis a enchentes e inundações.

No segundo momento, foram definidas as classes de susceptibilidade para as áreas consideradas susceptíveis. As áreas de altíssima susceptibilidade foram aquelas que se encontravam próximas em até 300 metros de rios e canais, com altitudes inferiores a cinco metros, declividades inferiores a 3% e cobertura de gleissolos. Todas as áreas úmidas que foram classificadas no mapa de uso e cobertura da terra, independentemente das demais características temáticas, também foram incluídas nessa classe.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Já as áreas de alta susceptibilidade foram as que possuíam declividades inferiores a 6%, com altitudes inferiores a dez metros, com solos do tipo argissolos ou gleissolos e cobertura de gramíneas ou áreas construídas.

Todas as áreas com amplitudes do terreno inferiores a 20 metros e declividades abaixo de 6%, que não foram classificadas como de altíssima susceptibilidade ou de alta susceptibilidade, foram, então, classificadas como de média susceptibilidade. Por fim, as áreas com amplitudes do terreno superiores a 20 metros e com declividades acima de 6% foram consideradas áreas de baixa susceptibilidade a enchentes e inundações (Quadro 2).

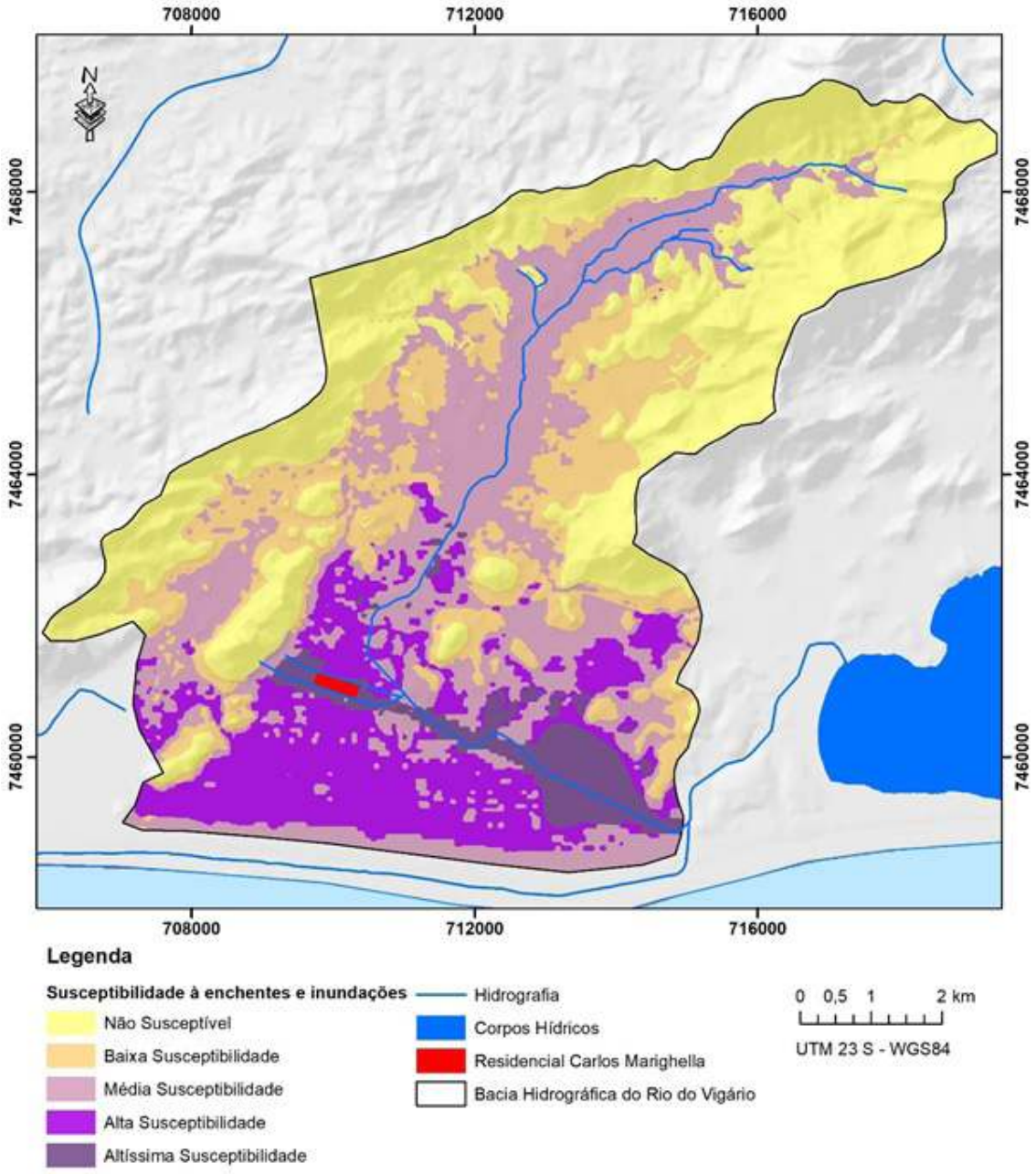
Quadro 2: Descritores e classes de susceptibilidade.

Descritores	Classes de susceptibilidade				
	Não susceptível	Baixa susceptibilidade	Média susceptibilidade	Alta susceptibilidade	Altíssima susceptibilidade
Amplitude	> 40 m	> 20m	< 20 m	< 10 m	< 5m
Declividade	> 6%	> 6%	< 6%	< 6%	< 3%
Corpos hídricos	-	-	-	-	próximos até 300m
Solos	-	-	-	argissolos ou gleissolos	gleissolos
Uso e cobertura da terra	-	-	-	gramíneas ou áreas construídas	áreas úmidas

O resultado do mapeamento final gerado pela classificação GEOBIA das variáveis temáticas descreve a área onde, atualmente, se localiza o condomínio residencial Carlos Marighella como uma das que apresentam maior susceptibilidade a enchentes e inundações na bacia do Rio do Vigário, o que não é surpresa, já que todas as variáveis isoladamente apontavam esta área como uma das mais susceptíveis. É importante ainda observar que toda a área de entorno desse empreendimento apresenta níveis de alta susceptibilidade, o que torna ainda mais difíceis as ações de mitigação desse problema (Figura 11).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Figura 11: Mapa de susceptibilidade a enchentes e inundações na bacia do Rio do Vigário.



Fonte: *Autores, 2019.*

Os resultados encontrados corroboram com os eventos ocorridos em março de 2016, quando uma enchente fez a Prefeitura de Maricá decretar estado de calamidade neste município, e, segundo a imprensa (*G1 RIO*, 2016), mais de 3.000 pessoas ficaram desabrigadas. Estes resultados também retratam os relatos de vários moradores do entorno do condomínio residencial Carlos Marighella, que apontam problemas constantes de inundações e enchentes em diferentes eventos de chuva.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Também podemos observar que os cordões litorâneos descritos por Muehe (1998) impedem que a água proveniente das chuvas drene para outro condutor que não seja o Rio do Vigário. Estes cordões podem ser vistos, no mapa de solos (Figura 5), como os espodossolos localizados ao sul da bacia, com altitudes superiores a cinco metros (Figura 3). Se somarmos a isto o fato de as áreas serem cobertas por gleissolos, que possuem péssima capacidade de infiltração, tem-se uma área de grande risco de enchentes e inundações e também com péssima capacidade de drenagem, o que pode agravar as perdas ocasionadas por esses eventos.

O crescimento da ocupação urbana nessa região pode agravar ainda mais as condições de susceptibilidade a enchentes e inundações na bacia do Rio do Vigário, uma vez que pode aumentar os níveis de impermeabilização do solo, dificultando a infiltração e, com isso, aumentando a velocidade e a quantidade das águas drenadas diretamente para os rios e canais da área. Eventos desta natureza podem se tornar mais intensos e frequentes, se o processo de ocupação não for acompanhado de medidas mitigadoras.

Os resultados apontam que a escolha da área de construção do condomínio residencial Carlos Marighella foi incorreta, e que eventos de chuvas intensas e/ou constantes poderão gerar, no futuro, novas perdas econômicas e materiais para a população que ali reside. Devemos, ainda, chamar a atenção para o risco de contágio de doenças e até mesmo de perdas de vidas humanas que esses eventos podem causar para os moradores dessa região.

Considerações finais

As análises geradas a partir das variáveis temáticas, individualmente, mostram que a ocorrência de enchentes e inundações, no condomínio residencial Carlos Marighella, não tem uma única causa, mas, sim, um conjunto de circunstâncias que apontam para esta área como sendo uma das piores, em toda a bacia do Rio do Vigário, para a instalação de um condomínio residencial de tal porte. Todas as variáveis analisadas neste trabalho, a partir de mapas temáticos, mostram que o entorno desse condomínio apresenta não só grande potencial de alagamento do seu terreno em eventos de enchentes e inundações, como também muita dificuldade de escoamento de água depois da ocorrência destes eventos.

A aplicação da classificação GEOBIA como uma proposta metodológica para a representação da susceptibilidade a enchentes e inundações na bacia do Rio do Vigário teve resultados muito condizentes com o que se observa nesta localidade, sendo, portanto, uma boa alternativa a ser considerada no mapeamento dos mesmos problemas em outras localidades. A utilização de dados em melhor escala e em escala mais uniforme para todas as variáveis poderia trazer resultados ainda mais precisos. No entanto, essa região carece de levantamentos mais detalhados, o que se torna um fator limitante para a resolução desse problema.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

A modelagem do conhecimento não só gerou resultados interessantes quanto à susceptibilidade a enchentes e inundações na bacia do rio do Vigário, como também resultou numa chave de classificação destes processos que é uma excelente oportunidade de discussão do papel de cada variável na determinação dos níveis de susceptibilidade considerados. Independente das escolhas que foram feitas, a área do entorno do condomínio residencial Carlos Marighella apresenta grande susceptibilidade a enchentes e inundações.

Este trabalho evidencia, ainda, que a ação do poder público deve ir muito além de somente dragar os rios e canais no entorno do condomínio residencial Carlos Marighella, mas também incluir ações que vão desde regular as ocupações do entorno, promover ações capazes de alertar melhor os residentes quando se formar uma situação de risco de desastre e até mesmo criar alternativas para o escoamento da água das chuvas em situações extremas.

Referências bibliográficas

1. AMARAL, R.; RIBEIRO, R. R. **Inundação e enchentes**. In: *Desastres naturais: conhecer para prevenir*. TOMINAGA, L. K.; SANTORO, J.; AMARAL, R. (orgs.). Instituto Geológico/Secretaria do Meio Ambiente/Governo do Estado de São Paulo, 2012.
2. BLASCHKE, T. **Object based image analysis for remote sensing**. In: *ISPRS*. Journal of Photogrammetry and Remote Sensing. Austria, n. 65 (2010), 2-16.
3. CPRM – Serviço Geológico do Brasil. Programa de Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil. **Geologia do Estado do Rio de Janeiro**. SILVA, L. C.; CUNHA, H. C. S. (orgs.). Brasília, 2001.
4. DEFINIENS. **The principles of definiens cognition network technology**. Disponível em: http://earth.definiens.com/learn/technology. Acesso em 15/01/2010.
5. SANTOS, H. G.; ZARONI, M. J. **Solos tropicais.** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Rio de Janeiro, 2013.
6. G1 RIO. **Imagens aéreas mostram alagamento em condomínio de Itaipuaçu, no RJ.** *Globo.com*, Região dos Lagos – Inter TV. Acessado em 20/03/2019. Disponível em: http://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2016/03/imagens-aereas-mostram-alagamento-em-condominio-de-itaipuacu-no-rj.html. 2 de março de 2016.
7. PORTAL BRASIL. Governo do Brasil. **Dilma inaugura mais 2,9 mil unidades habitacionais em Maricá (RJ).** Publicado em 31/07/2015, última modificação: 23/12/2017. Acessado em 20/03/2019. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/noticias/infraestrutura/2015/07/dilma-inaugura-mais-2-9-mil-unidades-do-minha-casa-minha-vida-em-marica-rj. 2015.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

8. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE cidades**. Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 01/07/2016.

9. MUEHE, D. **Distribuição e caracterização dos sedimentos arenosos da plataforma continental interna entre Niterói e Ponta Negra, RJ**. In: *Revista Brasileira de Geociências*, 19(1):25-36, 1982.

10. _____. **O litoral brasileiro e sua compartimentação**. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (orgs.). *Geomorfologia do Brasil*. Capítulo 7. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1998.

11. SEABRA, V. S. **Dinâmica do uso e cobertura do solo na planície costeira de Maricá (1985-2001)**. NADC/UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

12. _____.; AUGUSTO, R. C. **O litoral leste do estado do Rio de Janeiro**. In: AUGUSTO, Rafael C.; SEABRA, Vinicius (orgs.). *Dinâmicas ambientais e geoprocessamento no litoral leste do estado do Rio de Janeiro*. 1ª ed., Rio de Janeiro. Autografia, 2018.

13. _____.; CAMPOS, A. O.; MODESTO, N. S. D.; SIQUEIRA NETO, D.; CORREIA, M. R.; COSTA, E. C. P.; SANTOS, A. A. B. **Análise da distribuição da população por diferentes unidades de representação:** um estudo de caso para o município de Niterói-RJ. In: *Revista Espaço e Geografia* (UnB), v. 18, p. 89-120, 2015.

14. _____.; SILVA, G. C.; CRUZ, C. B. M. **The use of geoprocessing to assess vulnerability on the east coast aquifers of Rio de Janeiro State, Brazil.** In: *Environmental Geology* (Berlin), v. 57, p. 665-674, 2009.

15. TOMINAGA, L. K. **Desastres naturais:** por que ocorrem? In: *Desastres naturais: conhecer para prevenir*. TOMINAGA, L. K.; SANTORO, J.; AMARAL, R. (orgs.). Instituto Geológico/Secretaria do Meio Ambiente/Governo do Estado de São Paulo, 2012.

16. VALERIANO, M. M. **TOPODATA.** Guia de utilização de dados geomorfométricos locais. São José dos Campos. INPE. Disponível em http://www.dsr.inpe.br/topodata/. 2008.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

DOI 105418/RA2019.1526.0006

TRANSFORMAÇÕES GEOMORFOLÓGICAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO DOS BURROS (JUIZ DE FORA/MG)

GEOMORPHOLOGICAL TRANSFORMATIONS IN THE RIBEIRÃO DOS BURROS WATERSHED (JUIZ DE FORA/MG, BRAZIL)

LES TRANSFORMATIONS GEOMORPHOLOGIQUES DANS LE BASSIN HYDROGRAPHIQUE RIBEIRÃO DOS BURROS (JUIZ DE FORA/MG, BRÉSIL)

Carolina Campos Eduardo
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: carolcampos13@gmail.com

Telma Mendes da Silva
Professora associada II da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: telmendes@globo.com

Miguel Fernandes Felippe
Professor adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: mffelippe@gmail.com

Resumo

Este artigo aborda as principais mudanças antropogênicas causadas, entre os anos de 1983 e 2007, na bacia hidrográfica do Ribeirão dos Burros, que abrange parte do município de Juiz de Fora, em Minas Gerais. Este estudo está pautado na interpretação do processo de ocupação da terra nessa bacia hidrográfica, que tem a presença de um manancial de água importante para o município. Para tanto, foi efetuado um tratamento teórico da antropogeomorfologia pelo viés da cartografia retrospectiva/evolutiva, fazendo-se uma analogia entre morfologia original e antropogênica, baseada em técnicas de fotointerpretação. Associada ao estudo da cartografia evolutiva, a classificação para terrenos tecnogênicos foi abordada e aplicada de acordo com a literatura brasileira. Como resultados desta pesquisa, foram observados o avanço da ocupação residencial nas margens desse manancial, o descumprimento da legislação ambiental no que tange às áreas de preservação permanentes e a proliferação de feições antropogênicas na bacia hidrográfica do Ribeirão dos Burros.

Palavras-chave: cartografia retrospectiva, tecnógeno, antropogeomorfologia, Ribeirão dos Burros, Juiz de Fora/MG.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Abstract

This article approaches the main anthropogenic changes occurred, between 1983 and 2007, in the Ribeirão dos Burros watershed, which covers part of the city of Juiz de Fora, in Minas Gerais state (Brazil). This study was conducted based on the interpretation of the land occupation process in this watershed, which presents an important water source for the city. In order to do so, the anthropogeomorphology was given a theoretical treatment via retrospective/evolutive cartography, as well as by comparing the original and the anthropogenic morphologies based on photointerpretation techniques. The study of evolutive cartography was associated with the classification of technogenic grounds, applied according to the Brazilian literature available. As a result of this research, it was possible to observe the advance of residential occupation in the margins of the water source, the noncompliance of the environment legislation regarding the areas of permanent preservation, and the proliferation of anthropogenic features in the Ribeirão dos Burros watershed.

Keywords: retrospective cartography, technogenic, anthropogeomorphology, Ribeirão dos Burros, Juiz de Fora (MG/Brazil).

Résumé

Cet article traite des principaux changements anthropiques intervenus entre les années 1983 et 2007 dans le bassin hydrographique Ribeirão dos Burros, qui couvre une partie de la municipalité de Juiz de Fora, dans l'état de Minas Gerais (Brésil). Cette étude est basée sur l'interprétation du processus d'occupation de la terre dans ce bassin, qui présente une source d'eau importante pour la municipalité. Un traitement théorique de l'anthropogéomorphologie a été donné par le biais de la cartographie rétrospective/évolutive et il a été faite une analogie entre la morphologie originale et anthropique par techniques de photointerprétation. Associée à l'étude de la cartographie évolutive, la classification des terres technogènes a été approché et appliqué selon les études brésiliennes. En conséquence de cette recherche, il a été observé une augmentation de l'occupation résidentielle au bord de la source d'eau, le non-respect de la législation environnementale en ce qui concerne les zones de préservation permanentes et la prolifération de caractéristiques anthropiques dans le bassin hydrographique Ribeirão dos Burros.

Mots-clés: cartographie rétrospective, technogénie, anthropogéomorphologie, Ribeirão dos Burros, Juiz de Fora (MG/Brésil).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Introdução

As atividades desenvolvidas pelo homem no substrato físico natural e as transformações resultantes destas têm promovido reflexões acerca do ser humano como um agente geomorfológico, seja de forma direta ou indireta (PELOGGIA et al., 2014). A participação humana na conformação do relevo e sua ação na fisiografia e fisiologia das paisagens vêm ganhando notoriedade no corpo acadêmico, impulsionada por trabalhos que remontam ao início do século XX e se adensam a partir do pós-guerra (GERASIMOV, 1979; CHEMEKOV, 1983; TER-STEPANIAN, 1983).

Mudanças exercidas na paisagem, causadas pelos inúmeros cortes de terrenos para assentamentos residenciais, práticas de terraplanagem para instalação de indústrias, coberturas de estruturas viárias e mudanças de cursos d'água por técnicas de retificação, entre outras, são algumas tipificações capazes de alterar o sistema geomorfológico local, tanto em sua composição genética (modelados de agradação ou dissecação), quanto na desagregação dos materiais e na intensificação ou estagnação dos processos ocorridos (PASCHOAL, 2014). Esta mesma autora cita as obras de Marsh, *Man and nature* (1864), e de Shaller, *Man and the Earth* (1905), cujas temáticas estão voltadas para as ações de remoção da cobertura vegetal e dos processos erosivos correlatos a esta prática, como relevantes no tocante à concepção do homem como agente geomorfológico.

No escopo desta perspectiva de análise, se observa o quanto os recursos naturais têm sido explorados diante do crescimento das demandas da humanidade, intensificando as transformações no relevo por processos de urbanização, pelo uso extensivo e intensivo da cobertura pedológica para as atividades pecuárias e da agricultura e pela remoção de conjuntos florestais, além da consequente emissão de gases poluentes decorrentes destas atividades (CRUZTEN, STORMER, 2000). Os processos geomorfológicos associados à atividade antropogênica compreendem o campo das forças exógenas, dadas pela extinção da cobertura vegetacional pela agricultura ou por obras de engenharia e pelas intervenções hidrológicas (diques, construção de barragens, retificações de canais etc.), entre outras intervenções no ambiente (KERÉNYI, 2010).

Conforme aponta Douglas (1983), a expressiva densidade da urbanização acarreta preocupações com os níveis de circulação de energia, de água e de materiais no sistema geomorfológico alterado. Esse autor acrescenta que os efeitos da impermeabilização na superfície de escoamento, o desenvolvimento dos processos erosivos e de movimentos gravitacionais de massa em vertentes, as alterações nos canais fluviais e nas planícies de inundação e a formação/destruição de novas e antigas formas de relevo para distintos usos (represamentos, diques, passagens de dutos ou terraceamentos) podem ser considerados como os principais distúrbios no sistema geomorfológico.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Entre os estudiosos que se voltam para os estudos geomorfológicos relacionados às atividades humanas, Brown (1971) contribui para a caracterização das ações em modelos diretos e indiretos. Para esse autor, as influências podem ser derivadas da *ação humana proposital direta*, que ocorre majoritariamente em áreas de desenvolvimento industrial e da construção civil, tipificadas por obras de engenharia que realizam escavações para a preparação da fundação de uma edificação, sendo o material removido aproveitado em aterramento de vales para a utilização em outras práticas. Já a *ação direta incidental* configura em uma influência caracterizada pela formação de novas formas no relevo provocada pela extração de minérios, de areias e cascalhos e pela mineração subterrânea, que são capazes de destruir a morfologia original do solo e de alterar o sistema geomorfológico.

Quanto à *influência indireta do homem* sobre o solo, Brown (1971) elenca, entre alguns elementos antrópicos, ações como: a construção de lagos e outras formas proficientes na alteração do movimento da crosta, o intemperismo provocado pela ação mecânica e química exercida com técnicas de escavação, aragem ou drenagem sobre os solos, o uso de fertilizantes interferindo na composição química dos solos e subsolos, os movimentos de massa ocorridos pela desestabilização de encostas/vertentes por processos de ocupação destas e as modificações nos canais fluviais, por retificações ou mudanças de seu curso natural, alterando o comportamento hidrogeológico de um sistema fluvial.

Ainda em sua proposição, Brown (1971) demonstra o quanto as ações humanas têm uma escala temporal mais acelerada em comparação ao tempo e à forma de atuação dos processos exógenos naturais. Assim, afirma que

> A água e o gelo promovem erosão hoje exatamente como faziam no Pleistoceno ou no Carbonífero. Mas o homem não demonstra essa uniformidade; surgiu muito recentemente na Terra, sendo geomorfologicamente significante há apenas 8.000 anos e, provavelmente, por um período muito mais curto. [...] mas o homem tem aumentado sua potencialidade geomorfológica onde quer que ele apareça para fazer qualquer coisa (BROWN, 1971, p. 14).

Kohler (2002) e Perez-Filho e Quaresma (2012) coadunam da ideia de as atividades humanas desestruturarem o balanço energético do relevo, configurando numa disjunção da escala espaço-temporal dos fatos geomorfológicos. Com isso, feições que ora seriam paulatinamente formadas por processos ditos naturais podem ser construídas em uma temporalidade acelerada, à revelia das condições originais da paisagem. Exemplos dessa nova dinâmica, em diversas magnitudes espaciais, já são apontados pela literatura (PEIXOTO et al., 2011; FELIPPE et al., 2014; VITORINO et al., 2016; BROWN et al., 2017).

Em sua perspectiva de análise, Szabó (2010) coloca o agente humano em relevância com os demais fatores de formação do relevo, embora sua atuação esteja ligada diretamente à intensidade

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

de energia dispensada na transformação da paisagem. Assim, para o autor mencionado, as ações geomórficas implementadas pela sociedade provocam mudanças ambientais em distintos meios, englobando as atividades de mineração, industriais e de expansão urbana, as alterações de canais fluviais, a agricultura, o turismo e as atividades esportivas, sendo estas últimas um novo campo de estudos na geomorfologia antropogênica devido às alterações que estas atividades podem causar à topografia, seja pela retirada de grupos vegetacionais para a abertura de trilhas para pedrestres ou para veículos *off-road* ou pela instalação de campos esportivos, entre outros, conforme Dávid et al. (2010) tratam detalhadamente.

As consequências dessas transformações na paisagem também foram debatidas pela proposição de Nir (1983), ao trazer uma discussão da geomorfologia voltada para as práticas humanas em uma abordagem sequencial, em que os aspectos de cunho social e os aspectos morfológicos possam ser integrados numa escala de análise temporal. Desse modo, pela leitura de Nir (1983), é possível reconhecer a proposta de estágios de pré-perturbação, perturbação ativa e pós-perturbação, que foram, posteriormente, categorizados por Rodrigues (2005) e Luz (2015) como: (1) *pré-perturbação* – majoritamente, um estágio em que as feições de relevo apresentam a morfologia original, cujo sistema não foi alterado pelo homem; (2) *perturbação ativa* – referente ao estágio de exposição dos terrenos a efeitos exógenos ligados às atividades construtivas; e (3) *pós-perturbação* –período em que novas feições de relevo são estabelecidas e consolidadas pelas atividades do homem.

O reconhecimento dessas fases de transformação do terreno está associado ao contexto histórico do dimensionamento do impacto antrópico levado a efeito no sistema geomorfológico, conforme Toy e Hadley (1987) asseguram. Desse modo, a geomorfologia antrópica volta sua catalogação de métodos e de técnicas para pesquisas que se utilizem da cartografia histórica, por meio de plantas cadastrais, de imagens aéreas de diferentes datas de análises, de carta geotécnica e de carta de aptidão ao assentamento urbano e zoneamento urbano, entre outros documentos cartográficos habilitados para fornecer condições de recapitular a história de ocupação em determinado recorte espacial e temporal.

O município de Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais, não é uma exceção, nesse cenário de amplificação das transformações humanas no relevo. Com ocupação urbana que remonta ao início do século XVIII, época da construção do Caminho Novo da Estrada Real (CORDOVIL, 2013), foi, sobretudo, a partir do processo de industrialização pelo qual esse município passou, no início do século XX, que as modificações no relevo se avolumaram. Com a expansão urbana das últimas décadas, típica das cidades médias do Sudeste brasileiro (GARCIA, NOGUEIRA, 2003), houve a dispersão da estrutura urbana pela periferia do centro antigo, atingindo, entre outras

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

áreas, a bacia hidrográfica do Ribeirão dos Burros (BHRB), localizada em Juiz de Fora. Nesse contexto, o presente trabalho busca traçar um paralelo entre a morfologia original e as principais transformações antropogênicas efetivadas entre o período de 1983 a 2007, nessa bacia hidrográfica.

A identificação das transformações na BHRB se orientou pela análise de práticas humanas que afetaram direta e/ou indiretamente suas feições geomorfológicas, tanto pela investigação da evolução morfodinâmica, quanto pelo emprego da cartografia geomorfológica de detalhe, segundo a proposta de Rodrigues (2005).

Nos últimos anos, as áreas urbanas brasileiras têm sido estudadas pela antropogeomorfologia, por meio da apresentação das mudanças na paisagem em escala temporal, em períodos anteriores aos impactos ambientais do homem e posteriormente à sua ocupação. Assim, esta proposta metodológica concebe o campo das pesquisas voltadas para a cartografia retrospectiva e evolutiva dos fenômenos geográficos na organização espacial (RODRIGUES, 2005).

Pellogia et al. (2014), ao discutirem metodologias e técnicas de categorização da morfologia alterada, se alicerçaram nos trabalhos dos britânicos, dos soviéticos e dos europeus do leste. Nesse contexto, estes autores baseiam sua proposta inserindo os novos terrenos formados pelas ações diretas ou indiretas do homem por processos erosivos ou acumulativos ocorridos em terrenos naturais, conceituando-os em: terreno tecnogênico de agradação e/ou de degradação, terreno tecnogênico modificado e terreno tecnogênico misto.

Os terrenos tecnogênicos de agradação e/ou degradação correspondem ao substrato geológico gerado, de forma direta ou indireta, pelas ações de acumulação ou remoção de material, tipificando os aterros, os bota-fora, os depósitos de lixo, os sulcos, as ravinas ou as voçorocas. Por sua vez, os terrenos tecnogênicos modificados são referentes aos horizontes alterados *in situ* pela contaminação de solos por pesticidas ou pela compactação de solos pela agricultura. Já os terrenos tecnogênicos mistos são identificados como resultantes da superposição das ações antrópicas, por aterros construídos sobre depósitos de assoreamento induzidos ou sobre horizontes de solo tecnogênico e aterro modificadado pelos efluentes (PELLOGIA et al., 2014).

Metodologia

Os mapas de geomorfologia basilares para a interpretação das feições de relevo adotados neste artigo foram produzidos por Marques Neto et al. (2017) e Eduardo (2018) para o município de Juiz de Fora, na escala 1:50.000, nos quais foram apresentadas as tipologias genéticas agradacionais (A), dadas pelas planícies, os modelados de dissecação homogênea (D), tipificados por colinas, morros e morrotes, e de dissecação em controle estrutural (DE), representados pelas serras e cristas.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Por sua vez, para levar a efeito os levantamentos das informações necessárias para os anos analisados, foram utilizadas as imagens aéreas disponíveis. Para a identificação da morfologia original (fase de pré-perturbação), foi utilizada a imagem do voo aéreo de 1983, em preto e branco, na escala de 1:10.000, fornecida pela Prefeitura de Juiz de Fora (PJF). No estágio de pós-perturbação (processos ocorridos), foi utilizada a cobertura aerofotogramétrica do ano de 2007, com resolução espacial de 20 centímetros.

A organização do banco de dados foi realizada a partir do Sistema de Informação Geográfica (SIG), operacionalizado por meio do *software* ArcGIS, com o uso da ferramenta de *zoom* escalar e pela fotointerpretação. As observações das imagens por meio da técnica de fotointerpretação tornaram possíveis a identificação das feições geomórficas, pela diferenciação das variações de cores em feições de relevo alteradas e comparadas e dos desníveis topográficos devido aos cortes no terreno para a implantação de loteamentos e abertura de vias de acesso, e a diferenciação da morfologia de paisagens adjacentes, conforme Peixoto et al. (2011) aplicaram também em sua pesquisa. Esta diferenciação de morfologias foi registrada pela observação das imagens de 2007 que não estavam presentes na imagem de 1983, com a representação gráfica dada pela vetorização de manchas poligonais das feições do tipo meandros abandonados e de loteamentos residenciais, enquanto as retificações nos cursos fluviais foram representadas por feições de *linhas* e a indicação de processos erosivos representada por *pontos*. Sendo assim, estas feições foram consideradas como novas morfologias na paisagem.

Área de estudo

A bacia hidrográfica do Ribeirão dos Burros está adstrita ao perímetro urbano, na zona norte de Juiz de Fora, com área aproximada de 71,92 km², pertencendo à bacia do rio Paraibuna. Os principais cursos hídricos da BHRB abrangem o Ribeirão dos Burros e os córregos Remonta, Vista Alegre, Palmeira e Vargem Grande.

A classificação florestal existente é interpretada como floresta estacional semidecidual submontana (IBGE, 1992), profundamente alterada por culturas históricas, apresentando-se como ilhas de vegetação secundária na paisagem, na maioria das vezes, originadas por sucessão espontânea. Sob estas ilhas de vegetação, ocorrem as unidades de cobertura pedológicas definidas, predominantemente, como latossolos vermelho-amarelo distrófico (LVAd59) e uma pequena faixa de latossolo amarelo (LAd4) (*Mapa de solos do Estado de Minas Gerais*, na escala de 1:600.000, Fundação Estadual do Meio Ambiente/FEAM, 2010). Localmente, é possível identificar, com frequência, a ocorrência de argissolos, associados à translocação de argila no perfil de vertentes de média declividade, e de cambissolos, relacionados ao rejuvenescimento por decapeamento dos

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

horizontes superficiais por erosão laminar. Nos fundos de vale marcados por terrenos aluviais, a intercalação de neossolos flúvicos e gleissolos também é passível de verificação em campo. Fatores locais, como a declividade das vertentes e a proximidade do nível freático, respondem pela diversidade pedológica.

Tais solos foram desenvolvidos sob características climáticas que apresentam duas estações bem definidas, conforme afirma Torres (2006, p. 162): "[...] uma que vai de outubro a abril, com temperaturas mais elevadas e maiores precipitações pluviométricas, e outra de maio a setembro, mais fria e com menor presença de chuvas". Em relação ao uso da terra, este esteve influenciado pela atividade de plantio do café, que promoveu a remoção de conjuntos florestais para a implantação desta prática voltada para a economia externa. Atualmente, predominam gramíneas (principalmente exóticas) associadas à atividade pastoril.

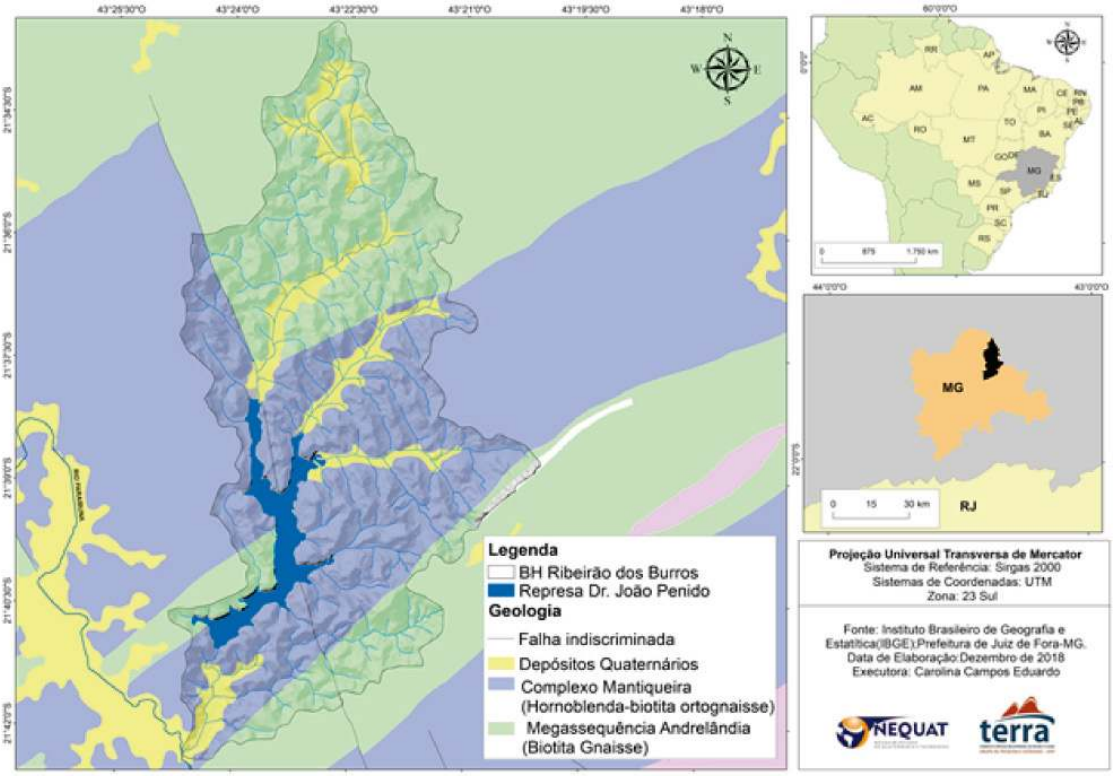
Em linhas gerais, o quadro geomorfológico do município de Juiz de Fora pode ser inserido nos domínios do Planalto Atlântico, situado na Serra da Mantiqueira setentrional, na unidade de serranias da zona da mata mineira, de acordo com a taxonomia estabelecida pelo Radambrasil (1983). As serranias da zona da mata mineira são assinaladas por Gatto et. al (1983) como feições de formas alongadas, com destaque para as cristas simétricas alinhadas, escarpas de falha e sulcos estruturais, cujos substratos rochosos são de granulitos, charnoquitos e migmatitos.

De acordo com a Companhia Mineradora de Minas Gerais (COMIG, 2002), o embasamento geológico se estrutura pelo Complexo Mantiqueira, megassequência Andrelândia e pela ocorrência de formações quaternárias associadas aos depósitos sedimentares nos fundos de vales sedimentados em consonância às planícies e terraços fluviais, controlados por linhas de falha indiscriminadas de orientação NW-SE.

O Complexo Mantiqueira está situado na porção média da bacia hidrográfica do Ribeirão dos Burros, e a litologia correspondente varia de hornblenda-biotita ortognaisse tonalítico a granítico, rocha anfibolítica, enquanto a megassequência Andrelândia se encontra no setor norte e numa faixa ao sul da BHRB, rica em biotita gnaisse bandado, com intercalações de quartzito impuro (q), gnaisse quartzoso, rocha anfibolítica (a) e, subordinadamente, granada gnaisse e rocha calcissilicática (COMIG, 2002) (Figura 1).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 1: Mapa de localização da bacia hidrográfica ribeirão dos Burros, com apresentação das unidades litológicas e falha reconhecida.



Em meio aos morros mamelonares de Juiz de Fora, Ab'Sáber (2010, p. 181) destaca que, neste município, a feição de planície fluvial favoreceu a expansão urbana, por meio do assentamento na porção central, como "[...] compartimentos de relevo situados a montante de soleiras rochosas, sob a forma de planícies e baixos terraços de extensão excepcionalmente ampliada".

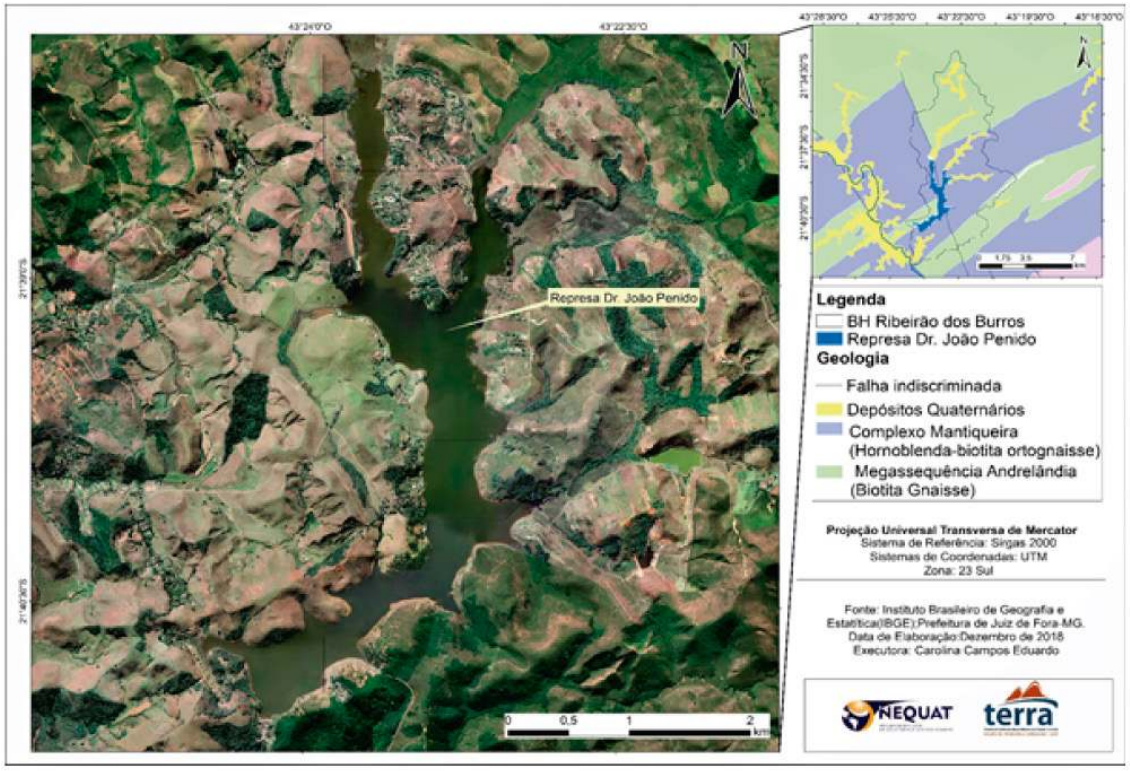
Sobre o relevo desse município, Eduardo o descreve como feições geomórficas

> [...] majoritariamente elevadas, estabelecendo setores de encostas do relevo como áreas suscetíveis a escorregamentos. A apreciação clinográfica confere aos processos de ocupação urbana uma pauta relevante no âmbito do planejamento, uma vez que a energia gravitacional do relevo se associa a essa informação. O quadro altimétrico de Juiz de Fora está expresso pela diferenciação entre áreas de domínios planos e feições suavizadas daquelas de domínios de morros e morrotes (EDUARDO, 2018, p. 81).

Ressalta-se ainda que, na BHRB, está abrigado o principal manancial de Juiz de Fora, a represa Doutor João Penido (Figura 2), que contribui para, aproximadamente, 50% do abastecimento desta cidade. Esse reservatório, construído em 1934, possui capacidade volumétrica de 16 bilhões de litros d'água e é responsável pelo abastecimento de duas estações de tratamento de água.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 2: Lago de formação da represa Dr. João Penido.



A ocupação das margens desse manancial é regida pela Lei Municipal nº 6.087/1981, dispondo sobre o parcelamento, o uso e a ocupação das terras nesta área. Já a Lei Municipal nº 7.255/1987 determina a preservação dessa represa, proibindo, por meio do Artigo 1º, as atividades de pesca, o uso de barcos, de canoas e lanchas e a natação. Além destes critérios, ficariam vetadas as novas construções e estabelecida a determinação para os proprietários das edificações existentes reverem as formas de lançamento de esgotos nesse manancial. Entretanto, a legislação municipal não foi suficiente para inibir a expansão e o parcelamento do solo em loteamentos, nessa porção da área de estudo.

No intuito de rever essa situação, a Prefeitura de Juiz de Fora, em 2012, criou um grupo de trabalho para desenvolver estudos para a preservação da bacia da represa Dr. João Penido, formado por membros da administração municipal, cujos objetivos são: a) a análise dos instrumentos de controle de parcelamento, uso e ocupação da bacia da represa; b) a análise da constituição de uma área de amortecimento desta bacia; e c) a proposta para o desenvolvimento sustentável desta bacia e de seu entorno.

Posteriormente, por meio da Lei Complementar n.º 023/2015, foram estabelecidas as "zonas especiais no entorno da bacia de contribuição para o lago da represa Dr. João Penido". Estas áreas reservadas foram nomeadas de ZE1 e ZE2, com diferentes tipos de atividades permitidas visando à preservação do manancial em questão. Embora a criação dessas porções diferenciadas tenha

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

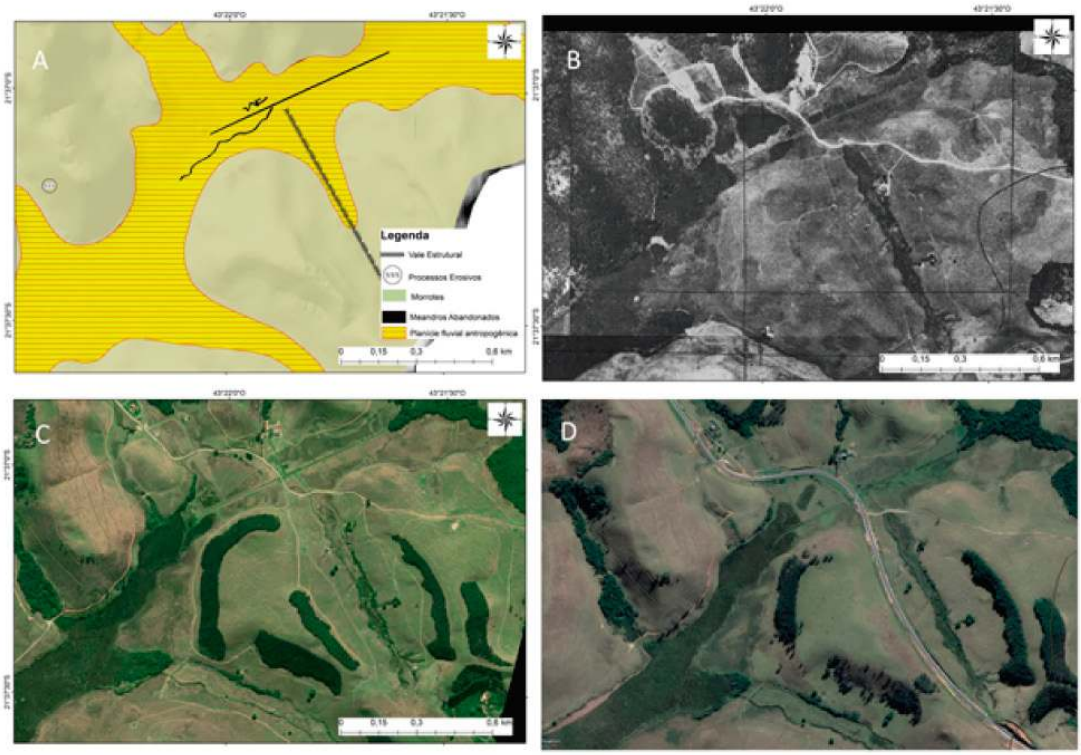
sido relevante para a regularização das atividades na represa Dr. João Penido, ainda é necessário o avanço sobre as questões dos seus recursos hídricos, uma vez que não foi criada nenhuma unidade de preservação para o lago.

Resultados e discussões

Por meio do *zoom* para o recorte do mapa de feições geomorfológicas (Figura 3), tem-se: em A, a feição de planície fluvial (Apf), onde está representada, na orientação NE-SW, a retificação do córrego Grama; em B, no recorte da imagem em 1983, já é possível inferir, por meio do fracionamento do terreno, o estágio de perturbação do sistema natural, pela captação de água no uso das atividades agrícolas locais; e, em C, no recorte em 2007, não ocorreram mudanças relevantes, indicando a consolidação do estágio pós-perturbação.

Contudo, pela imagem do *Google Earth*, datada de 2018, é possível identificar uma nova mudança no sistema já alterado, com a expansão da rodovia que interliga a MG267 com a BR040. Utilizando-se da classificação genética proposta por Peloggia et al. (2014) para tipos de terrenos, solos e depósitos tecnogênicos, esta área pode entendida como "terreno tecnogênico de agradação", em depósitos sedimentares relacionados às redes de drenagem atuais.

Figura 3: Trecho da bacia correspondente à retificação do córrego Grama. A) em amarelo: planície fluvial antropogênica (Apf) com feições de morros nas áreas adjacentes; B) recorte da imagem aérea de 1983; C) recorte da imagem aérea de 2007; D) imagem aérea do *Google Earth*, em 2018.



Fonte: *Google Earth Pro*, **2018.**

Essa nova rodovia foi implantada para atender às demandas do transporte do trecho da rodovia MG353 com acesso rodoviário ao Aeroporto Regional da Zona da Mata, localizado em Goianá. Bucci (2015) aponta sobre a construção de um trecho da rodovia na região de recarga hídrica da represa Dr. João Penido e ressalta preocupação com os impactos negativos advindos com a execução desta obra, mesmo com as medidas de compensação propostas no processo de licenciamento ambiental do empreendimento. A Figura 4 mostra uma parcela da via de acesso implantada.

Figura 4: A) Vista frontal da planície fluvial lacustre no córrego Grama, com vegetação de gramíneas e, ao fundo, o lago do manancial; B) vista lateral da rodovia de interligação, impermeabilizando parte da planície observada em A. Fotografia de Carolina C. Eduardo (fevereiro/2019).



Ao chamar a atenção para a importância das espécies de plantas aquáticas como depuradoras e purificadoras da água, Bucci (2015, p.113) alega o quanto "a construção dessa rodovia pode afetar esse processo natural de purificação [...] e ainda contribuir para o assoreamento e sedimentação dos corpos d'água devido à movimentação de terra realizada no local". Essa autora mostra ainda, na etapa de construção da estrada (isto é, durante a fase de perturbação), o tratamento inadequado dado aos resíduos da construção, dispostos nas margens dos cursos d' água, segundo se observa na Figura 5.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 5: Resíduos das obras da rodovia nas margens do Ribeirão dos Burros, em fevereiro de 2015.

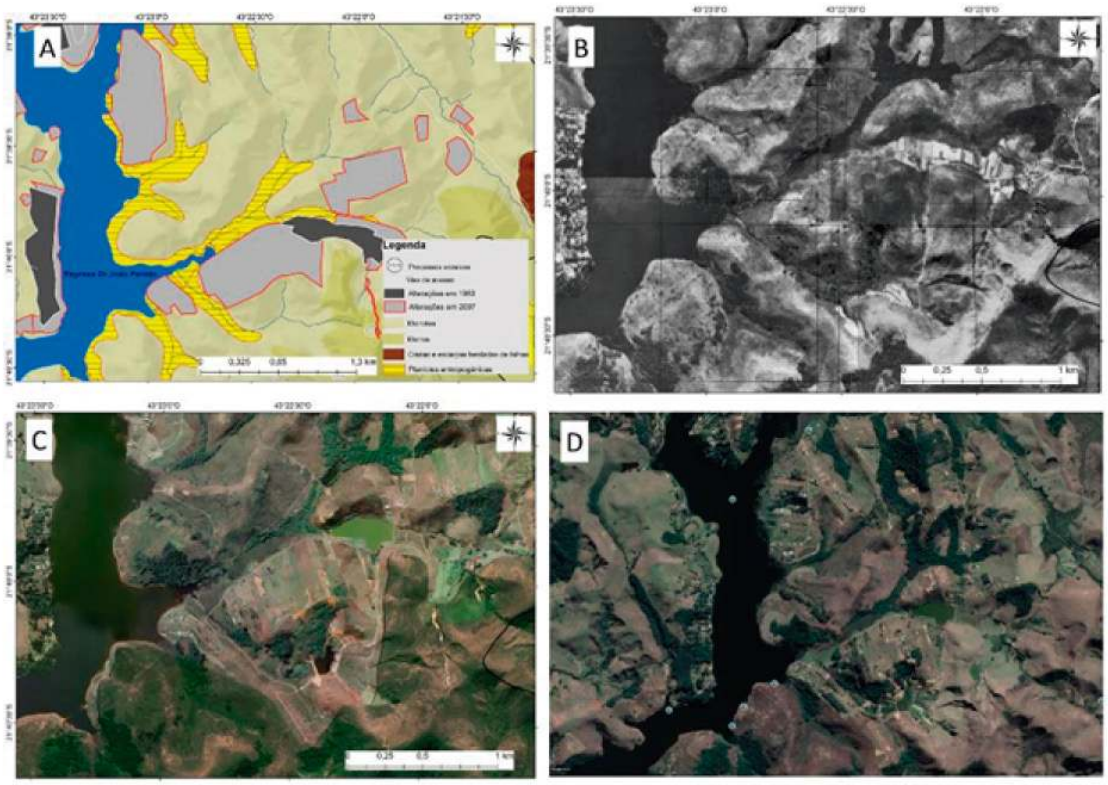


Fonte: *Bucci, 2015.*

Na Figura 6, as ocupações são incrementadas no entorno do lago da represa Dr. João Penido, com a consolidação e a expansão de loteamentos. Segundo Pellogia et al. (2014), esses terrenos podem ser classificados como *tecnogênicos de degradação*, considerados naturais e alterados pela perda volumétrica de material, e geneticamente atribuídos de *cicatrizes tecnogênicas construídas*, cujas formas de transformação ocorreram pela técnica de cortes de terraplanagem e aterramentos.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 6: Ocupação na área próxima ao manancial Dr. João Penido. A) Áreas destinadas aos loteamentos, em 1983 e 2007, próximas ao manancial; B) recorte da imagem aérea de 1983; C) recorte da imagem de 2007; D) imagem aérea do *Google Earth*, em 2018.

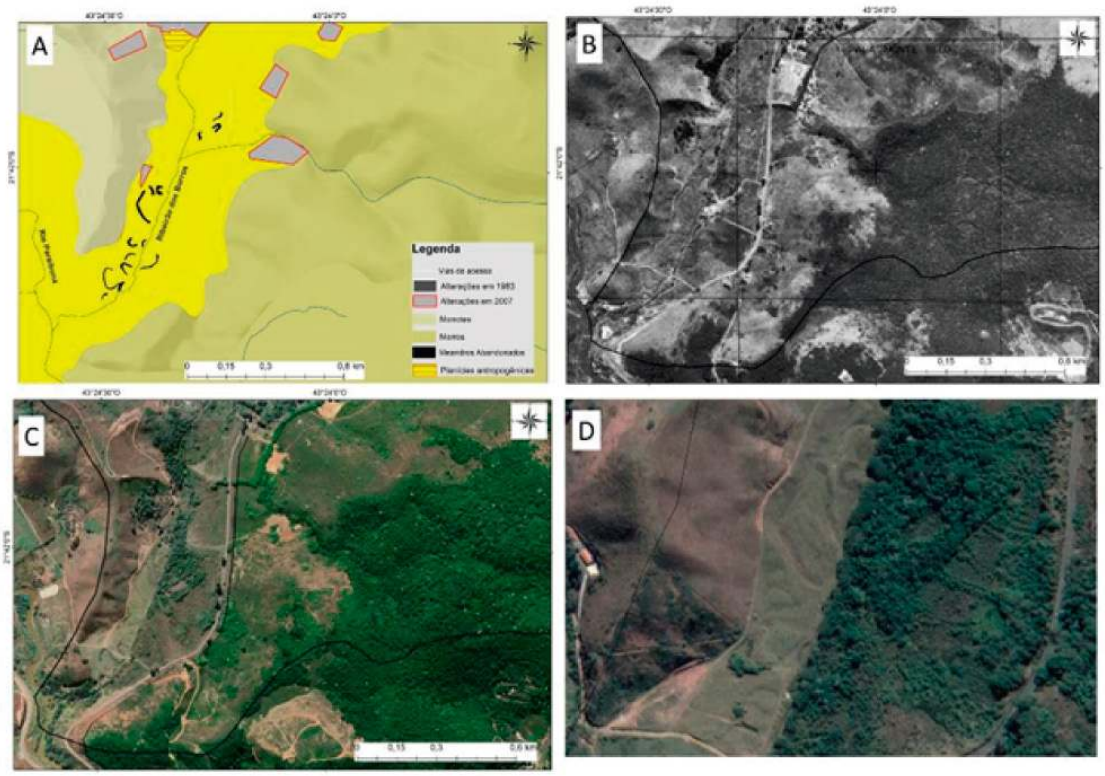


Fonte: *Google Earth Pro*, **2018.**

Outro agrupamento de feições morfológicas naturais, na BHRB, revela a presença de trechos de canais meândricos abandonados, identificados próximos à foz do Ribeirão dos Burros (Figura 7A), confirmados pela imagem atual do *Google Earth*, enquanto, na Figura 8, se revelam alguns aspectos deste setor, por meio do trabalho de campo. Nessa porção da área de estudo, atrelados à presença de meandros abandonados, podem ser visualizados distintos níveis de terraços, indicando o retrabalhamento de canais fluviais ao longo do período Quaternário, em uma escala temporal superior à observada no presente trabalho.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 7: Meandros abandonados próximos à foz da bacia hidrográfica ribeirão dos Burros. A) Feições de relevo próximas ao Ribeirão dos Burros; B) recorte parcial da área, em 1983; C) recorte parcial do entorno da área, em 2007; D) imagem do Google Earth, destacando os meandros abandonados.



Fonte: *Google Earth Pro, 2018.*

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 8: A) Planície fluvial sobre meandros abandonados ladeados por morrotes (Dmr), com vegetação de gramíneas, com corte antropogênico na sua vertente; B) destaque para o corpo hídrico na Apft, cujos meandros abandonados se encontram preenchidos por sedimentos e cobertos por gramíneas; C) Ribeirão dos Burros (conhecido localmente como rego da Lili), com processo de deposição lateral de areias. Fotografia de Carolina C. Eduardo (fev./2019).



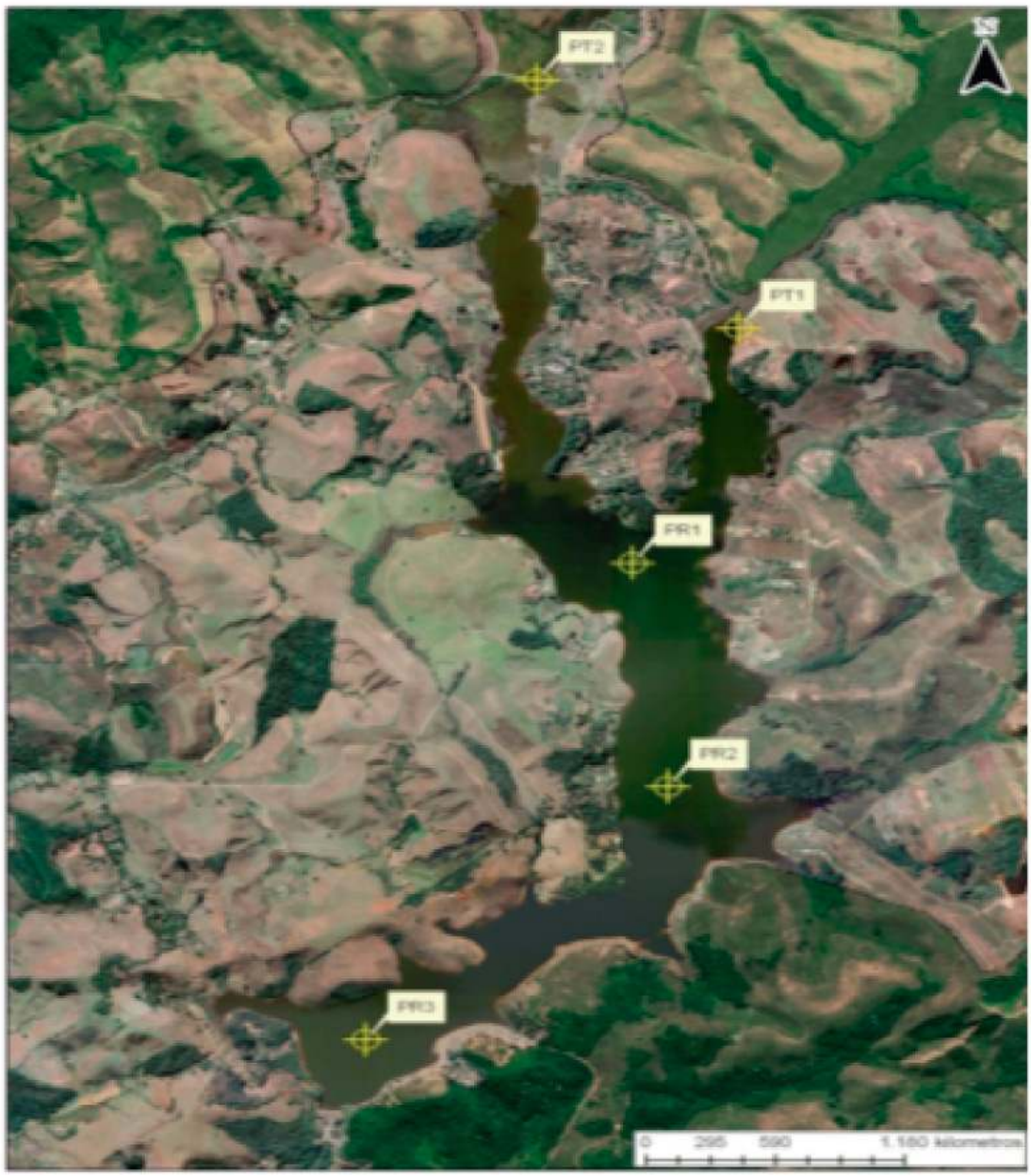
A)-Meandros abandonados na Apft (planície fluvial associada a terraços), com uso destinado a pecuária. Dmr: Relevo em Dissecação Homogênea em morrotes. B)- Imagem parcial de um pequeno corpo hídrico formado na Apft. C)- Deposição de sedimentos arenosos provenientes do transporte erosivo.

Foi observado também que a bacia hidrográfica ribeirão dos Burros possui áreas destinadas ao uso agrícola, caracterizadas como terrenos tecnogênicos *modificados geneticamente em horizontes alterados* pela ação mecânica de ferramentas utilizadas para o cultivo, originando, possivelmente, solos compactados com a presença de pesticidas.

Em relação ao manancial Dr. João Penido, Bucci e Oliveira (2012) realizaram campanhas mensais, durante o período de julho de 2009 a junho de 2010, em diferentes pontos de amostragem, e apresentaram dados sobre a qualidade da água no reservatório. Esses autores realizaram análises químicas com parâmetros de oxigênio dissolvido (OB), potencial hidrogenionico (pH), demanda bioquímica de oxigênio (DBO), turbidez e fósforo total (PT), cujos resultados destoaram dos parâmetros estabelecidos pela resolução 357, de 2005 (que trata "sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências"). Na imagem apresentada pela Figura 9, estão elencados os pontos de coletas de amostras para a efetivação das análises.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 9: Pontos de coleta de amostras para a realização de análises químicas, apresentados por Bucci e Oliveira (2012).



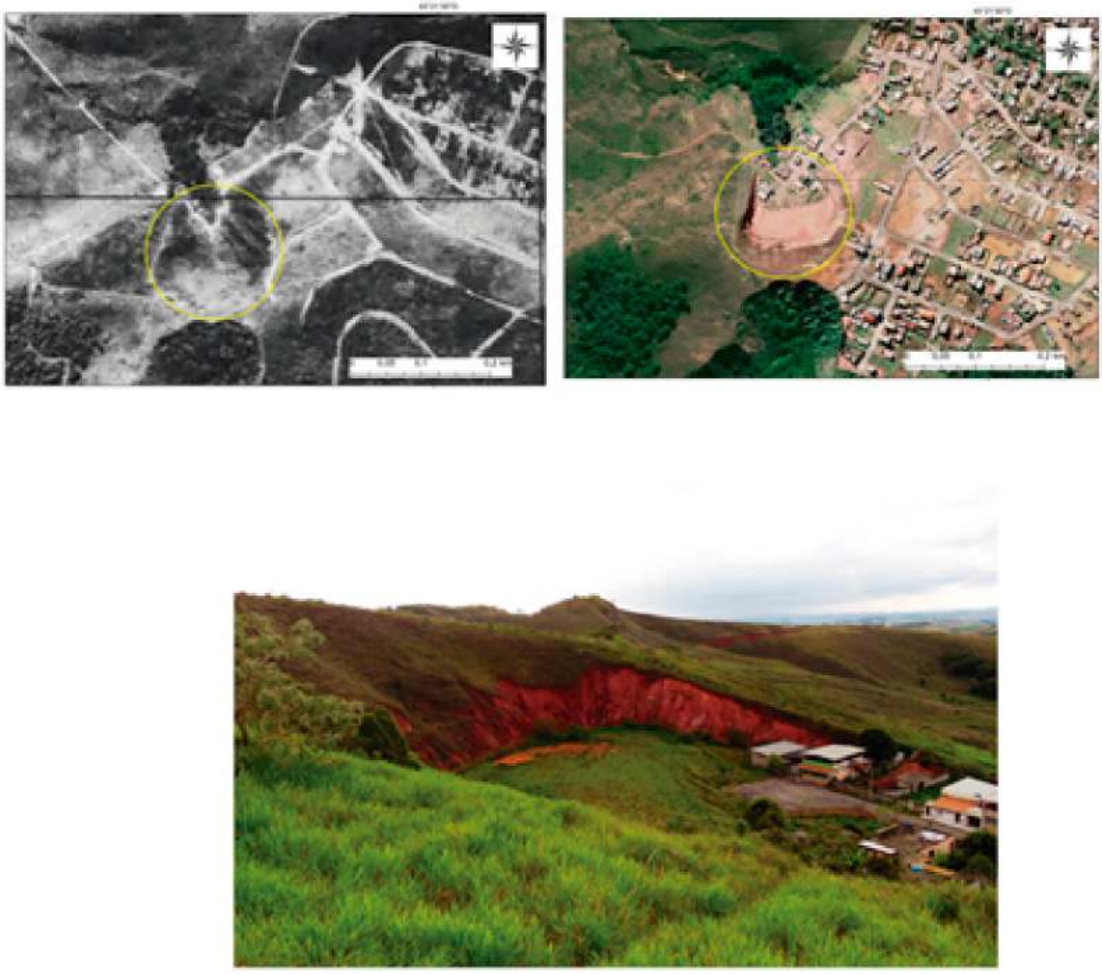
Fonte: *Bucci e Oliveira (2012).*

Por meio de suas análises, Bucci e Oliveira (2012, p. 21) afirmam que "os resultados mostraram que o manancial vem sofrendo deterioração da qualidade das águas, provocada pelas ações antrópicas realizadas na região da bacia da represa, principalmente em suas margens".

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

No bairro Parque Independência, localizado no divisor de águas da BHRB, próximo à nascente de um dos afluentes do córrego Remonta, tem-se uma feição erosiva considerada de grande porte, associada diretamente às alterações locais ligadas à implantação do loteamento adjacente, como se pode ver nas imagens da Figura 10.

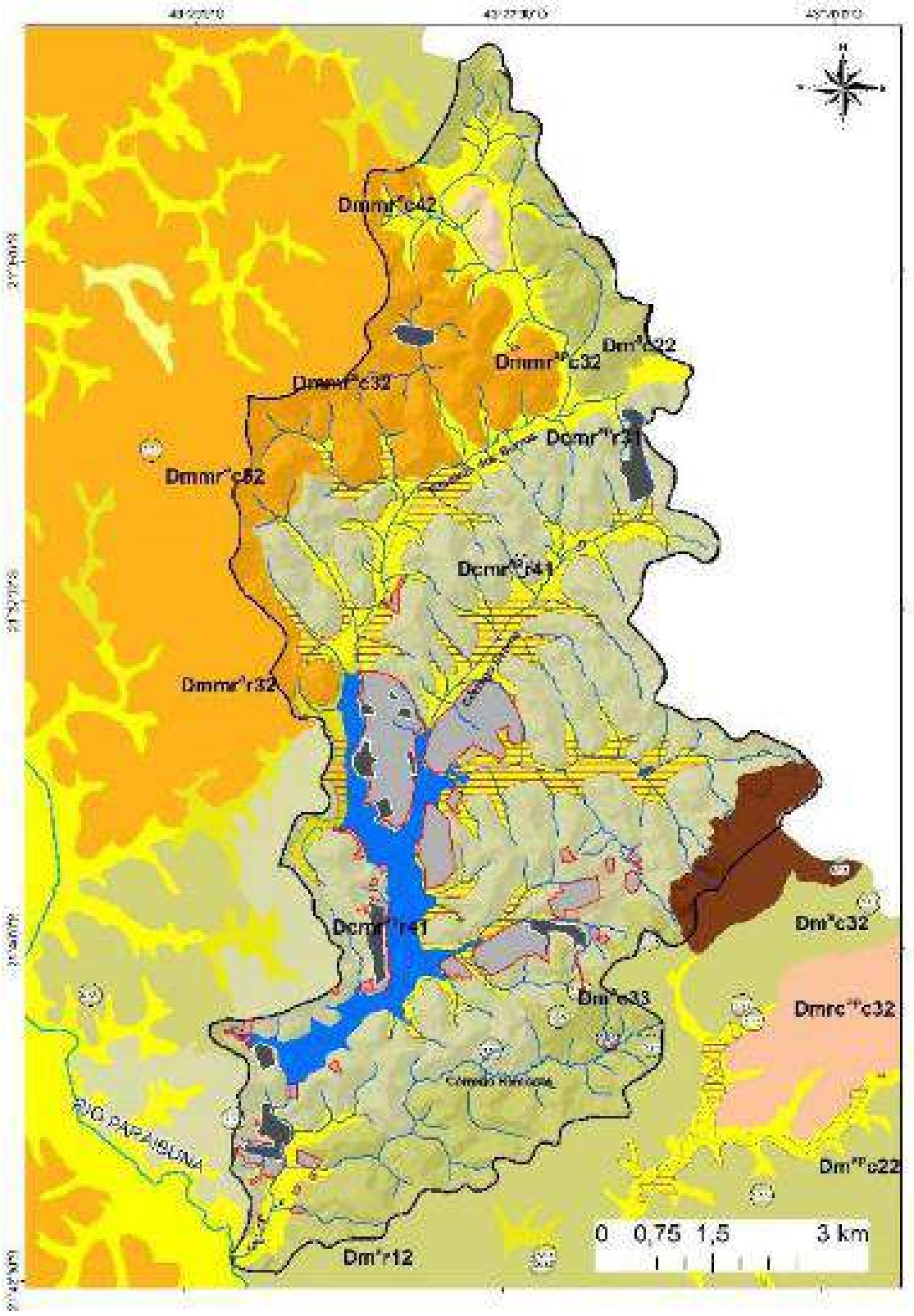
Figura 10: A) Imagem aérea de 1983 (o círculo em cor amarela destaca a feição erosiva); B) imagem aérea de 2007 (em destaque, a feição erosiva); C) visão panorâmica do foco erosivo. Fotografia de Carolina C. Eduardo (fevereiro/2019).



Na Figura 11, são apresentados os principais loteamentos em expansão, na bacia hidrográfica do Ribeirão dos Burros. Observou-se que a maioria dos loteamentos foi implantada na planície fluvial ou em suas proximidades, pelo fato de possuírem declividades suaves, e, além disso, a ocupação no entorno do lago da represa Dr. João Penido está associada ao seu valor estético, financeiro e de especulação imobiliária. Foram identificados também processos erosivos sem diferenciação da fase em que se encontra, seja laminar, ravinamento ou voçorocas.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Figura 11: Mapa de feições geomorfológicas, com demarcação dos principais loteamentos em expansão identificados para os anos de 1983 e 2007. Fonte: Elaborado pelos autores a partir da *Base Cartográfica do Município de Juiz de Fora***.**



SISTEMAS DE RELEVO ORIGINAIS

Modelados de Agradação (A):

Apfl- Planície flúvio-lacustre: planícies associadas ao represamento das águas fluviais.

Modelados de Dissecação Homogênea (D):

Dcmr -Colinas e Morrotes: Predomínio de colinas e esporadicamente morrotes, com topos convexos com média profundidade de dissecação e espessas coberturas superficiais argilosas.

Dm-Morros: Morfologias mamelonares quaternárias de topos convexos a aplainados e vertentes convexo retilíneas com coberturas superficiais argilosas. a) topos aguçados;ap) topos aplainados; c) topos convexos.

Dmmr - Morros e morrotes: Predomínio de morros com morrotes esporádicos, constituindo grande parte do grabén do Paraibuna,com topos convexos e vertentes convexas e retilíneas; espessas coberturas superficiais argilosas.

Dmr Morrotes: Morfologias mamelonares quaternárias rebaixadas de topos convexos e vertentes convexo retilíneas com coberturas superficiais argilosas.

Modelados de Dissecação em Controle Estrutural (DE):

DEse- Cristas e escarpas herdadas de falhas: Domínio marcado por flancos escarpados íngremes com coberturas superficiais pouco evoluídas e expressivo entalhe da drenagem com topos aguçados e vertentes retilíneas.

Relevo Simbolizado

SSS Processos erosivos

Planícies urbanizadas

Represa Dr. João Penido

Bacia Hidrográfica Ribeirão dos Burros

Categorias de Uso

Alterações em 1983

Alterações em 2007

Considerações finais

As análises geomorfológicas conduzidas pela categorização da paisagem em sua morfologia original e, por conseguinte, as transformações antropogênicas foram capazes de fornecer conhecimento, mesmo que preliminar, da evolução morfológica local. Essas análises são instrumentos relevantes para a gestão pública e no discernimento técnico e operacional de políticas voltadas para o planejamento ambiental e territorial. Diante disso, tornam-se cada vez mais necessárias as práticas de preservação do acervo bibliográfico, composto de plantas cadastrais, imagens aéreas, fotografias e mesmo de depoimentos da comunidade local, e a sua sincronia com os SIGs, como ferramentas de organização, de edição e de leitura de mapas retrospectivos.

Na bacia hidrográfica do Ribeirão dos Burros, ficam expostas as modificações antrópicas, em especial, no entorno do lago da represa Dr. João Penido. Os processos antrópicos de cortes e terraceamentos evidenciam uma nova dinâmica no sistema geomorfológico local, que responderá, em magnitude e frequência, nas suas taxas de sedimentação e de erosão. Nesse sentido, a continuidade dos estudos para essa área é necessária para a qualificação e a quantificação dessas taxas.

Ademais, sobre a represa Dr. João Penido, foi possível diagnosticar a insuficiência no sistema legislativo ambiental quanto à tomada de medidas decisórias em relação à conservação e à fiscalização no entorno do manancial e dos recursos hídricos que compõem a bacia hidrográfica como um todo. As atividades agrícolas desenvolvidas nas planícies fluviais resultaram em alterações significativas nas formas fluviais, pois cursos d'águas foram retificados e, consequentemente, leitos foram aterrados ou abandonados. Estas formas de relevo confluem para uma investigação mais detalhada quanto à formação de terraços, além da própria dinâmica hidrogeomorfológica, que se manifesta comumente em outras bacias hidrográficas dos sistemas tropicais brasileiros.

Ressalta-se ainda que, para a proposta de estudo de cartografia evolutiva ou retrospectiva apresentada neste artigo, amparada na identificação de estágios de uma morfologia original e antropogênica, existiu um enfrentamento técnico para o manuseio dos insumos cartográficos no que tange à utilização das imagens aéreas antigas. Estas imagens apresentaram algumas distorções, uma vez que houve a necessidade de se escanear cenas que apresentaram dificuldades no processo de georreferenciamento.

Em conclusão, o presente trabalho se afasta da ideia de encerrar as discussões sobre a geomorfologia antropogênica. Ao contrário disto, tem a proposição de contribuir com os estudos voltados para o mapeamento de feições de relevo em detalhe apoiado na cartografia evolutiva ou retrospectiva, buscando trazer o debate bibliográfico e a aplicação de metodologias e técnicas que se empenham no tratamento da capacidade de expressar graficamente os elementos antropogênicos

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

na paisagem, e, assim, substanciar a sistematização desses dados com o aporte das ferramentas de geoprocessamento e de geotecnologias disponíveis ao pesquisador.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa integral concedida a Carolina Campos Eduardo, em seu curso de doutorado em andamento.

Referências bibliográficas

1. AB'SÁBER, A. N. **O sítio urbano de São Paulo.** In: MODENESI-GAUTTIERI, M. C. et al. (org.). *A obra de Aziz Nacib Ab'Sáber.* São Paulo: Beca-BALL, p. 180-214, 2010.
2. BUCCI, M. M. H. S.; OLIVEIRA, L. F. C. de. **A interferência das atividades antrópicas na qualidade da água em reservatório de abastecimento urbano.** Estudo de caso: represa Dr. João Penido (Juiz de Fora, MG). In: *Eclética Química Journal*, v. 37, n. 1, p. 09-22, 2012.
3. _____. **Estudo da qualidade da água na represa Dr. João Penido:** metais, agrotóxicos, índices de qualidade da água e de estado trófico. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ecologia. Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora/MG, 2015, 163 p.
4. BROWN, E. H. **O homem modela a Terra.** In: *Boletim Geográfico*, v. 30, n. 222, p. 1-18, 1971.
5. BROWN, A.; TOOTH, S.; BULLARD, J. E.; THOMAS, D. S. G.; CHIVERRELL, R. C.; PLATER, A. J.; MURTON, J.; THORNDYCRAFT, V. R.; TAROLLI, P.; ROSE, J.; WAINWRIGHT, J.; DOWS, P.; AALTO, R. **The geomorphology of the Anthropocene:** emergence, status and implications. In: *Earth Surface Processes and Landforms*, v. 42, n. 1, p. 71-90, 2017. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/esp.3943. Acesso em: 26 abr. 2019.
6. CORDOVIL, W. D. **Do caminho novo a Manchester Mineira:** as dinâmicas socioespaciais da gênese e evolução do município de Juiz de Fora no contexto regional da Zona da Mata Mineira. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Ciências Humanas – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013, 245 p.
7. COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL (CESAMA). Juiz de Fora. **Mananciais.** Represa Dr. João Penido. Disponível em:<www.cesama.com.br>. Acesso em: 22 dez. 2018.
8. CHEMEKOV, Y. F. **Technogenic deposits.** In: *Inqua Congress*, 1983, p. 62.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

9. CRUTZEN, P. J.; STOERMER, E. F. **The "Anthropocene".** In: *IGBP News Letter*, n. 41, p. 17-18, 2000.

10. DÁVID, L.; LONTAI-SZILÁGYI, Z.; BAROS, Z. **The impact of tourism and sports activities.** In: SZABÓ, J.; LÓRANT, D.; LÓCZY, D. *Anthropogenic geomorphology: a guide to man made landforms*. London: Springer, 2010.

11. DOUGLAS, I. **The urban environnment**. London: Edward Arnold, 1983, 229p.

12. EDUARDO, C. C. **Cartografia geomorfológica comparada:** aplicações no município de Juiz de Fora (MG) como subsídio ao planejamento. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Ciências Humanas – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018, 158p.

13. FELIPPE, M. F.; JUNIOR, A. P. M.; PESCIOTTI, H., COELI, L. **Nascentes antropogênicas:** processos tecnogênicos e hidrogeomorfológicos. In: *Revista Brasileira de Geomorfologia*, v. 14, n. 4, p. 279-286, 2014.

14. FUNDAÇÃO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE (FEAM). **Mapas de solos do estado de Minas Gerais**. Banco de Solos de Minas Gerais, 2010.

15. GARCIA, R. A.; NOGUEIRA, M. A **inserção das cidades médias mineiras na rede urbana de Minas Gerais.** Universidade Federal de Minas Gerais. In: Seminário da CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG. *Seminários* [...]. Minas Gerais: UFMG. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A100.pdf. Acesso em 26 abr.2019.

16. GATTO, L. C. S.; RAMOS, V. L. S.; NUNES, B. T. A.; MAMEDE, L.; GÓES, M. H. B.; MAURO, C. A.; ALVARENGA, S. M.; FRANCO, E. M. S.; QUIRICO, A. F.; NEVES, L. B. **Geomorfologia.** In: BRASIL. Ministério de Minas e Energia. *Projeto Radambrasil*. Rio de Janeiro: Ministério de Minas e Energia, 1983, v. 32, p. 305-384 (Série Levantamento de Recursos Naturais).

17. GERASIMOV, I. P. **Anthropogene and its major problem.** In: *Boreas*, v. 8, n. 1, p. 23-30, 1979.

18. KERÉNYI, A. **Human impact in a systems approach.** In: SZABÓ, J.; LÓRANT, D.; LÓCZY, D. *Anthropogenic geomorphology: a guide to man made landforms.* London: Springer, 2010.

19. KOHLER, H. C. **A escala na análise geomorfológica.** In: *Revista Brasileira de Geomorfologia*, v. 3, n. 1, p. 21-33, 2002.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

20. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. **Manual técnico da vegetação brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 1992 (Série Manuais Técnicos em Geociências).

21. JUIZ DE FORA. **Lei nº 6087**, de 4 de dezembro de 1981. Dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo, na área da bacia hidrográfica da represa Dr. João Penido, em Juiz de Fora, e dispõe outras providências. Disponível em: https://jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php? chave=0000017564. Acesso em: 21 dez. 2018.

22. _____. **Lei nº 7.255**, de 15 de dezembro de 1987. Proíbe a utilização da represa Dr. João Penido para fins incompatíveis com sua destinação. Disponível em: https://c-mara-municipal-da-juiz-de-fora.jusbrasil.com.br/legislacao/338773/lei-7255-87. Acesso em: 21 dez. 2018.

23. _____. **Lei Complementar nº 023**, de 22 de junho de 2015. Cria zonas especiais no entorno da bacia de contribuição para o lago da represa Dr. João Penido. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/e_atos/anexos/023%20a_150628.doc. Acesso em: 21 dez. 2018.

24. LUZ, R. A. **Mudanças geomorfológicas na planície fluvial do rio Pinheiros, São Paulo (SP), ao longo do processo de urbanização**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2015, 245p.

25. MINAS GERAIS. Fundação Estadual do Meio Ambiente. **Banco de solos de Minas Gerais:** mapas de solo do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Feam, 2010. Disponível em: <http://www.feam.br/noticias/1/949-mapas-de-solo-do-estado-de-minas-gerais>. Acesso em: 24 abr. 2018.

26. MARQUES NETO, R.; FERNANDES, R. A.; BARRETO, J. C.; EDUARDO, C. C. **A espacialidade do relevo em paisagens transformadas e sua representação:** mapeamento geomorfológico da bacia do rio Paraibuna, Sudeste de Minas Gerais. In: *RAEGA* – o espaço geográfico em análise, Curitiba, v. 41, p. 65-81, 2017.

27. NIR, D. **Man, a geomorphological agent:** an introduction to Anthropic Geomorphology. Boston, Jerusalem: D. Reidel Publishing Co., Keter Publishing, 1983, 165p.

28. PASCHOAL, L. J. **Estudo dos efeitos da criação de morfologias antropogênicas em área de mineração.** Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas – Universidade Estadual Paulista. Rio Claro/SP, 2014, 177p.

29. PELOGGIA, A. U. G.; OLIVEIRA, A. M. S.; OLIVEIRA, A. A. O.; SILVA, E. C. N.;

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

NUNES, J. O. R. **Technogenic geodiversity:** a proposal on the classification of artificial ground. In: *Quaternary and Environmental Geosciences*, v. 5, n. 1, p. 28-40, 2014.

30. PEIXOTO, M. N. O.; MELLO, E. V.; SILVA, S. M.; MOURA, J. R. S.; LOPES, C. Q. G.; SILVA, S. T.; PINTO JR., C. D. **Feições tecnogênicas em Volta Redonda (RJ).** In: *Anais do XIII Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário*. Búzios/RJ, 2011.

31. PEREZ FILHO, A.; QUARESMA, C. C. **Ação antrópica sobre as escalas temporais dos fenômenos geomorfológicos.** In: *Revista Brasileira de Geomorfologia*, v. 12, n. 3, p. 83-90, 2012.

32. RODRIGUES, C. **Morfologia original e morfologia antropogênica na definição de unidades espaciais de planejamento urbano:** exemplo da metrópole paulista. In: *Revista do Departamento de Geografia* - USP, v. 17, p. 101-111, 2005.

33. SZABÓ, J. **Anthropogenic geomorphology:** subject and system. In: SZABÓ, J.; LÓRANT, D.; LÓCZY, D. *Anthropogenic geomorphology: a guide to man made landforms*. London: Springer, 2010, 260 p.

34. TER-STEPANIAN, G. **Did the Quinary start.** In: *INQUA Congress*. 1983, p. 260.

35. TORRES, F. T. P. **Relações entre fatores climáticos e ocorrências de incêndios florestais na cidade de Juiz de Fora (MG).** In: *Revista Caminhos de Geografia*, v. 7, n. 18, p. 162-171, 2006.

36. TOY, T. J.; HADLEY, R. F. **Geomorphology and reclamation of disturbed lands**. Orlando: Academic Press Inc., 1987, 480 p.

37. VITORINO, J. C; ANDRADE, M. R. M.; PELOGGIA, A. U. G.; SAAD, A. R.; OLIVEIRA, A. M. S. **Terrenos tecnogênicos do Jardim Fortaleza, bacia hidrográfica do córrego do Entulho, Guarulhos (SP):** mapeamento geológico, estratigrafia, geomorfologia e arqueologia da paisagem. In: *Revista Geociências – UNG-Ser,* v. 15, n. 2, p. 33-60, 2016.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X